

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GIOVANNI ALVES DUARTE DE SÁ

O JOGO DA HONRA:

**Uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais
de uma elite política no Sertão de Pernambuco
(1851-1997)**

**João Pessoa
2022**

GIOVANNI ALVES DUARTE DE SÁ

O JOGO DA HONRA:

Uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997)

Tese apresentada à banca examinadora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB) como requisito para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**João Pessoa
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S111j Sá, Giovanni Alves Duarte de.

O jogo da honra: uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997) / Giovanni Alves Duarte de Sá. - João Pessoa, 2023.

216 f. : il.

Orientação: Simone Magalhães Brito.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Família - Honra. 2. Pereiras do Pajeú. 3. Ethos.
4. Elite política. I. Brito, Simone Magalhães. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 316.812.32:177.1(043)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA N° 17/2022 - PPGS (11.01.15.73)

N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 30 de Agosto de 2022

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR O ALUNO GIOVANNI ALVES DUARTE DE SÁ.

Aos 30 dias do mês de agosto de 2022, às 14 horas, por videoconferência meet.google.com/chz-yx-fe-pfn, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "**O jogo da honra: Uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997)**" apresentada pelo discente **Giovanni Alves Duarte De Sá**, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Simone Magalhães Brito (Orientadora), Rogério de Souza Medeiros (PPGS/UFPB), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (UAST/UFRPE), José Marciano Monteiro (UFCG) e Valdênio Freitas Meneses (UFCG). Dando início aos trabalhos, a professora Simone Magalhães Brito, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrado os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o seguinte conceito de **APROVADO e INDICOU QUE A TESE SEJA PUBLICADA**. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de **DOCTOR EM SOCIOLOGIA**. O presidente da banca assina sozinho e em nome de todos, conforme artigo 17, parágrafo único, da Portaria PRPG n° 54/2020.

Simone Magalhães Brito (Orientadora)

Rogério de Souza Medeiros (PPGS/UFPB)

Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (UAST/UFRPE)

José Marciano Monteiro (UFCG)

Valdênio Freitas Meneses (UFCG)

Giovanni Alves Duarte De Sá (Defendente)

(Assinado digitalmente em 03/09/2022 12:34)
ROGERIO DE SOUZA MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matricula: 2679192

(Assinado digitalmente em 30/08/2022 18:10)
SIMONE MAGALHAES BRITO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matricula: 1363922

Processo Associado: 23074.081917/2022-02

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 17, ano: 2022, documento (espécie): ATA, data de emissão: 30/08/2022 e o código de verificação: 93b91b7cfc

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Giovanni e Fátima, por fortalecerem em mim, desde a infância, a consciência que até hoje não me deixa cair em certas ilusões, as quais nos chegam camufladas diariamente por fetiches, convidando gentilmente a se distanciar do verdadeiro sentido da luta da classe trabalhadora. Portanto, aos meus pais, por me ajudarem a aprender a participar desse combate entre exploradores e explorados por meio, essencialmente, da educação.

À minha companheira de lutas, dissabores, angústias e alegrias, Andréa, pelo estímulo a não desistir dos projetos. Gratidão por compartilhar comigo do sonho de uma vida melhor por meio da educação. Pela paciência diante minhas ausências devido a tese enfiado nas madrugadas a dentro a escrever. Agradeço por compreender isso, por sempre me mandar “dar um cochilo” após as inúmeras madrugadas acesas enquanto nossos filhos suplicavam por “brincar com papai” já no raiar do sol.

À Pietra e Lui, meus filhos! Como pequenas onças de dentes afiados ficaram, nestes quatro anos e meio, sem piedade, sempre à espreita por atenção, por um abraço, um beijo, um minuto de brincadeira e passeio no parquinho. Mesmo impiedosos, como deve ser toda criança com um pai imerso nessa configuração, foram pacientes ao seu modo. E no momento certo saberão o motivo de tudo isso e como valeu à pena, assim espero! Num tempo pandêmico sobrevivemos juntos. Por eles ainda estou são diante tanta agrura que esse mundo e suas relações desiguais tem nos mostrado com toda sua crueldade. Avante, filhotes! Papai tá *on!*

A minha orientadora Simone Brito, por me ajudar a suspirar com calma e perseverança nessa guerra. Ela que me acolheu com extrema generosidade e paciência, entendendo os processos por quais eu e minha família passamos diante estes anos horríveis de pandemia, de desmonte da educação e de negacionismo científico. Agradeço por pegar na minha mão e apontar o caminho que eu deveria seguir. Obrigado pelas dicas de leituras, pelo bom humor e a ironia afiada diante diferentes situações que conversamos, não somente sobre a pesquisa, mas sobre a vida. Agradeço por nos ajudar compreendendo situações particulares delicadas, de vontade de desistir, de revolta e de conjurações contra “A coisa”. Gratidão por essa empatia, pela confiança, pela escuta ativa, pelo apoio, torcida, orientação e por estar junto também nos momentos de alegrias que surgiram ao longo desse difícil percurso.

Agradeço pelas aulas ofertadas pelo PPGS/UFPB que me apresentou algumas das veredas sociológicas as quais escolhi percorrer. Gratidão à Capes pelo apoio fundamental da bolsa. Sem ela seria impossível caminhar, viajar para eventos e produzir dignamente. Aos professores Nicole Pontes e Rogério Medeiros pelas sugestões cruciais da qualificação. Clarearam meus caminhos para que pudesse enxergar os melhores passos na trilha de uma temática delicada, me ajudando a pensar a harmonização da tese de uma forma mais sensata possível. E aos professores Marciano Monteiro e Valdênio Freitas, que fortaleceram a tese com críticas construtivas e sugestões durante a defesa final.

À força de dois amigos que me ajudaram a desafogar tensões e aflições com boas risadas, abraços de companheirismo e conversas sobre sociologia em mesas de bar que muito serviram como módulos afetivos de extensão das aulas, sempre vislumbrando perspectivas de futuro enquanto profissionais da educação. Falo dos professores Mari Fagundes e Ricardo Cruz Macedo. A outro amigo e professor Wellington Pereira (*in memoriam*), que nos deixou vítima da pandemia, mas antes disso treinou meu gosto pela sociologia, pela filosofia e pela pesquisa científica, ainda durante o mestrado.

À essa força indelével e misteriosa do universo, que costurou o tecido do tempo me permitindo conhecer essas pessoas cruciais que impulsionaram meus passos nesta árdua caminhada. Cada uma dessas relações cultivou em mim uma potência de agir vital para manter-me firme diante as impiedosas cobranças do mundo por subsistência, diante essa dura e impiedosa batalha diária por sobrevivência. Gratidão eterna!

EPÍGRAFE

*Quem tem questão com Pereira
Tem muita volta que dar
Dorme tarde e acorda cedo
Pisa no chão devagar
Eu gosto de pau Pereira
que é um pau opinião
todo pau fulora e cai
só o pau Pereira não*

*(Versos de domínio público presentes na obra
Vila Bela, os Pereiras e outras histórias)*

RESUMO

Esta tese se insere no campo da sociologia da moral e busca estudar o conceito de honra a partir do universo de uma elite política no Sertão de Pernambuco. Acreditamos que a noção de honra, enquanto economia moral, engloba um sistema complexo de valores que ainda hoje serve como elo simbólico para interações entre membros que compartilham do mesmo sobrenome, seja por meio da exaltação do que chamamos de *ethos de poder familiar*, seja pela força de reconversão que ganha esse orgulho em capital político-eleitoral. A noção de honra tem adquirido diferentes interpretações ao longo do tempo, o que proporciona à pesquisa o estudo de como tais transformações são absorvidas entre indivíduos de uma mesma simbologia familiar, enquanto atribuição de sentido aos desafios do mundo contemporâneo. Partimos, assim, do seguinte problema de pesquisa: Como lógicas de honra contribuíram para o fortalecimento de relações de prestígio, poder e dominação política mantidas por mais de 200 anos por membros da família Pereira em Serra Talhada? A cidade é o berço dos chamados Pereiras do Pajeú, região composta por 17 municípios, onde os Pereiras deram início a uma longa trajetória de guerras sangrentas quase sempre atreladas a interesses políticos visando o combate a valores contrários aos seus e em busca do domínio da estrutura de Estado. Os dados da pesquisa foram elaborados mediante diferentes fases metodológicas, sendo elas: 1) Genealogia política da família; 2) Mapeamento de valores e emoções do grupo a partir de livros de memórias; 3) Entrevistas com integrantes da família; 4) Observação participante do evento de encontro da família; 5) Análise dos discursos do grupo em eventos públicos, no site da família, em declarações à imprensa e nos livros de memórias. A tese tem por objetivo geral analisar, numa perspectiva processual, a dinâmica de valores que norteia o imaginário dos Pereiras do Pajeú buscando compreender como narrativas baseadas na noção de honra se transformaram ao longo do tempo forjando condutas e sentimentos de distinção da família em Serra Talhada. Nos objetivos específicos pretende-se compreender como uma disputa de sentidos morais propagada por uma elite influenciou um jogo por dominação através da transformação dos costumes da cidade; analisar de que maneira essas práticas contribuíram para forjar um processo civilizador na conduta da família com a transição de um *ethos guerreiro* para um *ethos parlamentar*; demonstrar de que maneira o poder dos Pereiras do Pajeú se perpetuou através de relações de apoio, compadrio e parentela política durante gerações no município sertanejo.

PALAVRAS-CHAVES: Honra. Família. Pereiras do Pajeú. Ethos. Elite Política.

ABSTRACT

This thesis is part of the field of sociology of morals and seeks to study the concept of honor from the universe of a political elite in the Sertão of Pernambuco. We believe that the notion of honor, as a moral economy, encompasses a complex system of values that still today serves as a symbolic link for interactions between members who share the same surname, either through the exaltation of what we call the ethos of family power, or through reconversion force that turns this pride into political-electoral capital. The notion of honor has acquired different interpretations over time, which provides the research with the study of how such transformations are absorbed between individuals of the same family symbology, while attributing meaning to the challenges of the contemporary world. We start, therefore, with the following research problem: How did the logic of honor contribute to the strengthening of relations of prestige, power and political domination maintained for more than 200 years by members of the Pereira family in Serra Talhada? The city is the birthplace of the so-called Pereiras do Pajeú, a region made up of 17 municipalities, where the Pereiras began a long trajectory of bloody wars, almost always linked to political interests aimed at combating values contrary to theirs and in search of control over the structure. of State. The research data were elaborated through different methodological phases, namely: 1) Family political genealogy; 2) Mapping of group values and emotions from memory books; 3) Interviews with family members; 4) Participant observation of the family reunion event; 5) Analysis of the group's speeches at public events, on the family's website, in statements to the press and in memoirs. The general objective of this thesis is to analyze, from a procedural perspective, the dynamics of values that guide the imagination of Pereiras do Pajeú, seeking to understand how narratives based on the notion of honor have transformed over time, forging behaviors and feelings associated with the perpetuation of family power. in Serra Talhada. The specific objectives intend to understand how a dispute of moral meanings propagated by an elite influenced a game for domination through the transformation of the city's customs; to analyze how these practices contributed to the transition from a warrior ethos to a parliamentary ethos in the group, strengthening a sense of distinction claimed by the family today; demonstrate how the power of the Pereiras do Pajeú was perpetuated through relationships of support, cronyism and political kinship for generations in Serra Talhada.

KEYWORDS: Honor. Family. Pereiras do Pajeu. Ethos. Political Elite.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - Fundamentos metodológicos: o olhar da pesquisa, abordagens e procedimentos	26
2 - Sobre a estrutura da pesquisa	36
CAPÍTULO I	38
UM DEBATE SOBRE A HONRA NA CONTEMPORANEIDADE	38
1.1 As considerações de Max Weber, Norbert Elias e Marcel Mauss.....	39
1.2 Pitt-Rivers e Bourdieu: a centralidade da honra na agenda antropológica.....	57
1.3 A crítica de Peter Berger e o olhar de Charles Taylor.....	67
1.4 A honra na formação da família sertaneja	72
1.5 Algumas agendas de pesquisa sobre honra no Brasil	77
CAPÍTULO II	81
HONRA, FAMÍLIA E ELITE POLÍTICA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO	81
2.1 O caso de Serra Talhada: a interdependência entre cinco famílias políticas.....	86
2.2 Um olhar sobre o 3º Encontro Nacional da família Pereira do Pajeú.....	98
2.3 Uma ritualística de violência em nome do poder da família Pereira.....	109
2.4 Dominação política que se renova.....	116
CAPÍTULO III	125
O OLHAR PEREIRA SOBRE A FORMAÇÃO DA PRÓPRIA HONRA	125
3.1 A genealogia como instrumento de poder	127
3.2 O livro “sagrado” de Luiz Wilson	130
3.3 Luiz Lorena: O ethos Pereira legitimando o imaginário de Serra Talhada	138
3.4 Os valores de nobreza encarnados na figura de Sebastião Pereira	146
IV CAPÍTULO	155
A TRADIÇÃO ATUALIZADA PELAS NOVAS GERAÇÕES	155
4.1 Um processo civilizador na conduta dos Pereiras	158
4.1.1 A grande reconversão moral: do <i>ethos guerreiro</i> ao <i>ethos parlamentar</i>	163
4.1.2 Uma nova moralidade transformando os costumes de toda a cidade	171
4.1.3 Reflexos de uma transição moral a partir dos discursos de um líder Pereira: legitimando o <i>ethos parlamentar</i>	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
FONTES	212

ÍNDICE DE FIGURAS, MAPAS, FOTOS E QUADROS

Figura 1 (Capa): Montagem produzida pela família Pereira do Pajeú com os rostos dos seus antepassados mais ilustres rodeando o brasão do grupo.....	1
Figura 2: Comenda de honra de ‘família tradicional’	101
Figura 3: Convite para o 3º Encontro da Família Pereira do Pajeú.....	107
Figura 4: Site da Família Pereira do Pajeú.....	108
Figura 5: Quadro de prefeitos Pereiras ao longo da história.....	124
Mapa 1: Serra Talhada na geografia de Pernambuco.....	26
Mapa 2: Microrregião do Sertão do Pajeú na geografia de Pernambuco.....	26
Foto 1: Pesquisador da família conta memórias do grupo às crianças.....	102
Foto 2: Pesquisador entrevista idealizador do evento.....	103
Foto 3: Integrante recebe certificado para sentir orgulho de ser Pereira.....	105
Foto 4: Sebastião Pereira e Luiz Padre.....	151
Foto 5: Praça Barão do Pajeú.....	156
Foto 6: Na Festa do Algodão.....	173
Foto 7: Agamenon pousa de Avião em Serra Talhada.....	173
Foto 8: Chegada do primeiro trem em Serra Talhada na década 1950.....	174
Foto 9: A loja Attractiva do coronel Cornélio Soares.....	175
Quadro 1: Interdependência entre famílias tradicionais de Serra Talhada.....	97
Quadro 2: Economia moral no <i>ethos guerreiro</i> da família Pereira.....	154
Quadro 3: Processo Civilizador na Família Pereira do Pajeú.....	170
Quadro 4: Sentidos morais em disputa pela família ao longo do tempo.....	195
Quadro 5: Economia moral no <i>ethos parlamentar</i> da família Pereira.....	197

LISTA DE SIGLAS

Avante (Partido Político Brasileiro)

Centrão (Bloco de partidos políticos no Congresso Nacional)

DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca)

PPGS/UFPB (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba)

PT (Partido dos Trabalhadores)

TRE (Tribunal Regional Eleitoral)

INTRODUÇÃO

Serra Talhada está localizada no Sertão do Pajeú¹, interior de Pernambuco, distante cerca de 420 km da capital, Recife. É um município, dentre muitos nesta região, marcado historicamente por longas e violentas disputas de poder em nome da chamada honra de família. Assim, tornou-se uma terra permeada, no imaginário social, por histórias de intrigas, alianças entre coronéis, cangaceiros e a ideia de vingança mediante a lavagem de sangue.

Não por acaso, o município flerta no cenário hodierno com o seu passado. Confrontada com o espelho do tempo, a cidade administra ainda hoje uma fama beligerante reavivada em declarações de autoridades e reportagens na imprensa. A título de exemplo, destaque-se alguns registros: *“Faroeste moderno: briga de família é a principal hipótese por trás de onda de homicídios em Serra Talhada”* (Diário de Pernambuco, 3 de abril de 2014). Segue trecho da reportagem do periódico recifense:

Uma briga de famílias é a principal hipótese investigada pelos cinco delegados que apuram os 18 homicídios ocorridos nos três primeiros meses deste ano em Serra Talhada, no Sertão. O número de assassinatos, que já é igual ao ano de 2013 todo, acendeu a luz de alerta da cúpula de segurança pública estadual. (...) Dos cinco mortos, três são da família Pereira. A polícia investiga se há uma guerra com outra família ou se trata-se de um conflito interno, envolvendo diferentes clãs. (OLIVEIRA, 2014)

“Delegado associa onda de mortes em Serra Talhada a sentimento de vingança” (Farol de Notícias, 7 de maio de 2015). *“Delegado diz que crimes de família ainda são atuais em Serra Talhada”* (Farol de Notícias, 10 de novembro de 2017). Como ilustração, segue outro trecho agora publicado pela imprensa local:

Um cenário que deveria estar superado historicamente, e que acabou marcando Serra Talhada sob o signo de uma terra de vingança em defesa da honra, ainda é muito atual. Nesta quarta (8), o delegado regional de Polícia Civil, Olegário Filho, revelou, durante o balanço dos 31 homicídios registrados em 2017 até agora, que assassinatos pelo que se chama “questão de família” persistem no município. “Infelizmente temos crimes por questão, às vezes, de família, questão envolvendo criminalidade também... Mas cada caso é um caso e todos eles estão sendo apurados. Então, na maioria dos

¹ A região é composta por 17 municípios onde Serra Talhada se destaca como o mais populoso, com pouco mais de 90 mil habitantes, conforme dados do IBGE. O município é considerado o segundo maior colégio eleitoral do sertão do Estado, com mais de 58 mil votantes, ficando atrás apenas de Petrolina-PE.

crimes registrados em Serra Talhada são estes: por vingança e por envolvimento em atividade criminosa”, disse. (SILVA, 2017)

A família é tônica constante em outros registros policiais na imprensa da cidade: “*Briga de família aumenta para 23 o número de assassinatos em Serra Talhada*” (Farol de Notícias, 6 de dezembro, 2015). “*Por vingança, briga entre famílias pode ter provocado, pelo menos, 5 assassinatos este ano em Serra Talhada*” (Farol de Notícias, 17 de junho, 2016). “*Em Serra Talhada, briga de família por herança acaba em ameaça de morte*” (Farol de Notícias, 9 de abril, 2018). “*Polícia Civil lamenta pistolagem em Serra Talhada por briga de famílias*” (Farol de Notícias, 26 de setembro, 2019). Destaque-se, novamente, declaração do delegado local:

Em nota enviada à imprensa neste início de semana, a Polícia Civil lamentou o fato de que homicídios em Serra Talhada venham, nos dias de hoje, sendo causados por “pistolagem” devido brigas de família. Mesmo assim, o delegado municipal Cley Anderson Rodrigues garante: “A Polícia Civil não mede esforços para desvendar e reprimir os referidos crimes e salienta que mais resultados estão por vir”. Numa espécie de prestação de contas à sociedade, a Delegacia comunicou sobre o fechamento do inquérito do assassinato de Damião Oliveira. “O mandante do crime já foi devidamente indiciado e se encontra foragido. O homicídio de Damião foi típica atividade de pistolagem devido a brigas de família, infelizmente presente nos dias atuais nesta cidade”, lamentou a Polícia, em nota (SILVA, 2019).

De antemão, é necessário esclarecer, após estes recortes, que a temática da presente pesquisa não é a violência gerada por intrigas entre grupos familiares. Os atos violentos aqui evidenciados podem decorrer também dos sintomas do jogo da honra. Com isso, o foco aqui são as lógicas morais que possivelmente levariam à justificação destas e outras formas de condutas, violentas ou não. Não coincidentemente, ao longo do tempo, o mosaico de valores que envolve a noção de honra de família em Serra Talhada nutriu um laço estreito com a política, como tentaremos demonstrar ao longo da tese.

Essa forte ligação sustenta o pilar argumentativo da pesquisa. Em termos específicos, a hipótese defendida é que os valores presentes no sistema moral da honra continuam válidos para a análise social. E, a partir da realidade de Serra Talhada, será possível demonstrar isso com base no estudo das estratégias de distinção de uma elite política local fruto do que classificamos como um *ethos de poder familiar*. Acreditamos que um jogo pela manutenção dessas lógicas de distinção ajudou a sedimentar simbolicamente o *ethos* de famílias tradicionais do município, famílias que ano após

ano, década após década, século após século, sempre participaram das lutas materiais e simbólicas pelo poder e influência dentro da máquina estatal.

Partindo desse argumento, a seara partidária se confirmaria, também, historicamente, como uma espécie de arena privilegiada de uma elite para a resolução de seus interesses históricos. Acredita-se, nesta perspectiva, que isso possa ter contribuído para que as chamadas famílias tradicionais de Serra Talhada ora se digladiassem, ora se unissem, em favor de projetos em comum com base no interesse e conveniência do momento. Portanto, não coincidentemente, seria o que as fazem permanecer ocupando espaços de poder e prestígio político em Serra Talhada até os dias de hoje.

Essa perspectiva propõe questionar um véu mítico que existe sobre o município de Serra Talhada, como se a cidade fosse predestinada a ser um “*case de sucesso político*” por nela terem nascido nomes que obtiveram grande projeção de destaque em nível local, estadual e nacional como Agamenon Magalhães, Inocêncio Oliveira ou Argemiro Pereira. No entanto, ao largo deste senso comum tem-se, a todo o vapor, a construção de um processo de naturalização de famílias políticas tradicionais no imaginário da cidade, legitimado por uma espécie de treinamento inconsciente, o qual Jessé Souza cita, com base em Norbert Elias, como um “processo de aprendizado coletivo de grandes proporções” (SOUZA, 2017, p.151). Afinal, os mesmos de sempre, em mais de 200 anos de cultura política do município, continuam participando do jogo da honra política o qual eles sempre foram protagonistas.

Eleição pós eleição esse jogo envolve os mesmos devidamente repaginados a cada contexto e época, pelo controle ou participação das benesses da máquina do Estado, conferindo-lhes acesso não somente a verbas públicas, mas também prestígio e respeito. Na análise de algumas poucas famílias tradicionais de Serra Talhada² tais disputas, em boa medida, resultaram no acúmulo de prestígio social em favor dos que ganharam o pleito ou daqueles que sempre participaram do jogo da honra política, mesmo perdendo a eleição. Ao longo da história, somente alguns grupos familiares concentraram esse privilégio em Serra Talhada.

² Serra Talhada reúne cinco principais ramos familiares que exerceram, historicamente (e ainda exercem), influência na cultura política da cidade, sendo eles da linhagem: Pereira, Inácio Oliveira, Godoy, Carvalho e Magalhães. Iremos situar, historicamente, a interdependência entre essas famílias no segundo capítulo da tese.

Como resultado, esta elite política perpetuou sua força no tempo edificando bustos, nomes de praças, grandes avenidas, estádio de futebol, aeroporto, parques de eventos e prédios públicos em Serra Talhada impondo, dessa forma, seus sobrenomes ao conjunto de símbolos sociais do lugar. Alguns que carregam os sobrenomes destas famílias hoje mantêm concessões de rádio³, o comando de partidos e, não menos, privilégios no acesso aos mecanismos de participação em estruturas de poder específicas a nível municipal, estadual e federal.

É neste contexto em que se encaixa o objeto da presente pesquisa, a chamada família Pereira do Pajeú, oligarquia⁴ descendente de portugueses que chegou ao Sertão pernambucano na segunda metade do século XVIII, originários, segundo as próprias construções narrativas que os Pereiras fazem de si, de uma linhagem de barões. Em outros termos, uma família que tem laços de descendência com nobres que aportaram em Pernambuco em maior quantidade no século XVII (WILSON, 2018).

Os Pereiras são os únicos, dentre as famílias políticas tradicionais de Serra Talhada, que se mantêm empenhados em cultivar um *ethos de poder familiar* que pode ser associado a um ‘sentimento Pereira de ser’ (SÁ, 2019). Membros do grupo tomaram a iniciativa, nos últimos anos, de realizar um evento permanente em favor dos seus, chamando-o de Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú, o qual está na sua terceira edição. A última festa ocorreu em 2019, no mês de novembro em um clube particular da cidade.

Na festa⁵ os participantes exaltam entre si o orgulho de “ser Pereira”. Conversam, cantam, comem e bebem compartilhando histórias de seus antepassados. Também é ocasião para se lançar livros sobre as aventuras bélicas da família e trocar informações para se pensar novas obras sobre a trajetória familiar e genealógica deles mesmos.

Acreditamos que condutas como estas reforçam o exercício de construção de um *ethos de poder familiar* enquanto elemento de distinção frente à grande massa desprovida das oportunidades de acesso a capitais que os ponham em condições de

³ Atualmente duas rádios da cidade são controladas por descendentes destas famílias políticas de Serra Talhada, sendo elas: Pereira (Rádio Cultura FM) e Oliveira (Líder do Vale FM).

⁴ A noção de oligarquia interpretada aqui segue a definição proposta por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975) quando reflete sobre oligarquias como grupos que controlam setores específicos da economia e o comando da política local, ou representam grupos de parentes consanguíneos ou unidos por laços de compadrio ou matrimônio, ou, ainda, por identidade de interesses econômicos e políticos.

⁵ Os detalhes da nossa participação no evento serão apresentados no capítulo 2.

competitividade no jogo da honra política. No caso dos Pereiras, contribui para isso, a publicação de livros de memórias onde pesquisadores do grupo se esmeram em delinear laços de parentesco entre seus integrantes, entoam memórias de batalhas armadas envolvendo seus heróis e destacam a linhagem política da família em diferentes contextos.

Em certa medida, não é equívoco dizer que, durante um bom tempo e em grande parte até hoje, o imaginário de Serra Talhada ficou entregue oficialmente à narrativa histórica que partiu das lentes dos escribas deste grupo. Essa afirmação se confirma, por exemplo, pela leitura do prefácio de um dos livros que será analisado nesta tese, considerado um clássico da historiografia da cidade, intitulado: *Serra Talhada: 250 anos de história e 150 anos de emancipação política*. O autor é um célebre personagem da família Pereira e ex-prefeito da cidade por três mandatos. Era um homem temido e respeitado por ser mediador de conflitos bélicos entre famílias rivais.

Afeito a legitimar fatos da memória do município mediante a sua ótica de pesquisador, Luiz Conrado de Lorena e Sá ganhou também a fama de historiador. Assim, sacramenta ele na abertura da sua obra:

As escolas dos vários níveis desta cidade procuram-me constantemente através dos alunos para colher informações sobre a história de Serra Talhada. Na maioria das vezes ficam os estudantes surpreendidos com a riqueza dos dados que dão conta dos episódios que fazem a nossa história e sugerem que eu deva recolher em compêndio os fatos para evitar que tudo fique perdido na noite dos tempos. (...) Os intelectuais, que não são poucos nesta cidade, têm apelado para que divulgue os fatos históricos que eu guardo na memória ou mantenho em arquivo. (...) Conforta-me saber que fiz a minha parte, como administrador e como historiador despretenso” (LORENA, 2019, p.1).

Acreditamos que este trabalho de legitimar, em livros de memórias, os grandes feitos das famílias tradicionais da cidade e de seus descendentes ao longo do tempo, especialmente pelo que fizeram por Serra Talhada através da política, contribui para fortalecer a concepção de que “as classes do privilégio”, como afirma Jessé Souza (2017, p.147) “tendem a ver, necessariamente, seu privilégio como inato ou merecido”.

A título de exemplo, a atual prefeita eleita Márcia Conrado, da família Pereira, gravou vídeo durante a campanha de 2020 exaltando o parentesco com ex-prefeitos e ex-vereadores eleitos no passado. Dentre eles, o próprio Luiz Lorena, seu tio; o seu avô Custódio Conrado, e o seu pai Isivaldo Conrado que foi assassinado a tiros numa manhã

movimentada no Centro da cidade em 2011⁶. Nesta peça de campanha, ela cita o orgulho de incorporar uma linhagem de políticos que muito contribuíram para o bem da cidade, nestes termos:

Desde criança eu estive muito próxima da política, meu tio Lorena foi prefeito por 3 mandatos, meu avô Custódio Conrado foi vice-prefeito, foi vereador, o meu pai foi vereador por 3 mandatos, minha mãe é vereadora [por 2 mandatos], eu sempre acompanhei o meu pai ao longo da jornada política dele, das histórias, desde muito pequena as decisões políticas que ele tomava ele sempre me levava. Passei alguns anos fazendo faculdade, me formei na Federal [UFPE] em Recife, em Odontologia, e quando eu voltei para Serra Talhada eu tive a oportunidade de escolher onde eu iria trabalhar, eu escolhi a zona rural por me identificar muito, por ser da zona rural, logo em seguida eu tive o convite para ser coordenadora de saúde bucal e um ano após recebi o convite para ser secretária de Saúde, fui uma secretária com grande legado deixado por meu pai, que era de atender quem mais precisava da melhor forma possível e em tratar bem a população (CONRADO, 2020).

Seguindo o mesmo sentido, em entrevista à imprensa em 8 de setembro de 2021⁷, o ex-prefeito Luciano Duque de Godoy (2012-2020) – também de família tradicional em Serra Talhada, os Godoy, e padrinho político da atual prefeita Márcia Conrado – declarou-se um devoto da missão de bem zelar por Serra Talhada. No entanto, o fez reafirmando a linhagem política dele com seus antepassados que também foram políticos de grande prestígio e poder econômico na cidade. A declaração se deu nestas palavras:

Minha mãe, você sabe, é de família de origem política de Agamenon Magalhães, de Sérgio Magalhães, de Ribeiro Godoy, de Afrânio Godoy, e tantos outros políticos... Moacyr Godoy irmão dela foi prefeito de Serra Talhada na década de 1950, o [coronel] Cornélio Soares, que era parente dela e eu acabei herdando essa veia política e ela acreditava muito. Num encontro dos meus pais comigo, eles diziam que tinham um orgulho enorme pelo governo que eu fazia, porque eles se reconheciam no governo. Isso para mim é suficiente e vale uma vida (GODOY, 2021).

Inicialmente, esta pesquisa se propõe a apresentar um breve painel dessa condição de privilégio de membros de famílias tradicionais na cidade tomando como base descendentes da família Pereira em Serra Talhada e como o aspecto moral que

⁶ Para saber detalhes sobre o assassinato do pai da prefeita Márcia Conrado clicar neste link: <https://faroldenoticias.com.br/negligencia-do-governo-do-estado-matou-isivaldo-conrado> . Para assistir à mensagem de vídeo gravada pela prefeita durante a campanha eleitoral de 2020 exaltando a própria linhagem política, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=R7jexmk5w-I>

⁷ Para ver a entrevista do ex-prefeito transmitida pelo YouTube clicar aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=qWepdcA2gjU&t=23152s>

envolveu a família ao longo do tempo modificou o ethos do grupo socialmente. Justificamos a escolha deste grupo como objeto de estudo pela sua perenidade no poder. A família Pereira assume o comando do município desde muito antes da emancipação política de Serra Talhada, em 1851. A história de Serra Talhada remonta à 1750, quando ainda era uma vila que servia de ponto de encontro para vários comerciantes da região. Um local já sob a influência de ricos fazendeiros e escravistas da família Pereira que atuavam em defesa de um tesouro tão valioso quanto o dinheiro, a reputação.

Já no cenário republicano, a partir de 1889, a família Pereira toma a prefeitura de 1892 a 1907; de 1945 a 1982; de 1982 a 1992 (apoiando a parentela Inácio Oliveira); de 1992 a 1996 (a família Carvalho assume com os Pereiras na vice); de 1996 a 2000 (Pereiras assumem dando apoio novamente à parentela Inácio Oliveira) e de 2000 a 2012⁸. Em 2013, os Pereiras rompem com a parentela Inácio Oliveira e elegem um sucessor apoiando Luciano Duque, da família Godoy.

Anos depois, em 2016, uma ala (a Pereira de Menezes) rompe com o então prefeito Luciano Duque de Godoy para dar combate ao seu projeto de reeleição e sucessão apoiando Vitor Oliveira (neto do deputado Inocêncio Oliveira). No entanto, do lado governista ficaria outra ala da família Pereira (os Conrados) que chegou ao poder nas eleições 2020 apoiada pelo agora ex-prefeito Luciano Duque de Godoy elegendo, pelo PT, a odontóloga Márcia Conrado.

Ela entra para a história como a primeira mulher a assumir a Prefeitura em Serra Talhada. Na sua trilha genealógica, foi possível identificar – como será detalhado no segundo capítulo deste trabalho - uma vasta linhagem de políticos Pereiras e o parentesco de Márcia Conrado com o primeiro prefeito do município, no contexto da primeira República, Andreolino Pereira, e o primeiro intendente da cidade, em 1851, no contexto do Brasil Império, Manoel Pereira da Silva.

Voltando ao contexto da última eleição de 2020, a disputa dividiu a família Pereira em dois flancos políticos. De um lado, governista, a ala da então secretária de Saúde Márcia Conrado ligou-se por interesses comuns aos Godoys do prefeito Luciano

⁸ Para traçar esse breve levantamento, recorreremos ao arquivo público da Câmara Municipal de Serra Talhada onde encontramos um painel de registro de legislaturas e candidaturas eleitas à Prefeitura desde 1947. Também contamos com apoio de arquivos da mídia local e a importante ajuda do pesquisador da história da cidade Luiz Ferraz Filho, a quem agradecemos a disponibilidade e paciência. Estes dados foram divulgados primeiramente no artigo científico *A construção de um ethos de poder familiar: o caso da oligarquia Pereira no interior de PE*, de nossa autoria publicado em 2019 no Dossiê: Oligarquias do Nordeste no Brasil, pelo Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP).

Duque e a membros da família Oliveira, que pleiteavam a vice (primos rachados com o bloco do ex-deputado Inocêncio Oliviera). Do outro lado, na oposição, por sua vez apoiou a candidatura do ex-prefeito por dois mandatos Carlos Evandro Pereira de Menezes (que também tinha uma candidata Oliveira na vice).⁹ Atualmente, a linhagem Pereira vem mantendo seguidamente membros na Câmara Municipal, respeitando uma longa tradição de eleições legislativas¹⁰.

Este é um preâmbulo da genealogia política da família Pereira na atualidade, a qual iremos ampliar em termos de parentelas políticas identificadas no decorrer da pesquisa. A partir disso, pode-se afirmar que os laços da família Pereira com a política serra-talhadense reforçaram ao longo de muitas décadas o que Lewin (1993, p. 10) analisa como sendo uma “rede política entrelaçada que assegura os interesses e garante a sustentação da oligarquia”. Na soma, são mais de 200 anos de trajetória política da família Pereira, no Sertão de Pernambuco, desde o Brasil Colônia, Império, República até a contemporaneidade.

Da exposição deste painel decorre o nosso problema da pesquisa: Como lógicas de honra contribuíram para o fortalecimento de estratégias de poder, prestígio e dominação mantidas ao longo de tanto tempo por membros da família Pereira em Serra Talhada? Encontramos na noção de honra, enquanto economia moral¹¹, o ponto de

⁹ Carlos Evandro Pereira de Menezes manteve-se candidato a prefeito em 2020 até o último momento, mas foi impedido de disputar devido problemas jurídicos advindos da Lei da Ficha Limpa, a qual vinha tentando vencer com sucessivos recursos na Justiça, mas sem sucesso. Com isso, no último momento para o fechamento das chapas municipais, lançou como candidata a sua esposa, Socorro Brito Pereira. Ela registrou como nome oficial de campanha a denominação ‘Socorro de Carlos Evandro’. Nas eleições de 2016, Carlos Evandro apoiou a candidatura de Victor Oliviera, neto do ex-deputado Inocêncio Oliviera, mas acabou perdendo a disputa para Luciano Duque de Godoy. Em 2012, Carlos Evandro e Luciano Duque se uniram usando a sigla do PT (mais uma vez Pereira e Godoy) para disputarem juntos contra a candidatura a prefeito do então deputado estadual Sebastião Oliviera, primo de Inocêncio Oliveira, e acabaram vencendo, paradoxalmente, com o slogan de “combate aos coronéis”.

¹⁰ Os vereadores do tronco Pereira, na Câmara Municipal, durante a legislatura 2021/2024 são: Alice Pereira de Conrado e Sá (mãe da atual prefeita Márcia Conrado) e Carlos André Pereira de Souza. Na legislatura anterior (2016-2020), de 17 cadeiras, existiam cinco, sendo eles: Alice Conrado Pereira, Vera Gama Pereira, Gilson Pereira Leite, André Pereira de Souza e José Pereira de Souza. Destaque-se que os irmãos Sebastião Oliveira e Waldemar Oliveira, ambos primos do ex-deputado federal Inocêncio Oliveira (eleito por 10 mandatos) são frutos de uma parentela da família Pereira com a família Inácio Oliveira em Serra Talhada. Sebastião ocupou o cargo de deputado federal e lançou-se como candidato a vice-governador de Pernambuco na chapa encabeçada por Marília Arraes nas eleições 2022. Mesmo com a derrota para a adversária Raquel Lyra, Sebastião elegeu o irmão Waldemar para o Congresso. Ainda quando era deputado federal, Sebastião recebeu a chancela para indicar o comando do DNOCS em Pernambuco, como prova da aliança do chamado Centrão no Congresso Nacional com o atual presidente Bolsonaro e em favor do apoio ao então candidato a presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

¹¹A expressão *economia moral* foi utilizada por E.P Thompson em 1971 em seu trabalho sobre o cotidiano de classes populares na Inglaterra. Ele se refere à economia moral como uma visão das normas e obrigações sociais, de funções propriamente econômicas de várias partes na comunidade, que se impõe

partida para compreender esta questão, a partir do que sugerimos neste trabalho ser um *ethos de poder familiar*¹². Em termos específicos, o conceito tem a pretensão de remeter a condutas, sentimentos e valores incorporados e compartilhados por membros do mesmo grupo afetivo, com vistas à defesa de uma imagem social distinta da maioria da população, a partir do sobrenome que os define.¹³

A tese tem por objetivo geral analisar, numa perspectiva histórica, a dinâmica de valores que norteia o imaginário dos Pereiras do Pajeú buscando compreender como narrativas baseadas na noção de honra se transformaram ao longo do tempo forjando condutas e sentimentos de distinção da família em Serra Talhada. Nos objetivos específicos pretende-se compreender como uma disputa de sentidos morais propagada por uma elite influenciou um jogo por dominação através da transformação dos costumes da cidade; analisar de que maneira essas práticas contribuíram para forjar um processo civilizador na conduta da família com a transição de um *ethos guerreiro* para

de modo geral sob o governo no século XVIII naquele país. Já uma pesquisa etnográfica sobre camponeses do Sudeste Asiático levou outro autor, James Scott (1976 *apud* FASSIN, 2016), a definir de modo similar economia moral como uma noção de justiça econômica e uma definição de trabalho explorado, que nos permite mover em direção a uma apreciação mais completa das raízes normativas da política a respeito dos camponeses. Tanto Thompson como Scott dão um significado econômico específico ao conceito, mas, em sua utilização, obviamente o abrem para um sentido mais amplo: a economia de valores e normas morais de um dado grupo em um dado momento (FASSIN, 2016). O termo é aqui utilizado neste sentido.

¹² Na Filosofia Clássica, a noção de *ethos* é instituída de um sentido moral na vertente aristotélica. Aristóteles, na Retórica, reflete que o *logos* (argumentação) e o *phatos* (emoção) dão força à fundação do *ethos* do discurso, isto é, a imagem que o indivíduo ou um grupo constrói perante a sociedade buscando persuadi-la pela qualidade do seu caráter. Na sociologia, Weber encara o *ethos* como um estilo de vida regido por normas forjadas em consonância com uma ética, neste caso, capitalista. Bourdieu fala de *ethos* enquanto componente formador da dimensão moral do mundo prático, um atributo inerente à constituição do *habitus*, em termos de valores internalizados. Elias, por sua vez, trata da análise de um *ethos guerreiro* como código de conduta aristocrática na sociedade alemã dos séculos XIX e XX. Sem citar a palavra *ethos*, Goffman reflete num sentido semelhante à construção de uma imagem social levando em conta a ideia de representações de identidades. Ao falarmos aqui em *ethos de poder*, concordamos com a acepção de Weber (2004, p. 175) quando diz que “por poder entendemos, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias, impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta”. As experiências individuais deste pesquisador também geraram curiosidade para compreender melhor que espécie de *ethos de poder familiar* seria este, ao observar coleguinhas de turma da minha filha, recorrerem ao sobrenome Pereira na tentativa de impor sua vontade aos demais em sala de aula, em busca da resolução de conflitos entre crianças.

¹³ O termo dominação utilizado por nós no problema de pesquisa segue o sentido bourdieusiano: como aquilo que permite a uma ordem social reproduzir-se no reconhecimento e no desconhecimento da arbitrariedade que a institui. Ao falar em dominação, Bourdieu (*apud* HEY, 2017, p. 152) “está se referindo aos mecanismos sociais disponíveis para engendrar a reprodução social, não meramente no plano da garantia da perpetuação econômica, mas, sobretudo, no âmbito da reprodução cultural”. Buscando se afastar da caracterização da dominação somente voltada à seara da economia, Bourdieu desloca o foco para a dimensão simbólica. A noção de dominação nos ajuda a compreender as regularidades de um estado de coisas pelo qual uma vontade do dominador ou dos dominados influencia na ação de outros de tal maneira que estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos (WEBER, 2004).

um *ethos parlamentar*; demonstrar de que maneira o poder dos Pereiras do Pajeú se perpetuou através de relações de apoio, compadrio e parentela política durante gerações no município sertanejo.

Desse modo, o desenho da pesquisa tem como eixo o pressuposto de que os valores e afetos de honra pelo sobrenome Pereira funcionam como uma espécie de passaporte simbólico para a interação entre seus membros mediante o sentimento de orgulho e prestígio, o qual media condutas aptas a solidariedades mútuas, especialmente, políticas. O presente trabalho também se divide em eixos secundários que surgem a partir da relação histórica que os membros da família Pereira têm com:

- 1) Questões violentas, envolvendo a defesa da honra de seus integrantes desde os primórdios de Serra Talhada, no século XVIII, ainda no contexto do Brasil Colônia, depois Império, até a Primeira República, no início do século XX;
- 2) A conjuntura política da cidade, tendo sido a família que mais assumiu o controle da Prefeitura de Serra Talhada, bem como cargos eletivos de deputado e vereador;
- 3) A produção de sentidos morais por meio de narrativas históricas (livros de memórias escritos por seus descendentes) buscando compreender as visões de mundo dos membros da família, isto é, como eles se enxergam socialmente, a partir do estudo de suas próprias narrativas.

A honra, nesta perspectiva, é aqui encarada não como um conceito estanque e ultrapassado. Nossa intenção é se distanciar cada vez mais da hipótese do arcaico presente nas relações contemporâneas, ou da aparente associação do arcaico dominando as relações de Estado. Pelo contrário. Buscaremos debater a forte atualidade das lógicas de honra a partir da atualização de seus códigos ao longo do tempo e como a cada época a economia da honra regulou sentidos distintos no processo civilizatório do município.

Pretende-se, com isso, contribuir com o debate no campo das Ciências Sociais frente a discussões consideradas ainda conflituosas sobre o tema. É possível que a noção de honra, enquanto economia moral, englobe um sistema complexo de valores que ainda hoje serve como elo de sociabilidade entre membros que compartilham do

mesmo sobrenome, seja por meio da exaltação de um *ethos de poder familiar*, seja pela força de reconversão que ganha esse orgulho em capital político-eleitoral.

A noção de honra tem adquirido diferentes interpretações ao longo do tempo, o que proporciona à pesquisa o estudo de como tais transformações são absorvidas entre indivíduos de uma mesma simbologia familiar, enquanto atribuição de sentido aos desafios hodiernos. A defesa da vitalidade deste conceito na pesquisa segue o movimento de ideias já existentes, de que não é possível universalizar ou generalizar uma noção fechada de honra, pois seus sistemas são aptos a mudanças a partir das suas atualizações concretas na interação social (ROHDEN, 2006).

A presente tese, com isso, se propõe a contribuir com o debate no campo sociológico e antropológico verificando como operam e se organizam os antigos e novos sentidos morais relacionados a tal noção numa região sertaneja que vem sofrendo constantes transformações nas últimas décadas. A honra, nesta perspectiva, desvelaria um jogo¹⁴ por distinção social demarcada por um passado de violências, envolto agora aos novos sentidos impressos pela dinâmica contemporânea.

A proposta de comparar valores do passado e do presente fornece a possibilidade de compreender esse movimento como parte de um processo (ELIAS, 1997, 1993, 1990, 2001). Apesar do evidente revezamento no poder entre alguns grupos familiares locais durante um longo período em Serra Talhada, a cidade vem registrando avanços consideráveis nos âmbitos econômico e social.

Este cenário tem criado sobre o município uma áurea de “terra promissora”, “desenvolvimentista” e gerado mudanças também nos discursos de lideranças políticas tradicionais da cidade. Concorde-se que essa readequação faz parte dos jogos

¹⁴ A noção de jogo aqui atende à metáfora suscitada por Bourdieu quando da sua leitura da dinâmica entre os campos. Ao se referir a “jogo”, ele se contrapõe à noção de regra advinda do estruturalismo, e busca “demonstrar que os agentes não executam regras de forma mecânica, mas que orientam suas ações em relação aos outros em determinado espaço social de acordo com o sentido do jogo” (MONTEIRO, 2018, p. 103). Em outras palavras, as pessoas em suas práticas “são invariavelmente informadas por uma lógica de competição, de concorrência ou de luta entre agentes (jogadores) que dispõem de recursos desiguais (capitais) e estão interessadas em manter ou melhorar suas posições dentro do jogo – pelo aumento do patrimônio econômico, obtenção de mais cultura, maior reconhecimento profissional...” (SEIDL, 2017, p. 241). Ou, conforme nos diz o próprio Bourdieu (1989, p. 172) na análise do campo político: os interessados no jogo “para não se verem excluídos dele, e dos ganhos que se trate do simples prazer de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena ser jogado*, e que o une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos”. Assim, ao titularmos esta tese como ‘O jogo da honra’, há a pretensão de dialogar com a noção de *habitus: a honra* como produto de um jogo incorporado na luta por acúmulo de capitais e como o próprio capital a ser disputado conforme o sentido do jogo.

simbólicos das elites¹⁵ em torno da construção da democracia brasileira a partir da abertura democrática em 1985 (CORDÃO, 2015). Michelly Cordão defende a tese que tais elites conseguiram conservar suas posições no campo político, mesmo promovendo mudanças de regimes.

Em outros termos, as oligarquias familiares se reorganizaram e remodelaram suas estratégias para continuarem usufruindo do poder. Esse contexto é citado por autores da sociologia política no Brasil como uma redemocratização oligárquica (MONTEIRO, 2017). Concepção que remete às reflexões de Rancière (2014) quando reflete sobre a nossa vivência a partir de um fundamento democrático, porém dentro de um Estado de direito oligárquico.

A partir dessa compreensão, pretende-se dialogar com agendas de pesquisa que estudam elites, parentesco, família e genealogia mediante o trabalho de pesquisadores de diferentes regiões como o Paraná (COSTA DE OLIVEIRA, 2018, 2001, 2012), na Paraíba (MONTEIRO, 2017) e no Maranhão (REIS e GRILL, 2017) que atualizaram os debates sobre sociologia da família, parentesco e política no Brasil. A partir destes estudos, pretendemos promover um diálogo que amplie um pouco mais o entendimento

¹⁵ O termo elite é utilizado nesta tese como sinônimo de grupos dominantes seguindo o entendimento de John Scott (2010, p. 76) quando diz que “é preciso considerar as elites em associação com a distribuição e o exercício do poder em estruturas de comando”. Na visão desse autor, deve-se resistir à tentativa de ampliar mais o termo. Scott afirma que uma abordagem mais útil da noção de elite vai restringir seu significado apenas no sentido de diferenciá-la de outros grupos que não detêm de um tipo especial de poder. Desse modo, se faz um contraponto, em linhas gerais, às teses clássicas sobre elite de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. No início do século XX, estes autores expuseram ideias em concordância com a manutenção das diferenças sociais entre dominantes e dominados. Isto é, seria preciso, sempre, a existência de uma elite dirigente guiando a sociedade, o que para eles era uma tendência universal. “Para os [autores] elitistas a desigualdade é condição necessária para toda sociedade e a ideia de igualdade é inadequada para compreender os termos reais de funcionamento da política” (HOLLANDA, 2011, p. 11). Atenta-se também para a noção de elite presente em Wright Mills (1981), onde membros de uma “elite do poder” (especialmente ligados ao Estado, ao Exército e grandes empresas) formariam um grupo seleto que convive entre si, compartilhando os mesmos círculos de lazer, educação, matrimônios e se conectando para formar um grupo coeso e em constante sintonia. Relativizando Mills, John Scott alerta para o fato de que as elites nem sempre são unificadas ou coesas. Para o autor, as divisões identificadas entre elas “podem impedir a formação de uma elite dirigente mais ampla e impossibilitar que as existentes atinjam uma solidariedade mais completa” (SCOTT, 2010, p. 77). A título de exemplo, em seu livro *O Capital no Século XXI*, o economista francês Thomas Piketty (*apud* MONTEIRO, 2017) fala que o punhado de 0,01% dos mais ricos difere daqueles que detêm o 1% de toda a riqueza do mundo não somente em tamanho de capital econômico, mas também em suas práticas, apesar de fazerem parte da classe dominante. Concordamos, portanto, para fins desta pesquisa, que a noção de elite aqui trabalhada esteja mais em sintonia com a ideia de classes privilegiadas em termos de aquisição e distribuição de poder, que não pode ser compreendida somente pela renda, mas como reflete Jessé Souza (2017, p. 146), “pelos capitais que estejam em seu alcance e que servirão como armas dos indivíduos separados por classes na competição social pelos recursos escassos”. Jessé Souza, por outro lado, usa em seus estudos o termo “elite do dinheiro” – designando um grupo que está acima das classes médias – e que “tende a perceber seu privilégio como decorrente de uma superioridade inata” (*idem*, p. 148).

dessas dinâmicas oferecendo, de nossa parte, uma perspectiva contendo a dimensão moral do elitismo familiar no interior do Nordeste.

Associa-se a isto, o fato de que, na história política de Serra Talhada, membros Pereiras ostentam, entre si, um *self* guerreiro, o qual em alguns discursos reflete-se em favor do progresso da cidade e da região. A construção desse *self* de valentia e coragem é um dos componentes do *ethos de poder familiar* enquanto categoria de análise da tese. Para entender o processo histórico de construção desse *ethos guerreiro*, a pesquisa buscará apoio nas reflexões de Norbert Elias (1990, 1993, 1997) partindo da discussão sobre *civilidade* e *processo civilizador* com vistas à compreensão das estratégias de implantação de uma moralidade própria das classes dominantes em Serra Talhada ao longo do tempo.

Já para a construção de um debate entorno da reconversão de capitais sociais da família Pereira partiremos das reflexões de Bourdieu (1965; 1980; 1989; 2008; 2017, 2011) e agendas de pesquisas herdeiras deste autor¹⁶, especialmente no sentido de compreender como valores podem estar associadas à posição social que cada um dos integrantes do grupo familiar ocupa no campo político da cidade e em que medida suas visões de mundo sofreram transformações ao longo do tempo.

Para a discussão sobre honra, buscou-se apoio na literatura sociológica e antropológica publicada em estudos clássicos sobre o conceito na primeira metade do século XX (MAUSS, 1924; WEBER, 2004; ELIAS, 1997) e após a década de 1960 liderado pelos antropólogos J. G. Peristiany e Pitt-Rivers a partir das coletâneas *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas* (1965) - na qual o sociólogo Pierre

¹⁶ Em sua teoria dos capitais, Bourdieu, por meio de pesquisas empíricas, constatou que “as disputas no interior dos campos não se dão, tão somente, por um tipo de ‘recurso’, mas por ‘recursos’ vários que se traduzem em diversos tipos de capitais (econômico, político, cultural, social, religioso, simbólico, dentre outros)” (MONTEIRO, 2018, p. 71). Assim, tais capitais tornam-se importantes na construção de estratégias de reforço, manutenção, reprodução e transmissão do patrimônio dos agentes na dinâmica social. A noção de conversão de capitais segue o entendimento de que estes agentes podem mobilizar forças para se movimentar no espaço social e, mais particularmente, entre os campos investindo em lógicas de obtenção e acúmulo de “recursos” visando uma lógica de diferenciação. Nessa perspectiva, as lutas por reconversão de capitais fazem parte das estratégias de reprodução. Isto é, cada indivíduo ou grupo se define “por uma estrutura e volume de capital. (...) Porém, quando se produzem mudanças no sistema de instrumentos de reprodução, a estratégia de reprodução que se impõe é a reconversão dos capitais: a utilização de uma espécie de capital para acumular outras espécies de capitais mais rentáveis, acessíveis ou legítimas” (CRIADO, 2017, p. 304). A teoria dos capitais se demonstra, ao nosso ver, interessante para compreendermos a busca por legitimação da honra da família como um recurso na “luta simbólica pela produção do senso comum, ou mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 146).

Bourdieu também participa com análise da sociedade Cabília, na Argélia - e *Honor and Grace in Anthropology* (1992).

Também discutiremos sobre a noção de honra destacando agendas de pesquisas publicadas no Brasil com base em trabalhos clássicos como o de Costa Pinto (1949), Cláudia Fonseca (2000), Carlos Alberto Dória (1993) e, em especial, nas pesquisas dos antropólogos Ana Cláudia Marques (2002) e Jorge Mattar Vilela (2004), que produziram estudos específicos sobre honra na região do Sertão de Pernambuco.

Apresentado o cerce conceitual do trabalho, chama a atenção uma realidade da cidade de Serra Talhada encontrada nas primeiras observações de pesquisa. Um dado que até então não havia sido sistematizado e, por isso, parece muito pouco debatido ou do conhecimento da população em geral, é a teia de interdependência entre famílias tradicionais do lugar.

Tomando por base o ano de emancipação do município, em 1851 até hoje, foi possível perceber a concentração do poder político entre, praticamente, as famílias Godoy, Pereira, Magalhães, Oliveira e Carvalho. Matrimônios, alianças e compadrios propiciaram a garantia de privilégios e apoio entre alguns destes grupos num contexto histórico específico com reflexos na conquista de postos de controle no Estado durante gerações e, principalmente, após a Constituição de 1988.

Outro dado que até então parecia desprovido de sistematização, o qual apresentamos nesta análise, foi a participação praticamente ininterrupta de membros da família Pereira do Pajeú em batalhas violentas envolvendo revoltas e revoluções políticas que assolaram o Brasil ainda no período colonial e imperial e que se estenderam até a Revolução de 1930. Essa constatação evidencia uma realidade também muito pouco difundida na cidade sobre os motivos da emancipação de Serra Talhada.

Na verdade, o município não foi alçado do nada da categoria de vila à cidade emancipada. Isto é, não cresceu somente por ser um entreposto geográfico privilegiado para comerciantes ou como o senso comum mais apregoa: pela capacidade pujante do seu povo encarnado por um talento ao labor incansável. Esse pensamento na verdade reforça uma visão normativa sobre um histórico de progresso de Serra Talhada, tese essa que, aparentemente, toda a cidade estaria fadada a aceitar.

No entanto, com base nos relatos históricos contidos nos livros de memória da família Pereira, a elevação do lugar ao que se chamava à época de “cabeça” ou sede de comarca, teve grande influência dos Pereiras que, na época, faziam frente aos interesses

no Partido Conservador do Império. Líderes Pereiras comandaram um revide violento e sanguinário à interiorização em Pernambuco da chamada Revolução Praieira, de 1848.

O lugar virando município foi uma espécie de compensação a este grupo em retaliação à revolta liberal ocorrida na então sede da Comarca de Flores, a qual Serra Talhada, enquanto vila, ainda estava vinculada. Após dias de tiroteio entre liberais e conservadores no Sertão, e conseqüentemente, mortes e prisões dos liberais, com a contenção dos insurgentes em Recife, inaugurou-se um revezamento no poder de gerações de Pereiras na máquina municipal nas primeiras décadas do século XX.

Do ponto de vista da produção de sentidos morais da família, outro dado apresentado nesta investigação evidencia como a honra ajudou a forjar o *ethos* guerreiro dos antepassados deste grupo, a partir do que destacamos serem divisores de águas na trajetória dos Pereiras, sendo estes: a) A chefia e, posteriormente, entrega de todo um bando de cangaceiros liderado por um dos “heróis” da família Sebastião Pereira ao cangaceiro Lampião; b) a postura beligerante da família encarnada durante quase um século de batalhas sangrentas; c) a conduta de seus heróis em defesa da honra de seus membros diante a repressão imposta pelo Estado.

É salutar dizer que esta tese percorre uma senda já aberta por outras experiências de pesquisa. Por isso a importância de destacar motivações que nos levaram a escolher este caminho temático. A semente conceitual que inspira essa abordagem vem ainda do nosso mestrado em Comunicação, quando investigamos a construção de sentidos morais presentes nos discursos políticos dos candidatos ao Governo da Paraíba, nas eleições 2014. De uma análise de abrangência estadual, surgiu a curiosidade de direcionar o olhar para o nível local, dessa vez, com foco sociológico na cidade de origem deste pesquisador.

Com essa ideia em mente, já no doutorado, começamos a observar com mais cuidado as condutas e visões de mundo da classe política em Serra Talhada e a perceber como a cultura política da cidade sempre esteve ligada, direta ou indiretamente, a sobrenomes tradicionais. Foi a partir dessa constatação que tivemos contato com as primeiras leituras sobre família, elite, parentela política e honra mediante conversas com a nossa orientadora, participação em eventos científicos e em disciplinas com foco em Sociologia da Moral e Sociologia Política ministradas no PPGS/UFPB.

Este foi o sinal para ampliarmos os questionamentos rumo a uma pesquisa de campo que pudesse se tornar palpável mediante um trajeto metodológico claro, que iremos apresentar a partir de agora.

Mapa 1: Serra Talhada no contexto geográfico de Pernambuco



(Fonte: Google Maps)

Mapa 2: Sertão do Pajeú, em amarelo, no contexto de Pernambuco



(Fonte: Google Maps)

1 - Fundamentos metodológicos: o olhar da pesquisa, abordagens e procedimentos

Se faz necessário apresentar brevemente a construção didática desta etapa para o conjunto da pesquisa. Ela divide-se em três linhas de articulação de pensamento, tendo o intuito de mostrar que tipo de postura o presente trabalho tem sobre o objeto em análise, delimitando com isso: a) o olhar sociológico da pesquisa; b) o viés metodológico da pesquisa; c) estratégias de abordagem e procedimentos utilizados para apreensão dos dados de campo.

Refletir sobre a pesquisa sociológica e a importância do lugar do sociólogo neste processo lembra que somos influenciados por experiências que nos impelem a pensar

nos próprios lugares sociais de que fazemos parte, como nos lembra Bourdieu, Chamboredon, Passeron (2002, p. 91):

O conjunto das características que definem cada pesquisador, a saber, seu tipo de formação (científica ou literária, canônica ou eclética, acabada ou parcial, etc), seu estatuto na universidade ou em relação à universidade, as instituições de que faz parte, suas afiliações de interesses e participação em grupos de pressão propriamente intelectuais (revistas científicas ou extra científicas, comissões ou comitês, etc), contribui para determinar suas possibilidades de vir a ocupar esta ou aquela posição, isto é, adotar estas ou aquelas oposições no campo epistemológico.

É com essa perspectiva que a investigação se desenha, isto é, em uma região onde o familismo político vigora por meio de herdeiros remodelados pelo contexto democrático pós Constituição de 1988 e de onde o pesquisador problematiza o seu próprio enraizamento social. No presente caso, a atualização aparentemente ininterrupta de gerações rivalizando e convivendo no mesmo campo político segue o sentido do que Bourdieu classifica como reprodução. Ou seja, a repetição, no decorrer da história, de um sistema de estratégias de reforço ao *status quo*, enquanto noções que tornam possível aquilo que permite que:

a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns pouco acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam ser permanentemente vistas como aceitáveis e até como naturais (BOURDIEU, 2017, p.11).

A construção metodológica desta tese vai em consonância com a ideia de que a naturalização de condições sociais ao longo do percurso histórico deve ser encarada pelo pesquisador em sociologia com um olhar que busque a desmistificação de tais estruturas e de suas relações. No caso de Serra Talhada, o que leva os indivíduos a se comportarem num determinado sentido que faça com que certas famílias perpetuem seu poder com tanta regularidade no espaço-tempo?

Norbert Elias (2001, p. 45), além de Bourdieu, pode nos ajudar a refletir sobre essa questão quando aponta para uma postura engajada do pesquisador contra as mistificações da realidade. “O que eu queria de fato era levantar o véu das mitologias que mascara nossa visão da sociedade, a fim de que as pessoas pudessem agir melhor e de maneira mais sensata; pois tinha a convicção de que uma visão assim deforma o olhar que se tem sobre as coisas”.

Elias reflete sobre a condição do sociólogo como um caçador de mitos. Para o autor, a pesquisa sociológica nasce de um grupo de pessoas que se contrapõem, de forma científica, às ideias dominantes geralmente aceitas pela grande maioria da sociedade mesmo quando são defendidas pelas autoridades reconhecidas.

Os sociólogos, por meio do método científico “esforçam-se por substituir mitos, ideias religiosas, especulações metafísicas e todo o tipo de imagens não fundamentadas dos processos naturais, por teorias testáveis, verificáveis e susceptíveis de correção por meio da observação factual (ELIAS, 2008, p. 56). Assim, reforça:

A tarefa que a ciência tem de perseguir os mitos até à morte e de demonstrar que certas crenças generalizadas não são baseadas nos factos, nunca será totalmente realizada, pois que, tanto dentro como fora dos grupos de cientistas especializados, há sempre quem converta as teorias científicas em sistemas de crenças. Extrapolam-se as teorias e usam-se de um modo perfeitamente divorciado de uma investigação dos factos teoricamente orientada (ELIAS, 2008, p.56).

Elias a partir desta citação esclarece, no entanto, os riscos que os pesquisadores correm também ao fazerem da própria ciência um sistema de valor a ser seguido, elevando-a assim ao patamar da ideologia e, conseqüentemente, alimentando os próprios mitos que deveria ajudar a dissipar. Não é uma tarefa fácil, porque o próprio objeto da sociologia está associado a significados, subjetividades e valores, como reforça Plummer (2015, p. 178):

A vida humana é organizada por meio de relações de poder – alguns grupos (e pessoas) têm autoridade e status superior ao de outros grupos e pessoas. Seria ingênuo imaginar que os sociólogos estão fora desse processo político. A sociologia também está imersa em um mundo em rápida transformação e é parte dessa mesma transformação. Por isso a tarefa da sociologia é compreender esse poder, esse significado e essa transformação por meio do que pode ser chamado de uma “objetividade adequada”, uma luta para chegar à verdade da sociedade, embora isso seja improvável.

Partindo dessa reflexão, aponta-se aqui para o fortalecimento de uma pesquisa sob um olhar sociológico no caminho que Raymond Aron (*apud* PAUGAM, 2015, p. 63) sugere ser de equidade na condução da investigação. “Convencido que a neutralidade é impossível e que a única verdade dos fatos não garante a objetividade, Aron propõe ao sociólogo tentar alcançar a equidade na localização dos fatos e na composição da imagem intelectual, conceitualmente clarificada, da sociedade”.

Nesse mesmo caminho Bourdieu, Passeron e Chamboredon (2002) falam da postura do sociólogo em perseguir um princípio de ruptura na construção da pesquisa. Ou seja, há a necessidade de se romper com as ilusões dos saberes imediatos posto que o saber sociológico, conforme estes autores, não pode ser confundido com o conhecimento espontâneo do senso comum. Eles alertam para o cultivo de uma vigilância epistemológica enquanto postura de autocrítica constante no intuito de evitar que a pesquisa seja contaminada por prenoções e o etnocentrismo.

(...) as advertências contra o etnocentrismo têm pouco peso se elas não forem incessantemente reavivadas e reinterpretadas pela vigilância epistemológica. Com efeito, é ainda a lógica do etnocentrismo que, no seio da mesma sociedade, rege as relações entre os grupos: o código utilizado pelo sociólogo para decifrar as condutas dos sujeitos sociais constitui-se no decorrer de aprendizagens socialmente qualificadas e participa sempre do código cultural dos diferentes grupos de que faz parte. Em todos os pressupostos culturais que o pesquisador corre o risco de aplicar em suas interpretações, o ethos de classe, princípio a partir do qual se organizou a aquisição dos outros modelos inconscientes exerce uma ação da forma mais larvar e mais sistemática. (...) No entanto, a vigilância epistemológica nunca conseguiu acabar com o etnocentrismo (BOURDIEU, PASSERON, CHAMBOREDON, 2002, p. 92).

Berger (2001), por sua vez, reflete que a sociologia é menos uma ação e mais uma maneira de se compreender o mundo. É, assim, um olhar. Uma lente de percepção que nos leva a enxergar convites de reinterpretação sobre o mundo da vida e sobre nossas próprias relações com o real, numa postura crítica das condicionantes sociais e históricas de nosso tempo.

O olhar sociológico com o qual a presente pesquisa está comprometida segue este entendimento, interessado mais pela compreensão das forças que sustentam a fachada das relações cotidianas. “O fascínio da sociologia está no fato de que sua perspectiva nos leva a ver, sob nova luz, o próprio mundo em que vivemos. Isto constitui uma transformação da consciência” (BERGER, 2001, p. 31).

Bauman (2010, p.186) reforça este argumento quando reflete que “a sociologia ilumina os meios pelos quais conduzimos nossas vidas e também questiona tal adequação com a produção de estudos e pesquisas que incitam e desafiam a imaginação”. Em outros termos, o olhar sociológico leva a um processo de compreensão das lógicas do cotidiano para além da naturalidade que evocam “a partir do qual podemos aprender mais sobre nós mesmos, os outros e as relações entre nossas

inspirações, ações e as condições sociais que criamos e nas quais vivemos” (BAUMAN; MAY, 2010, p. 200).

Este olhar, corroborado também por Lamieux (2015), tem o potencial de tornar enigmático tudo aquilo que parece normal aos olhos da maioria, a partir de um espírito crítico que torna problemático o mundo social em que vivemos.

Diante de situações em que a maioria dos atores prioriza um olhar sobre uma atividade social, buscando naturalizá-la, o sociólogo ao endereçar-lhe certos tipos de questões, pode fazer reaparecer o arbitrário e a indeterminação que esta tentativa de naturalização lhe negou. [O espírito sociológico] exige do pesquisador a capacidade de levantar problemas sobre determinadas realidades sociais que para os atores implicados não existem, ou que existem, mas de forma a menosprezar sua natureza social. Semelhante gesto crítico está no fundamento de toda postura sociológica autêntica (LAMIEUX, 2015, p. 34-35).

Ou como reflete Paugam (2015, p. 355): “A reflexividade sociológica começa pela ruptura com o senso comum, isto é, com as representações compartilhadas por diversos componentes da sociedade, mas igualmente pelas instituições que garantem a manutenção das regulações sociais”. Assim, com o cuidado de não se perder neste processo de desvelo, a presente tese recorre ao uso de lentes que ajudam a aproximar o olhar do pesquisador para os fatos encontrados mediante escolhas metodológicas. Uma dessas lentes se apoia no viés qualitativo da pesquisa.

Giddens e Sutton (2017, p. 54-55) definem o aporte qualitativo como uma abordagem que busca o conhecimento profundo explorando o raciocínio e os processos de decisão de indivíduos e grupos. Por este caminho “os sociólogos tentam entender como a vida social é vivida e como as pessoas interpretam e compreendem a sua posição social. O objetivo é se aprofundar na qualidade da vida social das pessoas, não medir o formato e o tamanho da sociedade como um todo” (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 54-55).

Assim, aplicamos diferentes técnicas de procedimento no percurso metodológico da pesquisa, começando pelo método genealógico enquanto aporte para descortinar processos de concentração de poder, ao longo da história, por parte de famílias políticas. Em artigo publicado na Revista Brasileira de Sociologia, em 2017, pesquisadores interessados no estudo da relação entre família, elite e política no Brasil, destacaram naquele ano:

Pelo menos 319 deputados (62% do total da Câmara dos Deputados) e 59 senadores (73% do total de representantes do Senado Federal) têm vínculos

de parentesco com políticos, de modo que atualmente quase dois terços dos deputados federais e três quartos dos senadores pertencem às famílias políticas, muitas conhecidas nacionalmente há várias décadas e algumas há séculos no poder legislativo (OLIVEIRA, GOULART, VANALI, MONTEIRO, 2017, p. 166).

De 2017 para cá o cenário se agravou. Especialmente, com a eleição de 2018, quando um reduto familiar com cerca de 30 anos de vivência política assumiu, dessa vez, a Presidência da República, com Jair Messias Bolsonaro. Ele mantém três filhos na vida pública, em diferentes esferas de poder. Os Bolsonaro são um exemplo atual de como determinadas famílias e seus sobrenomes, durante décadas e mais décadas, quase nunca perderam espaço no campo das instituições de decisões políticas. “Indivíduos pertencentes às tradicionais e endinheiradas famílias têm ocupado, de forma hegemônica e contínua, cargos eletivos e funções de nomeação nas esferas municipais, estaduais e federais (OLIVEIRA, GOULART, VANALI, MONTEIRO, 2017, p. 167).

Exercitando o olhar para o âmbito local, esta pesquisa identificou uma relação de poder da família Pereira do Pajeú em, praticamente, todos os importantes momentos históricos da política nacional, com atuações, em boa medida, à frente de movimentos armados no período do Império, República Velha, Revolução de 30, Ditadura Militar e Redemocratização. São mais de 200 anos assumindo cargos de comando nas esferas municipal, estadual e federal em Serra Talhada e Pernambuco, durante cinco momentos marcantes da história do país.

Assim, o método genealógico foi utilizado nesta tese para identificação de redes de parentelas políticas dos Pereiras como suporte inicial a um trabalho mais aprofundado de mapeamento da produção de sentidos morais da família. O sentido de parentela utilizado aqui segue o entendimento proposto por Linda Lewin (1993) quando reflete que o termo remete a grupos interconectados por uma extensa família interdependente não apenas pelo laço de sangue, mas por meio de indivíduos que integram o centro político dos interesses da oligarquia, sendo eles frutos de casamentos, apadrinhamentos e também de amizades.

Atualmente, agendas de pesquisas propostas por Letícia Bicalho Canêdo (1994, 2011) e Ricardo Costa de Oliveira (2001, 2012, 2018) são algumas das mais relevantes no sentido de compreender a genealogia “como método fundamental à compreensão das estruturas de poder e riqueza no Brasil contemporâneo” (MONTEIRO, 2016, p. 18). Letícia Canêdo observa a prática da genealogia como uma estratégia simbólica de

grupos tradicionais darem legitimidade a certas descendências. Dessa maneira, nos diz a pesquisadora, asseguram, em seu mapa, um sentimento de continuidade e coesão entre diversas gerações de uma mesma família.

Dessa forma, torna verdadeiro muitos parentescos que, na verdade, foram construídos sobre a base de diversas manipulações. Trata-se de manipulações necessárias à acumulação de um capital simbólico: os elementos da experiência coletiva que um determinado grupo procura lembrar e ver lembrados são filtrados pelo genealogista que os transforma em símbolos. Os símbolos de experiências sociais consideradas importantes, que devem ser transmitidas por meio de exemplos concretos, com capacidade de aglutinar pessoas para uma mesma visão do mundo, oferecendo a elas uma identidade. Na memória dos indivíduos passa a coabitar a memória específica da família misturada com as lembranças ligadas à sociedade em geral (CANÊDO, 1994, p.99).

Ricardo Costa de Oliveira, de outro modo, vê no método genealógico um instrumento profícuo à sociologia para identificar estruturas de poder.

A genealogia é uma técnica de pesquisa sociológica e histórica dos indivíduos e das famílias, produzindo resultados quantitativos e qualitativos dos itinerários e histórias de vida dos indivíduos e suas famílias em perspectivas multigeracionais. A estrutura social também é uma estrutura genealógica. A riqueza e a pobreza também podem ser formas sociais hereditárias, quando pensamos em termos de grandes agregados coletivos na longa duração. A genealogia é a ciência da história das famílias e fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a sociologia dos ricos e poderosos, revelando estruturas de parentescos e as relações de parentesco entre diferentes indivíduos e famílias ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2011, p.2).

Ricardo Costa de Oliveira (2009, p. 5) ressalta ainda que “o estudo dos ricos e poderosos também é um estudo de biografias e de genealogias, que formam parte considerável da mesma elite e classe dominante”. Reforçando esse entendimento, Monteiro (2016) afirma que o método genealógico tem força para desmistificar um sentido de naturalização de quadros políticos eleitos a partir de sua linhagem familiar, mas não apenas sob condições “construídas e constituídas por meio da transmissão biológica, tão somente. É possível, através do discurso sociológico, ultrapassar o naturalismo produzido pela própria ciência” (MONTEIRO, 2016, p. 22).

O segundo método de procedimento aplicado na pesquisa com base no viés qualitativo é a análise comparativa dos livros de memória escritos por membros da família Pereira. Este procedimento nos ajudou no estímulo ao que Paugam e Velde (2015, p. 290) classificam como raciocínio comparatista.

A comparação não é um fim em si, é um meio de problematizar outramente um objeto. Todo sociólogo é um comparatista que se ignora; ele incorpora sistematicamente a postura comparatista em sua demonstração científica: o raciocínio sociológico não somente o convida a confrontar as características de um fato social à representação que inicialmente ele se fazia, mas o leva igualmente a comparar os múltiplos determinantes entre si – sexuais, sociais, territoriais – do fenômeno do qual ele busca prestar contas.

Um dos objetivos metodológicos do trabalho é, portanto, contrapor valores compartilhados por membros da família Pereira ao longo dos momentos históricos do Brasil (Império, República Velha, Pós-Revolução de 30, Redemocratização), épocas estas em que os feitos dos “heróis” e patriarcas da família ganham destaque em seus livros. Assim, o raciocínio comparatista coloca frente a frente a conduta dos Pereiras do passado aos valores dos seus herdeiros contemporâneos, no contexto pós Constituição de 1988.

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. Assim é que podem ser realizados estudos comparando diferentes culturas ou sistemas políticos. Podem também ser efetivadas pesquisas envolvendo padrões de comportamento familiar ou religioso de épocas diferentes (GIL, 2016, p.16).

Dentro do leque metodológico do trabalho, a utilização de livros de memória entra no campo da análise heurística documental. É uma abordagem que segue os passos da pesquisa bibliográfica, no entanto, a diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a abordagem bibliográfica, detalha Gil (2016, p.51), “se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Com isso, os livros de memória utilizados como substrato de análise da tese são os seguintes: *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias* (1974); *Serra Talhada: 250 anos de história e 150 anos de emancipação política* (2001). Um dos primeiros padrões verificados como característica recorrente, nestas obras, é o esforço narrativo que seus escritores, descendentes da linhagem Pereira do Pajeú, fazem em favor da construção de um *ethos guerreiro* de seus antepassados. Um outro padrão é a aposta na legitimação de laços de consanguinidade entre os familiares por meio de genealogias.

A abordagem qualitativa também proporcionou o aprofundamento deste estudo por meio de entrevistas. Na visão de Barbot (2015, 102), essa técnica:

pelo fato de ter-se largamente expandido em uma diversidade de abordagens sociológicas não parece mais distintiva de uma corrente de pesquisa particular. Seus usos se multiplicaram e, em um bom número de pesquisa, a entrevista tornou-se referência padrão, suposta a prestar contas de modalidades de coleta dos materiais que, de fato, mostram-se como heterogêneos.

Algumas das entrevistas realizadas ocorreram durante o 3º Encontro Nacional de Família Pereira do Pajeú, festa comemorativa do grupo realizada em novembro de 2019, em um clube privado da cidade. Na oportunidade recorremos também à técnica da observação participante, onde compartilhamos da mesma mesa com um grupo de familiares, provando da comida, bebida, da música e, principalmente, das conversas que motivaram o encontro.

Sobre a observação participante, Pedro Demo (1995, p. 240) reflete que a técnica oferece ao pesquisador, de um modo geral, o cenário “mais coerente para a gestação do intelectual orgânico, ao aceitar identificar-se com a comunidade na prática, trazendo como colaboração eminente a construção cuidadosa, inteligente, arguta, efetiva da contra-ideologia: ciência a serviço da emancipação social”. Antônio Carlos Gil reforça: (2016, p. 103): “A observação participante consiste na participação real do conhecimento da vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, até certo ponto, o papel de um membro do grupo”.

No intuito de se tentar evitar maiores brechas na condução metodológica, leva-se em conta também, dentro da opção pela observação, o acompanhamento dos discursos dos principais candidatos da família Pereira durante períodos eleitorais em Serra Talhada, em termos de gravação de seus pronunciamentos em palanques, declarações na imprensa e a midiatização de suas imagens e formas de pensar nas redes sociais (Facebook, YouTube e Instagram). Essas plataformas estão repletas de vestígios da história política do município e foram acrescentadas ao escopo de análise da pesquisa. Tivemos acesso ainda a arquivos de vídeos antigos de discursos de ex-prefeitos da família, o qual obtivemos mediante consulta ao acervo do museu da cidade (Fundação Cultural de Serra Talhada).

A nossa abordagem metodológica se inspira nas sociologias de Norbert Elias e Pierre Bourdieu. O modelo figuracional de Elias nos leva à compreensão de dinâmicas

que permeiam a vida da família Pereira do Pajeú a partir de uma abordagem interdependente, relacional e processual. Como foi dito na introdução deste tópico, o olhar sociológico, para este autor, fornece possibilidades de desmistificar lógicas de poder e ordenamentos sociais cristalizados no senso comum. Impulsionar esse descobrimento é ter a noção de que cada “indivíduo está ligado aos outros por um fenômeno de dependência recíproca” (ELIAS, 2001, p.56).

Em outros termos, as pessoas apenas existem dentro de uma rede de relacionamentos, condição que deve ser levada em conta pelo pesquisador. Elias metodologicamente percebeu que a interação entre os indivíduos produz configurações específicas que culminam em teias maiores e mais complexas de conexões. Isso o levou a compreender o agir dos indivíduos como um jogo de forças que ora se anula, ora se rearticula. No argumento de Norbert Elias, as pessoas em suas rotinas diárias são confrontadas por maneiras de criar vínculos ou elos que permitam harmonizar necessidades e inclinações individuais e, de outro modo, se adequar às exigências impostas a cada indivíduo pelo coletivo.

(...) só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode existir uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito. A dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que nos apresentam, uma das coisas sempre leva a pior. (...) parece haver sempre um conflito considerável, um abismo quase intransponível para a maioria das pessoas implicadas (ELIAS, 1994, p.17).

A sociedade é, assim, produto de uma rede de relações e negociações onde o entrelaçamento de interesses liga uns aos outros a um tecido figuracional maior. Portanto, a abordagem metodológica desta tese inspirada em Elias tem a noção de que não existe a possibilidade de singularizar personagens da família Pereira do Pajeú, antes disso, é preciso encará-los dentro de um contexto social onde condutas e afetos se atraem. Os dilemas individuais dos personagens investigados aqui, advêm desta visão relacional da sociedade, a qual dá à pesquisa o impulso necessário para trilharmos um caminho rumo a questões conjunturais.

De outro modo, a noção de trajetória de vida presente em Bourdieu contribui com a compreensão metodológica da tese mediante a observação das posições sociais que os integrantes da família Pereira do Pajeú assumem no campo em que atuam. Bourdieu alerta para o perigo de pesquisas cederem à tentação da construção de

histórias de vida que, longe de oferecerem problemáticas, conflitos e contradições de personagens ou grupos, investem numa constância de fatos concatenados e harmonicamente lineares. Daí decorre o que o autor chamou de ilusão biográfica.

Tomando como inspiração o legado conceitual deste sociólogo, a noção de trajetória se fortalece enquanto condução metodológica quando se reflete sobre os indivíduos da pesquisa observando o seu *habitus*, encarado enquanto sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2015).

Nessa dinâmica, a trajetória torna-se o movimento social dentro deste lugar que está em constante transformação e onde nos parece mais profícuo desvelar estruturas de dominação submersos na aparente singularidade do indivíduo, pois se pretende ir além disso. Partindo da noção de trajetória e *habitus* em Bourdieu, entende-se que o sistema de honra compartilhado por integrantes da família Pereira do Pajeú, ora analisado na presente pesquisa, opere lógicas de atribuição de valor e concepções de mundo que independam de seus indivíduos, no sentido de que suas visões de mundo estejam ligadas “ao conceito de agente operando em um campo de forças, muitas vezes sem atinar para o sentido real de sua ação, em um conjunto mais vasto de caminhos possíveis a sua geração” (MONTAGNER, 2007, p.256).

2 - Sobre a estrutura da pesquisa

Da **Introdução**, onde foram apresentados a temática, o objeto, a problemática da pesquisa, bem como seus objetivos e referenciais teóricos-metodológicos, esquematiza-se agora como a tese está construída em capítulos, obedecendo a seguinte estrutura:

No **Capítulo I** apresenta-se um debate acerca do conceito de honra na contemporaneidade, as críticas ao termo e a hipótese pela sua validade e atualidade enquanto categoria de análise. Posteriormente, se constrói um debate sobre o papel da honra na formação cultural do Sertão nordestino e apresentam-se agendas de pesquisas contemporâneas sobre o termo.

No **Capítulo II** delinea-se os primeiros resultados empíricos da pesquisa quanto à condução de uma genealogia política da família, bem como analisa-se elementos que

contribuem para a construção de um *ethos de poder familiar* a partir da observação de eventos organizados pela família e discursos defendidos pelo grupo em seu site.

O **Capítulo III** expõe as representações de honra da família com base nos seus livros de memória, focando na trajetória dos principais ícones bélicos da família e dos embates históricos que contribuíram para fortalecer a noção de distinção e nobreza do grupo e onde apresentamos a economia moral do *ethos guerreiro* da família com base na relação afeto/valor/conduta.

O **Capítulo IV** apresenta os efeitos de um processo civilizador vivenciado pela família Pereira, expondo uma reconversão moral vivenciada pelo grupo como tese crucial para entender as transformações sofridas pelo município até o período da Redemocratização e a partir do que classificamos ser a passagem de um *ethos guerreiro* para um *ethos parlamentar*. Ao final, apresentamos a economia moral do *ethos parlamentar* da família com base na relação afeto/valor/conduta.

O recorte temporal aqui adotado toma como ponto de partida 1851, ano da emancipação política de Serra Talhada, quando a cidade teve o seu primeiro intendente, da família Pereira, Manoel Pereira da Silva e vai até 1997, ano em que um dos maiores empreendedores morais e expoente político da família Pereira à época profere um de seus últimos discursos públicos. Esse pronunciamento foi registrado num dos livros de memórias aqui analisados. A delimitação desse percurso de quase 150 anos nos fornece uma perspectiva processual afim de compreendermos transformações no ethos da família demonstrando como antigas lógicas morais se perderam no tempo, permaneceram ou foram modificadas mesclando-se aos novos contextos. E afetando, assim, o comportamento das novas gerações, afastando-as de antigas condutas como a da vingança, por exemplo, em favor de outros valores na seara contemporânea.

Por mais que se proponha investigar um objeto de uma forma mais abrangente possível, tem-se a consciência da impossibilidade de captar toda dimensão social que envolve Serra Talhada e a temática em análise. Este trabalho, no entanto, busca oferecer uma contribuição crítica e sistematizada sobre uma parte da realidade histórica do município e de seus habitantes, acreditando lançar sementes e inspiração para novas pesquisas. Contudo, apresentamos aqui nossas descobertas acerca da construção subjetiva de um grupo dominante, com base no universo de valores da família Pereira do Pajeú.

CAPÍTULO I

UM DEBATE SOBRE A HONRA NA CONTEMPORANEIDADE

A análise social numa perspectiva histórica ou, mais precisamente, de temáticas que possuem em seu escopo epistemológico o dinamismo e a transformação ao longo do tempo, tem entre suas características a força de estimular novas investigações mediante a atualização de certas agendas de pesquisa e de debates no campo em que se situa. Uma discussão acerca da produção de sentidos morais numa sociedade em constante mudança é um exemplo de como uma visão processual dos fatos se faz importante à metodologia das Ciências Sociais, rumo à lapidação de um conhecimento que não seja simplificado o bastante para apresentar, tão somente, uma coletânea de cenas históricas sobre um objeto em perspectiva. Com isso, a palavra-chave que ambienta o pano de fundo da presente tese é transição. Paulo Freire (1983, p. 17), sobre o termo, reflete:

Uma determinada época histórica é constituída por determinados valores, com formas de ser ou de comportar-se que buscam plenitude. Enquanto estas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos indivíduos, que procuram a plenitude, a sociedade está em constante mudança. Se os fatores rompem o equilíbrio, os valores começam a decair; esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas como esta não morre, os novos valores começam a buscar a plenitude. A este período, chamamos transição. Toda transição é mudança, mas não vice-versa - atualmente estamos numa época de transição.

Com base nesta citação, falar em transição requer observar as relações sociais do ponto de vista histórico, sob o entendimento de que os valores da humanidade se modificam ao longo de um processo, principalmente em extensos períodos, e podem ser analisados como condicionantes em constante transformação, cabendo à Sociologia compreender as regularidades dessa fluidez¹⁷.

Considera-se, nesta perspectiva, que os estudos sobre condutas vinculadas à noção de honra se apresentam dentro de um campo de debate ainda fluido, isto é, em movimento, apesar de pesquisas clássicas terem lançado importantes bases conceituais sobre o tema, especialmente, no campo antropológico a partir da década de 1960. No

¹⁷ Weber (*apud* QUINTANEIRO, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015, p.144) nos diz que a Sociologia e a História compreendem a ação conforme interpretam o seu sentido. O sociólogo, no entanto, busca as conexões de sentidos racionais e, com certa dificuldade, aquelas que são atingidas pela força de irracionalidades ou mesmo orientadas por valores, principalmente se não for sensível a eles e quer conseguir revivê-los. Assim, cabe à Sociologia o estudo das regularidades, os modos típicos de desenvolvimento da ação, enquanto a História estuda as conexões singulares.

entanto, antes mesmo disso, outras análises nas Ciências Sociais já enxergavam formas de agir e sentir associadas à honra como ativadores de padrões de sociabilidades específicos. Tais agendas de pesquisa, porém, ainda não tinham a honra como objeto principal a ser investigado, como veremos agora.

1.1 As considerações de Max Weber, Norbert Elias e Marcel Mauss

Um desses estudos partiu de Max Weber (2004) quando vislumbrou, no início do século XX, a honra como elemento de ordenamento social ao analisar a maneira em que era distribuída entre o que chamou de grupos de status. O autor denominou de “ordem social” a forma em que a honra numa comunidade se apresentava dispersa entre seus integrantes. Assim, ofereceu três conceitos para a compreensão de ações coletivas: 1) classes; 2) estamentos ou grupos de status; e 3) partidos políticos.

A partir destas três categorias, Weber tentou compreender como funcionam formas diferenciadas de distribuição de poder mediante a análise dos signos de riqueza, de distinção ou de poder político, sem esquecer que cada pessoa poderia “participar ao mesmo tempo de diferentes esferas, como: ser membro de um partido, desfrutar de um certo grau de prestígio e ter uma propriedade” (QUINTANEIRO, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015, p.123).

Delimitando-os, de uma forma geral, a situação de classe foi relacionada à indivíduos que compartilham da mesma posição quanto à propriedade de bens e quando, especialmente, o produto das ações destes grupos se torna eminentemente econômico, regido pelo interesse em empenhar-se por acúmulo de poder mediante o campo do mercado e do lucro. Em outros termos:

Falamos de uma classe quando: 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um comportamento causal específico de sua oportunidade de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos e isto 3) em condições determinadas pelo mercado de bens ou do trabalho (situação de classe) (WEBER, 2004, p. 176).

Por outro lado, Weber interpretou também que a dinâmica em sociedade pode ser definida não pela “ordem econômica”, mas pela “ordem social” onde se distribuem lógicas de honra. Neste palco de lutas, o conteúdo das relações sociais baseia-se em regras de pertença a grupos de status ou estamentos. “A honra estamental costuma

encontrar sua expressão na exigência de uma condução da vida específica, dirigida a todos que querem fazer parte do círculo” (WEBER, 2004, p. 181). Sendo mais específico, o pensador detalha:

Em contraste com a situação de classes, determinada apenas por motivos econômicos, desejamos designar como situação de status todo o componente típico do destino humano determinado por uma estima específica, positiva ou negativa, da honraria. Essa honraria pode estar relacionada com qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos e, de certo, pode estar relacionada com uma situação de classe: as distinções de classes estão ligadas, das formas mais variadas, com as distinções de status (WEBER, 2013, p. 131).

A distribuição de poder entre indivíduos ou grupos de status se opera essencialmente mediante uma batalha constante por distinção. Weber cita em seus estudos, como exemplo, a questão do laço sanguíneo e da linhagem familiar enquanto mecanismo de acesso a esse patamar de honra social “o qual é comparável, dentro de certos limites, ao prestígio que pretendem as chamadas famílias tradicionais de algumas regiões brasileiras” (QUINTANEIRO, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015, p.123).

Com isso, ao buscar investigar a formação de uma elite política em Serra Talhada, tendo como foco a trajetória da família Pereira do Pajeú, parte-se aqui do ponto de vista de como grupos familiares específicos no Sertão de Pernambuco se organizaram, ao longo do processo histórico, em busca de honra social, mas sem dissociar-se da “situação de classe”.

Se quer dizer com isso que, “na chamada democracia moderna pura, isto é, a democracia destituída de quaisquer privilégios estamentais, pode acontecer que somente as famílias pertencentes aproximadamente à mesma categoria tributária, dancem umas com a outras” (WEBER, 2013, p.131). Nessa “dança”, usada por Weber como sinônimo de revezamento no poder, indivíduos inclinados socialmente à postura de grupos de status, agora imersos no contexto neoliberal, podem atuar em busca de estima social por meio de novas estratégias.

O sociólogo alemão já sinalizava que a reivindicação em defesa da força de um sobrenome serviria de passaporte rumo à aquisição e distribuição de privilégios. Ele exemplifica isso falando da influência de ricas famílias tradicionais da cultura política

dos EUA¹⁸, bem como membros de seitas e de todo tipo de círculo social que buscasse se distinguir mediante características ou insígnias específicas.

Para Weber (2013, p. 132), “todos esses elementos usurpam a honraria estamental. O desenvolvimento do estamento é essencialmente uma questão de estratificação que se baseia na usurpação, que é origem normal de quase toda a honra estamental”.

O surgimento do poder econômico pode, antes pelo contrário, ser consequência de um poder já existente por outros motivos. E poder, por sua vez, não é buscado exclusivamente para fins econômicos (de enriquecimento), pois o poder também o econômico pode ser apreciado “por si mesmo”, com muita frequência o empenho por ele também está condicionado pela honra social que traz consigo. (...) a honra social (o prestígio) pode ser, e com muita frequência o foi, a base de poder, também daquele de natureza econômica. A ordem jurídica pode garantir, além do poder, também a honra (WEBER, 2004, p. 176).

Assim, os estamentos na lógica weberiana, expressam a honra mediante condutas e estilos de vida específicas, por meio de certos comportamentos, maneiras de expressão, pelo consumo de determinados bens, uso de determinadas roupas e objetos, entre outros monopólios materiais. A partir disso reivindica-se o direito de se dedicar a determinados afazeres, e a participar de certas práticas sociais. “Poderíamos dizer, assim, que as classes se estratificam de acordo com as suas relações com a produção e aquisição de bens, ao passo que os estamentos de acordo com os princípios de seu consumo” (WEBER, 2013, p.135).

A ideia, citada aqui em nossos termos, de um “direito” de reivindicação a certos “hábitos ou estilos sociais”, advindos mais precisamente ao que Weber chamou de “estamentos superiores”, abrangeria, também, a inserção na política por meio de um sobrenome tradicional. Enquanto - retomando a ideia do sociólogo alemão - a ordem econômica (mediante a situação de classes) e a ordem social (por meio da lógica da honra) tendem a exercer influências entre si, afetando também a ordem jurídica, a política por meio dos partidos se torna a dimensão prática dos interesses dessas duas esferas em busca de poder¹⁹. Na perspectiva weberiana, o partido ganha destaque como expressão de sua distribuição.

¹⁸ Em Economia e Sociedade (2004) o autor se refere às primeiras famílias da Virgínia, e daquelas que reivindicavam descendência com a colonização e fundação de Nova York.

¹⁹ Aqui não se poderia deixar de mencionar a confluência dessas categorias, sem olvidar o forte viés de dominação carismática nos termos weberianos, com o governo do atual presidente Jair Messias

Apesar do ideário partidário sinalizar para uma pauta coletiva e planejada de ações “em qualquer caso individual, os partidos podem representar interesses determinados através da situação classista ou estamental, e podem recrutar seus membros de uma ou de outra” (WEBER, 2013, p.136). Isso, contudo, sem que se auto-denominem “partidos de classes” ou “partidos estamentais”.

Os partidos, conforme Weber, funcionam de forma associativa direcionados a uma ação típica como “a imposição de um programa por motivos ideais ou materiais, seja de natureza pessoal (prebendas, poder e, como consequência, honra para seus líderes e partidários); ou – o que é normal, pretende conseguir tudo isso em conjunto” (WEBER, 2004, p. 185).²⁰

A honra com Weber é, portanto, um atributo vital na distribuição de poder e privilégio entre certos grupos dominantes, porque garante atender certas expectativas desejáveis de uma coletividade com interesses de distinção²¹. No caso de famílias tradicionais, especialmente as do contexto do Sertão de Pernambuco, a participação política seria o caminho mais rápido para se obter esse poder de estima social.

De quebra, tal perspectiva atenderia a uma convenção que leve também à aquisição de bens materiais. Na visão de Max Weber, a propriedade – apesar de parecer um atributo definido pela situação de classes – torna-se, na verdade, a longo prazo atributo de uma situação de status. “A propriedade como tal nem sempre é reconhecida como qualificação estamental, mas a longo prazo ela assim é, e com extraordinária regularidade” (WEBER, 2013, p.131). Dito isso de outro modo:

(...) a longo prazo a propriedade torna-se reconhecida como uma qualificação estamental, porque a própria possibilidade de manter um estilo de vida distintivo exige uma certa disponibilidade de recursos a qual, é por sua vez, garantida por uma participação regular no poder econômico. Em outras palavras, uma família economicamente decadente tende a perder seu status (QUINTANEIRO, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015, p.124).

Bolsonaro. Une-se, em um só projeto de poder, a pauta elitista e neo-liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, à estratificação militarizada da gestão, distribuída a generais de reserva por motivos de honorabilidade e afeição estamental do presidente com o Exército Brasileiro.

²⁰ Weber (2014) em seus escritos reflete sobre a função do político profissional, àquele que vive essencialmente da política e não para a política. E analisa o papel do *boss*, uma espécie de empresário ligado ao mercado financeiro que financia e apoia estes profissionais políticos visando dividendos futuros quando, por sua vez, conseguem ascensão na carreira pública. O *boss*, segundo Weber (idem, p. 435), atua sempre nos bastidores e “não ambiciona honra social. (...) Procura exclusivamente o poder como fonte de dinheiro, mas também o poder por si só”.

²¹ Uma categoria profissional (médicos, por exemplo) pode ser considerada um estamento, segundo Weber, porque muitas das categorias profissionais compartilham de uma honra social a partir da incorporação de estilos de vidas específicos condicionados pelo trabalho que realizam.

Nessa perspectiva, a propriedade, enquanto mecanismo advindo, a curto prazo, de uma situação de classe, serve a uma conduta estamental no sentido de garantir a manutenção de um estilo de vida de prestígio e diferenciação social por meio do status. Sobre isso, Giddens e Sutton (2017, p. 181) refletem que como as sociedades modernas ficaram mais voltadas para o consumo, “pode-se dizer que o status social se tornou mais, e não menos significativo. Em uma sociedade de consumo as pessoas estabelecem cada vez mais distinções por status por meio da compra e consumo de mercadorias como opções de estilo de vida”. Weber (2004, p. 185), por sua vez, nos diz:

Quanto às condições econômicas gerais do predomínio de uma diferenciação estamental, podemos dizer o seguinte: que certa estabilidade dos fundamentos da aquisição e distribuição de bens a favorece. Enquanto todo abalo e toda revolução de caráter técnico-econômica ameaçam-na e colocam em primeiro plano a situação de classe. Épocas e países em que prevalece a situação de classe são, em regra, focos de revoluções técnico-econômicas enquanto todo retardamento de processos de reconfiguração econômica conduz logo à formação de complexos estamentais e restabelece a importância da honra social.

Alguns autores afirmam que no plano histórico a reflexão weberiana sobre grupos de status, se encarada em sua forma mais clássica (as castas indianas, por exemplo), acaba reduzida e perde força heurística. Especialmente, quando a lógica da honra estamental parece ter sido “mais significativa no passado e pode chocar-se com a racionalidade presente na esfera econômica dominante na sociedade capitalista” (QUINTANEIRO, BARBOSA, OLIVEIRA, 2015, p.124). Ou como reforça o próprio Weber (2013, p.134), “o mercado e seus processos nada conhecem de honras”.

No entanto, na Sociologia contemporânea o conceito tem sido utilizado de forma a fortalecer novos significados em função de que, por meio dele, vem se tornando possível compreender estratégias de imposição de determinados ordenamentos sociais. Bourdieu em *A Distinção* (2007), por exemplo, constata a atualidade da reflexão weberiana de status ao analisar que os gostos de consumo se transformam à medida que se sobe na hierarquia social, quando se reserva um espaço cada vez mais importante ao que Weber designa de estilização da vida.

À medida que aumenta a distância objetiva à necessidade, o estilo de vida torna-se cada vez mais o produto do que Weber designa como uma “estilização da vida”, expediente sistemático que orienta e organiza as mais

diversas práticas, por exemplo, escolha do vinho de determinada safra e de um queijo, ou decoração de uma casa de campo (BOURDIEU, 2007, p. 56).

Tal entendimento encontra reforço, em outras palavras, em Jessé Souza (2017, p. 148) ao avaliar a postura das classes mais abastadas que tomam para si o que chamou de “habitat natural da noção de bom gosto inato”, como se ter dinheiro possibilitasse que “o consumo das coisas melhores e mais caras, fosse mero detalhe sem importância. O consumo diferenciado deve aparecer como expressão de uma sensibilidade também diferenciada. O rico que só tem dinheiro é um rico bronco”.

Assim, conforme Weber, a sociedade não se estrutura apenas pelo viés econômico, pois haveria, contudo, outras camadas a considerar para tal estruturação, dentre essas, a luta orientada pela busca do prestígio social, advinda de uma distribuição específica de privilégios, e o que faz com que certas estratificações se mantenham a partir da legitimação da ideia de honra enquanto pilar de um poder ou de poderes específicos.

Outra importante reflexão sociológica que transpassou o tema da honra partiu de Norbert Elias (1993; 1994; 1997; 2001). No final de década de 1930, o autor, nos volumes de *O Processo Civilizador*, trouxe ponderações sobre o termo, a partir da análise de manuais de etiqueta em que a honra foi evocada no sentido de distinção em assumir certos padrões de conduta que levaram a um auto-controle das pulsões. Com Elias, a honra acabou intimamente ligada às emoções (particularmente, ao medo da vergonha) e às expectativas dos indivíduos em relação ao modo de agir diante outras pessoas do ciclo que se faz parte.

O esforço e o espírito de previsão necessários para manter a posição da classe superior manifestam-se nos contatos internos de seus membros entre si, no grau de supervisão recíproca que praticam, na estigmatização severa e nas penalidades que impõem aos seus membros que infringem o código comum que os distingue. O medo provocado pela situação de todo o grupo, pela sua luta para preservar a idolatrada e ameaçada posição, age diretamente como uma força para manter o código de conduta, o cultivo do superego em seus membros. Ela é convertida em ansiedade pessoal, no medo do indivíduo de degradar-se ou simplesmente perder prestígio na sociedade em que vive. E é esse medo de perda de prestígio aos olhos dos demais, instilado sob a forma de auto-compulsão, seja na forma de vergonha seja no senso de honra, que garante a reprodução habitual da conduta característica, e como sua condição, um rigoroso controle de pulsões em cada pessoa (ELIAS, 1993, p. 245).

O medo, nesse processo de transição comportamental, realmente vigora como um forte mediador na balança social entre honra e vergonha, a qual torna-se um divisor de águas para análise de Elias. Aos poucos, ao longo do processo histórico da humanidade, os impulsos afetivos dão lugar ao que o autor chama de consciência de vigília (autocontrole como mecanismo de hábitos), “reprimidos e dominados pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que pela força do hábito esse medo finalmente contenha o comportamento (...), mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presente” (ELIAS, 1993, p. 227).

A vergonha é aqui encara por Elias como uma “economia de pulsões” que cada vez mais se torna perceptível na formação psicológica nas relações humanas ocidentais a partir do século XVI. O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. “É um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas” (idem, p. 242). Nesse processo, “a racionalização e o avanço dos patamares da vergonha e da repugnância expressam uma diminuição do medo físico direto a outras pessoas e uma consolidação das ansiedades interiores automatizadas” (idem, p. 242).

Como a vergonha, a sua antítese, a honra, e os sistemas de conduta derivados dela, também passam por mudanças drásticas durante este longo processo de mutação. Elias enxerga isso numa primeira fase avaliando a transição de comportamento da humanidade a partir da transformação na educação e nos códigos das ordens de cavaleiros feudais.

O sociólogo conseguiu identificar padrões deste mesmo movimento de transição em países diferentes, quando a passagem dos guerreiros para o patamar de cortesãos foi dependendo, cada vez mais, da crescente monopolização da força física na figura do Estado. Assim, os valores da bravura militar foram, paulatinamente, dando espaço a condutas cada vez mais controladas.

A relação entre honra e vergonha se justifica quando o próprio conceito de honra, segundo Elias, aponta para o condicionamento de pulsões e de auto-coerção.

Pois por muito que a consciência da própria honra guie a conduta de um indivíduo, o medo de perder a honra aos olhos do seu "nós-grupo" sempre desempenhou um papel central para reforçar a autocoesão que se faz necessária para que o indivíduo se comporte como o código de honra exigiu. Isso está de acordo com o fato de que o conceito de honra, visto como um fato social observável e não como uma ideia filosófica, desempenha um papel

central em grupos humanos estreitamente unidos e, em especial, em grupos guerreiros e seus derivativos. Originalmente, eram sobretudo os estratos guerreiros que se legitimavam através de um código de honra, isto é, através da equiparação de violência com coragem (ELIAS, 1997, p. 96).

Décadas mais tarde, em obra publicada em 1983, Elias analisou os comportamentos e sentimentos que envolveram o contexto destes guerreiros já agora totalmente imersos no universo de valores da corte absolutista do rei Luis XIV. O pesquisador percebeu como a noção de honra serviu de expressão crucial para a constituição do que chamou de “boa sociedade” na França do Antigo Regime.

Isto é, de como uma imagem de prestígio calcada em um padrão aristocrático cortesão forjou uma conduta de segregação da nobreza frente à burguesia e demais estratos da sociedade na época. Elias, nesse contexto, chamou a atenção para a grande dependência dos cortesãos à opinião alheia e como, nos dias atuais, o conceito de honra teve a potência de adquirir novos significados se comparado à noção que se tinha no *Ancien Régime*.

Uma expressão significativa dessa importância da opinião social na "boa sociedade" é o conceito de "honra" e seus derivados. Hoje em dia, em uma sociedade de profissionais burgueses, ele está bastante transformado, correspondendo ao que uma tal sociedade exige, tendo sido preenchido com novos conteúdos. Originariamente, contudo, a "honra" expressava a participação em uma sociedade nobre. Alguém tinha sua honra enquanto fosse considerado um membro segundo a "opinião" da sociedade e, portanto, para a sua própria consciência individual. "Perder a honra" significava perder a condição de membro da "boa sociedade" (ELIAS, 2001, p. 112).

Assim, a sociedade de cortes foi o principal palco social onde a honra tornou-se produto da dependência do que já citamos anteriormente, isto é, a impiedosa avaliação dos outros. O cortesão era julgado diariamente em suas ações sob os olhares que Norbert Elias chamou de “tribunais de honra”, enquanto cadeias informais de micro-coerções sobre os indivíduos. A honra, nessa perspectiva, “era perdida em função do veredito da opinião dos círculos bastante fechados de que o indivíduo fazia parte ou, em certas ocasiões, da sentença de representantes desse círculo escolhidos especialmente para formar um tribunal de honra” (ELIAS, 2001, p. 112).

Cada indivíduo da corte era avaliado a partir das lentes do que a nobreza julgava importante para manter uma rede de poderes e prestígios vigorosamente firme, em termos comportamentais, direcionada ao modo de vida das camadas inferiores. Nesse ambiente, “ao ter seu reconhecimento como membro recusado pela ‘boa sociedade’,

perdia-se a ‘honra’ perdendo assim uma parcela constitutiva de sua identidade pessoal” (idem, p. 112). Este é o modelo clássico de honra que ganhará uma dura crítica de Peter Berger, na década de 1980, e que será lembrada por Charles Taylor já na primeira metade da década de 1990.

A opinião deles, a qual será detalhada em um tópico mais à frente, foca essencialmente na comparação da conduta do indivíduo moderno frente à disposição do nobre do Antigo Regime em dar a vida, literalmente, pela reputação social, posto que “sem essa distinção sua vida não tinha sentido” (idem, p.112).

A "opinião" que os "outros" tinham sobre um indivíduo em particular decidia então, com frequência, questões de vida ou morte, sem recorrer a nenhum outro meio além da perda de status, da exclusão, do boicote. A opinião do conjunto dos membros da sociedade era, nesse caso, imediatamente efetiva e "real" com respeito a um membro determinado. Trata-se de um outro tipo de "realidade" social, diferente da concepção burguesa (ELIAS, 2001, 112).

Elias, um ano antes de sua morte, publica *Os Alemães* (1989). Nesta obra, o conceito de honra recebe um tratamento analítico mais robusto por parte do pesquisador a partir da análise do desenvolvimento social da Alemanha, em comparação com cenários de outros países, especialmente, França e Inglaterra.

Ele analisa o cenário daquele país na segunda metade do século XIX e início do século XX envolto a um processo onde muitas parcelas das classes médias substituíram valores humanistas que cultivavam, até então, por valores militaristas e autoritários. Emoções e valores vinculados ao sistema de honra, nesse contexto, exerceram um papel fundamental de controle social, especialmente, a partir principalmente dos círculos universitários.

A unificação da Alemanha, conforme Elias, foi acompanhada essencialmente de um processo de “brutalização” de diversos setores médios da sociedade. Movimento esse em que os cassinos de oficiais e confrarias estudantis nas universidades exerceram um papel vital para solidificar tal mudança. A representação mais clássica da honra nessa época foi o duelo entre indivíduos que compartilhavam dos mesmos valores e patamar social. O valor honra ressurgue aqui mais uma vez envolto à sombra da distinção entre classes.

Com a aceitação em uma das renomadas confrarias estudantis, um jovem ganhava acesso ao *establishment*, não apenas de uma única cidade, mas de mais de uma cidade universitária. A filiação numa tal associação estudantil identificava-o em todo o Império (*Reich*) como um de "nós", para os

membros das várias instituições locais, alguém cujos sentimentos e conduta eram fiéis a um código específico e característico das classes altas alemãs da época. Esse era o fator decisivo. A absorção de um código específico de conduta e sentimento que, apesar de variações locais abrangia por igual, na realidade, todos os ramos da boa sociedade no período entre 1871 e 1918, era uma das principais funções das confrarias estudantis duelistas (ELIAS, 1997, p. 56)

Ou seja, o código de honra contribuiu para padronizar os comportamentos e sentimentos da elite alemã mesmo por quase um século depois do fim do Antigo Regime, confirmando a vitalidade do conceito em meio à época moderna. Como reforça Elias, enquanto nas altas camadas sociais de países como Inglaterra no século XIX o duelo deixou de ser uma obrigação para se reafirmar valores de superioridade, “sobretudo na Prússia e na Áustria, o código de honra dos guerreiros — a obrigação de arriscar a vida em duelo para provar que se é digno de pertencer à elite social, àquela que possui ‘honra’ — manteve seu papel crucial até as primeiras décadas do século XX” (Idem, p.57). A honra e seus códigos de conduta, dentre eles o mais notável, o duelo, atualizavam o convívio dos membros da alta classe mediante a burla das leis do próprio Estado funcionando como símbolo de pertença e disciplinamento das pulsões.

A tradição do combate singular como meio de resolver disputas remonta ao tempo em que os governantes centrais do Estado estavam empenhados em pacificar a área sob seu mando, e em restringir o direito ao uso da força física nessa área a si próprios e a seus representantes. Por outras palavras, remonta ao tempo em que eles estavam proclamando o seu próprio monopólio do uso da violência. Desse modo, eles privaram os nobres guerreiros, em suas terras, dos principais meios de força em conflitos com seus pares, assim como no trato com gente que era socialmente mais fraca e, portanto, de uma classe inferior à deles próprios. Como gesto de resistência e desafio contra o governante central, cada vez mais poderoso, difundiu-se o costume no estrato guerreiro, e cada vez mais submisso, da nobreza, de resolver as pendências entre eles em duelos, pelo menos no tocante a questões de honra pessoal — em vez de apoiar a autoridade legal do governante central, conforme requerido pela lei do principado centralizado, que proíbe agora o uso privado de violência física (ELIAS, 1997, p. 58).

Elias, a partir de suas descobertas, constrói uma clara aproximação com Max Weber quando da sua classificação de sociedades estamentais e da honra enquanto mecanismo de distribuição de poder. Um exemplo foi a convicção registrada pelo sociólogo de Breslau sobre a postura da nobreza guerreira alemã diante o ethos burguês. Embora, entre a mais alta nobreza, terem ocorrido interações entre grandes proprietários rurais e a indústria, “persistia em pleno vigor a ideia de que o emprego lucrativo, o trabalho remunerado, não condizia com o status de um nobre. E esse estigma

permaneceu ligado aos indivíduos da classe burguesa, que eram aqueles que exerciam tais atividades e profissões” (ELIAS, 1997, p. 61).

Elias compreendeu como a alta burguesia alemã, que por algum tempo criticava os valores da nobreza, ao conseguir ter acesso ao círculo do *establishment* mudou de postura e passou a incorporar o código guerreiro da honra em seu manual de conduta. Aos poucos, isso foi aprimorando uma transformação gradual que findou convertendo-se em um padrão nacional, configurando a passagem de um ethos guerreiro para um ethos nacionalista. Em muitas das sociedades europeias, escreve Norbert Elias (1997, p. 66), elementos do código aristocrático de comportamento e sentimento “penetraram nos códigos das classes trabalhadoras, no decorrer de sua ascensão social e, assim ‘aburguesados’, converteram-se em aspectos do que é chamado, de um modo um tanto inadequado, o ‘caráter nacional’ de um Estado-sociedade”.

A incorporação por diversos setores da burguesia de seu tempo a um código guerreiro levou, assim, a um processo que Norbert Elias chamou de aburguesamento da honra. Antes disso, as classes médias pacificadas legitimavam-se mais por meio do símbolo conceitual da honorabilidade, no sentido de obediência a um código moral com base na ideia de honestidade e igualdade. Isso marca uma diferença substancial da orientação aristocrática da honra com a da burguesia, já que na conduta da nobreza o conceito de honra era um meio e um sinal de distinção social. Por seu intermédio, os “grupos dominantes aristocráticos erguem-se como uma classe acima de todos os outros grupos em sua sociedade, em especial acima das classes médias, que se legitimam primordialmente através de um código *moral*” (ELIAS, 2001, p. 112). O próprio Elias detalha em outras palavras:

(...) a comparação do código de honra dos estratos guerreiros com o código moral das classes médias deixa claro por que o primeiro está tão intimamente associado com uma estrutura de poder que assenta em rigorosa hierarquização das relações humanas, ao passo que o segundo, o código de moralidade da classe média, parece formular de maneira explícita a pretensão de ser universalmente válido e, assim, de maneira implícita, expressar o postulado da igualdade de todos os seres humanos (ELIAS, 1997, p. 97).

Ou seja - antes de absorver os valores da aristocracia, nos diz Elias, e até então calcada na ética cristã, a alta burguesia reivindicava uma orientação moral válida para todas as pessoas e esse argumento era utilizado como argumento para afligir o código de conduta dos aristocratas. Desse modo, a classe média agia “sublinhando a bondade e a

virtude em oposição ao código exclusivo de honra e boas maneiras que os que lhe obedeciam não esperavam que fosse aplicável a seres humanos que não pertenciam à nobreza — os seres humanos das ordens inferiores da sociedade” (ELIAS, 1997, p. 133). Mas com a crescente absorção do código guerreiro de honra da aristocracia pela classe média Alemã, esse painel foi mudando gradualmente e os estratos médios foram substituindo valores universalistas e humanistas por valores militaristas e violentos, o que culminou posteriormente num forte sentimento de nacionalismo.

Uma das peculiaridades das confrarias estudantis alemãs é que o código moral da classe média, cuja expressão filosófica mais grandiosa é a Crítica da razão prática, de Kant, desempenhou realmente um papel apenas nos primeiros dias de um grupo delas, as confrarias nacionalistas. Mesmo no caso destas, ocorreu uma mistura desse código, de um modo específico, com o código de honra do estrato superior. Depois de 1871, como uma parte considerável da classe média fundiu-se cada vez mais com as classes aristocráticas no quadro do novo império alemão do Kaiser, até mesmo as confrarias nacionalistas, predominantemente constituídas por estratos médios, perderam cada vez mais todos os elementos anteriores do código moral. Os objetivos de educação e de vida social que eles supriam não eram diferentes, doravante, dos das corporações e outras confrarias duelistas, orientadas para o puro código de honra, sem interferências de natureza moral (ELIAS, 1997, p. 97).

A partir da apresentação destes dois painéis, Weber e Elias concordam que a honra atende a um ponto de vista de prestígio, com vista a uma diferenciação entre camadas sociais. Porém, no caso do primeiro, a honra torna-se produto de uma estrutura de distribuição de poder que garante a manutenção de uma “ordem estamental” baseada em estilos de vida específicos, os quais buscam satisfazer suas convenções para além da mera lógica econômica, mas também se valendo dessa para se legitimar. No segundo, a honra é um valor de origem guerreira, que – no mundo moderno – torna distinta a conduta do estrato da sociedade que atende a tais códigos, fruto de um paulatino processo de auto-controle das emoções frente à ameaça constante do medo da vergonha social, o que caracteriza a superioridade de um grupo sobre o outro.

No campo antropológico, um trabalho de destaque que verificou o papel da honra na dinâmica social antes dos estudos clássicos produzidos na década de 1960 partiu de Marcel Mauss. Falamos aqui essencialmente da reflexão presente na obra *Ensaio sobre a Dádiva*, publicado inicialmente em 1924.

Nesse trabalho, o autor cita a honra dentro de um paradigma de interação onde a noção de dom assume forte relação com um sistema de trocas simbólicas e materiais

capazes de serem identificadas, num sentido universalista, em qualquer sociedade. Para entendermos o papel da honra nesse sistema, torna-se importante, primeiro, traçarmos os parâmetros gerais de como se gerou a teoria da dádiva de Mauss.

Mauss no contexto francês do início do século XX, foi se distanciando paulatinamente do formalismo do tio, Durkheim e o superou, essencialmente, quando deu relevância em suas pesquisas à descoberta do forte papel do simbolismo na ação social (CAILLÉ, 1998)²². Nessa concepção, Mauss teria radicalizado tal conceito ao considerar os símbolos na mesma perspectiva da dádiva ou, pelo menos, como conceitos co-extensivos. “Não há dádiva que não exceda, por sua dimensão simbólica, a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços”, explana Caillé (1998, p.4), detalhando:

E, reciprocamente, o que é um símbolo senão as palavras, gestos, atos, objetos e, principalmente, as mulheres e, portanto, os filhos por vir, que são dados solenemente criando a aliança que afasta a guerra, uma aliança constantemente ameaçada de recair no conflito? Assim, a dádiva e o símbolo são de fato co-extensivos ou reversíveis. (...) Ainda que não o diga expressamente, Mauss abandona a oposição central e constitutiva da sociologia durkheiminiana do fato religioso: a oposição entre sagrado e profano. Durkheim acredita poder tudo explicar pela religião. E a partir de então, tudo se poderá explicar a partir do simbolismo. (...) Ao inverso da concepção durkheiminiana de sagrado e do profano, Mauss insistirá continuamente na imbricação entre utilitário e simbólico, entre interesse e desinteresse. (...) Os fatos sociais, diríamos para resumir da melhor forma a especificidade da visão maussiana, tornam-se totais, e não devem mais ser encarados como coisas, e sim como símbolos.

Desse modo, os fatos em Mauss considerados como realidades de ordem simbólica contêm em si uma “obrigação de liberdade”, de onde advém a noção maussiana de causalidade. Na cisão com Durkheim, Mauss não negou a existência de uma obrigatoriedade advinda dos fatos para garantir o que o tio considerava inerente à objetividade das coisas. “(...) para Mauss existe claramente uma *obrigação* de se submeter à lei do simbolismo, bem como a exigência de dar, receber e retribuir” (CAILLÉ, 1998, p. 6). No entanto, essa obrigatoriedade não viria mais da força

²² Neste tópico vamos recorrer com certa frequência à Alain Caillé por ser ele, atualmente, um dos principais representantes das ideias maussianas na contemporaneidade. Caillé é um teórico da dádiva e um dos fundadores e editor da *Revue du MAUSS* (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), criado em 1981, na França, que desde então vem buscando defender e revitalizar as ideias de Marcel Mauss nos dias de hoje. A sigla M.A.U.S.S. assume duplo sentido: a) saudar Marcel Mauss e a sua posição de relevância para as Ciências Sociais; b) propagar o viés anti-utilitário da teoria do dom e a força desse pensamento para uma crítica científica, nos termos sociológicos, ao neoliberalismo, postura que tenta demonstrar ser um erro a ambição do pensamento utilitarista e econômico de colocar o mercado como condicionante central na construção da vida social (MARTINS, 2005).

esmagadora de uma exterioridade. Mas, agora, por uma determinação pela liberdade e a sua obrigação.

Portanto, no *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, Mauss tenta apresentar, em termos de demonstração a partir de trabalhos empíricos de pesquisadores²³, que as lógicas e os elementos que caracterizam o mercado e a noção de Estado não podem ser tomados como condicionantes universais para a compreensão das relações sociais.

Apesar de reconhecer que os modelos de interação advindos do mercado e do Estado não aparecem nas dinâmicas de sociedades consideradas arcaicas, no entanto, ressalta Martins (2005, p. 53), que “em todas as sociedades já existentes na história humana – independente de nos referirmos àquelas tradicionais ou modernas – é possível observar, segundo Mauss, a presença constante de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal”. Portanto, este sistema universal de reciprocidades interpessoais é o que Marcel Mauss vai chamar de dádiva ou dom.

Segundo Mauss, tal sistema vai funcionar ora se expandindo, ora se retraindo a partir de uma obrigação trina onde se doa, se recebe e se devolve bens simbólicos e materiais. Todo esse movimento se resume no que o autor chamou de sistemas de prestações totais. “Essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias sob pena de guerra privada ou pública” (MAUSS, 2003, p. 191).

Tais trocas, as quais podem ser identificadas como lógicas que perfuram o véu onipresente das relações institucionalizadas pelo Estado e pelo mercado, não envolvem, exclusivamente bem e riquezas, úteis economicamente, mas se refletem em “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (MAUSS, 2003, p. 191).

Alain Caillé enxerga que o paradigma da dádiva de Mauss é de extrema relevância por oferecer novos elementos²⁴ à análise de redes, enquanto associação entre

²³ Para composição da obra Mauss não foi a campo, optando por se basear em trabalhos empíricos de etnólogos e antropólogos que percorreram diferentes regiões do mundo.

²⁴ Para Alain Caillé (1998, p. 9), atualmente, pensar a associação entre as pessoas por meio da dádiva, isto é, de um sistema simbólico de obrigações mútuas de dar, receber e retribuir, “trata-se de nada menos do

indivíduos mediante o dom, como sendo àquilo que garante liga e sustentação às relações interpessoais em todas as civilizações. Essa noção de rede, nos diz esse autor, “é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede” (CAILLÉ, 1998, p. 14).

Nas redes de troca, a dádiva ganha sentido de poder por “gerar valores sociais e que sua associação à rivalidade é bastante generalizada nas sociedades humanas – não só porque dar frequentemente significa obter prestígio, mas também por que a troca incorpora nela mesma algo da guerra” (LANNA, 2000, p. 181). Esse constante risco de guerra e conflito, presente no sistema da dádiva, foi notado por Mauss.

E existe, como afirma Martins (2005, p. 49), pelo fato da obrigação de dar, receber e retribuir não ser absoluta “na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm uma certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações – mesmo que isto possa significar a passagem da paz para a guerra”. O *Ensaio sobre a dádiva*, conclui Martins, demonstra, assim, que há uma incerteza estrutural no sistema de circulação de dádivas entre as pessoas, o que os leva a passarem permanentemente da paz para a guerra e vice-versa.

A noção de honra em Mauss se encaixa aqui. Essencialmente, porque passar de uma conduta de pacificidade ou violência, no paradigma da dádiva, depende estritamente de um acordo tácito onde a honra é uma moeda que personifica confiança e fidelidade, e que garante durabilidade às redes interpessoais e a todo um sistema simbólico de interação. A noção de *potlatch*, presente em Mauss, exemplifica bem esse argumento.

O *potlatch* é uma forma típica e relativamente rara do que o autor classificou como *prestações totais* e tem relação com o comportamento beligerante entre os grupos estudados. Isto é, dentro do sistema da dádiva, a violência torna-se também um “bem” a ser compartilhado, como avalia Marcel Mauss (2003, p. 192):

O que é notável nessas tribos é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Chega-se até à batalha, até à morte dos chefes e nobres que assim se enfrentam. Por outro lado, chega-se até à destruição puramente suntuária das riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival que é, ao mesmo tempo, associado (geralmente avô, sogro ou genro). Há prestação total no sentido de que é claramente o clã inteiro que contrata por

que pôr termo à hegemonia do economicismo sobre nossos espíritos e retraduzir muitas das questões oriundas da tradição filosófica num questionamento passível de um esclarecimento empírico pertinente”.

todos, por tudo o que ele possui e por tudo o que ele faz, mediante seu chefe. Mas essa prestação adquire, da parte do chefe, um caráter agonístico muito marcado. Ela é essencialmente usurária e suntuária, e assiste-se antes de tudo a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que ulteriormente beneficiará seu clã. Propomos reservar o nome de *potlatch* a esse gênero de instituição que se poderia, com menos perigo e mais precisão, mas também mais longamente, chamar: prestações totais de tipo agonístico.

Mauss, a partir dessa percepção, traz à compreensão de *potlatch* uma análise contemporânea ao afirmar que “assim rivalizamos em nossos brindes de fim de ano, em nossos festins, bodas, em nossos simples convites para jantar, e sentimo-nos ainda obrigados a nos *revanchieren*, como dizem os alemães” (Idem, p.193). Em reforço, o autor cita, no estudo do sistema da dádiva entre tribos da polinésia, que o *potlatch* ganha duas dimensões, sendo eles: “o da honra, do prestígio ou do *maná* que a riqueza confere; e o da obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder esse *mana*, essa autoridade, esse talismã e essa fonte de riqueza que é a própria autoridade” (idem, p. 195).

Ou seja, o fato de não haver retribuição caracterizaria uma perda de poder dentro do sistema de reciprocidade da dádiva. O *potlatch* tem a ver, portanto, com a ideia do “sacrifício” que leva à honra ao se colocar à prova e em risco bens materiais, reputações ou até mesmo a própria vida em vista do grau de sociabilidade alcançada dentro das relações de dom.

O *potlatch* sugere a Mauss outros insights, como o de que o jogo e a aposta, mesmo entre nós, são formas de *potlatch*: neles empenha-se a honra e o crédito [e], não obstante faz-se circular a riqueza. Mauss supõe ainda haver uma associação universal (evidentemente que institucionalizada diferentemente em cada caso) entre troca e sacrifício; o dar seria associado à vida e o receber à morte. Fica a impressão de que essa “tendência” se enfraqueceria no capitalismo. No *potlatch*, muito claramente, é o receber e não o destruir que é associado à morte. Destruir seria uma forma de dar, uma forma muito específica exatamente porque evita a retribuição. Do ponto de vista do doador, “dar já é destruir”, um sacrifício, logo um modo de dar vida, de regeneração social. Ao se destruir, tira-se a vida do objeto, mas recria-se a vida do doador (LANNA, 2000, p. 184).

Seguindo este entendimento, Martins (2005, p. 57) reforça que o valor-confiança constitui um atributo vital para a continuidade do sistema de trocas que apenas “se desenvolve primariamente no nível das relações da dádiva no dar ao outro um crédito de honra. No acreditar ao se dar esse crédito de honra a alguém ele será retribuído com algo que faça circular adequadamente a confiança inicialmente depositada”. Neste

sentido, a ideia de honra perpassa a economia da dádiva quando o “dar”, isto é, o indivíduo ou grupo “doador” de um bem simbólico ou material, assume um papel de superioridade momentânea sobre quem “recebe”.

Cumpre-se a lógica inicial da dádiva quando se estabelece de pronto um sentimento de ligação ao outro por uma dívida de retribuição. Se contrapor ao gesto de doação é sinal de rompimento da ligação do dom, com isso reconhece-se a posição de inferioridade diante o “doador”. Admite-se, implicitamente, a capacidade de não ter “crédito” para “bançar” o outro gesto esperado como retribuição visando reerguer ou ao menos igualar a balança da hierarquia imposta na relação, pagando a retribuição na mesma altura do que foi doado.

Neste sentido, Lanna (2000, p. 184) escreve que o *potlatch* aponta como a dádiva “pode se ligar simultaneamente ao sacrifício, ao nome, e à escravidão. Isso implica, entre outras coisas, sua relevância para o entendimento das mais variadas sociedades”. A ligação entre grupos e indivíduos no sistema do dom sob a noção de *potlatch* pode encontrar força de troca também a partir dos nomes de família, tribos ou clãs, como sugere Lanna a partir de Mauss, aos contextos contemporâneos.

Dá-se um *potlatch* para ganhar, manter ou recuperar um nome, geralmente nome de linhagem. Ganha-se assim reputação. Obviamente os insights de Mauss não se limitam ao *potlatch*. O estudo das trocas permite-o relacionar o *mana* polinésio e melanésio ao “homem largo” da costa noroeste da América e à autoridade romana. Nos três casos trata-se da associação entre honra e magia, prestígio e riqueza (LANNA, 2000, p. 184).

Portanto, em Marcel Mauss, a tríade honra-sacrifício-escravidão está intimamente relacionada no sistema da dádiva ao ponto de, em alguns tipos de *potlatch* dever-se “gastar tudo o que se tem e nada conservar. É uma disputa de quem será o mais rico e também o mais loucamente perdulário. O princípio do antagonismo e da rivalidade está na base de tudo” (MAUSS, 2003, p. 238). Isto é, “o estatuto político dos indivíduos, nas confrarias e nos clãs, as posições de todo tipo se obtêm pela ‘guerra de propriedade’ assim como pela guerra, ou pela sorte, ou pela herança, pela aliança e o casamento. Mas tudo é concebido como se fosse uma ‘luta de riqueza’ (Idem, p.238). Posto que, “convém não esquecer que o *potlatch* tem por objeto saber qual é a família mais elevada” (Idem, p. 241).

Assim como a noção de magia, a noção de honra não é alheia a essas civilizações. O *mana* polinésio simboliza, ele próprio, não somente a força

mágica de cada ser, mas também sua honra, e uma das melhores traduções dessa palavra é: autoridade, riqueza. O *potlatch* consiste em considerar como honras os serviços mútuos. Mesmo em tribos realmente primitivas como as australianas, o ponto de honra é tão melindroso quanto nas nossas, e as pessoas se satisfazem por prestações, oferendas de alimento, precedências e ritos, assim como por dádivas. Os homens souberam empenhar sua honra e seu nome bem antes de saberem assinar (MAUSS, 2003, p. 240-241).

O entendimento presente nesta citação de Mauss traz a discussão para a atualidade do sistema do dom e, conseqüentemente, da honra. Essa argumentação ganha reforço nos capítulos finais do *Ensaio sobre a Dádiva*, quando o autor sugere que para compreensão das relações contemporâneas, pode-se recorrer aos códigos de sociabilidade presentes no arcaico, ou seja, nas relações mais elementares de sociedades primitivas, no sentido de perceber em seus modos de vida motivações e redescobertas para ações que muitas sociedades e classes ainda conhecem nos nossos dias, como cita:

A alegria de doar em público; o prazer do dispêndio artístico generoso; o da hospitalidade e da festa privada e pública. A previdência social, a solicitude das cooperativas, do grupo profissional, de todas essas pessoas morais que o direito inglês honra com o nome de “Friendly Societies”, valem mais que o simples seguro pessoal que o nobre garantia a seu capataz, mais que a vida mesquinha que o salário pago pelo patrão assegura, e mais até que a poupança capitalista - baseada apenas num crédito variável. É possível mesmo conceber o que seria uma sociedade em que reinassem tais princípios. Nas profissões liberais de nossas grandes nações já funcionam, em certo grau, uma moral e uma economia desse gênero. Nelas, a honra, o desprendimento, a solidariedade corporativa não são uma palavra vã, nem contrariam as necessidades do trabalho (MAUSS, 2003, p. 299).

Mauss parece se posicionar na dimensão de um *dever-ser*, afirmando que sociedades avançaram ao passo em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos, conseguiram – por meio de comportamentos específicos sob o paradoxo da dádiva²⁵ - estabilizar suas relações de poder. Em última instância, o *potlach* surge como um padrão de troca extremo, um “código guerreiro” de conduta verificado em muitas das tribos estudadas (tal qual o duelo aristocrático alemão ou a chamada *questão de*

²⁵ Conforme Alain Caillé (1998, p. 12), a aposta da dádiva “é, de fato, intrinsecamente paradoxal, já que apenas a gratuidade demonstrada, a incondicionalidade, são capazes de selar a aliança que beneficiará a todos e, finalmente, àquele que tomou a iniciativa do desinteresse. Os comentadores de Mauss talvez não tenham dado suficiente ênfase ao fato de que era um modelo de ação social totalmente diferente o que ele nos apresentava na reflexão acerca do sacrifício ou da dádiva, um modelo intrinsecamente plural. Pois a dádiva é, segundo ele, indissociavelmente ‘livre e obrigada’ de um lado, e interessada e desinteressada do outro. Obrigada, pois não se dá qualquer coisa a qualquer pessoa, num momento qualquer ou de qualquer modo, sendo os momentos e as formas da dádiva de fato socialmente instituídos (...). Contudo, se se tratasse unicamente de mero ritual e pura mecânica, expressão obrigatória de sentimentos obrigados de generosidade, então nada ocorreria na verdade, já que, mesmo socialmente imposta, a dádiva só adquire sentido numa certa atmosfera de espontaneidade”.

*família*²⁶ no caso dos clãs sertanejos do Nordeste brasileiro). Não menos, o aceite a participar dessa *prestação total de tipo agonístico* gera distinção e honra.

Marcel Mauss, portanto, sugere que a sociedade moderna é perpassada pelo simbólico do dom cotidianamente, por lógicas que superam os ditames relacionais do Estado e do mercado, onde o dar, o receber e o retribuir, servem a um sentido de obrigação de solidariedades mútuas. O que desloca a ação social para além dessas duas estruturas e garante a atualidade do conceito de honra no sentido de se investir “crédito” no outro²⁷.

Isso, mediante reforço dos sentimentos de confiança e fidelidade, cruciais para a manutenção ou não das relações entre os agentes. Esse pensamento, pontua Martins (2005, p. 63), ganha cada vez mais relevância no contexto contemporâneo e “cresce à medida que os dois outros paradigmas das ciências sociais (o da obrigação racional-burocrática e o da liberdade mercantil) esgotam suas perspectivas emancipatórias”.

1.2 Pitt-Rivers e Bourdieu: a centralidade da honra na agenda antropológica

Décadas depois de Weber, de Mauss e dos primeiros escritos de Elias, a honra, enfim, tornou-se objeto central de uma relevante agenda de pesquisa a partir da publicação de *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas* (1965), organizada por J. G. Peristiany.²⁸ Um dos pioneiros nos estudos da honra e principal referência no campo antropológico sobre o tema, Julian Pitt-Rivers, escreve um importante ensaio na obra.

²⁶ Vamos começar a falar mais sobre este conceito a partir do segundo capítulo.

²⁷ Tomando para o nosso tempo, Paulo Henrique Martins (2005, p. 57) afirma que apesar da lógica do dom parecer mais perceptível “no plano das relações interpessoais – nas redes de famílias, amigos e vizinhos – tal sistema tende, igualmente, a se fazer presente em todos os planos da vida social, mesmo naquele das sociabilidades secundárias, isto é, no plano das relações funcionais – nos aparelhos políticos, econômicos e científicos – mediante uma expectativa de reciprocidade, de confiança implícita a respeito da continuidade da relação que é alimentada subjetivamente pelas pessoas envolvidas”.

²⁸ Não obstante as críticas feitas à obra, onde – conforme Pina Cabral, J. Davis e M. Herzfeld (*apud* RODHEN, 2006) – foram evidenciados posicionamentos etnocêntricos que tenderam a homogeneização de uma região com diferenças específicas, o que acabou, conforme seus críticos, reforçando mais aspectos comuns de culturas bastante diferentes, nossa intenção aqui é de não lançar juízo de valor sobre os trabalhos, mas apresentar um esforço em termos de representação de como a honra serviu como categoria de análise para os autores. Nossa didática para apresentação desta etapa é baseada essencialmente nos livros *Honour and Shame: The Values of Mediterranean Society* (1965) e *Honor and Grace in Anthropology* (1992).

Tem partido deste autor os principais textos que, de uma forma mais precisa, buscaram analisar a noção de honra na contemporaneidade (RODHEN, 2006).²⁹ Para Pitt-Rivers, as lógicas de honra e vergonha se fazem presentes em qualquer parte do mundo, mas variam no tempo, no espaço e de uma classe para outra (PITT-RIVERS, 1965). Na obra de 1965, ele traça, num primeiro momento, a estrutura geral da honra na Europa Ocidental e suas transformações históricas. Num segundo momento, volta-se à região da Andaluzia onde realizou trabalho de campo. Dentre suas observações, o autor verifica primeiramente que a reputação não se refere somente a uma questão de orgulho, mas de utilidade prática.

Com isso, a dimensão da reputação carregaria consigo um sistema de atribuição de valor, de avaliação e julgamento compartilhado diferentemente por grupos diversos. Neste sentido, para Pitt-Rivers, uma pesquisa sobre tais avaliações deve levar em conta o estudo das posições que esses grupos ocupam na estrutura social. “A noção de honra é algo mais que um meio de expressar aprovação ou desaprovação. Possui uma estrutura geral que é vista nas instituições e nas avaliações habituais que são particulares a uma dada cultura” (PITT-RIVERS, 1965, p. 20). Assim, o autor define:

Honra é o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos, mas também aos olhos de sua sociedade. É sua estimativa de seu próprio valor, sua alegação de orgulho, mas também é o reconhecimento dessa alegação, sua excelência reconhecida pela sociedade, seu direito ao orgulho. Alunos das minúcias das relações pessoais observaram que elas são muito preocupadas com as maneiras pelas quais as pessoas extorquem dos outros a validação da imagem que eles apreciam de si mesmos e os dois aspectos da honra podem ser reconciliados nesses termos. A honra, portanto, fornece um nexo entre os ideais de uma sociedade e sua reprodução no indivíduo através de sua aspiração de personificá-los. Como tal, implica não apenas uma preferência habitual por um determinado modo de conduta, mas o direito a um certo tratamento em troca. O direito ao orgulho é o direito ao status (tanto no mundo popular quanto no antropológico sentido da palavra) e o status é estabelecido através do reconhecimento de uma certa identidade social (Idem, p. 21-22).

No ensaio de 1965, o autor se pergunta sobre quem concede ao requerente da honra tal poder de autolegitimação? Posto que aquele que busca a honra, na verdade, busca ter a reputação reconhecida pelos outros, sob o risco de que tal reivindicação se torne uma mera vaidade, ou nos termos do próprio autor, um objeto que pode beirar o

²⁹ Nas leituras e consultas realizadas até aqui, entre teses, dissertações e artigos verificados, Pitt-Rivers aparece como o autor que mais recorre, sendo ele o mais acionado como referência nos trabalhos científicos sobre o conceito de honra. Por isso, iremos nesta etapa dar um enfoque maior nas reflexões deste autor.

ridículo, recebendo o desprezo dos demais. Rivers (1965, p. 22) reflete que enquanto o moralista “se reserva o direito de arbitrar as reivindicações de honra de acordo com seus próprios valores, o cientista social se preocupa com os fatos e processos de reconhecimento: como, com que fundamento e por quem o reivindicar da honra é reconhecido?”.

Para esse autor, honra está intimamente ligada à emoção quando nos diz que “o sentimento de honra” é o que inspira “a conduta honrosa”. E exemplifica que essa conduta busca o reconhecimento aos olhos do outro. É a partir de então que se estabelece a legitimação da reputação, a qual reafirma-se socialmente numa espécie de flerte com a ideia de “sagrado” ao ser reforçada mediante “doações de honras”, como explica. “A honra sentida se torna honra reivindicada e a honra reivindicada se torna honra paga. Mas nem sempre esse argumento se justifica em uma sociedade complexa em que o consenso não é uniforme” (PITT-RIVERS, 1965, p. 22).

Ou seja, fica claro que o valor atribuído ao indivíduo não é o mesmo de um grupo para o outro já que “as qualidades necessárias para exercer liderança em uma comunidade rural não são aquelas necessárias para agradar na corte” (Idem, p. 22), por exemplo. A partir daqui o antropólogo expõe dois sentidos para a noção de honra. A honra enquanto sentimento que aciona modelos de conduta específicos. E a honra lisonja, isto é, relacionada à concessão e recebimento de títulos. Sobre essas duas concepções, afirma Julian Pitt-Rivers, quando colocadas em análise, a adesão a um determinado código de honra se justapõe à posse de honorabilidades advindas de tal modelo de comportamento.

Tal perspectiva sustenta o argumento da presente tese, quando se busca relacionar o familismo político à noção de honra e à manutenção do poder de oligarquias no Sertão nordestino. Em outros termos, se a honra é um elemento que forja status, o contrário também é verdadeiro, nos diz Pitt-Rivers, pois onde o status é atribuído por nascimento, a honra advém não somente da reputação individual, mas por antecedência. Com isso, o capital político-familiar (MONTEIRO, 2016)³⁰ seria também

³⁰ Marciano Monteiro utiliza o conceito de capital *político-familiar* compreendendo-o como um dos elementos de distinção social essenciais - quando vinculado aos capitais cultural e econômico - para famílias políticas terem acesso e controle de postos no Estado, Tribunais de Contas, concessões de mídia e representação política. Como reflete, o *capital político-familiar* “é o distintivo simbólico e material que se transmite pelo ‘nome de família’ e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar. Trata-se de uma espécie de capital político que se desdobra simbolicamente pela força exercida pela “palavra de ordem” família” (MONTEIRO, 2017, p. 27-28).

produto de um “sentimento” de “direito adquirido” naturalizado entre alguns membros dessas famílias. O que os projeta como legítimos à participação no campo de disputas por recursos simbólicos rumo à representação política. Reivindica-se, assim, a honra por uma ideia de precedência, fundamentalmente vinculada à linhagem de quem a evoca.

Assim, respeito e precedência são privilégios caros àqueles que os reivindicam e que têm poder suficiente para validar sua afirmação, nos diz Pitt-Rivers (1965, p. 24), complementando: “A conquista de fato da honra depende da capacidade de silenciar qualquer pessoa que dispute o título”. Acerca da ideia de precedência, este autor diz que “presume-se que os bem-nascidos possuam por herança o caráter e sentimentos que serão vistos em sua conduta, mas quando é afirmado que não (...) o conceito de honra enfrenta ambiguidade” (PITT-RIVERS, 1965, p.23). É quando há um apelo ao que o autor chama de ‘fonte da honra’, uma espécie de “tribunal” personificado na opinião pública, ou em outras figuras como o monarca, ou, conforme os nossos tempos, a mídia que “julgaria” essa condição transformada em contradição.

Deste primeiro ensaio de 1965, destacamos alguns pontos os quais consideramos importantes aos objetivos da tese levando em conta o contexto do Sertão pernambucano. Aponta-se primeiro para a questão da afronta e do ressentimento como bases da noção de honra. Pitt-Rivers descreve que o reivindicar da honra não serve de nada se a ofensa desferida não tiver um caráter público, pois “qualquer forma de afronta física implica uma afronta à honra. O significado da presença de uma pessoa é altamente relevante para sua honra. Aquilo que é uma afronta se dito em seu rosto não pode desonrar se dito por trás, às costas dele” (PITT-RIVERS, 1965 p. 25).

Ou seja, ainda nas palavras do próprio Julian Pitt-Rivers (1965, p. 25), “aquilo que, se feito em sua presença, é ofensivo, pode não ser assim se ele não estiver lá para se ressentir. O que é ofensivo não é a ação em si, mas o ato de obrigar o ofendido a testemunhar isto”.

Em todos esses casos, podemos ver que a honra é exaltada ou profanada através da pessoa física e através de ações relacionadas que não são meramente representações simbólicas de um estado de coisas morais, mas são o que de outra forma poderíamos inferir, representam transações de honra - não a lista de mercadorias, mas as próprias mercadorias. Portanto, o ato de ressentimento é a pedra de toque da honra, pois uma afronta física é uma desonra, independentemente das questões morais envolvidas, e cria uma situação em que a honra da pessoa ofendida está em risco e requer ‘satisfação’ para retornar ao seu estado normal (PITT-RIVERS, 1965 p. 25).

O caráter público da afronta, portanto, necessitaria de testemunhas para se legitimar com mais força. O conhecimento público como elemento primordial de uma afronta “tem sido enfatizado por vários autores, e até se duvida que honra poderia ser cometida por palavras proferidas na ausência de testemunhas. Por outro lado, uma pessoa pode sentir-se desonrada mesmo que a desonra não seja conhecida” (PITT-RIVERS, 1965 p. 27).

Um outro ponto que colocamos em destaque aqui é a noção de vingança. “(...) Se o pedido de desculpas não é iminente, exige vingança”, explica Pitt-Rivers, detalhando: “Para deixar uma afronta não vingada é deixar a honra de alguém em um estado de profanação e isso é, portanto, equivalente à covardia” (PITT-RIVERS, 1965 p. 26). A discussão sobre vingança se fortalece quando remete ao debate sobre a intencionalidade da afronta. Fazemos questão de dar enfoque a este ponto, pois o debate sobre o não reconhecimento do insulto nos dias de hoje é o que fundamenta a crítica de Berger (1983) a não garantir validade à noção de honra na contemporaneidade, questão que iremos debater no tópico a seguir.

Sobre o reconhecimento da afronta, Pitt-Rivers (1965, p. 26) salienta que “as intenções são importantes para o estabelecimento de honra, pois demonstram o sentimento e o caráter de que honra a conduta deriva”. A intenção é um elemento, portanto, necessário na competição por honra expresso no desafio, argumenta o autor. É possível compreender, com isso, que o reconhecimento do insulto à honra não seria automático. Ou seja, além de necessitar do caráter público, depende de um arcabouço complexo de interpretação.

Por isso quando são apresentadas desculpas, elas podem ganhar a dimensão de negação da intenção da ofensa, mas também podem agravá-la à condição da violência física dependendo do modo como se pede. “Ao proclamar que não é intencional, o ofensor reduz a gravidade da afronta. (...) as palavras também têm seu valor como ações e, neste campo, a maneira como as coisas são ditas é mais importante do que a substância do que é dito” (PITT-RIVERS, 1965 p. 27). A desculpa ganha sentido de humilhação devido à falta de firmeza das intenções.

Um terceiro ponto que consideramos importante destacar é o sentido de honra versus a noção de legalidade. Essa dicotomia foi verificada também por Norbert Elias, quando compreendeu que a lógica do duelo aristocrático foi ganhando, com passar dos anos, uma áurea de contravenção por deslegitimar a capacidade do Estado em mediar

certos conflitos. Nesse mesmo sentido, Pitt-Rivers percebeu, a partir de seus estudos, que o recorrer à mediação do Estado, por meio do aparato estatal, tornou-se uma demonstração de vulnerabilidade da honra, lógica que também pudemos observar na conduta, ao longo da história da família Pereira em Serra Talhada, principalmente, quando o grupo perdeu o poder de comando da máquina pública para a família Carvalho, devido as circunstâncias políticas (iremos detalhar esse contexto no segundo capítulo).

“Quando desafiado a lutar, não é honroso exigir da polícia proteção”, assinala o autor, comentando sobre o papel do duelo: “Não é de surpreender que tenha tendido a ser desaprovado pelo Estado que frequentemente proibiu mesmo durante épocas em que permaneceu aceito como um costume da aristocracia” (PITT-RIVERS, 1965 p. 29).

Nenhum homem de honra, muito menos um aristocrata, estava preparado para remeter aos tribunais a resolução de seus assuntos de honra. Consequentemente a ineficácia da legislação contra o duelo. (...) O conflito entre honra e legalidade é fundamental que persiste até hoje. Para ir à justiça por reparação é confessar publicamente que você foi prejudicado e a demonstração da sua vulnerabilidade coloca sua honra em risco, um risco de que a “satisfação” da compensação legal em mãos de uma autoridade secular dificilmente a redimem. Além disso, dá ao ofensor a chance de humilhá-lo ainda mais por sua atitude durante todos os atrasos no processo judicial, que de fato não pode fazer nada para restaurar sua honra, mas apenas anuncia sua situação (PITT-RIVERS, 1965 p. 30).

Essa ideia reforça um outro ponto de análise escolhido aqui para compor o debate deste tópico. As lógicas de honra, enquanto mecanismos de reivindicação de ressentimento, ao passo que se tornam característica de uma elite que busca distinção mediante a criação de suas próprias formas de resolução de conflitos, também acabam sendo absorvidas pelas classes populares. Conforme Pitt-Rivers, dentre as lógicas de honra dos não privilegiados e as da aristocracia surge, curiosamente, no desdenhar pela legalidade. Primeiro, em nome de uma virtude defendida por parte dos aristocratas. Segundo, do não reconhecimento dessa alegação de virtude, por parte das classes mais necessitadas.

A aristocracia reivindica o direito de honra como precedência para a tradição que os torna líderes da sociedade, árbitros em vez de “arbitrados” e, portanto, 'uma lei para si próprios'. A sagrada qualidade de alto status é demonstrado em liberdade das sanções que se aplicam a mortais comuns. Por outro lado, a sociedade das esquinas também afirma ser uma lei em si, não porque está acima da lei, mas porque está fora dela e porque o conceito de honra como virtude não tem reclame de suas aspirações (PITT-RIVERS, 1965 p. 30).

Em outros termos, o lema “ninguém me provoca impunemente” deixaria de ser apenas uma prerrogativa aristocrática, mas de quaisquer grupos que valorizem esse tipo de concepção de honra. Por isso, neste ensaio de 1965, o antropólogo também investiga o conceito de honra não apenas do ponto de vista individual, como vimos até o momento. Mas também a partir das solidariedades sociais. Este seria o ponto chave para começarmos a compreender a dinâmica das lógicas de honra envolvendo famílias políticas no sertão nordestino.

Pitt-Rivers (1965, p.35) explica que os grupos sociais possuem “uma honra coletiva em que seus membros participam; a conduta desonrosa de um reflete sobre a honra de todos enquanto um membro compartilha da honra de seu grupo. Eu sou quem sou inclui a quem estou associado”. O autor reflete que o conceito, neste aspecto, pode pertencer a grupos sociais de qualquer tamanho.

Tanto na família quanto na monarquia, uma única pessoa simboliza o grupo cujo coletivo a honra é atribuída a sua pessoa. Os membros devem obediência e respeito de um tipo que compromete sua honra individual sem reparação. Aqui, as intenções são irrelevantes para a identidade do ser essencial, pois o indivíduo nasce filho e sujeito, ele não compete ou contrai para se tornar assim. Assim parricídio e regicídio são atos sacrílegos que o homicídio não é (PITT-RIVERS, 1965 p.35).

Portanto, com base nesta percepção, o homicídio parece tranquilamente justificado por não se enquadrar como um ‘pecado’ aos olhos da conduta sagrada do grupo que se faz parte. Premissa que no contexto de brigas de famílias do Sertão nordestino se aplica convenientemente.

Também na obra *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas* (1965), o sociólogo francês Pierre Bourdieu expõe uma importante contribuição sobre a noção de honra com a publicação de *The Sentiment of Honour in Kabyle Society*. Este artigo é crucial na elaboração dos conceitos de habitus, estratégias de reprodução e capital simbólico explicando as condutas de honra presentes na lógica do desafio e da manutenção do grupo. Bourdieu analisa como o chamado “homem de honra” sabe responder aos desafios e guardar a responsabilidade do grupo que faz parte.

Isso se aplica tanto aos ataques como aos dons: o dom é um desafio ao qual é preciso responder por meio de um contradom. Para manter esse jogo de intercâmbios o homem de honra há de saber se controlar e responder no momento adequado com os meios adequados. Bourdieu parte do método estrutural de Lévi-Strauss para recompor o complexo espaço de regras e oposições que regem o universo de honra. Porém, realiza duas

transformações fundamentais frente ao método estrutural. Em primeiro lugar, constitui como princípio das condutas de honra um ethos interiorizado pela socialização, já integrando o conceito de habitus como essencial para entender as práticas. Em seguida afirma que as condutas de honra não podem ser entendidas como simples continuação das regras, mas sim como estratégias de reprodução mediante as quais os grupos mantêm e acumulam seu capital simbólico: são jogadas práticas realizadas na urgência e na incerteza, que só podem ser compreendidas se situadas novamente ao conjunto das estratégias de reprodução. Essas transformações são básicas para a elaboração de sua teoria da prática (CRIADO, 2017, p.228).

Bourdieu faz da análise da sociedade Cabila, situada na Argélia, uma tentativa de apresentar uma arqueologia do inconsciente social, evidenciando uma tradição de base androcêntrica, fruto também da colonização de culturas mediterrâneas e europeias na África, demonstrando como algumas dessas estruturas estão ativas atualmente em nossa cognição e visão de mundo. Em outras palavras, o espaço social interpretado na sociedade Cabila, apesar de aparentemente exótico, colocaria em xeque a sensação de não familiaridade com a nossa cultura, instigando a reflexão e problematização sobre questões como violência simbólica, dominação masculina e o colonialismo cultural. Alguns sociólogos, por exemplo, condisseram que a partir da abordagem de Bourdieu na sociedade Cabila, ele conseguiu gerar uma abordagem crítica do colonialismo.

Enquanto visões convencionais do colonialismo o viam como um meio neutro para a transferência cultural, portanto, refletindo apenas as preocupações e interesses da metrópole, Bourdieu chamou a atenção para as experiências e preocupações das pessoas colonizadas para teorizar o colonialismo como um sistema social estruturado pelo racismo e pela violência, que teve importante impacto sobre o colonizador e igualmente sobre o colonizado. Neste sentido, os primeiros trabalhos de Bourdieu não eram apenas sobre o colonialismo, mas eram também epistemologicamente pós-colonial (JULIAN GO, 2018, p.1)

No artigo presente na obra *Honra e Vergonha* o sociólogo francês expõe a lógica do desafio e da resposta mostrando que a força do desafio se exerce mediante a compreensão de que a pessoa desafiada é digna daquele prestígio, pois só assim se tem certeza do retorno da afronta. Bourdieu comenta que para emitir um desafio na sociedade Cabília seria preciso reconhecer a masculinidade da pessoa, um reconhecimento que funcionar como pré-requisito para qualquer diálogo. “É preciso reconhecer nele também a dignidade de um homem de honra, uma vez que o desafio, como tal, requer uma resposta e, conseqüentemente, é dirigida a um homem

considerado capaz de jogar o jogo da honra e de jogar bem” (BOURDIEU, 1965, p.197-98).

O autor reforça que isso pressupõe não apenas que ele saiba as regras do jogo, mas também que ele possua essas qualidades necessárias para cumpri-las. A recusa ao diálogo é negar simbolicamente que os dois polos são iguais, o que corresponde, como cita Bourdieu, a uma lógica de desdém e humilhação, posto que quando se ofende alguém, se inicia uma troca. Ou seja, se dá à pessoa ofendida sua chance ao se reconhecer que ela é capaz de replicar. Há com isso, no artigo do sociólogo francês, uma separação entre a lógica da humilhação e do desdém e a dialética da honra. Esse é um ponto de destaque importante, posto que colocamos aqui mais uma vez o foco da honra como elemento de distinção e diferenciação social.

Para além do desafio e da resposta, Bourdieu afirma que o sentimento da honra existe por virtude do sentido de que certas coisas são sagradas (h'urma-h'aram), dentre as quais compreendeu: a polarização entre homem e mulher (o tabu, h'aram), a casa enquanto espaço feminino, a vida íntima, a mulher como mundo a ser mantido em segredo em contraste com o mundo aberto da praça pública reservada aos homens. A categoria de sacralidade de fato se aplica muito naturalmente a espaço. A oposição entre fora e dentro, uma forma especial de oposição entre masculino e feminino, aparece como uma das dicotomias fundamentais do pensamento Cabila, escreve o autor.

O sagrado da 'mão direita' na sociedade Cabila evidencia a virilidade (nif), essencialmente ligada à mão que segura e arma, o fuzil que garante a reparação ao respeito reivindicado ao que é mais sagrado (h'urma), evidencia Pierre Bourdieu. Esse arquétipo lembra todos aqueles cuja morte deve ser vingada com sangue e todos aqueles que são obrigados a realizar vingança de sangue. O rifle é símbolo da força para garantia da restauração do respeito. A violência surge aqui mais uma vez justificada em defesa da honra, especialmente, quando envolve a família, nestes termos:

Quanto maior a vulnerabilidade de uma família, mais deve possuir para defender seus valores sagrados. E maiores são os méritos e a estima que a opinião pública lhe confere. (...) Em suma, se o sagrado (h'urma-h'aram) existe apenas através do sentido de honra que a defende, o sentimento de honra existe por virtude do sentido de que certas coisas são sagradas. Como se pode definir essas coisas sagradas (h'urma-h'aram) que a honra deve defender e proteger? A sabedoria cabila responde a isso pergunta: 'Um está em casa, sua esposa, seus rifles.' (BOURDEU, 1965, p. 219).

Ou seja, Bourdieu distingue ‘nif,’ como o ponto de honra, o auto-respeito, e a hurma, a honra em sua completude. Enquanto o desafio busca fragilizar o ponto de honra, o ‘nif’, o ultraje atinge as regiões interditas e é considerado sacrilégio (ROHDEN, 2006). Se o julgamento social “define que a ofensa foi sobre a hurma, o indivíduo deve sentir acionado o seu nif, deve ter a obrigação da vingança, sob pena de perder sua honra e só lhe restar o exílio. O nif é o responsável pela guarda da hurma, estando ambos intimamente conectados” (Ibid, 2006, p.108).

Bourdieu também analisa o que classificou de *ethos da honra*, entendendo o termo como aquilo que se opõe fundamentalmente a uma moral baseada na noção de igualdade e dignidade entre os homens e, conseqüentemente, igualdade em direitos e deveres. O autor comenta que não apenas as regras impostas aos homens diferem daquelas impostas às mulheres, bem como os deveres, mas também os ditames da honra, aplicados diretamente caso a caso e variando de acordo com a situação, são de modo algum capaz de ser universalizado. É o mesmo código, escreve o sociólogo, que estabelece modos de conduta opostos de acordo com a esfera social.

Tanto é assim que um único sistema de valores de honra estabelece dois conjuntos opostos de regras de conduta - por um lado o que rege as relações entre parentes e, em geral, todas as relações pessoais que se o mesmo padrão que aqueles entre parentes; e por outro lado, o que é válido nas relações com estranhos. Esta dualidade de atitudes procede logicamente do princípio, estabelecido anteriormente, segundo o qual os modos de conduta de honra aplicam-se apenas àqueles que são dignos delas. É por isso que um roubo só deveria ser condenado quando foi cometido dentro do grupo (BOURDIEU, 1965, p. 228).

Isto é, a honra, quando se trata de parentes ou de aliados, impõe uma linha de ação completamente oposta, porém derivando dos mesmos princípios de ajudar os próprios familiares: “Ajude seus próprios parentes”, diz o provérbio, ‘se eles estão certos ou errados’”, enfatiza Bourdieu (1965, p.229) no artigo. Os valores de honra fazem parte da atmosfera respirada pela união grupo, o clã ou aldeia, “assim os preceitos da moralidade de honra são obrigatórios em todos os aspectos da vida privada e pública” (Ibid, p.229). O sociólogo francês, com isso, enfatiza a força do grupo para manutenção das regras estabelecidas dentro das comunidades de clãs ou aldeias, mediante as relações de parentesco. É por esta razão que os valores de honra constituem o verdadeiro base da ordem política Cabila.

Em muito, os sistemas de honra observados por Bourdieu e Pitt-Rivers se fazem semelhante às estratégias de fortalecimento e organização de famílias sertanejas e, em grande parte, da formação política no Brasil. Para isso é preciso partir da compreensão de que a família, neste sentido, compartilha do sentimento de solidariedade que por sua vez deriva do sentimento de fraternidade que cresce vivendo juntos. Assim, no contexto Cabila, conclui Bourdieu (Ibid, p.229-230), as regras sociais não aparecem como “uma força constrangedora, pois ambos objetivam o sentimento de cada indivíduo e sustentam a realidade viva do costume. O respeito às injunções da coletividade se funda no respeito por si mesmo, ou seja, o sentimento de honra.”

1.3 A crítica de Peter Berger e o olhar de Charles Taylor

Em sua pesquisa histórica sobre as noções de honra na literatura da Europa Ocidental, Pitt-Rivers percebeu contrariedades e ambiguidades sobre o termo desde Voltaire (1694-1778) a Montesquieu (1689-1755), os quais se viram entre consonâncias e discordâncias ao buscarem analisar o conceito de honra naquela época. Um dos pontos polêmicos citado por Rivers sobre Montesquieu é que este tentou interpretar o conceito para além do sistema feudal.

Segundo Montesquieu, haveria de existir outros grupos sociais e formas de organização cujo líder seria eleito representante e onde o tribunal da opinião pública seria soberano em garantir-lhe a áurea sagrada da honra. Esta observação forneceu a Montesquieu uma dicotomia básica: a distinção entre monarquia cujo operativo princípio seria a honra, e a República cujo operativo princípio seria virtude, algo como o que se entende hoje por 'cidadania'.

Pitt-Rivers pontua que Montesquieu encontrou dificuldade em se fazer entender por aqueles que se mostraram relutantes em adotar sua distinção. Esta, por conseguinte, foi criticada tanto por aqueles que afirmavam que havia honra em uma República, quanto por aqueles que sustentavam que havia virtude em uma monarquia.

A dificuldade de distinguir entre os dois termos, honra e virtude, foi responsável por aquelas confusões que foram nem o primeiro nem o último de sua espécie, que se centra nos significados da palavra honra: a honra que deriva de honra de conduta virtuosa que situa um indivíduo socialmente e a honra que determina seu direito de precedência. Os dois sentidos parecem estar tão distantes um do outro que alguém pode perguntar por que eles foram, e ainda são expressos pela mesma palavra, por que as línguas da

Europa estão tão determinadas a evitar clareza neste assunto (PITT-RIVERS, 1965 p.36)

Carlos Alberto Dória (1994), em seus estudos, contextualizou três diferentes visões sobre honra com base em Hobbes, Montesquieu e Tocqueville. O primeiro tomou a honra como base da estima pública, quando dizia que a fonte da honra estava no Estado e no seu poder de tornar um grupo ou uma pessoa “honorável”. O segundo como um dos pilares da Monarquia, mas com poder de hierarquizar as relações humanas a partir de um ponto de observação qualquer que se tome na sociedade, independente do Estado. Tocqueville, trazendo o debate para o contexto das sociedades democráticas, interpretou como uma “sociedade” dentro das sociedades independente de classe ou castas.

As diferentes concepções de honra até aqui apresentadas e as confusões acima elencadas desde a época dos filósofos iluministas, nos fazem pensar sobre o quanto a noção de honra é fluida há muito tempo. É o que nos leva a crer que as reflexões sobre o termo e as condições de sua subsistência dependam muito mais dos contextos e processos históricos em que a sua ideia está inserida. Por isso, um dos argumentos desta tese é que, nos parece arriscado analisar a ideia de honra ao ponto de defini-la como algo completamente ultrapassado ao cenário hodierno.

Posto que, neste mesmo tempo presente, a honra já possa ter adquirido novas formas de coexistências se adequando aos contextos de sociabilidades de grupos específicos que a cultivem com base nas condutas próprias da atualidade. Esse é, portanto, o nosso ponto de partida para questionar a ideia de Peter Berger sobre o fim ou, como ele mesmo diz, obsolescência da noção de honra nos tempos modernos. Num ensaio publicado pela primeira vez nos Archives Européennes de Sociologie, em 1970, Berger discute sobre a obsolescência do conceito de honra e a perda do seu sentido na sociedade em que vivemos em favor da criação contemporânea da noção de dignidade.

Neste trabalho o autor escreve que a honra ocupa, no uso contemporâneo, aproximadamente, e não sem ironia, o mesmo lugar que a castidade. “Um indivíduo a afirmando dificilmente convida a admiração, e outro que alega ter perdido é objeto de diversão ao invés de simpatia. Ambos os conceitos possuem um status ultrapassado, de forma inequívoca, na visão de mundo da modernidade” (BERGER, 2015, p.7). Para Berger, o total descrédito na eficácia da noção de honra aos olhos de hoje é notável pela

incapacidade da maioria das pessoas em compreender o insulto, que é a essência do reclame à honra.

Pelo menos nos Estados Unidos, há um estreito paralelo entre a consciência e o direito modernos. Motivos de honra não possuem legitimidade no direito norte-americano, e os códigos legais que ainda os admitem, como em alguns países do sul da Europa, são percebidos como arcaicos. Na consciência moderna, como no direito norte-americano, - formado mais do que qualquer outro por aquela força primordial da modernização que é o capitalismo, - o insulto em si não é acionável, não é reconhecido como uma ofensa real. A parte insultada tem que se mostrar hábil para provar que houve danos materiais. Há casos, de fato, em que o dano psíquico pode ser a base para um processo judicial, mas este fato também está muito longe de uma noção de crime contra a honra (BERGER, 2015, p. 7-8).

Ou seja, na visão de Berger os embates que outrora precisariam de resoluções conflituosas ou violentas, hoje seriam asseguradas satisfatoriamente pela mão do Estado ou, de outra forma, amparados por um olhar de maior respeito à subjetividade do outro.

Se um indivíduo é insultado e, como resultado, é prejudicado na sua carreira ou em sua capacidade de ganhar um aumento, ele não só pode recorrer aos tribunais, mas poderá contar também com a simpatia de seus amigos. Os seus amigos e, em alguns casos, os tribunais, virão ao seu apoio, se, por exemplo, o insulto o inquietou tanto que ele perdeu a sua autoestima ou teve um colapso nervoso. Se, no entanto, a injúria não pertence a um desses tipos, ele quase certamente será aconselhado por advogados e amigos para esquecer a coisa toda. Em outras palavras, a realidade da ofensa será negada. Se o indivíduo persiste em mantê-la, ele será categorizado negativamente, muito provavelmente em termos psiquiátricos como 'neurótico', 'excessivamente sensível', ou algo semelhante, ou, se aplicável, em termos que se referem a um atraso cultural (como 'irremediavelmente Europeu' ou, talvez, como vítima de uma 'mentalidade provincial') (BERGER, 2015, p. 8).

Em sua reflexão, Berger afirma que antes da obsolescência da honra, a noção - agora concordando com Norbert Elias - passou por um processo de aburguesamento como um último estágio de vida. O autor concorda que a honra é usualmente entendida como uma noção aristocrática ou, pelo menos, associada a uma organização social hierárquica.

E reitera que as noções ocidentais de honra foram fortemente influenciadas pelos códigos da época da cavalaria. Berger aceita o fato de que os conceitos de honra sobreviveram melhor na era moderna nos grupos que retinham uma visão hierárquica da sociedade, tais como a nobreza, os militares e em profissões tradicionais como direito e medicina. Nestes grupos, diz Berger agora concordando com Weber, a honra seria uma

expressão direta de status, uma fonte de solidariedade entre iguais sociais e uma linha de demarcação contra inferiores sociais.

O autor também aceita que a honra tinha poder de ditar certos padrões de comportamento para lidar com os inferiores e que seu código somente se aplicaria àqueles que compartilham o mesmo status na hierarquia. O ponto chave do seu argumento é que, com a complexidade das tramas sociais, do aumento da informalização das relações e diluição de certos papéis e obrigações, a noção de honra também foi se diluindo.

Portanto, a desintegração deste mundo, como resultado das forças da modernidade “não só tornou a honra uma noção cada vez mais sem sentido, mas serviu de ocasião para uma redefinição da identidade, e da sua intrínseca dignidade, para além de, e muitas vezes contra os papéis institucionais” (BERGER, 2015, p.13). Sobre isso, o autor ainda explica que “o conceito de honra implica que a identidade é essencialmente, ou pelo menos consideravelmente, ligada a papéis institucionais. O conceito moderno de dignidade, pelo contrário, implica que a identidade é essencialmente independente de papéis institucionais” (BERGER, 2015, p. 11).

Assim, a localização social da honra se encontraria em um mundo de relatividade intacta, de instituições estáveis em que as pessoas poderiam, com sua certeza subjetiva, anexar suas identidades aos papéis institucionais que a sociedade atribui a eles. Neste ensaio, Peter Berger somente advoga a favor da honra ao dizer que o termo deve continuar servindo de objeto de pesquisas empíricas justamente para que seja possível entender o que fez o homem moderno perder de vista a honra em nome da dignidade.

Berger pondera, no entanto, que um retorno às instituições seria um retorno à honra e, nesse contexto, seria possível “especular que a redescoberta da honra no futuro desenvolvimento da sociedade moderna é tanto empiricamente plausível quanto moralmente desejável” (BERGER, 2015, p. 115). O que seria novamente possível para as pessoas que se identifiquem com seus papéis institucionais, agora experimentados não como tiranias e estranhamento, mas como veículos livremente escolhidos de autorrealização.

A desintegração deste mundo, como resultado das forças da modernidade não só tornou a honra uma noção cada vez mais sem sentido, mas serviu de ocasião para uma redefinição da identidade, e da sua intrínseca dignidade, para além de e muitas vezes contra os papéis institucionais. Papéis estes

através dos quais o indivíduo se exprime na sociedade. A reciprocidade entre indivíduo e sociedade, entre identidade subjetiva e identificação objetiva através dos papéis, agora parece vir a ser experimentada como uma espécie de luta. As instituições deixaram de ser a "casa" do self; e, ao contrário, se tornaram realidades opressivas que distorcem e afastam o self. Os papéis já não atualizam o self, mas servem como uma espécie de "véu de maya", escondendo o self não apenas dos outros, mas da própria consciência do indivíduo (BERGER, 2015, p. 13).

Charles Taylor segue o olhar de Berger no sentido de encarar a honra do ponto de vista das configurações que davam sustentação ao Antigo Regime. Em seus *Argumentos Filosóficos* (2000), Taylor distingue mudanças que levaram a fortalecer as noções de identidade e reconhecimento na contemporaneidade, citando como uma delas o colapso de hierarquias sociais tomando por base a noção de honra como interpretada no *ancien régime*. Ou seja, quando padrões de conduta por parte de uma elite dirigente adquiriam sentido de distinção social frente às classes populares.

Nestes escritos, Taylor afirma que a noção de dignidade vai de encontro à ideia de honra no sentido aplicado no *ancien régime* devido um caminho de lutas e conquistas por cidadania e igualdade próprias de uma sociedade democrática. Portanto, em tal ponto de vista em específico, diz Taylor, a honra seria um conceito superado.

Podemos distinguir duas mudanças que, juntas, tornaram inevitável a preocupação moderna com identidade e o reconhecimento. A primeira é o colapso das hierarquias sociais, que costumavam ser a base da honra. Emprego honra no sentido do antigo regime, e que estava intrinsecamente ligada as desigualdades. Para que alguns tenham honra neste sentido, é essencial que nem todos a tenham. E é assim que Montesquieu emprega ao descrever a Monarquia. A honra é uma questão intrinsecamente de preferências. É também o sentido em que usamos o termo ao falar de honrar alguém lhe concedendo um prêmio público (...) um prêmio que ficaria sem valor se decidíssemos dá-lo a todos. Opõe-se a essa noção de honra a noção moderna de dignidade, agora usada num sentido universalista e igualitário que nos permite falar da dignidade inerente dos seres humanos ou de dignidade do cidadão. É óbvio que esse conceito de dignidade é o único compatível com uma sociedade democrática, sendo inevitável que o antigo conceito de honra fosse sobrepujado (TAYLOR, 2000, p. 241).

Destes apontamentos de Berger e Taylor, podemos apontar criticamente: 1) Que o olhar de interpretação dos autores sobre o conceito de honra tende a sedimentar a noção de honra em um único sentido que remete às relações do Antigo Regime; 2) Os autores parecem desconsiderar que se avalia um conceito fluido com sistemas de valores que se modificam ao longo do tempo; 3) Berger, em específico, fala a partir da realidade norte-americana sem considerar os inúmeros contextos locais onde formas de agir e

sentir com base nos valores de honra podem coexistir diferentemente das relações com as quais o autor se depara no seu cotidiano.

No caso do Sertão de Pernambuco acredita-se que a noção de honra ainda se mostre válida na organização de tramas sociais na atualidade tendo os valores que compõem o universo moral da honra como parte da cultura de grupos específicos, como tentaremos demonstrar ao longo das próximas páginas.

1.4 A honra na formação da família sertaneja

Em contraponto à visão de Berger e Taylor, encontramos pesquisas compartilhadas pelo sociólogo brasileiro e pesquisador do tema Carlos Alberto Dória (1994). Discordando da ideia da honra como categoria de análise superada na atualidade, o autor chama a atenção para o olhar das pesquisas sociológicas e antropológicas, as quais deveriam ter a honra não como algo anacrônico, mas como tema de cultura. Dória corrobora a visão da modernidade do conceito no âmbito de várias cidades da região Nordeste.

Para ele, o cultivo da honra nestes locais é uma tradição “incontestável entre nós, mesmo para explicar o fenômeno como as lutas de famílias que, se supunha, a chamada modernidade por si só liquidaria”. “A sociologia brasileira”, diz o pesquisador, “oscilou entre a desconsideração do tema e sua folclorização ao tomar a honra como um aspecto pitoresco da sociedade nordestina, sem perceber que ali se manifestava um traço fundamental da cultura ibérica da qual somos herdeiros” (DÓRIA, 1994, p.48).

Em contraponto ao sentido proposto por Berger e reforçado por Taylor, na análise de Dória (1994, p.47) as chamadas questões de família – as quais muitas decorrem de valores de honra - “foram interpretadas segundo clássicos da nossa literatura sociológica como prova de debilidade do poder público que, assim, abriria espaço para o ‘reaparecimento’ de práticas próprias de sociedades de fronteiras ou de comunidades do Antigo Regime”. Para Dória essa interpretação está errada.

Na verdade, a noção de honra, na visão do autor, deveria ser encarada como atributo próprio de um código de conduta que se fixou culturalmente na região. No entanto, segundo Dória, os sistemas morais vinculados à noção de honra nestes estudos clássicos da sociologia acabaram sempre marginalizados. O pesquisador acrescenta que “não é fácil determinar as razões pelas quais certos temas aparentemente abandonados

pela sociologia de repente reaparecem e, com força extraordinária, revitalizam a pesquisa ali onde ela parecia definitivamente sepultada” (DÓRIA, 1994, p.47). Este seria o caso da honra.

Ao lembrar que o conceito não tem um sentido único ou estável, Rohden (2006) pondera que não é possível universalizar ou generalizar uma noção fechada de honra, pois tais compreensões são aptas a mudanças a partir das suas atualizações concretas na interação social. É possível, com isso, que a honra, no atual contexto, desvele um jogo no caso de Serra Talhada que demonstra não só distinção social demarcada pelo valor da precedência (tradição do sobrenome), mas busca aliar-se aos novos sentidos impressos pelo modelo neoliberal em voga.

No caso do Nordeste brasileiro, Carlos Alberto Dória (1994, p. 48) analisa a forte relação entre os valores de honra e a formação da família patriarcal. “É a família e sua relação com os códigos costumeiros que emergem como problema central de cuja análise deve nascer uma nova compreensão da noção de honra”.

A honra é atributo da família sertaneja, apoiada em práticas ao mesmo tempo solidárias e conflituosas, correspondendo a um modo de controle social compatível com a sociedade que lá se gestou sob os influxos do colonialismo. A permanência destes valores para além daquela situação histórica deve ser buscada não na ausência de um poder público capaz de administrar justiça e, por isso, substituído na prática por um poder privado hipertrofiado. Ela expressou antes a necessidade de controles sociais rígidos que protegessem a família frente aos mecanismos de mudanças e aos desafios cotidianos que colocava em xeque sua preeminência enquanto agrupamento econômico, político e moral, constantemente ameaçado pela lógica competitiva que presidiu a montagem das estruturas de poder no sertão (DÓRIA 1994, p.109).

O modelo ibérico da honra, o qual acredita este pesquisador que nós latinos somos herdeiros, tem na família uma base importante de análise visto que ela teria poder de acumular e catalisar “virtudes” aos seus membros por meio, por exemplo, do sobrenome. Carlos Alberto Dória escreve que o código de honra oferece um mapa social exato onde se considera, além dos papéis feminino e masculino, o peso da família enquanto relação social fundante, “os atributos naturais (de nascimento) e os adquiridos ao longo da vida, a hierarquia dos indivíduos e dos grupos familiares, os limites da comunidade e os mecanismos de sua reprodução, tanto internos quanto por aquisição (DÓRIA, 1994, p.60).

Quando se reflete sobre este tema no contexto dos sertões nordestinos, se pensa na família patriarcal sertaneja enquanto grupo que se fortaleceu para além de uma

unidade nuclear, por meio da noção de parentela. Em seus primórdios, a sociedade sertaneja em sua organização básica no cenário colonial regia-se como o “clã do feudo”. Essa é uma definição de Oliveira Viana (1999) ao analisar as relações sociais dominadas pela família do senhor da fazenda, sua parentela e seus subordinados.

Oliveira Viana destaca os laços de compadrio do patriarca que seriam até mais fortes do que a própria consanguinidade, isto é, uma fonte fecunda de solidariedade familiar gerando um código de deveres morais tão fortes quanto pai e filho. Os laços de sangue e compadrio, reforça também Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975), ajudaram a resguardar as propriedades dos patriarcas em mãos seguras, especialmente, quando as alianças entre clãs obedeciam a endogamia.

Linda Lewin (1993, p.161) evidencia esse debate a partir do contexto da Paraíba do século XIX e início do século XX. A parentelas eram consideradas de prestígio para os olhos de uma elite não somente por “refletir a justaposição ou sobreposição de parentesco, mas também consolidar o grupo familiar contra os poderosos desafios para além dos laços de parentesco”. Defender (de forma armada ou não) os interesses, projetos econômicos e políticos da família seria demonstrar lealdade à filiação que se representa. Neste sentido, ser leal adquire um sentido essencialmente honorável o que corresponde às expectativas do grande grupo. Assim, os sistemas morais de honra se ligam à família e à lógica da parentela e, mais precisamente, da parentela política.

Acompanhando estes estudos com o foco na região Nordeste, Monteiro (2016) analisou a força dos “nomes” e “sobrenomes” dos que classifica como herdeiros das históricas oligarquias paraibanas. “Esses ‘nomes’ simbolizam uma estrutura de poder político que se apropriando do Estado brasileiro, e na interlocução com o mercado, dominam e tende a dominar a política por mais décadas por meio de seus filhos e netos” (MONTEIRO, 2016, p.77-78).

Seguindo, até certo ponto, o rastro reflexivo deixado por Oliveira Viana ao pesquisar a sociedade dominada pela fazenda pecuária e, em consequência, a relação de dominação entre as pessoas livres e o proprietário de terras, Carlos Alberto Dória se atém às formas particulares de subordinação patrão/homem-livre forjadas não do ponto de vista do poder econômico, mas das relações de mando pessoal alimentada com a outorga de poder na estrutura estatal.

Neste sentido, a configuração patriarcal da sociedade sertaneja aparece como expressão da compatibilidade entre, por um lado, a produção mercantil do

gado e bases latifundiárias e a emergência de uma modalidade do homem pobre como reflexo do poderio do senhor a quem se subordinava. (...) Os caminhos da realização passavam, pois, pela submissão pessoal. Essa é uma outra maneira de explicar a força centrípeta que exerceu o complexo do feudo de que fala Oliveira Viana. A proeminência dos grandes proprietários emanava justamente da qualidade de suas relações com o poder, que lhes concedia sesmarias e do qual eram representantes no interior da Colônia. Esta simbiose com a administração capacitava-os, ainda, a receberem a transferência de encargos públicos como fundar vilas, cobrar impostos, arbitrar conflitos, perseguir criminosos, etc. Assim, a figura do *pater família* emergiu forte como persona das relações econômicas e políticas que estava na base do movimento expansionista (DÓRIA, 1994, p. 73).

Em resumo, os que não gravitavam ao redor do patriarca eram relegados a não participar de qualquer relação de prestígio ou poder dentro da administração que fosse. Assim, inevitável eram os conflitos de cunho pessoal do patriarca em busca de maior poder dentro da estrutura administrativa tendo a frente o interesse da família e sua parentela. Isso foi foco central de questões que, em muitas vezes, terminaram em derramamento de sangue.

Como destaca Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p.46), analisando a relação entre o mando pessoal e essa luta por poder e prestígio a partir do usufruto da máquina estatal, muitas vezes terminava “em terríveis lutas entre famílias que se desenvolveram na Colônia, perdurando em certos pontos do Brasil, Império a fora até os nossos dias, onde quer se preservasse a estrutura patriarcal da família”. A autora complementa que tais embates resultaram da colisão de interesses ou ódio por qualquer motivo despertado entre dois desses grupos familiares. Neste contexto, os níveis de lealdade aos interesses do grupo podiam ser medidos pelo grau de solidariedade entre os agentes envolvidos em suas questões.

A prova de que os interesses privados estavam intimamente ligados aos interesses públicos está na forma que tomavam tais conflitos: rivalidades entre duas Câmaras Municipais, brigas que resultavam na fundação de um novo município dentro de um território antigo, lutas pelo domínio de uma Câmara. (...) A presença de dois poderosos mandões numa mesma zona provocava o desmembramento dela em dois municípios. (...) Nestas discórdias todas, o governo geral, que delas tomava perfeitamente conhecimento, ora exercia função mediadora, ora participava da luta ao lado de uma das facções condenando a outra facção como culpada. Mas, se por ventura saíam a parte que o governo considerava adversária, imediatamente esse mesmo governo a ela aderiu e a sustentava (QUEIROZ, 1976, p.46-47).

No entanto, Dória (1994, p.75) destaca que a violência não pode ser vista como condição das relações de honra na família sertaneja. “Não se pode resvalar no terreno ilusório e supor que as práticas comunitárias [no núcleo da família sertaneja]

prevalecem sempre sobre a força desagregadora de conflitos sociais”. Isso, porque a violência causada pelos valores de honra estaria “estruturalmente ligada ao modo de vida que aquela sociedade engendrou. Trata-se da manifestação mais visível das contradições que permeiam toda ela e não apenas, como por vezes se pretende, da emergência de forças externas desagregadoras da comunidade” (DÓRIA, 1994, p.76). Assim, os conflitos violentos, ao contrário, se projetavam para fora do “clã do feudo” e tomavam dimensões singulares ao cotidiano da família patriarcal.

Destacamos aqui, como parte deste cotidiano, a figura por exemplo do vaqueiro nordestino. Dentro da estrutura da fazenda, o vaqueiro muitas vezes se sobressaía sobre os demais, ganhando mais importância que os meros moradores e ajudantes da economia do feudo local, porque “os vaqueiros em contrário com a gente miúda, projetavam-se como figuras de prestígio. Eram, num certo sentido, extensão da pessoa do proprietário, condição da qual derivavam sua autoridade e prestígio sobre os demais, bem como seus privilégios” (DÓRIA, 1994, p. 75). Em boa parte, isso acontecia pelos valores que o vaqueiro encarnava, como a coragem e a valentia.

Essa associação, tirava-os da miserabilidade simbólica dos comuns e os projetava a um patamar de dignidade. “Assim a imagem do vaqueiro, contemplada pelos de baixo, representava a possibilidade de se tornarem honrados, queridos e necessários, um verdadeiro atalho para adquirirem ‘humanidade’” (DÓRIA, 1994, p. 75). Sobre essa associação simbólica de luta por prestígio dentro da camada hierarquizada da família patriarcal nordestina, destaque-se um ponto importante.

Contrariamente ao modelo de honra do Antigo Regime, dentro da esfera da realidade da família sertaneja nordestina, os valores de honra serviram para mascarar hierarquias entre o líder local e seus subordinados, deixando a relação entre eles marcada mais pela força da “dádiva”, para usar o termo de Marcel Mauss, do que pela relação de produção.

O chamado complexo do feudo regia-se de forma contraditória. Se por um lado era rigidamente hierarquizado, tendo por fundamento a propriedade do principal meio de produção e a distribuição de funções relativas à organização do trabalho, por outro lado essa hierarquia se escondia por trás do conjunto de práticas cotidianas marcadas pela cooperação e indiferenciação, criando relações nas quais os indivíduos figuravam como pessoas integrais, isto é, com uma identidade que derivava do amplo reconhecimento de seus atributos individuais: coragem, valentia, camaradagem, bondade, justiça, honorabilidade, etc. (DÓRIA, 1994, p. 78).

Nessa perspectiva, o sistema valorativo da honra, também no contexto da família nordestina sertaneja, não perde o seu caráter contraditório, envolvido por práticas ao mesmo tempo conflituosas e de solidariedade. À parte do que pregam estudos clássicos, é possível concordar com Carlos Alberto Dória quando se reflete sobre os valores de honra na sociedade sertaneja nordestina não como parte de um contexto de poder privado insuportável refletido na ausência do Estado e na incapacidade deste de mediar conflitos.

Ao contrário a honra expressou, antes, a necessidade de controles sociais rígidos que protegessem a família “frente aos mecanismos de mudanças e desafios que colocavam em xeque sua força enquanto agrupamento político, econômico e moral, constantemente ameaçado pela lógica competitiva que presidiu as estruturas de poder no Sertão” (DÓRIA, 1994, p. 109).

1.5 Algumas agendas de pesquisa sobre honra no Brasil

O debate no campo das Ciências Sociais no Brasil, tendo como foco principal ou transversal, a honra de família vem avançando com mais força desde o final dos anos 1990 conseguindo renovar-se, nos dias de hoje, em diferentes objetos de pesquisa. Pode-se frisar, por exemplo, além dos estudos de Carlos Alberto Dória, os resultados de investigações de autores como Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (1998); Ana Cláudia Marques (2002), Jorge Mattar Vilela (2004) ou Cláudia Fonseca (2000).

A antropóloga Luitgarde em sua tese *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazareno Guerreando no Sertão* analisa lutas de família ocorridas no ambiente sertanejo do Nordeste sob a evocação da honra a partir do entendimento da cultura como código gestado pelos valores da valentia e da coragem na região. A pesquisadora observou que nos conflitos cotidianos dos sertanejos há um imaginário onde se evidencia uma consciência de que as lutas se desenvolvem não só em função da posse de dinheiro, defesa ou conquista de bens materiais.

Valores como cumprimento das leis, a proteção à honra da família – representada pela coragem e o bom comportamento dos homens associado à pureza sexual das donzelas e recato de viúva e mulheres casadas – a obediência à Igreja Católica, o respeito aos mais velhos e padrinhos, a caridade, a sobriedade e modéstia no vestir e no falar, o respeito ao alheio, articulam-se no código de honra sertanejo (BARROS, 1998, p. 162).

A partir de meados do século XIX, nos diz Luitgarde Barros, houve uma importante mudança na percepção de mundo dos sertanejos onde um movimento cultural puxado especialmente por líderes religiosos conseguiu mudar o significado da noção de trabalho fazendo do termo algo de grande valor dando estímulo ao ditado “homem do sertão é pobre, mas honrado”. Ao mesmo tempo, neste processo, procurou-se deslocar também o sentido da valentia – que durante séculos foi usada para preservação de privilégios – para a chamada “preservação do bem”.

Assim, no Sertão, “a categoria bem, enquanto ideia abstrata, princípio ético, une, para além das diferenças materiais de classe, homens e mulheres de todos os segmentos sociais que dão prioridade a este princípio moral em detrimento da categoria materializante” (BARROS, 1998, p. 163-63). Ou seja, por meio do que a autora chamou de manipulação cultural, se vinculou o novo valor trabalho aos antigos códigos de honra fazendo surgir a categoria “homens de bem”, da qual muita gente das classes pobres procurou se identificar usando essa classificação como ferramenta de integração social num mundo violentamente marcado por hierarquias.

Em *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco* a antropóloga Ana Cláudia Marques delinea o universo familiar e seus conflitos, bem como sua suposta dimensão política. A autora aborda a temática não pelo viés da ausência de Estado, Justiça ou modernização que, à priori, a cena do interior teima em evocar, mas tenta refletir sobre o fenômeno positivamente. Ao contrário de enxergar o tema do enfrentamento entre clãs familiares e grupos políticos como algo estático e historicamente recorrente, a pesquisa analisa as interpretações de pertencimento a tais contextos e seus limites.

No lugar de um sertão povoado “por uma gente atrasada, inculta, selvagem, impermeável a todos os avanços da modernidade, ou de heróis herdeiros dos bandeirantes de outrora, preservados de alguma influência corruptora vinda de fora, conheci um mundo muito mais complexo e sofisticado” (MARQUES, 2002, p.37). Em outros termos, a autora vai de encontro à tese que o sertão e sua imagem ainda estejam atrelados a uma aparente tradição cultural incrustada durante séculos. Ao contrário, todos os fenômenos observáveis em seu trabalho (o prestígio do sobrenome, a política, o tráfico de drogas e sua relação com o contexto de intrigas de famílias) estavam vinculados a condições externas e nacionais.

O sertão está sujeito, como outra parte qualquer, às penetrações de um mercado muito vasto, que alimenta com artigos e demandas novos e velhos modos de vida, legais e ilegais. Recorrer à imagem do atraso e do isolamento, como explicação para tais fenômenos, parece um artifício de rendimentos duvidosos, de que o senso comum, possivelmente estimulado pelos meios de comunicação de massa, não deixa de se servir (MARQUES, 2002, p.38).

Já o antropólogo Jorge Mattar Vilela, em *O povo em armas: violência e política no Sertão de Pernambuco* tenta compreender, entre outros fenômenos, as ditas questões de família e sua relação com a política. Dentre os objetos analisados, o pesquisador adentra no contexto de Serra Talhada e lá conhece a histórica e sangrenta querela entre as famílias Pereira e Carvalho. A pesquisa dele busca alimentar não uma velha imagem do sertão onde uma grande quantidade de pessoas armadas vaga tranquila na região diante a falta de controle do Estado. A questão central seria outra: como um bom número de pessoas bem armadas serviu por muito tempo às ordens de alguns poucos sem que nenhuma revolta relevante tenha se processado? Que ferramentas de poder ou mecanismos políticos podem ter fornecido condições a esse tipo de disposição?

Os resultados da seleção, leitura e análise dos documentos [...] mostram como as autoridades e instituições estatais puderam manter sob controle parcial um povo em armas de múltiplas facetas, em constante mutação. Como deveu também mantê-lo armado ao mesmo tempo que o reprimia e porque, em casos de necessidade, não hesitou em manter um enorme território e uma grande massa populacional – a despeito das diferenças de classe – sob um regime de ocupação militar talvez sem precedentes na história do Brasil em duração, continuidade e brutalidade (VILLELA, 2004, 33-34).

Por conseguinte, a antropóloga Cláudia Fonseca em seu livro *Família, Fofoca e Honra* traz importantes apontamentos sobre estas categorias de análise após imersão de campo de quase dois anos na Vila do Cachorro Sentado, um espaço considerado de invasão, com cerca de 750 moradores, em uma zona de classe média, em Porto Alegre (RS). Além da Vila do Cachorro Sentado, compõe a obra a experiência de campo em outra comunidade, a Vila São João, num contexto de menos miserabilidade se comparado ao primeiro. Nestes dois locais, a pesquisadora avalia que os indivíduos puderam estabelecer uma conduta moral e de interação que fornece sentido aos seus modos de vida.

A fofoca e a violência surgem como moedas de troca no código da honra. Se analisam ainda os componentes de prestígio social entre jovens, homens e mulheres adultos, a honra familiar entre homens e mulheres, a dimensão social da honra e a

importância da reputação. A hipótese central trabalhada por Cláudia Fonseca é a de que a intimidade dos habitantes e suas interdependências constantes são regidas por um código de honra, onde a proteção e a homenagem são as principais moedas de troca.

Diante o cenário de exclusão social em que os grupos analisados se encontram, situação que lhes é imposta dentro de um sistema “dominante” de valores - nos termos da pesquisadora -, Cláudia Fonseca avalia que as comunidades conseguiram construir normas e modelos de pensamento que desaguaram em um conjunto próprio de crenças que depende de uma incessante atualização.

“Trata-se”, como escreveu, “de um sistema em constante mutação, frágil, que, com cada novo acontecimento, exige reajustes” (FONSECA, 2000, p. 28). É possível pensar, a partir desta perspectiva, na possibilidade de existência de lógicas de reconversão de valores em torno da honra, isto é, capitais simbólicos expressos por meio de sentidos visando a permanência ou reestruturação da capacidade valorativa de um grupo frente às transformações impressas pela modernidade.

CAPÍTULO II

HONRA, FAMÍLIA E ELITE POLÍTICA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

“Famílias tradicionais dominam a política brasileira. E isso não tem hora para acabar” (FILHO, 2018). Essa frase estampou uma manchete do site Intercept Brasil e ilustra, de forma resumida, a temática deste segundo capítulo. A reportagem mostra que dois terços do Congresso Nacional estavam tomados por famílias políticas até aquele ano, 2018. Partindo de dados de pesquisas acadêmicas sobre o tema, a matéria aponta que a lógica do parentesco domina não somente o campo da política no país, mas outras esferas de poder como o judiciário, Tribunais de Contas e grandes conglomerados midiáticos³¹. Do âmbito nacional vamos ao estadual, Pernambuco.

Num breve levantamento, é possível apontar a influência de famílias tradicionais na política em, pelo menos, dez grandes municípios do Estado, do Litoral ao Sertão, começando por Serra Talhada (Oliveiras; Pereiras, Godoys, Magalhães, Carvalhos); Petrolina (Coelhos e Cavalcantis); em Caruaru (os Lyras); Olinda e Recife (os Campos/Arraes; os Krauses; os Coelhos e os Costa); Belo Jardim (os Mendonças); Floresta (Ferraz e Novaes); Cabo de Santo Agostinho (com os Gomes); Jaboatão dos Guararapes (os Ferreiras); São Lourenço da Mata (com os Pereiras e Labancas).³²

Nas eleições 2022 para o governo de Pernambuco, os grandes nomes ofertados ao eleitor vêm também de famílias tradicionais na política começando por Marília Arraes (Recife) a qual na sua vice teve Sebastião Oliveira (de Serra Talhada); Raquel Lyra (Caruaru), Anderson Ferreira (Jaboatão), Miguel Coelho (Petrolina) e Danilo Cabral (Recife) aliado antigo da família Campos e filho do ex-deputado estadual Adalberto Cabral. Em artigo que analisa a trajetória da família Campos/Arraes em Pernambuco, Adilson Filho (2019) questiona um do senso comum de que Pernambuco teria uma herança política mais à esquerda:

Não há, pois, como pensar nesse país sem deixar de problematizar a força desconcertante deste velho signo e emblema da nossa história, cujo poder se faz onipresente em todas as suas localidades e regiões. Vale salientar que nessas famílias prevalece predominantemente um ethos conservador e

³¹ A reportagem do Intercept Brasil neste link: <https://theintercept.com/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-para-acabar/>

³² Para ver o levantamento completo: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2016/10/04/herdeiros-de-clas-politicos-disputam-prefeituras-pernambucanas/index.html>

reacionário, advindos de suas origens aristocráticas, burguesas e de classe média. Raramente encontram-se nelas uma fração que seja proveniente do campesinato ou do proletariado urbano, ou mesmo que se identificam ideologicamente com as ideias mais progressistas ou radicais. A sociedade pernambucana não foge à regra, pois desde sua longa história fora encapsulada por esse tipo de relação de poder. No império ficou famosa a frase na qual se dizia que em Pernambuco ‘ou se é Cavalcanti ou se é cavalgado’... (FILHO, 2019, p.42).

Será a partir desta reflexão que tentaremos demonstrar de que maneira a lógica de poder envolvendo o jogo da honra perpetuou, através de relações de apoio, compadrio e parentela política, a força de uma elite política em Serra Talhada. Para isso, tomamos como base o vínculo entre cinco famílias tradicionais do lugar. Busca-se evidenciar, como pano de fundo, algumas das principais ações coletivas de violência e autoritarismo por parte da família Pereira do Pajeú na luta por acúmulo de capital político e econômico no Sertão pernambucano.

Neste prisma, Reis e Grill (2017, p.142-143) analisam o componente família como importante para a compreensão da formação das elites políticas no Brasil, especialmente porque “muitos agentes que conquistam as posições mais bem alocadas nos domínios políticos contaram com a transmissão de espólios”. Essa condição, refletem os autores, tem grande influência na formação de gostos, reprodução de modos de agir e sentir, no aprendizado para manutenção dos recursos da família sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais. Seria o que os leva na direção a ‘destinos’ políticos, mas nem sempre inevitáveis ou percebidos como meta ou expectativa (REIS e GRILL, 2017).

Com base em Bourdieu, Reis e Grill concordam que a família deve ser encarada como “lugar de concentração e ‘concertação’ de meios assim constituído graças à convergência de processos de ordem ritual, técnica, simbólica e prática proporcionada por várias instituições, como o Estado, a Igreja, etc” (BOURDIEU *apud* REIS e GRILL, 2017).

Seguindo as ponderações de Bourdieu, podemos considerá-la como a primeira fonte de produção de vereditos positivos ou negativos, ou seja, é mediante as disposições herdadas na socialização familiar que os indivíduos desenvolvem seus sentidos de estima ou de estigma social, principalmente aprendem a valorizar e reconhecer (desconhecendo as condições sociais de produção) quais são os atributos desejáveis e suas condições de acessá-los (ou não). É por esse intermédio que se entendem os mecanismos sociais de legitimação e de reprodução de uma ordem desigual, cujo ápice é a certificação institucional de “qualidades”, “aptidões”, “dons” socialmente constituídos (REIS e GRILL, 2017, p.143).

Bourdieu cita a família como “palavra de ordem”, isto é, tal qual uma categoria que funciona como um princípio coletivo de construção social. Na visão do autor, a família surge, ao mesmo tempo, como um produto de um verdadeiro trabalho de instituição, ritual e técnico.

Que visa instituir de maneira duradoura, em cada um dos membros da unidade instituída, sentimentos adequados a assegurar a integração que é a condição de existência e de persistência dessa unidade. Os ritos de instituição (palavra que vem de stare, manter-se, ser estável) visam constituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente as flutuações dos sentimentos individuais. Esses atos inaugurais de criação (imposição do nome de família, casamento etc.) encontram seu prolongamento lógico nos inumeráveis atos de reafirmação e de reforço que visam produzir, por uma espécie de criação continuada, as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno etc.) (BOURDIEU, 2008, p. 129).

Um grupo pode ser definido como “família política”, na acepção de Reis e Grill, quando seus membros participam de um processo mais amplo do que apenas vencer uma eleição. Portanto, essa definição não depende somente da ocupação bem sucedida de cargos na estrutura política, mas de um trabalho coletivo que classificam como “consagração”, deflagrado inclusive por meio de “posições ocupadas em outros domínios sociais, do uso de modalidades variadas de intervenção política (não necessariamente relacionados à arena eletiva) e dos reconhecimentos conquistados, sem deixar de falar na deslegitimação de adversários” (REIS e GRILL, 2017, p.144).

Após um período de pesquisa de campo, com vistas a traçar a trajetória de vida de membros políticos da mesma linha familiar, Reis e Grill puderam constatar três tipos de conexões entre perfis e estratégias de reprodução familiar como caminho de inserção ao mundo político. Foram observados um perfil considerado mais “tradicional”, que segue uma espécie de padrão clássico dos notáveis que se enxergam “vocacionados à política”. O segundo ganhou a marca da ascensão social do grupo familiar de origem, no qual os investimentos são no sentido de acumular recursos com vistas à afirmação e escalada social e política; e o terceiro expõe a diversificação social, escolar e das “missões” conduzidas pelos agentes que formam um padrão militante de atuação política.

Os pesquisadores compararam e encontraram padrões semelhantes com o resultado dos seus estudos, realizado no Rio Grande do Sul, também em outros estados como Ceará, Santa Catarina, São Paulo e Maranhão. Como constatação, afirmam que “os condicionantes sociais, apreendidos a partir das origens familiares, constituem disposições (no duplo sentido do termo) para agentes investirem suas energias em determinadas direções, como a do engajamento político” (REIS e GRILL, 2017, p. 147). Destaque-se que Reis e Grill mencionam o termo “honra coletiva” para designar um nível de satisfação mútuo entre membros do mesmo fluxo relacional familiar.

Nas palavras destes pesquisadores, estar numa “família política” é fazer parte de um grupo cujos seus participantes invariavelmente ocupam postos ao longo de várias gerações onde os lucros auferidos de uma “honra coletiva são inseparáveis de múltiplos e robustos rendimentos nos domínios políticos. Isso porque os vínculos de parentesco contrabalanceiam os fatores de incerteza e insegurança que definem a concorrência no jogo político (WOLF *apud* REIS e GRILL, 2017, p. 144).

Importante destacar a contemporaneidade destes estudos, os quais demonstram como as elites políticas se organizam em termos de lutas por aquisição de capitais para a perpetuação de suas próprias condições. Em outra frente, Ricardo Costa de Oliveira (2018) traçou um apanhado histórico sobre o papel da família na formação do Brasil e explica como a família é um elemento ativo no campo político. Segundo ele, “a história das grandes famílias políticas é a história da grande propriedade agrária. Quase todas são grandes proprietárias, latifundiárias e, se não, se tornam com o poder político” (OLIVEIRA, 2018, p. 38). Ou seja, a máquina estatal acaba sendo trampolim dos grupos familiares para servi-lhes de catalisador de interesses.

E essa prática vem desde os primórdios coloniais, com a família patriarcal. Era quase um corolário: esta grande família patriarcal que está no passado colonial brasileiro só pode existir e se reproduzir dentro do Estado. Então, não há ninguém, nenhum setor mais estatófilo, mais amigo, mais amante do Estado do que a classe dominante. (...) todos querem estar no Estado. Então, para a família patriarcal existir, se reproduzir, é o Estado a centralidade. Essa centralidade do Estado para a família patriarcal é observada desde os primeiros momentos das genealogias, da gênese da formação (OLIVEIRA, 2018, p.33).

Assim, a família patriarcal era uma forma de poder que criou uma pequena bolha que protegia seu auto poder, a grande propriedade e seus privilégios dentro do aparelho de Estado (OLIVEIRA, 2018). Dessa forma, a “(...) a família é a unidade social, um elemento ativo no campo político. Não se decidem as questões, a agenda política, a

arena de interesses só no campo político. Muitas vezes isso já decidido do campo familiar” (OLIVEIRA, 2018, p.39). Alertando para a superficialidade do discurso midiático, Monteiro fortalece este debate sinalizando que o jornalismo comumente lança um nome como “novo” quando os nomes tradicionais permanecem os mesmos.

O que no discurso jornalístico, muitas vezes superficializa como sendo renovação na política, trata-se sociologicamente de uma mudança de posição ou circulação dos agentes nos cargos eletivos da República. Ou seja, o pai que deixa de ser governador e elege-se senador deixando como deputado federal seu filho. E a esposa, prefeita de algum município do Estado. E, posteriormente, o revezamento nesses cargos. Mudam-se os “agentes”, permanecem os “sobrenomes”. Muda-se na permanência dos herdeiros (...) Ou seja, aprender-se por meio de todo um processo de socialização de saberes e valores apreendidos no contexto das famílias que vivem da/na política: desde o modo de falar e como agir. O herdeiro, por assim dizer, é aquele legítimo, conhecido e reconhecido, como o agente “natural” na condução, perpetuação e reprodução de valores que constituem o grupo familiar. Habilidade e competência são apreendidas através do processo histórico de formação socializado e transmitido pela geração anterior (MONTEIRO, 2017, p.130).

Ilustrando essa percepção, destaque-se novamente, aqui, sinais em que os interesses das elites familiares se mesclam com as estruturas de Estado em Serra Talhada. Em entrevista à imprensa, no dia 19 de março de 2021, o ex-secretário de Saúde da gestão do prefeito Luciano Duque de Godoy (2013-2020), contou que o então gestor não dava um passo na administração sem consultar, antes, os interesses do seu próprio pai, um empresário renomado da cidade. A declaração se deu nestes termos:

Tenho uma relação de contraparentesco com ela [a atual prefeita Márcia Conrado], respeito ela, mas ela não está tendo a coragem e a ousadia de enfrentar o comércio, [porque] tem que fechar [falando sobre possível lockdown em Serra Talhada no auge da Covid-19]. Ela não pode ter a mesma cabeça de Luciano Duque [ex-prefeito e padrinho político de Márcia], que dizia que o patrão dele era o pai dele, dizia que não fazia nada que o pai dele não permitisse. Ele disse a mim isso. E eu pensei que o patrão dele era o povo. Mas tudo bem, cada um faz suas escolhas (AURELIANO, 2021).

Dessa declaração pode-se entender que: 1) A relação patriarcal de dependência ainda permanece nos tempos atuais na política de Serra Talhada, mediante nova roupagem; 2) A relação de parentesco dentro da máquina estatal também persiste e ainda serve como motivo de orgulho; 3) A força da família tende a se sobressair primeiro aos interesses da coletividade. Em nível local, tentaremos compreender melhor a base dessa condição a partir de agora.

2.1 O caso de Serra Talhada: a interdependência entre cinco famílias políticas

Tomando por base o ano de emancipação de Serra Talhada em 1851, até os dias de hoje, foi possível perceber a concentração do poder político entre, praticamente, cinco famílias, sendo elas: Pereira, Godoy, Magalhães, Oliveira e Carvalho. Com isso, identificamos parentescos firmados entre alguns desses núcleos que muito contribuíram com a ascensão e permanências de seus herdeiros à frente do jogo da honra política na cidade.

Como apoio epistemológico, nos baseamos na sociologia figuracional de Norbert Elias (2008, 2001, 1994) para tentar entender a trajetória destas famílias sob o ponto de vista de uma abordagem relacional, dinâmica e processual. O poder em Elias é relacional e não desumanizado das estruturas. Forças sociais, para ele, são exercidas pelas pessoas sobre outras pessoas e sobre elas próprias (ELIAS, 2008).

Matrimônios, compadrios e apoio mútuo propiciaram a garantia de privilégios entre alguns destes grupos familiares num contexto histórico específico com reflexos na conquista de postos de controle no Estado durante gerações e após a Constituição de 1988 em Serra Talhada. No início do período republicano, a prerrogativa de mando local era dos chamados coronéis não só em Serra Talhada, mas em muitas cidades do interior do país.

Assim, para buscarmos compreender esse contexto no município tomamos como ponto de partida de análise as relações de poder que permearam a prática social de um emblemático personagem da história de Serra Talhada, chamado coronel Cornélio Soares, que controlou politicamente Serra Talhada durante a República Velha (SILVA JUNIOR, 2006) e manteve sua influência nas décadas seguintes.

Na definição de Victor Nunes Leal, o coronelismo sinalizava para um “[...] compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras” (LEAL, 2017, p. 40). Leal lembra que o coronel, se valendo do poder econômico, especialmente da propriedade rural, era capaz de angariar levas e levas de votos, os chamados “cabrestos”. A ampliação da estrutura do Estado nas cidades do interior propiciou um lento processo de perda de poder dos coronéis e da elite econômica dominante que desfrutava desse sistema.

Assim, em várias regiões e, especificamente, em Pernambuco, tiveram que renovar suas estratégias políticas de dominação a partir de 1930, onde o domínio da terra foi deixando de ser o principal fundamento de poder. Assim os coronéis para sobreviver não só politicamente, mas economicamente, se aproveitaram da lógica modernizadora do Estado, para surfar na onda de inovações que chegavam ao Sertão, com reflexos em estradas, máquinas de beneficiamento de algodão, ferrovias, aeroportos, construção de açudes, entre outros.

Na tese de Leal, o coronel da Primeira República não detém poder total. Ao contrário, apresenta-se como uma figura cada vez mais dependente dos favores do governo. Do ponto de vista da estratégia política dos coronéis, a parentela foi uma das mais eficazes. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975) acrescenta que a figura do coronel era mantida pelo apoio dos parentes formados por indivíduos com grau de parentesco entre si e por laços carnais, espirituais (compadres) e de alianças (casamento).

Ainda, de acordo com a autora, a parentela que nutria os laços de interdependência do coronel descendia, em sua maioria, do mesmo tronco, somando-se os vínculos de apadrinhamento por meio de afilhados, onde as distâncias geográficas não seriam motivo para enfraquecer os laços de obrigações recíprocas de tais integrantes.

O contexto agrário do Brasil contribuía para o reforço do poder dos coronéis a partir da posse do latifúndio rural, como ressalta Leal (2017, p.44-45), ao compreender que a nossa estrutura agrária forneceu “a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.” Isso de reforço à relação de dependência entre a elite política ligada aos coronéis, seus parentes e aliados com as classes mais pobres e o chamado voto de cabresto (CAVALCANTI, 2013; LEAL, 2017).

O uso do termo elite, nessa perspectiva, denota o surgimento de uma classe dirigente submersa em um “conjunto de fatores interligados e inter-dependentes interveniente nos processos de afirmação política” (REIS; GRILL, 2017, p.139). O que se enfatiza, com isso, é a importância do caráter relacional dos sujeitos detentores de poder na trama da história. O período em que se desenvolveram as redes de interdependência de Cornélio Soares representou um contexto de transição nacional entre dois modelos econômicos que inicia com a proclamação da República (1889) e termina com o movimento político de 1930.

Tem-se de um lado um país “agroexportador, cujo núcleo era a economia cafeeira, e de outro, o urbano-industrial, apoiado numa série de estímulos que favorecem a substituição de importações.” (ARRUDA, 2012, p. 121). Na parceria entre estado e coronel, o patrimonialismo falava alto, mesclando o interesse público com o privado. O Brasil se entregava às investidas do capital financeiro internacional, situação que reforçava o caráter dependente da economia tupiniquim. Vivenciando o contraste entre o urbano e rural no contexto do início do século XX no Sertão, o coronel Cornélio Aurélio Soares Lima não se desvencilhou das vicissitudes históricas de seu tempo.

Nascido em Salgueiro em 14 de setembro de 1886 – município vizinho, distante cerca de 100 km – migrou com a família para Serra Talhada ainda criança. Era filho de um rico comerciante, Tibúrcio Valeriano Gomes Lima e de sua esposa Lucinda Soares Lima, irmã legítima de um famoso coronel em Pernambuco, Veremundo Soares (1878-1973), chefe político em Salgueiro e, portanto, tio de Cornélio Soares.

Ainda jovem com 21 anos, em 1907 – quando o Brasil era presidido pelo mineiro Afonso Pena - Cornélio Soares assumiu as fazendas, as lojas e os negócios da família após a morte do pai, tornando-se, além de chefe político, um famoso industrial, algodoeiro e fazendeiro (WILSON, 1978). Este chefe político casou, em seu primeiro matrimônio, com Cecília Soares Diniz, filha de Joaquim Monteiro Diniz, um prestigiado juiz de Direito da cidade.

Após a morte da mãe Lucinda, quando ele tinha apenas dois anos, o seu pai Tibúrcio Valeriano se casou com Maria Parente de Godoy, herdeira de uma tradicional família política de Serra Talhada. Da parentela de Tibúrcio Valeriano, pai de Cornélio Soares, com Maria Parente de Godoy, forjou-se uma linhagem política que comandou Pernambuco e Serra Talhada por várias décadas. O ex-prefeito de Serra Talhada, Luciano Duque de Godoy faz parte dessa genealogia política sendo o seu maior representante atualmente.

Foi possível verificar que a mãe do ex-gestor Luciano Duque de Godoy, Maria do Socorro Godoy, é filha de Joaquim Godoy de Lima, um dos filhos do segundo matrimônio de Tibúrcio Valeriano e, portanto, meio-irmão de Cornélio Soares. Esmiuçando: o coronel é tio-avô do ex-prefeito. A pesquisa enxergou ainda uma farta herança política oriunda da parentela do ex-prefeito do município indicando um domínio político quase que constante da linhagem Godoy em parceria com outras quatro famílias, as quais fazem parte do espectro relacional investigado neste tópico.

Do casamento do pai de Cornélio Soares com Maria Parente de Godoy nasceram, além de Joaquim Godoy (avô do ex-prefeito Luciano Duque), mais nove filhos, dentre eles, Methódio Godoy, que assumiu a prefeitura de Serra Talhada em 1930 e foi ainda deputado estadual durante quatro legislaturas seguidas. Methódio Godoy também levou o próprio filho, sobrinho do coronel Cornélio Soares, Abelardo Ribeiro de Godoy, a seguir a tradição política da família, ocupando o cargo de deputado estadual entre os anos 1963 a 1967.

Não curioso destacar que Methódio Godoy conseguiu também eleger outro filho, Afrânio Godoy, para a legislatura estadual de 1967 a 1971, como demonstra Campello (1979). Aprofundando a linha de parentesco do coronel Cornélio Soares com a atual formação da elite política serra-talhadense, foi possível perceber a ligação familiar do ex-prefeito Luciano Duque de Godoy, a partir da linhagem de sua mãe, com outro grande empresário e ex-prefeito de Serra Talhada, Moacyr Godoy Diniz, (gestor entre 1951 e 1955) de quem era irmã.

Este, por sua vez, foi igualmente vereador e presidente da Câmara de Vereadores (de 1959 a 1963). A linhagem do ex-prefeito Luciano Duque de Godoy o liga, ainda ao ex-vereador e promotor público na década de 1920, Osvaldo de Godoy Lima, que também era irmão do coronel Cornélio Soares e, portanto, tio-avô do ex-gestor de Serra Talhada. O parentesco do ex-prefeito Luciano Duque de Godoy o vincula politicamente ainda a outra família, a Carvalho, o que corrobora um sentido proposto por Ricardo Costa de Oliveira (2007, p. 151), quando enfatiza a construção de redes formadas para criar “uma unidade de ação político-financeira de mútuo interesse e benefício”.

Este estudo identificou uma rede de parentela política com a família Carvalho por meio do casamento de Maria Benevides Godoy (Dona Bené), irmã do coronel Cornélio Soares, com um empresário renomado da época, José Benevides de Carvalho. Este, após o matrimônio, tornou-se prefeito de Serra Talhada de 1940 a 1944, fato que sinaliza para uma estratégica união familiar firmada entre Godoy-Carvalho-Soares, que na época, propiciou o controle político do município.

Reforçando a parentela política com os Carvalhos, o próprio coronel Cornélio Soares casou-se, pela segunda vez, com Ursula de Carvalho, a qual teve o filho Antônio de Carvalho Soares. Esse, por sua vez, formou-se delegado de polícia e também tentou entrar para a política saindo candidato a deputado estadual, reforçando a premissa de que o jogo de poder dentro do campo político assume também forte relação com outras

esferas de controle social (REIS e GRILL, 2017). Nesse contexto, a relação de parentela se fortalece com base na posição ocupada pelos seus membros no espaço social, neste caso, num espaço de controle do aparelho de Estado subsidiada por “[...] uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento e a vinculação a um grupo dotado de propriedades comuns e unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1980, p. 2).

Em outras palavras, a relação entre as famílias Carvalho e Godoy-Soares teve força para contribuir com a perpetuação de poder entre estes grupos por meio não só da política, mas com forte interferência, verificada até aqui, no sistema judiciário da época. Diário Oficial datado de 1922 que tivemos acesso por meio de investigação junto aos arquivos da Biblioteca Nacional atesta que faziam parte da administração do sistema de Justiça de Serra Talhada além de Cornélio Soares, seus irmãos por parte de pai Joaquim Godoy e Osvaldo Godoy.

Nos dias atuais, o ex-prefeito Luciano Duque de Godoy, ao longo de sua segunda gestão (2016-2020) foi aliado do principal líder dos Carvalhos em atuação política em Serra Talhada, o então deputado estadual Augusto César de Carvalho. Este já foi eleito cinco vezes consecutivas para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Em 2018, tentou sua sexta eleição e perdeu. No seu currículo, foi eleito prefeito de Serra Talhada de 1993 a 1997 e conseguiu eleger o seu filho, Augusto de Carvalho Filho, deputado estadual anos depois.

A veia política dos Godoy surge antes mesmo do enlace do pai do coronel Cornélio Soares, Tibúrcio Valeriano, com Maria Parente de Godoy. Esta era filha do engenheiro Manoel Antônio Firmino Godoy com Rosa Parente de Godoy a qual, por sua vez, era irmã de Antônia Parente de Godoy, mãe do bacharel em Direito, deputado estadual de 1922 a 1924, deputado federal de 1924 a 1929, Ministro do Trabalho (1934), interventor federal em Pernambuco (1937 a 1945), ministro da Justiça no governo Getúlio Vargas (1945) e governador eleito de Pernambuco de 1951 a 1952, Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, serra-talhadense que exerceu o comando político no estado por cerca de 15 anos (CAVALCANTI, 2013).

Antônia Parente de Godoy, mãe de Agamenon, era casada com o juiz de Direito Sérgio Nunes de Magalhães, que foi também deputado federal por Pernambuco em 1914 e 1915. Com este matrimônio, identificamos o enlace com mais uma família política tradicional da cidade, a Magalhães. Agamenon Godoy Magalhães faz parte da

quarta geração de chefes políticos depois do fundador da cidade, seu tetra avô, Agostinho Nunes de Magalhães. Nascido em 1893, sete anos após Cornélio Soares, Agamenon foi um dos maiores aliados do coronel serra-talhadense, o braço forte que lhe deu suporte político mesmo após o período da República Velha (1889-1930), passando pela Revolução de 1930 e até a morte do coronel em 1955, aos 68 anos. Foi com o apoio de Agamenon Magalhães que Cornélio Soares elegeu-se prefeito de Serra Talhada (de 1946 a 1951) e manteve um influente poder político nos anos anteriores, quando preferia agir nos bastidores indicando correligionários para assumir a prefeitura.

A análise da relação política com Agamenon nos fornece uma visão conjuntural que desnaturaliza registros oficiais sobre a trajetória do coronel Cornélio Soares, nos quais ele é exaltado como um líder “nascido para comandar” sob a áurea de uma história de vida tão linear e longe dos percalços históricos do seu tempo, construção que Bourdieu (2008) classifica como ilusão biográfica. Na verdade, sua relação com Agamenon Magalhães fez parte de uma engrenagem social que se fortificou com o avanço dentro dos campos de poder galgados passo a passo por Agamenon nas esferas estadual e nacional.

Em outras palavras, a relação de poder e parentela construída por Cornélio Soares foi alimentada essencialmente por um caráter relacional a partir do contexto político da época que vigorava em Pernambuco e no país. É preciso dizer, assim, que com a parentela firmada com a família de Agamenon Godoy Magalhães, o poder do coronel Cornélio Soares se multiplicou.

Um dos resultados disso foi a entrega do comando partidário ao coronel em Serra Talhada, por Agamenon, que era o presidente do PSD (Partido Social Democrático) em Pernambuco. Cavalcanti (2013) reflete que, desse modo, os chefes locais atuavam como extensões sociais e capilaridades políticas em favor das ordens de Agamenon Magalhães que, em contrapartida, agia como radar de estratégias de manutenção dos interesses do coronelato não só em Serra Talhada, mas em várias partes do estado. Ainda como chefe político do município, o coronel Cornélio Soares recebeu fama de “apaziguador” de conflitos entre famílias rivais. Dentre esses embates, uma guerra sangrenta entre duas poderosas famílias de Serra Talhada: a Carvalho e a Pereira, que representavam, respectivamente, o conflito entre o Brasil urbano e o rural. Estima-

se que a disputa entre Pereiras e Carvalhos foi originada nos idos de 1848, fruto da rixa política entre os partidos Liberal e Conservador, ainda na época do Brasil Império³³.

Pereiras e Carvalhos ressignificaram uma luta pela sobrevivência no qual um dos cenários era de declínio de um modo de vida, de uma organização social específica baseada nas grandes fazendas de criação de gado e propriedade de famílias tradicionais, e o outro era o da emergência dos centros urbanos e da atividade comercial (SOARES, 2015). O conflito entre Pereiras e Carvalho foi o exemplo mais emblemático de uma luta entre grupos familiares dominantes em defesa da legitimação de uma crença de distinção que Cláudia Marques (2002) classificaria como um jogo de reputações em negociação.

Ao passo que tinha uma forte ligação parental com as famílias Carvalho, Godoy e Magalhães, o coronel Cornélio Soares também agenciava os interesses dos Pereiras, especialmente diante o poderio latifundiário e bélico que tinham. Para ilustrarmos essa configuração é preciso evidenciar a relação do coronel Cornélio Soares também com a família parceira dos Pereiras, a família Ferreira do cangaceiro Lampião, formada por agricultores, mas simbolicamente importante para o fortalecimento da teia de dominação do coronel em Serra Talhada.

Conforme Chandler (1980), um relacionamento amistoso com Lampião podia ser vantajoso e lucrativo. Silva Junior (2006, p.104) reforça que “o coronel Cornélio Soares foi acusado de negociar com o cangaceiro, conforme consta do processo criminal contra Lampião referente ao massacre da Serra Grande.³⁴” Chandler (1980) cita que Cornélio Soares era amigo dos Ferreiras sendo até padrinho do irmão de Lampião, Levino. Famílias de menor prestígio econômico, como a de Lampião, encontravam nesse tipo de compadrio apoio “na aliança com a família latifundiária para solução de suas próprias questões.” (SOARES, 2015, p. 41). No nível da agência dos sujeitos, as famílias em disputa compartilhavam dos mesmos códigos com vistas a atender seus objetivos e interesses.

É preciso destacar que a partir da batalha da Serra Grande a polícia da época conseguiu desvendar uma intrincada rede de poderosos que teriam financiado a compra de armamentos a Lampião. De acordo com Silva Junior (2006), o tio de Cornélio

³³ Iremos compreender melhor a importância social da questão entre Pereiras e Carvalhos no 4º capítulo.

³⁴ A batalha da Serra Grande foi um dos mais emblemáticos enfrentamentos já registrados na trajetória de Lampião contra a Polícia Militar de Pernambuco, onde o cangaceiro se saiu vitorioso. A batalha ocorreu na zona rural de Serra Talhada em novembro de 1926.

Soares, o coronel Veremundo Soares, mantinha um comércio para a venda de armamentos, pólvora e munições na cidade vizinha de Salgueiro. Na época, após a sangrenta batalha, o chefe de polícia em Recife, Eurico de Souza Leão, deu declarações nestes termos: “Mesmo sabendo que Cornélio Soares era coiteiro de Lampião nada podia fazer, pois os Soares eram grandes canalizadores de votos para a administração do Estado e gozavam de certas imunidades” (SILVA JUNIOR, 2006, p. 104).

E ainda: “as informações que a polícia conseguiu obter revelaram uma intrincada rede de subterfúgios planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso” (CHANDLER *apud* SILVA JUNIOR, 2006, p. 104). Segundo Antônio Neto (2017, p.126-127), mediante registro do processo criminal exposto em seu livro *Lampião à Luz da Lei*, o abastado comerciante José Olavo de Andrada teria fornecido “caixas de balas ao grupo do cangaceiro [Lampião] em virtude de ter recebido por parte de Lampião ameaças.” Com riqueza de detalhes, Chandler expõe um relato em que o caso da venda de munição a Lampião acabou sendo abafado e que evidencia a interdependência entre os Soares-Godoys, Pereiras, Ferreiras e Oliveira Andrada, nestes termos:

As informações que a polícia conseguiu obter revelaram uma intrincada rede de subterfúgios planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso. A munição era comprada numa cidade vizinha, Salgueiro, por terceiros e mediante pedido escrito do coiteiro José Olavo. O intermediário em Salgueiro disse à polícia que pensava que se tratava de munição para a família Pereira, de Vila Bela. Era paga por Cornélio Soares e o seu irmão Benjamim, que morava em Salgueiro, depois, escondidas em latas de querosene, era levada de burro para Vila Bela. (CHANDLER *apud* SILVA JUNIOR, 2006, p.104)

Desse modo, os indícios a partir dos relatórios de inquéritos da época sinalizavam para uma forte interdependência entre a família Oliveira, os Pereiras e o coronel Cornélio Soares, além da trama relacional que o chefe político manteve com outras três famílias políticas da época, a Magalhães, a Godoy e a Carvalho.

A partir da análise relacional envolvendo o contexto da batalha da Serra Grande, foi possível identificar a ligação dos Soares não só com os Pereiras, mas também com outra família política de Serra Talhada, a Oliveira, que posteriormente tornou-se Andrada de Oliveira, cujo seus descendentes são hoje possuidores de vasto capital político na cidade e no estado. Os Oliveiras tem participado da política serra-talhadense há mais de meio século.

Tem como símbolo o ex-deputado federal Inocêncio Oliveira e o seu primo, ex-deputado estadual por dois mandatos, ex-secretário de Transportes de Pernambuco por duas vezes, deputado federal por dois mandatos e candidato a vice-governador de Pernambuco em 2022, Sebastião Oliveira. O neto de Inocêncio, Victor Oliveira, disputou a Prefeitura de Serra Talhada em 2020 e perdeu.

Nos dias de atuais, aliado aos Oliveiras, um líder político representante da família Pereira que fortalece a oposição em âmbito municipal é o médico Carlos Evandro Pereira de Menezes. Ele já foi prefeito do município por duas vezes consecutivas (2005/2008; 2009/2012) e padrinho político³⁵ do seu então vice-prefeito por 8 anos, Luciano Duque de Godoy. Este, por sua vez, tornou-se o padrinho político da atual prefeita ligada à família Pereira, Márcia Conrado.

Este levantamento é o ponto de partida para se evidenciar como a herança política de alguns grupos familiares no interior de Pernambuco permanece viva e remodelada no cenário político do século XXI, descortinando conexões entre estruturas de parentesco e de poder (OLIVEIRA, 2012). Atualmente, as famílias citadas nesta análise são herdeiras de vasto capital político e econômico em Serra Talhada, e seguem revezando-se no poder com conexões reativadas após o contexto democrático de 1988.

Como prova, atente-se para o seguinte mapeamento: Na abertura democrática, Ferdinando Feitosa foi indicado pela família Oliveira e eleito prefeito de Serra Talhada de 1989 a 1992; tinha como vice um Oliveira (Giovanni de Andrada Oliveira). Logo depois, Augusto César de Carvalho foi prefeito de 1993 a 1996 e teve como vice um Pereira (Carlos Evandro Pereira de Menezes). Por sua vez, Tião Andrada Oliveira foi prefeito de 1997 a 2000. Reforçando a lógica, Genivaldo Pereira foi prefeito de 2001 a 2004 e teve como vice um Godoy (João Duque de Godoy Filho). Posteriormente, Carlos

³⁵ Destaque-se a noção de apadrinhamento político a partir da reflexão de José Henrique Artigas: A designação de apadrinhamento político representa uma relação de proteção e lealdade. (...) A relação de apadrinhamento e lealdade política mantém a característica de união entre desiguais em um sistema recíproco de trocas de mútuo benefício. Em relação ao afilhado, o padrinho pode ser tanto o mais experiente e mais velho, como o que detém maior influência política, controle sobre um eleitorado mais amplo ou sobre cargos mais importantes. É comum ocorrer que o padrinho político, quando impedido de ser reconduzido ao cargo executivo, procura mantê-lo de forma indireta através de seu repasse ao afilhado, mobilizando seu poder e influência para indica-lo e elegê-lo. A transferência de prestígio, influência, poder e votos do padrinho político para o afilhado é uma forma de contra-prestação à lealdade e subserviência. Se o padrinho 'repassa' o cargo, uma vez tomada posse desse, o afilhado político deve também 'repassar', de volta, o poder representado por esse cargo, promovendo a manutenção da direção política das mãos do apadrinhado, de forma subserviente e leal (ARTIGAS, 2009, p.8).

Evandro Pereira foi prefeito de 2005 a 2012 e teve como vice outro Godoy (Luciano Duque de Godoy).

Em seguida, Luciano Duque de Godoy foi eleito prefeito de 2013 a 2016 e de 2017 a 2020 colocou como vice um Oliveira (Márcio Oliveira). Este permanece atualmente como vice-prefeito da atual gestora Márcia Conrado. Essa dinâmica nos leva a perceber a perpetuação de uma lógica de poder de antigas elites no cenário hodierno. Em outras palavras, as mesmas famílias do passado continuam usufruindo, em Serra Talhada, do controle do aparelho de Estado e da posse de outros espaços de dominação simbólica como lugares de memórias e fortes estruturas de controle de discursos como rádios locais. O fato é que, da promulgação da Constituição 1988 até agora, o município se vê ainda atrelado ao comando de grupos que detinham o poder político e econômico muito antes da época do coronel Cornélio Soares (1886-1955).

Nos últimos 30 anos, após a Constituição de 1988, os herdeiros dessas famílias assumiram a Prefeitura de Serra Talhada, com reproduções na Câmara Municipal, Assembleia Legislativa de Pernambuco, Câmara dos Deputados indicando aliados para cargos estratégicos de gestão nas esferas municipal, estadual e federal. Isso significa que a “[...] a família e a estrutura de parentesco são tomadas, assim, como fios condutores da formação da classe dominante” (MONTEIRO, 2017, p.19). Ou nas palavras de Reis e Grill (2017, p.143), além de fonte de disposições que define a visão de mundo dos seus descendentes, a família torna-se:

Nesse trabalho coletivo, a “unidade doméstica” regida por lógicas de integração, fusão e coesão, que se traduzem em estratégias de produção, gestão, transmissão e ampliação de recursos variados e com múltiplas funções (educativas, afetivas, sexuais, econômicas, culturais, políticas, etc.). Portanto, além de “berço” da aquisição de um sistema de disposições que define princípios de visão e classificação do mundo social, a família é também uma instância catalisadora e (re)distribuidora de um patrimônio coletivo, exigindo empenhos dos seus membros na adoção de estratégias de reprodução com vistas à sua continuidade.

Reforçando este argumento, agora retomando Bourdieu (2003), é possível inferir que as famílias política em Serra Talhada perpetuam-se no poder até hoje pela necessidade de adesão ao jogo do qual eles sempre historicamente tiveram o monopólio. E, assim, uma lógica de dominação que predomina no mundo prático, tende a se reproduzir por meio dos herdeiros (MONTEIRO, 2017). Nessa perspectiva, Bourdieu (2008) analisa a família como categoria que coaduna em si a construção de crenças e

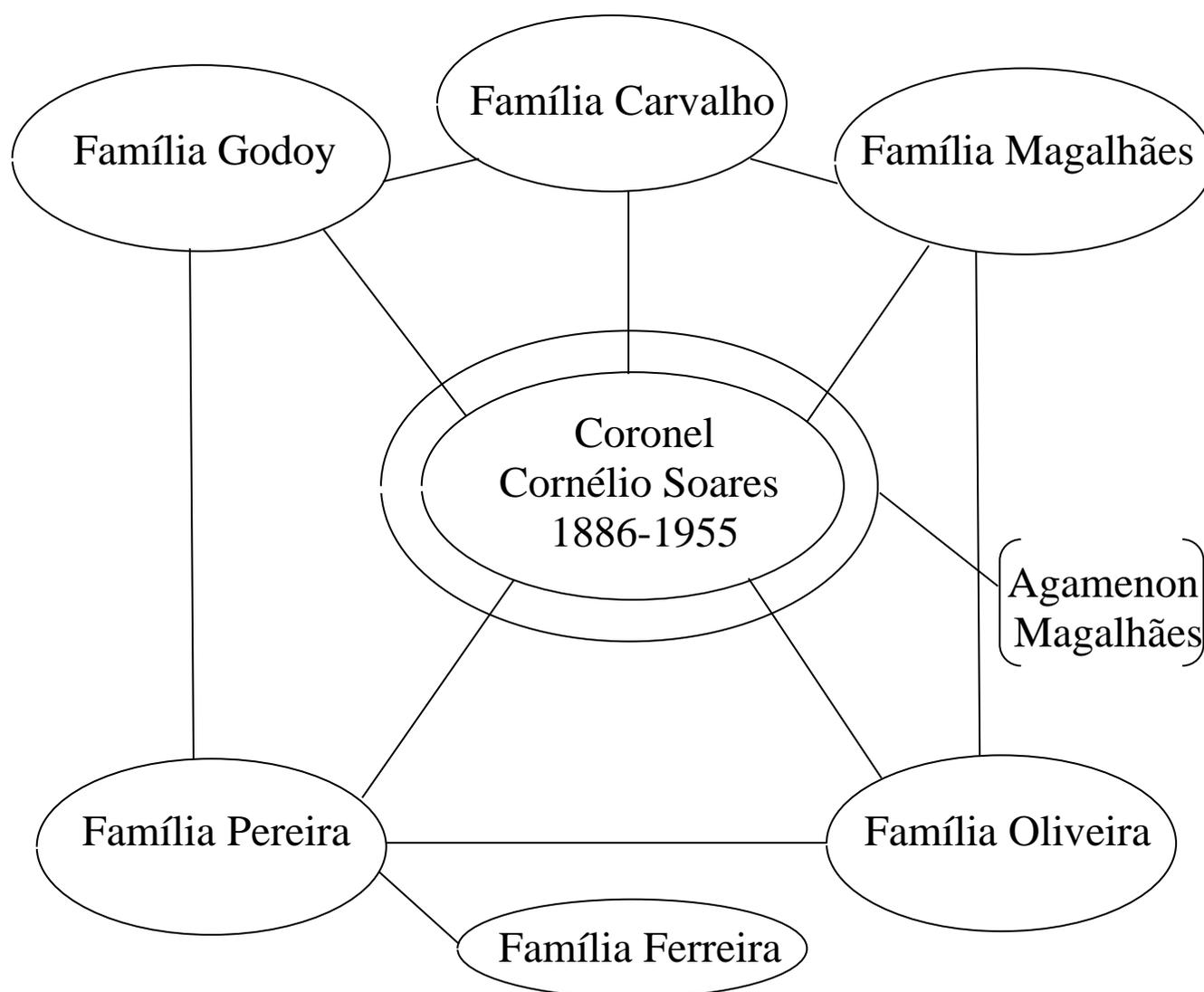
valores próprios de um coletivo que foi inculcado por meio de um treinamento de socialização constitutivo do habitus dos participantes do grupo familiar. A família funcionaria, portanto, como uma espécie de “[...] círculo de reprodução da ordem social adequado a assegurar a integração, que é a condição de existência e de persistência dessa unidade” (BOURDIEU, 2008, p. 128-129).

Nossas origens são dos Lima de Tacaratu e nós temos o sobrenome Godoy a pedido de Agamenon Magalhães porque as duas irmãs, sobrinhas do Cônego Torres, vieram morar aqui e uma casou com o juiz Sérgio Magalhães, daí nasceu Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães e sua prole, e nasceu a prole da outra irmã que teve Tiburtino Gomes de Lima, de Tacaratu, e era casado e tinha um filho com Ceci Soares, que era irmã do [coronel] Veremundo Soares [de Salgueiro]. Então Tiburtino chegou aqui [em Serra Talhada] viúvo e com um filho pequeno chamado Cornélio Soares, o nosso famoso coronel Cornélio Soares. E aqui fez uma nova família, dos Godoy. Então Agamenon pediu: olha, os Godoys vão sumir, porque só são duas irmãs mulheres. A rigor, meu sobrenome deveria ser Lima, não Godoy. Mas a pedido de Agamenon Magalhães nós mantivemos essa tradição para não sumir (GODOY, 2021).

Essa citação, de 16 janeiro de 2021 dita em entrevista de rádio por um ex-secretário do governo municipal, busca exemplificar a reflexão anterior de Bourdieu. Ela ilustra a preocupação de uma elite para que seu sobrenome não venha desaparecer no tempo. Em outras palavras, os jogos de honra presentes no cotidiano de famílias políticas tradicionais de Serra Talhada podem exercer força sobre seus descendentes, fazendo-os compartilhar condutas e sentimentos que naturalizam uma luta por distinção a partir do acionamento de seus sobrenomes e pela batalha de perpetuação destas insígnias no meio social.

Quadro 1.

Interdependência entre famílias tradicionais de Serra Talhada a partir da liderança do coronel Cornélio Soares³⁶



³⁶ Este diagrama resume visualmente a rede de interdependência entre as cinco principais famílias políticas de Serra Talhada em termos de influência mútua no jogo social durante a 1ª República e após a Revolução de 1930. Temos no centro, no círculo interno, a figura do coronel Cornélio Soares, um empreendedor moral e grande interlocutor dos interesses de Agamenon Magalhães no município. Ao mesmo tempo expomos a influência de Agamenon num círculo externo com acesso ao campo de poder entre os grupos. A família Ferreira, do cangaceiro Lampião, aparece conectada ao campo de forças mediante laços mais fortes com a família Pereira.

2.2 Um olhar sobre o 3º Encontro Nacional da família Pereira do Pajeú

Cheguei ao encontro por volta do meio dia, convidado para transmitir o evento ao vivo para toda a cidade, em cobertura de rádio, numa tarde quente de novembro em 2019. Identificado como imprensa, um crachá pendurado ao pescoço serviu-me para justificar o pedido de uma “cobertura exclusiva” da festa. Tirei o gravador do bolso e fiquei à espera de integrantes da família que talvez conhecesse e pudesse, assim, quebrar o gelo da abordagem inicial aos demais participantes. De fora do clube escutava-se música e vozes eufóricas vindas de dentro. Duas pessoas cuidavam da segurança na entrada, certificando-se de que as pessoas que ali entrassem eram mesmo da família, devidamente identificadas com a camiseta do grupo.

Deparei-me de imediato com dezenas de carros, alguns deles de luxo, estacionados na rua de um clube particular onde ocorria o Encontro, o qual fica no bairro chamado Caxixola, um dos mais humildes da cidade. Difícil não conter o estranhamento que se tinha pelo alto valor dos veículos contrastando com a realidade da rua estreita e a humildade das casas do entorno. Alguns moradores ficavam nas calçadas ou com os rostos nas janelas acompanhando um desfile de automóveis modernos a passar e a postura das pessoas que saíam, muitos com maquiagem, óculos escuros, chapéus de massa, joias nos dedos, orelhas e relógios reluzentes. No seco e ensolarado dia do evento, sob a égide do calor abafado do Sertão, um bairro pobre da cidade assistia ao desfile da Família Pereira do Pajeú³⁷.

Antes de entrar no clube, iniciei as entrevistas com dois membros políticos do grupo. Perguntei para eles o que significava o sentimento de pertencimento à família Pereira. O dois falaram do orgulho de fazer parte de uma família histórica e com tantos serviços prestados ao município. Perguntei sobre a fama de valentia da família. Um dos entrevistados, o ex-prefeito por dois mandatos e à época pré-candidato para as eleições 2020, rumo a um terceiro mandato, Carlos Evandro, disse que isso não mais existia mais, e que todos eram da paz.

³⁷ De nossa parte, tivemos acesso gratuito ao evento com a missão de transmitir flashes ao vivo do encontro para todo o município e região no programa de maior audiência naquele horário.

Um dos pesquisadores da família ao me ver entrevistando quem chegava demonstrou empolgação com a minha presença. Antes de ser entrevistado por mim, perguntou o meu sobrenome. Fez menção à proximidade de parentesco com a família dele. Senti a impressão de como se quisesse provocar em mim um sentimento de empatia com o evento. Entrei “no jogo” em busca de algum resquício de linhagem com a família Pereira. A partir de então foi-me liberado acesso para novas entrevistas dentro do clube.

Dentro, luzes e banners com o brasão da família e uma decoração convidativa criavam um ambiente propício para se tirar fotos, tendo ao fundo o nome da família Pereira do Pajeú. Praticamente todos os participantes usavam camisas brancas com estampas grandes, da barriga ao peito, com o brasão da família. Do lado esquerdo do pátio do clube um bar para a venda de bebidas, à frente um palco onde iria se apresentar uma cantora de seresta. No meio do salão havia cerca de 100 mesas, e à direita uma grande mesa com comidas requintadas. Sentei-me ao lado de um primo que possui parentesco com a família Pereira por parte de mãe. Ele contava sobre a expectativa de ver ali dois membros da família em disputa política pela prefeitura em 2020, Márcia Conrado e Carlos Evandro.

Estes dois personagens, ao se verem, cumpriram um rápido jogo de formalidades. Se abraçaram, trocaram uma conversa breve e pousaram para fotos, juntos, demonstrando união familiar³⁸. Depois se distanciaram, ficando em mesas opostas. Márcia não demorou no evento, mas preocupou-se em tirar muitas fotos com cada um no local. Já Carlos Evandro, por sua vez, ficou praticamente até o final, chegando a subir no palco para cantar ao microfone várias músicas demonstrando-se ser um exímio seresteiro. Algumas mulheres e homens, em seus estilos particulares, mesclavam óculos escuro com o uso de chapéu de massa mesmo não havendo sol dentro do clube.

Um dos pontos emblemáticos do evento, sob o silênciar de todos com os olhares na direção do palco, foi a entrega de um prêmio de distinção à família Pereira. Um grupo de pesquisadores, o qual contém membros dos Pereira do Pajeú, ofereceu à família durante o evento uma homenagem em forma de diplomação sob o título de *Comenda de Família Tradicional do Sertão Nordestino*. Diante a entrega da

³⁸ As imagens desse encontro podem ser acessadas neste link: <https://faroldenoticias.com.br/carlos-evandro-e-marcia-conrado-trocam-figurinhas-durante-encontro/>

homenagem, e ainda falando de cima do palco, um dos participantes leu as seguintes palavras em discurso ao microfone, nestes termos:

Quem estuda a história e a memória do querido Nordeste sabe que obrigatoriamente precisa abrir um capítulo todo especial a homens e mulheres que se destacaram a partir da força de seus laços familiares e foram decisivos na construção da força dessa imensa nação sertaneja. Já vão longe os primeiros séculos da nossa colonização, já vai longe o tempo em que um verdadeiro desbravador, vindo dos sertões do meu Ceará aportou no querido Pernambuco para ser origem de um dos mais destacados troncos familiares do Sertão nordestino. A partir do pioneiro Capitão José Pereira da Silva se consolidava a origem da Família Pereira das Ribeiras do Pajeú de Flores! Desde a época do Brasil Colônia, passando pelo Brasil do Império e da República o Sertão do Pajeú veio produzindo nomes de peso e destaque a partir da augusta família Pereira; de Vila Bela, Flores, Ingazeira, São José de Belmonte... Nomes impolutos como o do Capitão José Pereira da Silva, e mais tarde sua descendência; Coronel Manuel Pereira da Silva, o grande Coronel Andreolino Pereira da Silva, o “Barão do Pajeú”, Cazuzinha da Fazenda Cachoeira; Coronel Manuel Pereira da Silva Jacobina o “Padre Pereira” ; Coronel Antônio Pereira da Silva, da Fazenda Pitombeira; Manoel Pereira Lins o “Né da Carnáuba” ; Crispim Pereira de Araújo o “Ioiô Maroto”, sem esquecer dois dos principais personagens desta imensa e gloriosa família: Luiz Pereira da Silva Jacobina o “Luiz Padre” e o grande Sebastião Pereira da Silva o “Sinhô Pereira”. Revendo todos esses nomes e suas histórias e diante de todos os senhores, permitam unir o sentimento de todos nós que fazemos o Cariri Cangaço, ao sentimento de celebração e festa pela harmonia e união da memória da família Pereira das Ribeiras do Pajeú de Flores! Dessa forma é como muita honra que representados pelos senhores Richard Torres Pereira e Cícero Aguiar o Cariri Cangaço outorga Comenda Comemorativa ao grande momento, desejando a todos, saúde e prosperidade e que venham o 4º, o 5º, o 6º encontro e inúmeros outros da Família Pereira; família essa pela qual temos estima e respeito; para fortalecer ainda mais o valor da verdadeira alma nordestina (SEVERO, 2019).

Destaque-se deste discurso à atualidade a sentimentos e valores de honra enquanto estratégia de distinção familiar, especialmente quando se frisa que se está diante de “homens e mulheres que a partir da força de seus laços familiares foram decisivos na construção da força dessa imensa nação sertaneja”.

Do discurso pode-se ainda frisar a maneira enfática de exaltação quando se lembra que são advindos de uma linhagem de desbravadores que fundaram a “origem de um dos mais destacados troncos familiares do Sertão nordestino desde a época do Brasil Colônia”. E assim vêm “produzindo nomes de peso e destaque a partir da augusta família Pereira”; “nomes impolutos”; uma “família pela qual se tem estima e respeito”. Assim, “é com muita honra” que se forja “o valor da verdadeira Alma Nordestina”.

Figura 2. Comenda de honra de ‘família tradicional’ entregue ao grupo.



Fonte: Site Família Pereira

O uso do termo honra associado à “alma nordestina” neste discurso nos remete a uma reflexão de Jessé Souza acerca do racismo no Brasil. O autor reflete que a ideia da divisão entre alma e corpo, advinda de Platão e a partir dele absorvida pelo cristianismo marca uma cisão crucial para as elites se sentirem superiores à classe trabalhadora, posto que essa dependeria mais do corpo para sobreviver, reforçando-se o lugar do ex-escravo após os mais de 350 anos de exploração negra no país. Conforme o autor, a fórmula de distinção social que por séculos se predomina nos países do Ocidente:

(...) tem a ver com a dominação de certa visão da moralidade e da virtude como predomínio da noção de espírito sobre a noção de corpo. (...) Ela está associada à história do cristianismo e ao fato do cristianismo ter incorporado a noção platônica de virtude que defende o controle das paixões do corpo pelo espírito ao caminho da salvação exigido daí em diante de todo o cristão (SOUZA, 2017, p.148-149).

Estudando as origens do racismo brasileiro, Jessé Souza vai às bases do cristianismo e identifica o que chama de hierarquias morais edificadas com mais afincado desde Santo Agostinho sustentada por uma lógica em que se reforça a oposição entre corpo e espírito permitindo “colocar a razão superior aos sentidos, já que é o superior que julga o inferior” (SOUZA, p.72, 2021).

Esse aspecto permite mostrar que a hierarquia moral do Ocidente, construída a partir da oposição entre espírito e corpo, será o fundamento último de todas as distinções sociais, revelando seu potencial legitimador de diferenças. Além disso, a oposição entre espírito e corpo será também o fundamento de todas as nossas avaliações sobre o mundo, apesar de quase sempre se fazer presente de forma meramente implícita e não refletida. Tudo o que associamos ao que

é superior e nobre irá se referir ao espírito, ao passo que tudo o que é inferior e considerado vulgar será associado ao corpo. (...) O que permite que algo arbitrário e contingente como essa hierarquia moral do ocidente passe a ser percebido pelas pessoas como natural, necessário e universal é sua ancoragem em instituições como a Igreja e a família. (...) O racismo, seja de classe ou de raça, de cultura ou gênero – é sempre em todos os casos, um processo de animalização de reduzir o outro a *corpo* animalizado e, portanto, “inferior”. (...) Se toda virtude está vinculada ao espírito, então toda a falha moral está vinculada ao corpo e à falta de espírito. Toda forma de dominação duradoura e bem-sucedida precisa convencer os dominados de sua própria inferioridade justamente nesses termos (SOUZA, 2021, p. 72-77).

A partir desta associação, isto é, da família Pereira fazer parte da formação da “alma” cultural da região, e não do “corpo” (posto que o corpo seria inferior), tem-se um indicativo importante da construção da subjetividade do grupo para quem os vê de fora, isto é, como o *ethos de poder familiar* dos Pereiras é encarado socialmente. Durante o evento, era recorrente observar os efeitos da socialização das crianças sendo expostas aos modos de agir e sentir dos Pereiras mais velhos diante a contação de histórias sobre as aventuras dos antepassados.

Foto 1. Pesquisador da família conta memórias do grupo às crianças



Fonte: Site Família Pereira

Adolescentes e adultos levantavam-se com frequência para tirar fotos e fazer *selfs* na entrada da festa, onde foi preparado o ambiente com ornamentação especial e um grande banner com o brasão da família. Os mais velhos arriscavam dançar. Em boa parte das mesas os núcleos familiares conversavam diante à espreita de caixas de uísque 12 anos. Enquanto isso escutava-se música e via-se um constante ir e vir de gente em busca de retocar o volume de seus copos, que estampavam o brasão da família na frente. Minha presença ali parecia passar de forma despercebida, até que sou solicitado por

uma das organizadoras a entrevistar o idealizador do evento. Levanto-me da mesa e vou até ele, que permanece de óculos escuro para conversar comigo. Pergunto sobre o sentimento de ser um “Pereira”. O que significava para ele? A resposta se deu nestes termos:

É importante sim. Veja bem. Meu tetra avô, o Comandante Superior que foi a figura mais importante dos Pereiras, e posteriormente vem o filho dele, que foi o Barão, e assim como ele foi intendente e interventor [nos municípios] de Afogados da Ingazeira, Flores e da então Vila Bella [hoje Serra Talhada], depois passa a ser o primeiro prefeito... A gente entende que a região do Pajeú deve muito à família Pereira politicamente e economicamente, isso é fato. Isso me deixa muito orgulhoso de saber que eu descendo desse povo, que eu sou tri neto do Barão, uma pessoa que – não pelo fato de ter sido um Barão – mas pelo fato do desenvolvimento da região do Pajeú. Então a gente se orgulha das pessoas que se envolveram nisso. Lembrando que a família Pereira na época sempre foi do partido conservador, sempre foi... Mas hoje a política deu uma mudada (WANDERLEY, 2019).

Indaguei-o também sobre a questão da herança beligerante da família, como ele interpretava os signos da valentia, da coragem historicamente associada à trajetória do grupo e do embate por décadas com a família rival, a Carvalho. Assim, respondeu:

Era uma paixão de rua, a valentia. Então, os Pereiras eram valentes. Eram dispostos. E como tem até hoje. Obviamente que ninguém hoje quer fazer guerra de nada. Acabou a briga entre Pereiras e Carvalhos, mas as brigas existiam porque cada um tinha um pensamento, problemas de terra e política. E houve muitos casamentos entre Pereiras e Carvalhos, tanto que na história sempre diz que uma Carvalho quando casava com um Pereira tornava-se Pereira. Assim como uma Pereira casava com um Carvalho tornava-se Carvalho. Olhe a situação da época... Existia o questionamento dos dois lados. Então, foi uma questão muito árdua para a família. Eu não tenho dúvida que o Sinhô Pereira e Luiz Padre tinha que enfrentar isso. Eles nos orgulham muito. Não porque se matou gente, mas pela questão de honra da época. Era destemido. Em entrevista na década de 1970 a Luiz Lorena ele disse: ‘Eu não queria essa vida, queria constituir família’. Mas era a situação da época e tinha que se tomar uma atitude (WANDERLEY, 2019).

Foto 2. Idealizador do evento, com o dedo em riste, fala sobre a sua família a este pesquisador.



A partir da nossa imersão no 3º Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú é possível afirmar que Pereiras são os únicos, dentre as famílias políticas mais tradicionais de Serra Talhada, que se mantêm publicamente empenhados na construção de um sentimento de distinção em favor da força do sobrenome. Na grande festa, se exalta um orgulho de “ser Pereira” e se compartilha as histórias dos antepassados. O evento também é momento para se lançar livros sobre as aventuras da família. Conversei, durante a festividade, com um dos pesquisadores do grupo, Helvécio Feitosa, que resumiu o sentimento de ser Pereira nestas palavras:

Eu sou daqui do Pajeú, neto de Ioiô Maroto, o Crispim Maroto. Nós viemos ao primeiro, ao segundo e ao terceiro encontro, e viremos aos demais que por ventura acontecer. Existe esse espírito de família, apesar da distância, todo o mundo se trata como primo, independente da distância sanguínea. Esse espírito Pereira e Feitosa remete a cultura do interior, que hoje nos grandes centros está se dissipando. Mas a gente preserva essa cultura do Sertão, se a gente é do mesmo laço familiar a gente se trata tudo por primo, porque é uma forma de consideração, de aproximação, de amizade que eu acho que é muito bacana. Hoje em dia as relações estão cada vez mais distantes. A gente não sabe nem o laço sanguíneo qual é a distância, mas se tem o mesmo sobrenome... No meu caso eu não tenho o sobrenome Pereira, apesar de ser descendente de Pereira, mas se tem uma fração do sangue Pereira a gente se trata tudo por primo, como se tratam tudo por Feitosa lá no meu Sertão [no Ceará]. Então isso fortalece os laços de amizade e o espírito familiar, que tem a vantagem dos laços de solidariedade entre a gente. Ajuda né, o espírito de família, a consideração. Olha, se chegar um Pereira ou um Feitosa na minha casa ele vai ser tratado como um primo, um parente próximo. Isso faz uma diferença muito grande, a preservação desses laços de amizade. Então, tem uma grande história por trás disso tudo, que faz com que a gente esteja presente aqui no terceiro encontro (FEITOSA, 2019).

Ainda em reforço à estratégia de estímulo aos sentimentos de orgulho pela honra do sobrenome, com destaque aos valores de solidariedade, estima, prestígio e respeito mútuo pelo pertencimento a um grupo socialmente distinto, identificamos em consulta ao site da família outro dado inusitado. Na 1ª edição do encontro em 2017, houve a entrega aos participantes de um certificado de honorabilidade com os seguintes dizeres: “*Parabéns, orgulhe-se em pertencer a grande Família Pereira*”. O evento contou ainda com a presença de um padre que rezou missa para abençoar quem ali estivesse.

Foto 3. Integrante recebe certificado para sentir orgulho do sobrenome Pereira



Fonte: Site Família Pereira

Faz parte do exercício de construção simbólica do *ethos de poder familiar* dos Pereiras a publicação de livros de memórias onde pesquisadores descendentes deste grupo se esmeram em delinear laços de parentesco entre seus integrantes³⁹, entoam cenas de guerras e batalhas armadas envolvendo seus heróis e destacam a linhagem nobre da família em diferentes contextos.

Em reforço a tudo isso, a família também mantém um site oficial onde compartilham informações contidas nestes livros, os quais ganham versões resumidas compartimentadas em imagens de seus principais “guerreiros” e seus gestos de bravura e honra, quase todos coronéis de patente da extinta Guarda Nacional, prefeitos e deputados do passado que “figuraram desde o princípio da família preservando valores, lutando e deixando um valoroso clã”, diz um dos textos.

Com base nas informações contidas no site, a família interpreta o sobrenome Pereira como tronco genealógico de outras linhagens secundárias, que são uma espécie de subgrupos direcionados a orientar-se tendo a nomenclatura Pereira como bússola social. Conforme Luís Wilson (2018, p.62), o casamento entre José Pereira da Silva e

³⁹ Nesta tese iremos analisar dois livros considerados clássicos na região, intitulados: Vila Bela, os Pereiras e outras histórias (2018) e Serra Talhada: 250 anos de história e 150 anos de emancipação política (2019). Estas obras serão detalhadas no terceiro e no quarto capítulo.

Jacinta Rodrigues é considerado o tronco genealógico da família Pereira no Sertão de Pernambuco. Desce enlace vieram os ramos “Pereira da Silva, Pereira Araújo, Pereira Maranhão, Pereira Aguiar, Pereira Gama, Pereira Jacobina, Pereira Nunes, Pereira Lins, Conrado de Lorena e Sá, Pereira Valões, Pereira Santos, Cassiano Pereira, Pereira França, Pereira Terto e Pereira da Luz”.

A tentativa de exaltação da linhagem nobre dos Pereiras é propulsora da ideia de união entre os subgrupos supracitados, como justificam nestes termos grafados no site da família logo após a exibição do conjunto de sobrenomes: “Todos somos Pereiras. (...) A dimensão de uma família está na unificação de suas raízes culturais e da união entre os seus”. Ou nestes termos: “Não compartilhamos apenas o sangue, compartilhamos os nossos sentimentos e nossas emoções”; “temos orgulho de quem somos”; “Pereira é sobrenome que não escondemos”; “família conhecida e elogiada nos anais da história nordestina”.⁴⁰ O site do grupo familiar faz referência quase sempre aos seus patriarcas, muito pouco destacando nominalmente lideranças femininas. Sobre este ponto, o grupo justifica-se da seguinte maneira:

Não mencionamos nomes, [mas] as senhoras ancestrais da Família Pereira foram tão valiosas quanto seus esposos, muito nomes figuram de forma brilhante nos anais da história. [Justificando a citação de 20 homens da família no site]. Para que fique registrado, esses foram alguns dos nomes que figuraram desde o princípio da Família Pereira no Sertão de Pernambuco que preservaram valores, lutaram e deixaram um valioso clã (SITE FAMÍLIA PEREIRA, 2021).

Chama atenção a recorrência de menções, nos escritos, sobre a nobreza do sobrenome Pereira, o que parece ser fonte de orgulho para as gerações atuais o fato de descenderem de uma linhagem que os liga, em especial, a Andreilino Pereira da Silva, conhecido como o Barão do Pajeú. Fazendeiro abastado, ele foi o primeiro prefeito de Serra Talhada entre 1892 a 1895 e hoje tem seu nome gravado na principal praça de Serra Talhada.

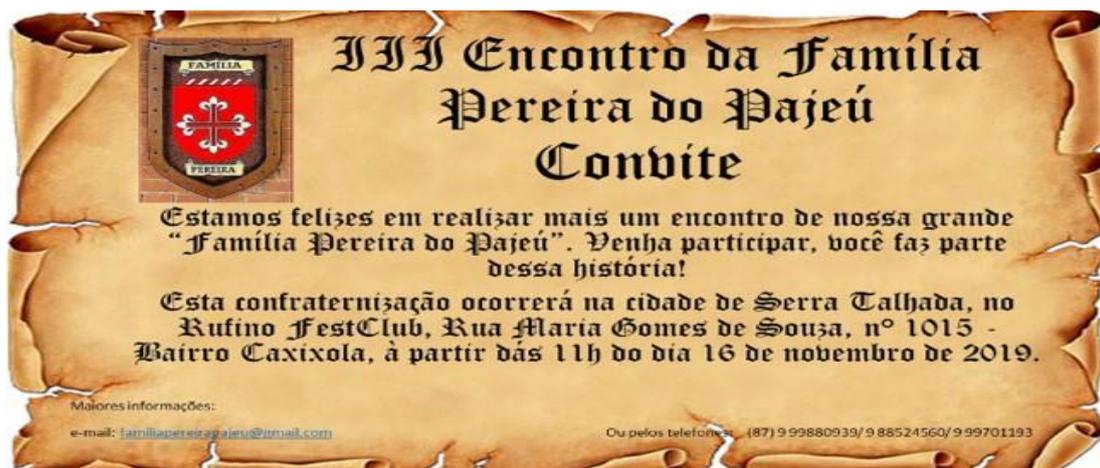
⁴⁰ Nos diz Bourdieu (2008, p.129-130) que para compreender como a família passa de uma ficção nominal a grupo real, cujos membros estão unidos por intensos laços afetivos, e preciso levar em conta todo o trabalho simbólico e prático que tende a transformar a obrigação de amar em disposição amorosa e a dotar cada um dos membros da família de um "espírito de família" gerador de devotamentos, de generosidades, de solidariedades (ele se expressa tanto nas inúmeras trocas comuns e continuadas da vida cotidiana, trocas de dádivas, de serviços, de ajuda, de visitas, de atenções, de gentilezas etc., quanto nas trocas extraordinárias e solenes das festas familiares - frequentemente sancionadas e eternizadas por fotografias que consagram a integração da família reunida).

Numa outra seção do site que divulga livros sobre a história do grupo, alguns de seus antepassados são lembrados como “figuras lendárias do Sertão pernambucano”; ou senhores “absolutos de famosas lendas guerreiras”; “árbitros da elegância belicosa de seu tempo”; “sertanejos mais célebres” onde “não tenha nenhuma briga em sua época que não tenham tomado parte”. Nas páginas de acesso às informações sobre os três primeiros encontros realizados pela família Pereira do Pajeú, o grupo justifica a realização dos eventos nestes termos, compartilhando o sentimento de honra e orgulho do sobrenome.

É bem vinda a confraternização que promova o encontro dos parentes, a consolidação de laços e um maior aprofundamento da árvore genealógica do clã. Os Pereiras sempre foram uma das maiores e mais influentes famílias do Sertão nordestino e mostram, por meio desse evento, a sua união e a sua força, que se estendem a todo o Brasil colocando sementes a quilômetros de distância da sua origem. Sendo assim, fomos os primeiros a aceitar o desafio de reunir mais de 500 Pereiras que cederam um pouco do seu tempo para compartilhá-lo com a família. [...] Como uma continuação do primeiro encontro, o II Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú reuniu familiares de diversos lugares. [...] O evento deste ano foi mais um passo importante para promover a fortificação dos laços de união e de fraternidade entre os Pereiras. [...] Um encontro carregado de emoção e alegria na celebração de um dos clãs mais tradicionais do interior nordestino (SITE FAMÍLIA PEREIRA, 2021).

Chama a atenção o formato do convite para o evento (Figura 7). Expondo o brasão da família, os organizadores buscaram escolher um modelo parecido com um pergaminho, típico dos escritos do período medieval. A fonte escolhida para grafia da mensagem também evidencia a busca por algo requintado ou rebuscado, que gere distinção pela forma não usual das letras.

Figura 3. Convite para o 3º Encontro da Família Pereira do Pajeú.



Fortalece a composição de elementos simbólicos da construção de um *ethos de poder familiar* dos Pereiras do Pajeú um site oficial chamado *Família Pereira do Pajeú.net.br*. Quem o acessa, se depara com o brasão da família constituído de vermelho com uma cruz de prata em seu escudo (ver figura abaixo) e uma série de informações que vão desde fotos, entrevistas com membros do grupo, genealogias, história dos Pereiras do Pajeú, seus principais personagens, aventuras e informações sobre os últimos três encontros da família, realizados nos anos 2017, 2018 e 2019.

Figura 4. Página principal do Site da família Pereira do Pajeú.



No site, a convocação realizada pela família para o 3º Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú evoca Deus e os seus antepassados para um momento de confraternização e repasse de valores, nestes termos:

É com a graça de Deus e a benção dos nossos antepassados que convidamos todos para o III Encontro da Família Pereira do Pajeú que ocorrerá no dia 16 de novembro de 2019 em Serra Talhada. A comissão organizadora convida todos do Brasil a fora para mais esse momento de confraternização e festa para intensificar os laços de união da Família Pereira do Pajeú reverenciando os nossos antepassados e conectando as novas gerações com os nossos valores (SITE PEREIRAS, 2019).

Tem-se a partir de então, bons exemplos de que a luta pelo jogo da honra de família renovou-se em estratégias de autoafirmação social na atualidade. No entanto, demonstraremos agora a que preço se cultiva hoje este sentimento de orgulho familiar investigando as origens do *self guerreiro* dos Pereiras partindo da análise da trajetória sócio-histórica do grupo.

Segundo Luís Wilson (2018, p.59), a família Pereira do Pajeú tem origem portuguesa ligada à casa de Bragança, à qual pertenceram os imperadores do Brasil. O grupo nunca deixou de lutar, por vezes de forma beligerante, pela preservação do seu poder no melhor sentido do que diria o saudoso Florestan Fernandes (2015, p.31), “do poder que se organiza para constituir a ordem e defendê-la por todos os meios”. Tentaremos, assim, demonstrar nessa etapa da pesquisa como este “pequeno Brasil”, oligárquico em sua gênese, fundamentou-se desde há muito tempo na coerção de classes populares e minorias étnicas, na manutenção de privilégios e na repressão violenta a grupos considerados inimigos dos interesses dominantes.

2.3 Uma ritualística de violência em nome do poder da família Pereira

Maria Isaura de Queiroz (1976, p.45) define bem o painel social em que a família Pereira se encaixou em meados do século XVIII no sertão nordestino, durante o Brasil Imperial. Fazia parte do ideário da época a imagem do “brasileiro bom”, em que o chefe da família possuía grandes extensões de terra “mal policiada” e com poder “sobre grande quantidade de gente”. Assim, “a autonomia do latifúndio, autossuficiente, juntamente com a liderança do chefe familiar, desenvolveram o espírito local; e a política municipal girava, toda ela, em torno desses interesses locais de vários municípios”.

As terríveis lutas entre famílias que se desenvolveram durante a Colônia, perdurando, em certos pontos do Brasil, Império a fora até os nossos dias, onde quer que se preservasse a estrutura patriarcal da família, resultaram da colisão de interesses ou do ódio por qualquer motivo despertado entre dois desses grupos familiares. A prova de que os interesses privados estavam intimamente ligados aos interesses públicos está na forma que tomavam os conflitos: rivalidades entre duas Câmara Municipais, brigas que resultavam na fundação de novo município dentro do território do antigo; lutas pelo domínio de uma Câmara (QUEIROZ, 1976, p.46).

Em reforço a este sentido, é recorrente na narrativa construída por Luís Wilson em sua obra a percepção de que modos de interação social, diante de certos conflitos políticos da família Pereira, prescindiam de ajustes violentos, os quais – de certo modo, eram vistos como condição moral para se manter acesa a honra da família, alimentando “um sistema de vingança, de ações violentas do tipo self-help”, como lembra Jorge Mattar Villela (2004, p.20). Afinal, “na época, para ser Pereira, não bastava ter o sangue, era preciso querer ser” (WILSON, 2018, p.328).

Essa máxima atenta para uma condição moral do ethos Pereira que dá uma forte relevância à conduta social em reforço à consanguinidade. Isto é, haveria um agir e sentir específicos a serem obedecidos para de fato alguém merecer ter Pereira no nome, mantendo uma lógica de reputações em negociação, como sugere Cláudia Marques (2002, p.182), quando nos diz que “a reputação da família, mais solidamente estabelecida - embora não excluída do palco das negociações no qual é lançada durante as interações dos grupos e dos indivíduos – se faz sentir pelos indivíduos que são seus portadores”.

Nessa perspectiva, a conduta moral importa muito para o fortalecimento de laços de respeito e prestígio entre os integrantes do mesmo ciclo familiar e os de fora. Seria preciso agir como um membro do grupo, isto é, inculcar em si os atributos esperados e sustentados pela construção social que se fez da família ao longo do tempo. Esta é uma noção que encontra ressonância na linha de pensamento que sustenta a definição de honra como interpretada por Pitt Rivers (1965; 1991). É possível exemplificar este sentido com base no trecho do livro de Luís Wilson, em que um dos antepassados da família, o capitão Simplício Pereira, a quem chamavam de “o demônio da selva”, mata um inocente por mera trivialidade:

No mesmo almoço, um dos convivas sacudiu pela janela um osso que descarnara, atingindo o capitão. Tremeram os que assistiram à cena, prevendo o desfecho. O homem suspendeu a comida e desfez-se em desculpas. E Simplício disse-lhe o seguinte: “Coma, para morrer de barriga cheia”. E, depois do almoço, matou na realidade o morador (WILSON, 2018, p.183).

Historicamente, os Pereiras tiveram a valentia como fama por se envolverem em seguidos ritos de violência armada, seja como mantenedores da ordem social, seja como contestadores, quando não convinha com seus interesses. Tais formas de violências acabaram, entre seus membros, atreladas a valores de coragem, heroísmo e bravura dos antepassados. Muitos ocuparam posições estratégicas de comando militar e político na estrutura do Estado.

A ideia de um rito histórico de violências protagonizado pelos Pereiras desenhou-se na trajetória da família, primeiramente, quando seus antigos ícones exterminaram dezenas de indígenas à base da força do rifle para garantir a fixação da terra e a edificação de suas fazendas no Sertão pernambucano. Lilia Schwarcz (2019, p.163) lembra que essa prática “remonta ao período colonial, quando se chamou de ‘descoberta’ o que foi, na verdade, invasão de um território densamente povoado. (...)”

Não existiu, portanto, nada de idílico no (des) encontro entre indígenas e colonos”.

Sobre esse contexto, reforça um dos historiadores da família, Luis Wilson:

(...) teve a família Pereira de enfrentar, vez por outra, grupos de índios armados que faziam incursões em suas propriedades, tocando fogo em tudo, valentes, defensores impiedosos da terra que ocupavam e de direito lhes pertenciam, sendo preciso era domá-los, quase que extingui-los. Era fatal o choque entre o bárbaro que julgava seu tudo o que a terra produzisse ou sobre ela vivesse, e o branco que dela queria se apossar construindo casas, abrindo roçado, povoando suas sesmarias de gado, que ele o índio, não respeitou (WILSON, 2018, p.181).

Com base na obra de Luís Wilson, foi possível mapear historicamente a trajetória de violências em que a família Pereira se envolveu por motivações políticas. Um dos primeiros eventos identificáveis ocorreu em 1831, ano de fundação da Guarda Nacional, e que marcou o início do Período Regencial no Brasil. A família sertaneja, na figura do capitão Simplício Pereira, foi convocada para fortalecer a contenção da Revolta de Pinto Madeira⁴¹, no Ceará, conhecida também como “A insurreição do Crato”.

Após a abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, foi convidada a família Pereira, conforme se diz, para solidificar a causa do governo da Província do Ceará. Reuniu Simplício Pereira um grupo de célebres jagunços e lutou contra o capitão de milícias Joaquim Pinto Madeira, potentado sertanejo no Cariri, que tomara parte saliente contra a Confederação do Equador (WILSON, 2018, p.183).

Os Pereiras do Pajeú também tiveram participação crucial na repressão aos fanáticos da Pedra do Reino Encantado⁴², no ano de 1838, em Serra Talhada, também no contexto do Brasil Imperial. Este evento ganhou força no imaginário popular nas mãos do saudoso escritor Ariano Suassuna, ao escrever o Romance da Pedra do Reino. O fenômeno do fanatismo nos sertões nordestinos, como destaca Rui Facó (1963), foi

⁴¹ Pinto Madeira, comandante das tropas das vilas do Cariri Cearense, se rebelou contra o governo Imperial quando da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro. Para saber mais: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24717/19992>

⁴² Hoje o território faz parte do município vizinho de São José do Belmonte, mas era território de Serra Talhada no passado. Um grupo de sertanejos, liderado por João Antônio dos Santos, fundou uma espécie de reino, com leis e costumes próprios. Seu líder era chamado de rei e usava coroa feita de cipó. Nas suas pregações, dizia que o rei Dom Sebastião, morto no período das Cruzadas, lhe havia aparecido e lhe mostrara um tesouro escondido; e que o rei estaria prestes a retornar e iria transformar todos os seus seguidores em pessoas ricas, jovens, bonitas e saudáveis. O grande número de pessoas que seguiu os fanáticos preocupou o governo, os fazendeiros e a igreja. Assim, a família Pereira foi instada a comandar a repressão.

uma reação ao despotismo dos potentados rurais, onde pobres do campo eram vistos na condição de objetos. Na análise do autor, a classe agrária dominante via no trabalhador da terra o escravo, que o era de fato e juridicamente, pois não tinham terra, nem outros bens, nem direitos. Diante da opressão do latifúndio, da concentração de privilégios em favor de algumas poucas oligarquias familiares, como a dos Pereiras, e a manutenção de desigualdades históricas surge no Nordeste:

Uma espécie de nomadismo permanente, que as secas só fazem aumentar e dá características mais trágicas. É então que se juntam ante o flagelo, reúnem nos caminhos para as longas jornadas em busca de pão e água. (...) Contra a fome e a miséria, manifestam dois tipos de reação, da parte dos pobres do campo: a formação de grupos de cangaceiros, que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazém de víveres nas próprias cidades e vilas; e a formação de seitas de místicos, fanáticos, em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as causas de suas desgraças (FACÓ, 1963; p.34).

Neste cenário de agruras, deu-se, assim, mais uma opressão violenta capitaneada pelos Pereiras, dessa vez, aos fanáticos da Pedra do Reino Encantado:

Ali, distante no máximo uma légua da Pedra do Reino Encantado, devia encontrar-se no dia 18 Simplício Pereira, como havia combinado, o comissário Manuel Pereira da Silva, para juntos marcharem sobre a Pedra Bonita, sabedores do que se passava no local. (...) Foi horrível o combate das duas forças, não podendo os homens de Manuel Pereira, utilizar ao menos as suas espingardas. A luta foi corpo a corpo com um grupo de loucos, cuja ideia era a de martírio e morte para ressurreição e vida eterna, de indescritível felicidade, no Reino de São Sebastião. Depois de uma ou duas horas de combate, de fuga dos fanáticos e extermínio do Reino Encantado, em Vila Bela, restavam sobre o campo 22 cadáveres: o do Rei, com 12 de seus sectários, inclusive três mulheres (...). Depois da luta entre o pequeno grupo de Manuel Pereira e os fanáticos da Pedra do Reino, chega ao local, como havia combinado o capitão Simplício Pereira, e em outro combate com os fugitivos, perdem os adeptos do Reino Encantado mais 8 companheiros (WILSON, 2018, p.200).

Anos depois, em 1848, ainda no Brasil Imperial, a família Pereira do Pajeú liderou um braço armado de repressão à Revolução Praieira⁴³, de cunho liberal e socialista, quando o movimento cresceu e saiu da capital Recife chegando no interior de Pernambuco. À época, os Pereiras faziam frente aos interesses do Partido Conservador e foram por isso agraciados com regalias administrativas, quando em 1848, “os liberais

⁴³ A Revolta Praieira foi uma rebelião de cunho liberalista, federalista e socialista, com nítido caráter republicano e democrático, que eclodiu na província de Pernambuco entre os anos 1848 e 1850. Sendo, portanto, a última revolta liberal radical que ocorreu em Pernambuco durante o Brasil Imperial. Foram quase 30 confrontos em menos de 4 meses. Em 1º de novembro de 1848 os combates chegaram ao Sertão do Pajeú (NETO, 2016).

são substituídos no governo do Império pelos conservadores, fato que está relacionado com as agitações em Pernambuco” (ALENCAR, CARPI, RIBEIRO, 1996, p.155). O comando político e militar da Comarca de Flores, a quem Serra Talhada, até então considerada Vila, era agregada antes de sua emancipação, estava nas mãos dos liberais. Justamente em retaliação ao rompante, Serra Talhada foi desmembrada tornando-se oficialmente município três anos depois, em 1851. A grosso modo, a cidade nasceu fruto de uma aspiração conservadora de manutenção de uma ordem anti-liberal.

No dia 3 de novembro [de 1848], os liberais mandam uma comissão ao palácio do governo comunicar ao presidente que, agremiados e fortes como estavam em toda a província [de Pernambuco], não consentiriam que se fizessem qualquer demissão de empregados da polícia ou oficiais da Guarda Nacional. Alguns dias mais tarde foi demitido o delegado e dois subdelegados da Comarca de Flores, alegando abuso dos mesmos em suas atividades policiais. É nomeado delegado de Flores, a quem manda também o poder central que fosse entregue a Câmara e a Comarca daquela localidade, o coronel Manuel Pereira da Silva, chefe do Partido Conservador em Vila Bela. (...) O tiroteio em Flores, regurgitando de bacamartes e da fina flor do cangaceirismo do Pajeú e do Navio [região vizinha, conhecida a partir da cidade de Floresta], começou no dia 18, às 2 horas da tarde (...) Dois dias depois, quando a munição e víveres dos dois lados estavam quase esgotados, chega o capitão Simplício Pereira, à Vila Bela de Flores, com 200 homens e liquida Nogueira Paz [ex-deputado provincial de Pernambuco, líder do partido liberal na localidade e então presidente da Câmara de Vereadores de Flores] (WILSON, 2018, p.218).

Já contexto da Primeira República (1889-1930), os Pereiras entraram numa guerra sangrenta, que durou quase 20 anos, com a poderosa família Carvalho, também de Serra Talhada. No plano macro, a disputa representou, para alguns historiadores, o choque de interesses políticos das duas famílias na região pela tomada da estrutura do Estado, uma briga que teve resquícios ainda dos embates da época imperial, entre Partido Liberal, nas mãos dos Carvalhos, e o Partido Conservador, com os Pereiras (SOARES, 2015). A guerra entre as famílias se estendeu no período republicano estimulada pelos ataques e revides violentos entre os dois grupos e sendo fortemente justificada por um implacável sentimento de vingança e de lavação da honra à base de sangue como destaca Luís Wilson (2018, p.231):

No princípio deste século, entre os anos de 1905 e 1922, lutam os netos e bisnetos do velho coronel José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues, por uma questão de vingança particular, vivendo ainda o sertão nessa época, como que o passado estágio da evolução humana, de uma sociedade de parentes em que essa forma de vingança era normal na repressão ao delito e na própria defesa da ordem social. Como que ainda na ausência de outro poder consolidado naquela região, cabia a solidariedade da família ou o clã, a prevenção e repressão dos delitos contra a vida, os interesses e a honra de seus membros.

Em outro trecho do livro de memórias, Luís Wilson (2018, p. 243) traz o forte depoimento abaixo do coronel Antônio Pereira, que concedeu entrevista a um dos jornais da cidade, em 1917, quando estava preso na penitenciária de Fortaleza (CE), e que mostra a força moral que a questão com a família Carvalho envolveu:

Esta primeira humilhação que estou sofrendo não me enfraquece [sobre o fato de estar preso]. Não há governo que dê jeito à minha luta com os Carvalhos. É uma questão de sangue. Só Deus acabar com o último Pereira é que os Carvalhos vão deixar de ser inimigos neste mundo. O senhor quer saber de uma coisa? Lá no meu Pajeú, quando nasce um Pereira e começa a crescer, vai logo dizendo: tomara ficar homem para dar cabo de um Carvalho. A mesma coisa diz os meninos deles. É o que eu digo. É uma questão de sangue.

A luta entre Pereiras e Carvalhos cessou com a intervenção do popular líder religioso Padre Cícero, no início de 1920, que convenceu a cúpula beligerante da família Pereira a desistir de arregimentar levas de jagunços e cangaceiros na região. Estes líderes, sendo eles Sebastião Pereira (Sinhô Pereira) e Luiz Pereira da Silva (o Luiz Padre), foram aconselhados a abandonarem o sertão de Pernambuco, como assim fizeram, parando a matança.

Outro evento histórico que pudemos mapear, e que fortalece o nosso argumento de um mecanismo social de construção de um ethos de prestígio e poder familiar, foi o fato dos Pereiras terem acolhido em suas frentes de combate - ensinando, protegendo e comandando um rapaz franzino, mas já bastante valente - Virgulino Ferreira, que anos mais tarde iria tornar-se o cangaceiro Lampião. No contexto republicano, a violência cresceu entre os Pereiras e Carvalhos a reboque da vitória política destes últimos e de seus aliados, entre 1907 e 1930, tanto em nível local como estadual.

Alijados da estrutura do governo, a família Pereira deu cabo de uma série de ataques contra os Carvalhos por vingança alegando que o Estado, mediante a polícia e a Justiça, estava promovendo perseguições, prisões e humilhações em benefício de seus inimigos. Assim, ao longo desse tempo, os líderes bélicos da família, Sebastião Pereira (Sinhô Pereira) e Luís Padre, assumiram a marginalidade. Eles arregimentaram apoios e formaram um grande bando, tornando-se cangaceiros e, para eles, justiceiros das agruras que a família passava devido a opressão do governo, que agora pendia contra os seus. Foi quando acolheram Lampião para o seu grupo.

No sertão da época uma coisa era certa: poder político, polícia e Justiça sempre andavam de mãos dadas, de maneira que quem detinha o poder poderia se utilizar da polícia e da Justiça em benefício próprio e com os Carvalhos não foi diferente, como tinha sido antes, com os Pereiras. As duas vezes que a vila de São Francisco foi cercada [reduto da família Pereira em Serra Talhada], agiu a polícia em conjunto com os cabras dos Carvalhos (WILSON, 2018, p.259).

Ou como exemplifica, em relato, o próprio ‘Sinhô’ Pereira em entrevista concedida na década 1970, destacado por Luís Wilson (2018, p.258) em sua obra:

Os chefes políticos de nossa família solicitaram pessoalmente do governador [de Pernambuco à época] Dantas Barreto providências, que nunca chegaram. Ele reforçou os contingentes de sua polícia, em Vila Bela, que acumpliciados com os nossos inimigos, juntaram-se a grupos de civis para praticar toda sorte de hostilidades, inclusive contra esposas e filhos de nossos parentes, que não tinham, como os homens, condições para se refugiarem na caatinga.

Ao abandonarem a briga, ‘Sinhô’ Pereira e Luís Padre deixaram como legado à Lampião todo o seu bando e migraram para o estado de Goiás. “Homem inteligente, compreendeu Virgulino a necessidade de pertencer a um grupo mais forte. (...) Sabe-se que naquele dia, disse Sebastião Pereira a Virgulino: ‘Eu vou deixar por aí algumas brasas acesas, você as apague’ (WILSON, 2018, p.281).

Outro conflito armado que os herdeiros da família Pereira tomaram parte foi a Revolta de Princesa⁴⁴, em 1930. Segundo Luís Wilson (2018, p.292) “um dos chefes do exército de mais de 2 mil formidáveis jagunços do Território Livre de Princesa” foi o primo de ‘Sinhô’ Pereira, Luís Pereira de Souza (o Luís do Triângulo) que acabou preso após aquela revolta. Sobre a participação na Guerra de Princesa, Luiz Lorena (2001, p.234) acrescenta: “Foram recrutados homens de todo o Sertão. Creio que Vila Bela lhe mandou [a José Pereira] o maior contingente”.

É com base nesse levantamento, é possível dizer que a construção histórica do ethos de poder familiar dos Pereiras do Pajeú esteve fortemente vinculada aos códigos de conduta dos seus antepassados. Potencializada pela ideia de honra, valentia e justiça com as próprias mãos, a violência – esta que foi companheira constante na trajetória da família – ajudou a forjar no imaginário popular de Serra Talhada um fama social sobre

⁴⁴ A Revolta de Princesa foi um movimento rebelde liderado pelo coronel José Pereira Lima, deflagrado no município de Princesa, atual Princesa Isabel (PB), em fevereiro de 1930, em oposição ao governo estadual de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. João Pessoa era também o companheiro de Getúlio Vargas na chapa da Aliança Liberal, concorrendo à vice-presidência da República nas eleições de 1º de março daquele ano. Para saber mais: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRINCESA,%20Revolta%20de.pdf>

os Pereiras. O que reflete, em certa medida, uma condição que serve de guia moral e motivo de orgulho para alguns de seus membros na atualidade. Vê-se aqui um trabalho de naturalização do ethos de poder familiar, reproduzido também no engajamento político.

Participar do poder foi uma constante da família Pereira não só em Serra Talhada, mas em outras cidades do Sertão pernambucano e, ainda, em outros estados, como iremos constatar. A ideia de um orgulho pela trajetória de diferenciação familiar dos Pereiras teria sido herdada desde muito tempo com base na conduta social de seus antigos membros e se apresenta como um forte elemento de distinção para a política como veremos.

2.4 Dominação política que se renova

Como sugere Lewin (1993), a oligarquia brota já no Brasil Imperial, apesar de associada comumente à República Velha, e resultou do casamento de um sistema eleitoral nacional com os interesses de clãs parentais (clã familiares extensos), os quais, por volta do período colonial, expandiram-se energicamente “absorvendo as grandes propriedades fundiárias da sociedade rural e as populações delas dependentes”. Assim, “o surgimento dos partidos políticos, na década de 1840, impeliu para a esfera pública do município as famílias extensas poderosas, transformando clãs parentais em clãs eleitorais” (LEWIN, 1993, p.14-15).

Nessa época, se projetaram vários chefes políticos da família Pereira do Pajeú, a partir de um único tronco genealógico, o do capitão José Pereira da Silva, “considerado o patriarca da família Pereira do Pajeú e o maior detentor de escravos dentre os seus contemporâneos locais” (NEVES, 2017, p.25). Nos últimos 15 ou 20 anos do século XVIII chegou um dia à Fazenda Inveja, próxima a Serra Talhada, um rapaz cujo nome era José Pereira da Silva, egresso das sesmarias do Alto Jaguaribe (na região dos Inhamuns) no Ceará, dependente até o ano de 1799 da Capitania de Pernambuco.

Na época em que José Pereira da Silva chegou ao Sertão do Estado, a Fazenda Inveja era arrendada ou já propriedade da família Carvalho, da qual mais tarde os Pereiras seriam inimigos. Vaqueiro, à princípio daquela fazenda, José Pereira da Silva casou tempos depois com Jacinta Rodrigues (ou Jacinta Océlia de Santo Antônio), filha

do abastado fazendeiro José Carlos Rodrigues, remanescente dos fundadores da Casa da Torre (WILSON, 2018).

José Pereira da Silva, na segunda metade do século XVIII, recebeu como dote do sogro, a chamada fazenda Carnaúba, ao casar-se com Jacinta. Luis Wilson descreve que no ato de entrega, a fazenda já possuía, além de uma leva de escravos:

Um bom número de bois, vacas, animais para o labor do campo, terrenos próprios para roçado, capoeiras e mangas para o sustento de animais de carga, que tudo isso fez entrega José Carlos Rodrigues a José Pereira, já agora membro de sua família de modo que este se integralizou de maneira completa na posse e domínio de seu novo lar e haveres. (...) Há quem diga que José Pereira da Silva, do mesmo modo que José Carlos Rodrigues (seu sogro) era um remanescente da Casa da Torre, na Bahia, da qual o fundador foi o fidalgo Garcia D'ávila, que chegou no dia 29 de março de 1549, com a comitiva do primeiro Governador Geral do Brasil, Thomé de Souza, obtendo logo as primeiras concessões de terra, transformando-se mais tarde no maior latifundiário do país (WILSON, 2018, p.63-64).

José Pereira da Silva faleceu em 1836 em Serra Talhada. Da sua linhagem com Jacinta Rodrigues, identificamos uma herança de poder transmitida para quatro gerações de filhos, netos, bisnetos e tetranetos que assumiram prefeituras, Câmaras, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional, patentes de coronel, cargos de delegado, juiz, promotor e secretários de governo em diferentes momentos no sertão de Pernambuco e em outros estados⁴⁵.

A relação estreita entre Pereiras e o poder ocorreu ao longo do Segundo Império, remodelando-se na República Velha, após a Revolução de 1930, Ditadura Militar (1964-1985), sendo reatualizada no contexto democrático pós 1988, como veremos. José Pereira da Silva teve 13 filhos com Jacinta Rodrigues. Apesar de todos praticamente terem ocupado posições relevantes como prósperos fazendeiros e, ao mesmo tempo, ativos oficiais da Guarda Nacional, daremos atenção àqueles com

⁴⁵Descobrimos parentelas políticas dos Pereiras do Pajeú em Pernambuco, Alagoas e Tocantins, com indícios da herança política da família nos estados do Ceará e Paraíba. É possível, que o famoso coronel José Pereira Lima, de Princesa Isabel, na Paraíba, faça parte dessa linhagem. Tem-se a certeza, contudo, que este coronel, filho de Marcolino Pereira Lima e Aguida Andrade Lima, mantinha uma estreita relação com Serra Talhada, especialmente, com o ramo dos Pereira Gavião, que mantinham um reduto ao norte do distrito rural de Água Branca, em Serra Talhada, já na divisa entre Pernambuco e Paraíba. Após a vitória da Revolução de 1930, que depôs o governo de Washington Luís e colocou Getúlio Vargas na chefia do governo provisório, José Pereira, temendo a prisão, permaneceu foragido por quatro anos. Beneficiado pela anistia em 1934, deixou a clandestinidade e instalou-se em Serra Talhada, indo morar na fazenda Abóboras, que era do cunhado dele, o coronel Marçal Diniz. Essa informação foi obtida por meio de entrevista com o pesquisador e historiador local Luiz Ferraz Filho e mediante leituras da tese: *A guerra de princesa na literatura popular: memória e produção cultural*, de Nelson Barbosa de Araújo (UFPB, 2010) e do livro *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias*.

descendentes que usufruíram de um capital político familiar (MONTEIRO, 2016) numa perspectiva geracional de maior relevância.

Da linhagem de José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues começamos falando do filho do casal, o coronel Manuel Pereira da Silva (1797-1862), considerado “um dos mais importantes membros da família Pereira do Pajeú” (NEVES, p.2017). No contexto imperial, após a morte dos pais tornou-se o chefe político do clã, assumindo terras, escravos e liderando o Partido Conservador na região. Teve seis filhos. Um deles (neto de José Pereira e Jacinta Rodrigues), o coronel da Guarda Nacional Andreolino Pereira da Silva, foi Intendente do Município e condecorado com o título de Barão do Pajeú em dezembro de 1888 (hoje é o nome da principal praça de Serra Talhada).

Já no contexto republicano, de 1892 a 1895 foi o primeiro prefeito da cidade. Outro neto de José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues foi Manuel Pereira da Silva Jacobina, eleito segundo prefeito de Serra Talhada de 1895 a 1898. Morreu assassinado em 20 de outubro de 1907, fruto da guerra com a família Carvalho. Era pai de Luiz Pereira da Silva (o Luís Padre), um dos chefes bélicos da família no início século XX. O filho de Andreolino Pereira da Silva, o Barão do Pajeú, (e já bisneto de José Pereira e Jacinta Rodrigues), Antônio Andreolino Pereira da Silva, foi o terceiro prefeito da cidade de 1898 a 1901. Mais um neto do tronco genealógico entre José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues foi Manoel Pereira Lins (o Né da Carnaúba).

Este tornou-se prefeito da cidade vizinha a Serra Talhada, São José do Belmonte (no Sertão Central de Pernambuco), entre 1902 e 1904. Também assumiu o cargo de vereador em Serra Talhada por três legislaturas (de 1922 a 1928). O seu filho, Argemiro Pereira de Menezes (bisneto do tronco Jacinta e José Pereira) foi deputado estadual por Pernambuco sendo eleito por oito mandatos para a Assembleia Legislativa, sendo o parlamentar mais longevo da história da cidade (de 1958 a 1990). Foi eleito também vereador em Serra Talhada por três mandatos (de 1947 a 1958), passando pelos partidos UDN, Arena, PDS, PFL, PRN e PDT.

Argemiro Pereira faleceu em fevereiro de 2011, aos 96 anos, deixando três filhos para a política (e, assim, tataranetos do tronco Jacinta e José Pereira) sendo eles: Hildo Pereira de Menezes, prefeito de Serra Talhada de 1964 a 1969, e de 1977 a 1983; Nildo Pereira de Menezes, que assumiu o comando do município entre 1969 e 1973; e Gildo Pereira de Menezes, vereador por Serra Talhada na década de 1990 por várias legislaturas. O quarto filho, Argemiro Pereira de Menezes Filho, não entrou para a

política, mas tomou conta, até falecer em agosto de 2019, da concessão pública de uma rádio da família (Rádio Cultura FM). A emissora, de grande audiência da cidade, continua em posse dos Pereiras.

Em outra frente familiar, surge Carlos Evandro Pereira de Menezes, primo de Argemiro, mais um da quarta geração da linhagem de José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. Este por sua vez, agora no contexto pós 1988, foi vice-prefeito de Serra Talhada (1993-1997) e, anos mais tarde, tornou-se prefeito da cidade por dois mandatos consecutivos, de 2005-2012, elegendo o seu sucessor. Nas eleições municipais de 2000, perdeu o embate rumo ao cargo de prefeito para o primo, Genivaldo Pereira (o Geni Pereira).

Já a linhagem da atual prefeita Márcia Conrado descende também do tronco, forjado no Brasil Colônia, por José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. O pai dela, Isivaldo Conrado de Lorena e Sá, foi eleito vereador em Serra Talhada por três mandatos (1997 a 2001; 2001 a 2005; 2005 a 2009). Sua mãe, Alice Conrado, foi a vereadora mais votada da cidade nas eleições de 2016 e se reelegeu em 2020. Márcia faz parte da sexta geração a partir do filho do casal José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues, Joaquim Pereira da Silva (seu tetravô). Com base nessa linhagem, ela é sobrinha neta do primeiro intendente de Serra Talhada, no contexto do Império, Manoel Pereira da Silva, e do primeiro prefeito da cidade após 1891, Andreilino Pereira da Silva, o Barão do Pajeú.

O principal representante da linhagem Conrado de Lorena e Sá, no contexto pós 1930 em Serra Talhada, foi Luiz Conrado de Lorena e Sá. Já falecido, este foi um chefe político temido, prefeito em Serra Talhada aos 18 anos entre 1945 e 1946; depois reassumindo de 1955 a 1958; e posteriormente voltando ao poder de 1964 a 1969. Ao longo das décadas de 1940 e 1970, Luiz Lorena revezou o poder com os parentes já citados anteriormente, Nildo e Hildo Pereiras.

Um outro relevante braço político da família Pereira descende de Antônio Pereira da Silva, um dos 13 filhos do tronco genealógico José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. Antônio deixou como descendente Antônia Pereira de Souza (conhecida por Sinharinha)⁴⁶. No início do século passado, ela casou-se com o major da Guarda

⁴⁶ Por receio de morrer, na época da sangrenta rivalidade com a família Carvalho, “Sinharinha” trocou o sobrenome Pereira para Nunes de Souza.

Nacional e dono de várias fazendas Sebastião Inácio de Oliveira (o Baião Inácio), inaugurando uma frutífera parentela política.

Dessa linhagem entre as famílias Pereira e Inácio Oliveira, descendem o ex-deputado estadual Sebastião Inácio de Oliveira Neto, eleito pela primeira vez para Assembleia de 1963 a 1966. No ano seguinte, renovou o mandato (1967/1968) e foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE), onde tornou-se presidente do Tribunal de Contas entre 1976 e 1977; e de 1987 a 1988.

Um de seus filhos, com Célia Maria de Andrada Oliveira, chama-se Sebastião Inácio de Oliveira Júnior que, por sua vez, foi deputado estadual em Pernambuco por dois mandatos (2006- 2011 e 2012-2016), pelo antigo PFL. Atualmente, está no seu segundo mandato para deputado federal pelo PR (atualmente PL, de 2014-2018 e de 2019-2023). Foi Secretário de Transportes de Pernambuco nas gestões dos governadores Eduardo Campos e Paulo Câmara.

Hoje o irmão de Sebastião Oliveira, Waldemar Oliveira, é suplente de senador, e presidente estadual do Avante. Dessa mesma linhagem familiar surge Inocêncio Oliveira, que é primo do político de Sebastião Oliveira, o qual absorveu o seu espólio eleitoral após sua aposentadoria em 2011. Inocêncio foi deputado federal por 10 mandatos, assumindo pela primeira vez o cargo em 1975. Ao longo desse período, patrocinou o apoio a parentes e aliados para o comando da Prefeitura de Serra Talhada.

O seu neto, Victor Oliveira, concorreu às eleições municipais para prefeito em 2016 e 2020, perdendo o pleito. Inocêncio chegou a assumir a presidência da Câmara dos Deputados e passou pelos partidos ARENA, PDS, PFL e PR. Seu irmão, Sebastião Andrada de Oliveira (o Tião Oliveira), foi responsável por colocá-lo na política. O ‘Tião’ foi vereador de 1963 a 1969, logo depois passou a vice-prefeito em 1969/1973, e posteriormente elegeu-se prefeito de Serra Talhada pela primeira vez de 1973 a 1977.

Em 1990 candidatou-se a deputado estadual, vencendo o pleito. Saindo da Assembleia Legislativa, voltou a candidatar-se a prefeito, vencendo a disputa em Serra Talhada para o exercício 1996/2000. Anos mais tarde, após sua morte, sua filha Penha Oliveira, sob a alcunha de “Peinha de Tião”, iria se eleger vereadora por um mandato. Como a linhagem dos Pereiras, o clã de sua parentela por meio de Inocêncio Oliveira mantém hoje em Serra Talhada a propriedade de uma emissora de rádio (a Líder do

Vale FM), e de uma concessão de televisão em Caruaru (PE) — TV Asa Branca, retransmissora da programação da Rede Globo⁴⁷.

Tivemos a preocupação de seguir pistas de parentelas políticas dos Pereiras do Pajeú para além do Sertão de Pernambuco. Logo nas primeiras buscas, nos deparamos com Hagahús Araújo, deputado federal pelo Tocantins de 1991 a 1995. Hagahús é filho do já mencionado Luiz Pereira da Silva (o Luiz Padre – neto do Barão do Pajeú), um dos líderes da luta armada contra a família Carvalho no início do século XX em Serra Talhada.

Após abandonar a matança no Sertão e viajando ao lado do primo Sebastião Pereira (o Sinhô Pereira), Luiz Padre – agora usando um outro nome para evitar que a vingança não lhe perseguisse – chega ao interior de Goiás em 1919, cidade hoje chamada Dianópolis. Lá, se casa com Amélia Póvoa Araújo, integrante de uma família tradicional e abastada da região. Assim, pela ala paterna, nasce Hagahús Araújo ligado ao tronco genealógico da família Pereira do Pajeú, fazendo parte da quarta geração de figuras políticas do clã sertanejo.

Não muito diferente dos parentes pernambucanos, Hagahús, nascido em 1928, tornou-se prefeito de Dianópolis em 1964, cidade hoje agregada ao estado do Tocantins. Assumiu ainda a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás (1983-1985), foi deputado estadual em 1982, e reeleito para a Assembleia em 1986 até chegar à Câmara Federal na década seguinte, pelo Tocantins. Também encontramos a parentela política dos Pereira do Pajeú em Arapiraca, cidade de mais de 200 mil habitantes no Agreste de Alagoas.

O ex-prefeito do município, Luiz Pereira Lima, que migrou de Serra Talhada para aquela região por volta de 1928, é bisneto do tronco genealógico José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. Foi eleito prefeito de Arapiraca (AL) de 1948 a 1951. Durante muitos anos comandou a ala política conhecida como “os caras-pretas” na cidade. Elegeu dois de seus filhos para a Assembleia Legislativa de Alagoas, Claudenor de Albuquerque Lima por quatro mandatos (1951/1954, 1955/1958, 1959/1962 e 1963/1966) e Cláudio de Albuquerque Lima (por um mandato). Luiz Pereira Lima também elegeu o genro prefeito de Arapiraca, o juiz Coaracy da Mata Fonseca.

⁴⁷ Para mais detalhes acessar: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/inocencio-gomes-deoliveira>>

O primo de Luiz Pereira Lima, Francisco Pereira Lima, outro natural de Serra Talhada que se deslocou até aquela região, também acabou prefeito de Arapiraca. Concluimos esta investigação identificando não menos outra importante parentela política que fortalece a tese de retorno ao poder dos Pereiras a partir de 1930 no Sertão de Pernambuco. Fala-se do parentesco entre os Pereiras do Pajeú e o serra-talhadense Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, um velho conhecido dos anais da história política do país.

Agamenon foi ex-deputado estadual (1919 a 1924), eleito pela primeira vez com o apoio eleitoral da família Pereira em Serra Talhada⁴⁸. Também foi ex-deputado federal (1924 a 1929), Ministro do Trabalho (1934), interventor federal em Pernambuco (1937 a 1945), ministro da Justiça do governo Getúlio Vargas (1945) e governador eleito por Pernambuco de 1951 a 1952. Sebastião Pereira (o Sinhô Pereira) em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 1969, revelou a forte ligação que o clã Pereira mantinha com Agamenon.

Quando eu vim do Norte [em 1922], nossos inimigos é que estavam no governo em Serra Talhada [os Carvalhos e seus aliados]. Quando minha família passou a mandar a partir de 1935, no governo Agamenon Magalhães, eles mandaram me chamar [para voltar a Pernambuco]. O pai dele Sérgio Magalhães, era primo legítimo de minha mãe. As mães eram irmãs. E eu não quis ir. Nessa terra eu encontrei paz.

A partir deste levantamento é possível afirmar que a oligarquia Pereira, no Sertão de Pernambuco, se renovou através de seus herdeiros se afastando de “velhas práticas”, principalmente no tocante à violência institucionalizada, mas mantiveram-se vinculados a valores que legitimaram uma espécie de “missão política”. O que contribuiria para fortalecer o ethos de distinção dos Pereiras no contexto da redemocratização forjando sobre a família a crença de uma relação natural com cargos ou postos de autoridade.

Concordando com Ricardo Costa de Oliveira (2018, p.31), de que só é possível entender a “estrutura social brasileira se compreendermos como uma estrutura genealógica”, avaliamos a trajetória dos Pereiras do Pajeú como uma herança ininterrupta de poder gestado há mais de 200 anos, desde que os primeiros antepassados da família se estabeleceram no Sertão do Pajeú abrindo fazendas, acumulando escravos

⁴⁸ Em 1919, Agamenon foi eleito deputado estadual com o apoio da família Pereira, que na época estava alijada do poder. No polo rival, a família Carvalho indicou Solidônio Leite.

e dizimando indígenas a partir dos “últimos 15 ou 20 anos do século XVIII” (WILSON, p. 2018, p.59).

Nessa época, “escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos” (CARVALHO, 2017, p. 27), mas esse sistema não continua reproduzindo seus valores, com avanços e retrocessos, na atualidade? O familismo político é um de seus reflexos. O que significa dizer que as lutas por cidadania no Nordeste e no país enfrentam ainda o peso de um passado de privilégios, segregação, violência institucionalizada e autoritarismo, como tentamos demonstrar até aqui.

Este contexto de desigualdades estruturais reflete, nada mais nada menos, que uma condição histórica reproduzida em inúmeras cidades brasileiras. Em outras palavras, haveria uma lógica de poder, gestado no mandonismo do Brasil Colônia, que de tão presente e naturalizada foi transplantada para as regiões menores (SCHWARCZ, 2019). Os Pereiras já detinham o comando de Serra Talhada ainda no Brasil colonial, muito antes da emancipação do município em 1851.

É a partir desta data, agora no contexto do Império, quando Vila Bela (antigo nome de Serra Talhada) se torna município. Quem assume a cidade como intendente é Manoel Pereira da Silva (mais conhecido como o Comandante Superior). Ele era pai de Andreilino Pereira da Silva, este nascido em 1823, que se tornou o famoso Barão do Pajeú, e o primeiro prefeito de Serra Talhada a partir do contexto republicano. No cenário da primeira República os Pereiras assumiram a prefeitura de 1890 a 1907; de 1945 a 1982; de 1982 a 1992 (apoiando a parentela Inácio Oliveira); de 1992 a 1996 (a família Carvalho com os Pereiras na vice); de 1996 a 2000 (dando apoio novamente à família Inácio Oliveira), de 2000 a 2012 e de 2021 a 2025.

Nas eleições municipais de 2000 enfrentaram-se os primos Genivaldo Pereira Leite e Carlos Evandro Pereira de Menezes. O primeiro foi o vencedor, apoiado pelos Carvalhos, sob a liderança do então deputado estadual Augusto César de Carvalho e com o apoio do ex-prefeito Luiz Lorena de Conrado e Sá. O segundo recebeu, à época, o apoio dos Oliveiras, personificado na pessoa do então deputado federal Inocêncio Oliveira. Quatro anos depois, em 2004, Carlos Evandro e Geni rivalizam novamente. Dessa vez Carlos leva a melhor e governa até 2012, elegendo o seu sucessor e até então vice-prefeito, Luciano Duque de Godoy.

Ele vence duas eleições (2013 e 2016), passando o bastão, em 2020 para outra Pereira, Márcia Conrado de Lorena e Sá. Nas eleições 2020, os subgrupos Pereira de Menezes e Conrado de Lorena e Sá disputaram novamente como oposição e vice, tendo novamente Carlos Evandro voltando à rivalizar com um parente. Atualmente, o tronco Pereira mantém cinco membros na Câmara Municipal (de um total de 17 vereadores), respeitando uma longa tradição de eleições legislativas. As parentelas identificadas nesta pesquisa reforçaram ao longo de muitas décadas uma “rede política entrelaçada que assegura os interesses e garante a sustentação da oligarquia” (LEWIN, 1993, p. 10).

Tem-se, portanto, o cenário de um município conservador em sua gênese histórica, mas dentro de um contexto que se aponta para a grande discussão em que a esfera local reflete o espectro nacional. A trajetória dos Pereiras do Pajeú encontra ressonâncias não somente numa herança escravista e de reforço econômico e político a desigualdades. Mas também na questão de uma moralidade fundante de um pensamento elitista que, como diria Jessé Souza, faz a “luta por distinção social tão importante quanto a luta pelos bens materiais” (SOUZA, 2017, p. 148).

A partir dos dados demonstrados até aqui, é certo afirmar que, em boa parte da trajetória social da família Pereira, houve luta sangrenta para se combater movimentos ou grupos que ousaram reivindicar, ao longo dos séculos, direitos coletivos universais. A partir dessa explanação, será possível detectar como ações e emoções interferiram diretamente nas condutas dos principais membros da família em questão, os quais servem de motivo de orgulho até hoje para os familiares das novas gerações.

Figura 5. Quadro de prefeitos Pereiras (em vermelho) da 1ª República até hoje.



Fonte: Quadro em exposição no museu municipal (Fundação Casa da Cultura). Grifo nosso.

CAPÍTULO III

O OLHAR PEREIRA SOBRE A FORMAÇÃO DA PRÓPRIA HONRA

A proposta deste capítulo defende o pressuposto de que os livros de memórias de caráter genealógico escritos pelos descendentes da família Pereira escondem, na sua aparente pretensão de registrar memórias e a história de Serra Talhada, na verdade, uma estratégia de dominação e legitimação do poder do nome da família no seio social. Essa é uma prática que não somente garante prestígio ao grupo familiar, mas também concede aos escritores da família a chancela de construção do discurso oficial sobre a cidade. Estes discursos, por sua vez, tendem a se fixar dentro do que Bourdieu (2008) classifica como sendo um campo de poder⁴⁹ especialmente, devido as posições sociais ocupadas (vereadores, prefeitos, deputados...) pelos escritores da família Pereira.

Assim, o sentido da dominação que envolve a trajetória do sobrenome Pereira no imaginário serra-talhadense se perpetua reproduzindo seus efeitos mediante um jogo por acúmulo de capitais não somente nos campos político e econômico, mas principalmente, no cultural. Dito de outro modo, os dois grandes livros de memórias que serão analisados neste capítulo seriam produtos “das forças envolvidas nessas lutas e a orientação conservadora ou subversiva que lhes é dada, dependem da taxa de câmbio entre os tipos de capital, isto é, daquilo mesmo que essas lutas visam conservar ou transformar” (BOURDIEU, 2008, p.51).

Na perspectiva da imanência de um jogo da honra por prestígio e, assim, acúmulo de capitais, membros de famílias tradicionais serra-talhadenses se esmeram em reproduzir a conservação e performances de poderes historicamente legitimados. Os livros de memórias do grupo seriam, dentro dessa lógica, apenas uma das ferramentas do poder simbólico exercido por eles no exercício contínuo da dominação agindo por diferentes maneiras, como sugere Bourdieu (2008, p. 52):

⁴⁹ Em *Razões Práticas* (2008), Bourdieu reflete que o campo de poder não pode ser comparado a um campo político, pois não seria um campo como os outros. Ele é, antes, o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a ‘taxa de câmbio’ entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder (no caso francês, o campo das grandes escolas), são ameaçados.

A dominação não é o efeito, direto e simples, da ação exercida por um conjunto de agentes (a classe dominante) investidos de poderes de coerção. Mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros.

Essa dinâmica estaria também na publicação de livros de memórias e no reforço das genealogias neles contidos. Os livros que os membros da família divulgam sobre suas histórias enquanto grupo têm, como esteio discursivo, a genealogia partindo quase sempre dos grandes patriarcas que se destacaram pela coragem no uso da força da sua espada ou do peso de seus revólveres. Nas entrevistas realizadas durante o 3º Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú, foi recorrente a apresentação dos entrevistados a partir da exaltação da própria linhagem. A título de exemplo, o idealizador do encontro, iniciou nossa conversa da seguinte forma:

Em 1932, os meus avós, Manoel Nunes Wanderley de Santa Rita e Olindina Pereira Wanderley, que no caso é neta do Barão do Pajeú, saíram daqui [Serra Talhada] e foram para Viçosa, em Alagoas. Hoje eu tenho 51 anos e sempre tive interesse em querer saber as origens da minha família paterna, o meu pai é Pereira, filho deste casal. Então, através da internet, procurei a família, criei uma página no Facebook, botei fotos e comecei a reencontrar a família. Organizamos um grupo no Whastapp e tiveram a ideia de fazer o primeiro encontro em 2016. Foi um grande encontro com mais de 500 pessoas. Tudo por conta, digamos assim, de um alagoano Pereira (WANDERLEY, 2019).

Este depoimento chama a atenção pela carga valorativa que se dá ao se enfatizar o vínculo genealógico com grandes nomes do passado do grupo familiar. Ioiô Maroto e o Barão do Pajeú se destacaram não somente pelos relatos de coragem diante os desafios de suas épocas, mas principalmente pela posição social que ocuparam quando vivos. Neste terceiro capítulo, a perspectiva de análise é de como se deu essa construção. Isto é, parte-se da premissa de que as ideias e valores que permeiam o senso da honra dos Pereiras do Pajeú encontram nos seus livros de memórias genealógicos o suporte vital que legitima a reivindicação do sentimento da honra dos membros deste grupo perante à sociedade. É quando a prática da genealogia atua não somente como delineador de parentescos inofensivos como geralmente se pode pensar, mas como instrumento de poder.

3.1 A genealogia como instrumento de poder

A genealogia é aqui reivindicada em reforço a uma lógica de poder onde o sentimento de honra age por precedência, naturalizando o papel de distinção social dos seus herdeiros Pereiras. Como dado empírico, destacamos o discurso do ex-prefeito Carlos Evandro Pereira de Menezes (2004-2012), em evento público diante uma Câmara Municipal lotada, no início de 2013, quando da diplomação do seu então “apadrinhado político”, sucessor e agora também ex-prefeito, Luciano Duque (2013-2020), nestes termos:

Meu sentimento é de gratidão, e este momento, me vi por duas vezes, como falei, e garanto que não sei dizer se por dois momentos eu estive mais emocionado. Na primeira vez [sua primeira eleição em 2008] era a concretização de um sonho, a continuação do trabalho dos meus antepassados que desde os primórdios de Serra Talhada estiveram presentes no desenvolvimento dessa cidade, e aqui eu cito o Comandante Superior [Manoel Pereira da Silva], o Barão da Pitombeira [Andrelino Pereira da Silva] e o deputado Argemiro Pereira [pausas para aplausos]. Eu sentia-me naquele momento como um deles, orgulhoso por poder representá-los. (...) Com o anseio de dar continuidade ao meu trabalho, me candidatei à reeleição e o povo me apoiou, ou melhor, o povo aprovou o trabalho que foi feito, o povo aprovou a nova Serra Talhada que surgiu, o povo pediu a continuidade do trabalho nas urnas e me transformou no primeiro prefeito reeleito na história do município de Serra Talhada. (...) Carlos Evandro também está entrando para a história como prefeito que além de se reeleger, fez seu sucessor. (...) Deixo de ser prefeito e passo a ser o que Carlos Evandro é há mais de 30 anos, um cidadão e um médico. Saio da vida pública, mas continuo servindo como sempre servi aos mais carentes através de minha profissão, que Deus me concedeu a honra de ser médico [pausa para aplausos]. Em nome de minha mãe aqui presente, cito aqui a ausência do meu pai, se estivesse vivo estaria aqui presente. Eu aprendi com meu pai a sermos homens em todos os sentidos. Homem de bem. Homem que trabalha. Homem sem preguiça. Homem que acorda 5 horas da manhã. Homem que respeita e que quer respeito também. Quero de coração me despedir aqui dizendo que Carlos Evandro está se afastando momentaneamente, estou me ausentando publicamente momentaneamente de um mandato com muita honra, procurei honrar através dos meus 8 anos, mas continuarei servindo a população de Serra Talhada com a ajuda de Deus, de Nossa Senhora da Penha e de minha profissão como médico (EVANDRO, 2013).

Com base neste discurso identifica-se a existência do valor da honra por precedência (nomes dos antepassados), posição social (grupo de status: médico, prefeito, deputado, Comandante da Guarda Nacional e Barão), além de uma noção de “honra por meritocracia”, isto é, alçada por uma ideia de esforço individual que se aprende da linhagem familiar a qual forjaria “homens de bem sem preguiça que acordam às 5h da manhã”. Se atribui, no discurso do ex-prefeito, a “honra de ser

médico” a Deus e não ao conjunto de capitais sociais acumulados pela família ao longo de tantos séculos de herança de poder e dominação simbólica em Serra Talhada.

Tem-se, portanto, de um lado, uma ideia de honra por precedência naturalizada pela “missão de servir ao povo” no âmbito político devido a linhagem de seus antepassados. De outro, a posição social que se ocupa no jogo da honra pressupondo uma legitimação divina em favor de quem está no polo do privilégio. Daí se identifica a junção de três pilares que se autorreferenciam: divindade, parentesco e Estado, enunciadas publicamente por mais invisível, implícita e inofensiva que pareça.

Nesta perspectiva, a genealogia se faz mola propulsora do sentimento da honra entre àqueles que buscam reforçar sentimentos de pertença a grupos de distinção social. A genealogia é, portanto, instrumentalizada como estratégia de poder em favor da lógica da diferenciação entre famílias com e sem histórico de honrarias sociais.

Letícia Canêdo segue essa linha de pensamento ao investigar a questão das relações entre famílias e Estado. A pesquisadora reflete que os livros de memórias genealógicos, onde se delineiam casamentos, tem força de ordenar uma visão do mundo (CANÊDO, 2011). No caso de famílias políticas, como os Pereiras do Pajeú, “a regularidade nas escolhas dos cônjuges, e também da atividade profissional, indica, na prática, uma lógica que garante a permanência de uma ordem política baseada sobre o poder da burocracia do Estado” (CANÊDO, 2011, p. 57).

Ilustrando essa ideia, a qual reforça a noção de que os livros de memórias são instrumentos de poder, especialmente para famílias políticas, Canêdo cita que a genealogia pode ser tomada como arma na luta por perenidade política de grupos familiares ativos desde a Independência do Brasil. A autora evidencia a construção genealógica como instrumento político a partir da seguinte definição:

Uma genealogia se apresenta ao sócio-historiador sob um duplo aspecto. De um lado, como os arquivos históricos, ela está organizada de forma cronológica. Dessa maneira, reúne e ordena informações sobre nascimento, morte, casamentos etc., os quais, interpretados, servem de base às análises históricas, sociológicas e políticas. De outro lado, ela contém toda uma dimensão simbólica, resultado de uma maneira própria de conceber o real. Ela dá uma identidade à família, estabelecendo uma origem que rompe com tudo que a precedeu. O traçado regular, cronológico e cumulativo da trajetória familiar garante a continuidade e a coesão da família. A genealogia encerra e modela as práticas individuais e coletivas do presente, mas as mostra como que fazendo parte de um quadro herdado que se projeta num futuro: ela torna presente o passado, pensando-os num futuro imutável (CANÊDO, 2011, p. 58).

Tem, assim, a genealogia e, por consequência, os livros de memórias que as contém, um forte apelo afetivo que corrobora com ideia de fortalecimento de um poder simbólico, o qual prescinde de um ritual de escrita sancionado pela legitimação de uma ideia de que existe ali uma pesquisa fundamentada na coesão da família. Portanto, a genealogia se liga ao jogo da honra a partir do reconhecimento público que a família reivindica por meio da própria trajetória e o crédito de autoridade que os escribas destes livros conferem à esfera social, como reforça Bourdieu (1989, p. 14-15):

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer: ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico se define numa relação determinada e – por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a sua crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia.

Ou seja, compreender as múltiplas manifestações advindas do sistema moral da honra existentes nestes livros de memória genealógica é trabalhar na intenção de desvendar estratégias de controle, que são constitutivas de vantagens sociais dentro de um jogo por diferenciação que acaba resultando em consequências efetivas no dia a dia de quem as reproduz ao longo do tempo, especialmente, em contextos eleitorais, como nos alerta novamente Canêdo (1994, p.86-87), a partir da análise das menções públicas dos valores de honra exaltadas por famílias políticas em louvor aos seus antepassados:

A importância política da análise desses rituais está no fato de eles reativarem não só a memória familiar, mas também a da população preparando-a para o ritual maior das eleições que se sucedem em tempo marcado. O resultado delas, expresso em números, esconde dos desavisados que por trás do agregado mecânico dos resultados eleitorais está o gesto eleitoral, isto é, o gesto de marcar ou escrever um nome dentro do isolamento da cabine eleitoral e colocá-lo dentro de uma urna - gesto considerado individual, livre das relações sociais preexistentes. Entretanto, nesse gesto, costuma-se esquecer, estão embutidos todos os demais gestos da vida social. Unidos, fazem o milagre de transformar o ato de votar, construído junto aos demais mecanismos que conduziram à “invenção do cidadão”, de ato isolado em reativador de uma memória coletiva. E essa memória que intervém na hora do gesto de votar, assinalando os herdeiros, isto é, as garantias simbólicas da identidade de uma determinada comunidade. É ela que consagra, contraditoriamente, eleição após eleição, o poder dessas chamadas “linhagens políticas”.

Assim, a partir deste ponto de vista, estes livros de memória contribuem para legitimar o que Bourdieu chama de um sentido de *família como corpo*, isto é, quando a sua estrutura se perpetua “ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e divisão que é, ao mesmo tempo, princípio coletivo de coesão, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses” (BOURDIEU, 2008, p. 130). É o que tentaremos demonstrar a partir de agora com o estudo dos principais livros de memórias publicados por membros da família Pereira ao longo das últimas 50 décadas.

3.2 O livro “sagrado” de Luiz Wilson

Em *Vila Bela, os Pereiras e Outras Histórias*, que teve a primeira edição lançada em 1974, o autor Luis Wilson lança as bases do discurso sobre a construção moral da família. A obra é considerada uma espécie de “clássico” da genealogia e historiografia local, tomado por muitos pesquisadores da região como um dos livros mais importantes para se conhecer o contexto sócio-político de famílias tradicionais no Sertão, especialmente, da família Pereira.

Luis Wilson, é Luis Wilson de Sá Ferraz, que apesar de não registrar o Pereira no nome, tem o orgulho de situar a si mesmo em uma genealogia que advém da linhagem Pereira, isso, dentro do próprio livro que escreveu. A obra foi relançada em 2018. Sua linhagem Pereira advém da mãe, Maria Licor Pereira Ferraz cujos pais foram Isidoro Pereira de Aguiar e Francisca Pereira de Souza. Além de escritor, este serra-talhadense - nascido em 1917 e falecido em 1987 – também foi médico e político tendo ocupado o cargo de deputado estadual por Pernambuco.

Luis Wilson foi ainda um dos fundadores do Centro de Estudos de História Municipal (CEHM), instituição a qual financiou o livro *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias* e que, hoje, é ligada à Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), mantida pelo Governo do Estado. O CEHM vem sendo responsável pela publicação de livros sobre as histórias e memórias de diversos municípios pernambucanos. No site da Família Pereira do Pajeú, o grupo define Luis Wilson da seguinte maneira:

(...) Luis Wilson de Sá Ferraz, médico oftalmologista, deputado estadual de um único mandato onde exerceu com galhardia, passando-lhe a cachaça da

política (infelizmente não é de agora que homens de bem fogem da política), fez-se escritor, historiador, genealogista, memorialista e com amigos fundam o CEHM. Foi um associado exemplar, participativo, muito contribuiu com a solidificação e existência do CEHM, sem dúvidas é o maior editor da história municipal de Pernambuco. O livro Vila Bela, os Pereiras e outras histórias chegou a ser comercializado em sebos por R\$ 800. (...) A obra continuará merecedora de muitas citações por todos que escrevem e falam do nosso sertão pernambucano por suas informações primárias, inclusive, algumas novas contempladas nesta segunda edição. Uma referência na história do sertão e porque não dizer da história de Pernambuco (SITE FAMÍLIA PEREIRA, 2018)

Na sua obra mais célebre, Luis Wilson traça também – além do levantamento genealógico dos Pereiras e de várias outras famílias tradicionais da região – o perfil de alguns dos “heróis” da família Pereira ao longo de décadas de combate no Sertão de séculos passados. Não coincidentemente, Luis Wilson previamente já classifica que se trata de um grupo de linhagem nobre. Reivindica-se, nas primeiras páginas do livro, que “a família Pereira é também portuguesa ligada à Casa de Bragança, a qual pertencem os imperadores do Brasil” (WILSON, 2018, p.59).

Além de enfatizar a origem nobiliárquica dos Pereiras, faz-se importante destacar nas primeiras páginas da obra o sentido de uma origem genealógica que possa justificar a afeição pelos valores de honra ligados à valentia, coragem e à guerra que se atribui comumente aos Pereiras. Para justificar essa visão de mundo, o autor cita o patriarca da família Pereira do Pajeú, José Pereira da Silva, como oriundo do “conhecido e belicoso clã dos Feitosas dos Inhamuns⁵⁰, no Estado do Ceará. (...) onde, segundo uma tradição existente no seio da família Feitosa, tiveram origem os Pereiras do Pajeú” (WILSON, 2018, p.66).

Corroborando a construção de uma tese genealógica que legitima uma origem de homens valentes, o livro também em seu início, associa aos Feitosas dos Inhamuns e, por consequência ao parentesco com os Pereiras, a família do cangaceiro Lampião. O autor conecta pela mesma linhagem de sangue José Ferreira da Silva, pai de Lampião citando-o como “ligado aos famosos Feitosas de São João dos Inhamuns” (Ibid, 2018, p.66). Lampião teria “herdado” a veia bélica do avô Antônio Ferreira da Silva, cujo – conforme os escritos de Luis Wilson – “o verdadeiro nome nos Inhamuns, no Ceará, de

⁵⁰ Sabe-se que a família Feitosa era do Engenho Currais de Sirinhaém, em Pernambuco, retirando-se dali para o Ceará, onde se fixou nas cercanias de Icó, que foi perseguida por ter tomado parte da Guerra dos Mascates em 1710. Dali, deu-se uma questão sangrenta com a família Montes. Entrelaçados com os Feitosas por um matrimônio, a rixa surgiu entre parentes acrescida mais tarde de uma luta feroz e sanguinária por terras (WILSON, 2018).

onde veio para Serra Talhada no século 19, há quem diga que era Antônio Alves Feitosa” (Ibid, p.69).

Tem-se, portanto, não apenas a tentativa de construção de uma ligação parental entre Feitosas, Pereiras e Ferreiras⁵¹, mas principalmente simbólica com um grupo de antepassados “guerreiros”. É a partir de então, que o autor relata causos e aventuras dos 12 filhos do casal tronco dos Pereiras no Pajeú, José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. Dentre os perfis traçados por Luis Wilson, destaca-se as nuances do primeiro filho do casal, Simplício Pereira, que reúne traços marcantes do sistema moral da honra, nestes termos:

As estórias que contam de Simplício Pereira no mundo em que ele viveu não têm fim. Uma ocasião, sete ou oito índios o aprisionaram e um deles o levava nas costas, amarrado. Peinha de Mão, um dos apelidos de Simplício (porque ele era pequeno como a peia que se bota nas mãos dos cavalos, no Sertão), conseguiu-se soltar-se com uma faca que trazia escondida e cravou no índio, saindo em desabalada carreira para a casa da fazenda. Ali, assediado por flechas, entrincheirou-se, e matou os índios que o levaram preso. Dizem também que inimitável cronista, jornalista e historiador João Brígido (1829-1921), publicou um artigo no qual apontava Simplício como autor de 50 mortes. O capitão recebeu o jornal e ao lê-lo ficou revoltado: “Jornalista, canalha, diz que sou autor de mais de 50 mortes! Que bandido!”, exclamou para a esposa, a qual teria respondido: “Mas, Simplício, contando com os caboclos brabos é capaz de passar dos 50”. [Em resposta] “Ora, que besteira, mulher”, concluiu Simplício meio enjoado: “Eu falo é de gente batizada”. Conta-se ainda que no dia em que o capitão subiu e tomou a Serra Negra, [no município] em Floresta, seu jovem e ardoroso amigo Lúcio Campos, sem saber que ele havia sido o herói do grande feito, ao chegar ao topo da serra e não o encontrando, teria dito: “Cadê, Simplício Pereira? Eu sabia que quem tem ‘aquele negócio’ tem medo.” Simplício soube da estória e disse a Lúcio: “Eu tenho ‘aquele negócio’ que você falou, mas é para outra coisa, não é pra ter medo, porque eu até hoje não sei o que é ter medo de coisa alguma neste mundo. Era assim, na realidade, o velho capitão da invicta Guarda Nacional, proprietário da fazenda Cachoeira, árbitro da elegância belicosa do seu tempo e senhor de famosas lendas guerreiras. Simplício Pereira vive, ainda hoje, na memória dos vaqueiros e dos cantadores do Pajeú (WILSON, 2018, p.77-78)

Tem-se neste breve perfil de Simplício Pereira o resumo da imagem edificada de um “herói” pela sua coragem, especialmente, diante a sua baixa estatura. A morte mais uma vez surge como sentença legitimadora do patriarca. Tanto no assassinato de indígenas, quanto pela quantidade que se provou o seu valor com “mais de 50 mortes nas costas”. Curioso que, segundo relata Luis Wilson, a contagem de Simplício Pereira

⁵¹ Em evento literário com a presença deste pesquisador e de Vera Ferreira (neta de Lampião), como palestrantes, realizado em novembro de 2021 em Serra Talhada (FLIST- Festa Literária de Serra Talhada), um dos participantes solicitou o microfone para fazer uma pergunta a ela. Na ocasião, chamou a atenção a primeira coisa a ser falada por ele: a sua origem genealógica Pereira e o parentesco sanguíneo e simbólico dele com os Ferreira de Lampião.

de suas vítimas fatais só é aceita moralmente entre vítimas “batizadas”. Ou seja, os que ele deva ter matado, que se sabia sem a unção da Igreja, não mereciam entrar para a sua lista de sangue. Subtende-se, desse trecho, que seria até uma “honra” para as vítimas batizadas morrerem pelas mãos deste Pereira.

A noção de justiça está, portanto, no que o Pereira julgar como certo. Desse modo, os livros de memórias escritos pelos ditos pesquisadores da família podem contribuir para sedimentar simbolicamente essa conduta. Como nos disse Bourdieu, a família considerada enquanto categoria, isto é, “palavra de ordem”, age “como princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Diante disso o autor reforça, sem dúvidas, que “as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que a construção social e que, ao mesmo tempo, existem realmente, coletivamente reconhecidas” (BOURDIEU, 2008, p.127).

Nessa perspectiva, as realidades construídas pelos livros de memória de família podem fazer parte do que Bourdieu classifica como ficção bem fundamentada (2017). Corroborando essa definição, analise-se ainda do perfil construído de Simplício Pereira, a exigência da masculinidade como reforço à noção de nobreza e honra. Luis Wilson no trecho do livro acima menciona, por meio de um diálogo, ser Simplício um suposto “avantajado”, em termos de genitália.

Na fala do personagem, o autor associa o falo à coragem e ao fato de nunca ter tido medo de homem algum. Sobre essa questão, Bourdieu explica que “não é o falo que é o fundamento desta visão de mundo e sim, é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gênero relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo constituído em símbolo da virilidade, ponto de honra (2017, p.41).

Ao analisar a construção da masculinidade associado a um *habitus* viril, Bourdieu (2017, p.75) reflete que a honra se inscreve no corpo:

Sob forma de um conjunto de disposições aparentemente naturais, muitas vezes visíveis na maneira natural de se manter de pé, de aprumar o corpo, de erguer a cabeça, de uma atitude, uma postura, às quais corresponde uma maneira de pensar e de agir, um *ethos*, uma crença, governa o homem de honra independentemente de qualquer pressão externa. Ela dirige (no duplo sentido do termo) seus pensamentos e suas práticas, tal como uma força (é mais forte do que ele), mas sem o obrigar automaticamente (ele pode furtar-se ou não estar à altura da exigência), ela guia sua ação tal qual uma necessidade lógica (ele não pode agir de outro modo, sob pena de renegar-se), mas sem se impor a ele como uma regra ou como o implacável veredicto lógico de uma espécie de cálculo racional.

O “não ter medo” de Simplício Pereira, portanto, recai sobre uma ideia de destino inscrito no código de honra da família. Ele tem ainda a nobreza legitimada ao ser construído como “árbitro da elegância belicosa do seu tempo e senhor de famosas legendas guerreiras”. Ou seja, a forma de guerrear torna-se também motivo de orgulho e de distinção própria do seu grupo.

A nobreza ou a questão de honra, no sentido do conjunto de aptidões consideradas nobres (coragem física e moral, generosidade, magnanimidade, etc) é produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação, ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas “linhas de demarcação mística” conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada. (...) Como a honra, ou a vergonha, o seu reverso que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros – a virilidade tem que ser validade pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens” (BOURDIEU, 2017, p.75-77)

Tem-se, portanto, na mente e no corpo do Pereira as disposições para um *habitus* cujo os valores da honra se fazem inerentes. Luis Wilson narra a construção de um “herói” sugerindo quatro características morais do sistema da honra: coragem, virilidade, aptidão para a guerra e devoção aos valores da Igreja, especialmente quando se nega a contar vítimas “não batizadas” ou quando os patriarcas se colocam no polo de uma nobreza concessionária de “perdão”.

Como exemplo, Luís Wilson (2018, p. 200) escreve que o coronel Manuel Pereira diante alguns remanescentes do massacre da Pedra do Reino já rendidos após a sangüinária batalha agiu, nestes termos: “Elevando-se à altura de um Francisco de Assis, de um São João de Deus ou de um Mahatma Gandhi”, quando se revelou “com uma alma imensa” ao dizer para os seus homens, ante um grupo de mulheres e crianças que lhe imploraram pela vida:

Meus amigos, perdão para estes desgraçados. Para que maior desgraça que terem perdidos os seus naturais protetores e acharem-se reduzidos a este lastimável estado? Perdão para eles, para que Deus também perdoe as nossas faltas. (...) Pouparamos estes infelizes que, perdidos por uma má doutrina, permitiu Deus caírem em nossas mãos para serem salvos (WILSON, 2018, p.200).

Esse trecho marca mais uma recorrência do discurso religioso na crença dos antepassados da família Pereira. A chancela do “perdão” concedido por Deus aos “guerreiros” da família, no caso do massacre da Pedra Bonita, legitima a ideia de

nobreza da ação do coronel Manuel Pereira em conceder benevolência aos “desgraçados”.

É bom frisar, antes de mais nada que, como todo bom cristão, Manuel Pereira pensa primeiro na própria salvação e age, assim, por mero interesse quando diz: “Perdão para eles, para que Deus também perdoe as nossas faltas.” Dito em outros termos, neste caso do massacre da Pedra Bonita, a ética cristã reforça a conduta dos Pereiras tanto do ponto de vista da justificação dos assassinatos quanto do perdão concedido aos sobreviventes visando, na verdade, a autoaprovação moral.

Outro forte relato de Luis Wilson expõe acordos propostos pela família Pereira para lavagem da sua honra por meio de acerto de contas a base de execuções sumárias, como relata o autor da seguinte maneira:

Francisco Pereira foi assassinado pelos Barbosas da Serra do Catolé começando estes a serem liquidados pela família Pereira até que, um dia, João Barbosa e um irmão, foram falar com o Padre Pereira para terminarem a questão. Manoel Pereira da Silva Jacobina (o Padre Pereira) conta-se que disse aos dois irmãos que o caso estava encerrado se eles matassem Antônio e José (assassinos de Francisco Pereira). João Barbosa teria dito então para o irmão: “Você mata Antônio e eu mato José, porque eu não posso matar Antônio que é meu sobrinho e afilhado. Acontecendo, enfim, o que João Barbosa teria dito ao irmão, terminou a briga iniciada entre as duas famílias (WILSON, 2018, p.83-84).

Um outro exemplo presente no livro de Luis Wilson que marca a conduta aristocrática na tomada de postura pela resolução de seus próprios conflitos, lembrando muito a herança aristocrática Europeia descrita por Norbert Elias, foi a exposição de versos atribuídos a Francisco Pereira (o Chico Pereira). Luis Wilson escreve que os versos revelaram a indignação do antepassado diante o Governo do Estado após assassinato do coronel João Pereira, pai de Chico Pereira, nestas palavras:

Chico pegou o criminoso dormindo, prende-o e o entregou à polícia. Essa o pôs na rua como quem vomita uma coisa ruim. Chico quebra as juras feitas ao pai e passa a viver de armas na mão. (...) Depois confessa sua descrença na Justiça e sua confissão de vingança quando vê solto o criminoso que ele mesmo entregou à prisão. [Seguem os versos atribuídos a Chico Pereira] “O juiz do que é meu / serei eu e mais ninguém / o advogado do caso / é o mesmo Chico também / A polícia solto e prendo / do modo que me convém. [Outros versos atribuídos ao Pereira]. Para mim não é vantagem / matar-se um homem algemado / Ó polícia traidora / Ó momento desgraçado / Matar assim não precisa / Isso até desmoraliza / o governo de um Estado / Agora caro leitor / nada mais tenho a dizer / No Rio Grande do Norte / Não foi possível escrever. / A polícia proibiu / porque diz que ninguém viu / Chico Pereira morrer.

Deste trecho tem-se, mais uma vez, a recorrência de construção do ethos guerreiro dos antepassados da família. Luis Wilson em seu livro diz que estes versos ganharam fama cantados por diversos violeiros da região. O personagem Chico Pereira virou um típico “justiceiro” diante a postura “traidora” do Estado que não soube honrar a memória de seu pai deixando livre o homem acusado de matá-lo.

A justiça com as próprias mãos se justifica, então, pelo o que membros da família concluem achar certo ao seu ponto de vista. Dos versos apresentados por Luis Wilson, no livro, há a condenação do trabalho do Estado no exercício da polícia que para Chico Pereira é “traidora” por também não oferecer “dignidade” a um homem no momento da sua morte, posto que teriam matado alguém estando algemado, fato que lhe soou como desonra e motivo de vergonha.

Soma-se a esse exemplo como recorrência dos discursos de reivindicação do lado nobre da família, o fato de Luis Wilson escrever que o bando de Chico Pereira mais lhe atrapalhava do que ajudava, porque seriam pessoas de uma classe social mais baixa, que não condizia com a postura daquele que os liderava, nestes termos: “Frequentemente [Chico Pereira] aparecia em casa e rapidamente desaparecia. Ia-se embora com seu grupo que o cercava nos momentos mais arriscados. Tal gente muitas vezes o atrapalhava mais que ajudava, pois era gente da mais baixa condição social (WILSON, 2018, p.85).

No mesmo sentido, enfatizando a nobreza da família no início do século XX, Luis Wilson descreve a casa do Barão do Pajeú, Andreino Pereira, a partir da seguinte visão de grandiosidade e pujança: “Havia na fazenda Pitombeira [do Barão do Pajeú], 300 redes, 300 jogos de corda para armar as redes feitos de rabo de cavalo, égua e boi; 300 travesseiros e 300 lençóis. Era algo fausto e da grandeza de alguns senhores de engenho do litoral” (WILSON, 2018, p.125).

O autor também faz menção aos títulos nobiliárquicos do pai do Barão do Pajeú, Manoel Pereira da Silva, tratando-o no livro como: “Comandante Superior de Flores e Vila Bela, comissário de Serra Talhada, major e depois coronel da Guarda Nacional, intendente do município, Cavaleiro de Cristo, Comendador da Imperial Ordem da Rosa” (WILSON, 2018, p.111). E cita que a Ordem da Rosa fora criada pelo próprio Dom Pedro I, “como ordem especial em honra da belíssima esposa” a princesa Amélia Augusta Eugênia de Leuchtenberg, neta da Imperatriz Josefina da França.

Dentre os poucos relatos que faz de passagens históricas envolvendo mulheres da família (elas aparecem frequentemente apenas no reforço às genealogias), o autor traz uma passagem interessante atribuída a Antônia, neta do comendador da Ordem da Rosa, corroborando os valores de honra, dentre eles a vingança dentro da família, no início do século XX, da seguinte maneira:

Naquela época, vingança era um dever sagrado. As próprias mulheres atiçavam o ódio e a vindita. As vezes as próprias mães. No princípio do século, em Belmonte, um rapaz apanhou de um soldado numa festa, um de pé de serra. Ao voltar para casa, na manhã seguinte, ao pedir bênção a mãe (Antônia, neta do Comendador), esta lhe diz: “Não, você não é meu filho, que eu não sou casada com Cipriano (soldado com o qual o filho havia brigado ou de quem havia apanhado). Dias depois, o rapaz mata o soldado e entra para o grupo de Sebastião Pereira. Agora, quando volta a casa, sem dúvida, às carreiras, e pede a mãe a bênção, ela o recebe alegre: “Deus o abençoe, meu filho!” (WILSON, 2018, p.86).

Com base neste trecho, mais uma vez, associa-se a família Pereira a um gesto religioso (a bênção) acompanhado por sentimentos de honra e vergonha também entre as mulheres. O ato “sagrado” de anuência da matriarca só pode ser realmente legítimo se a vingança a base de sangue for validada para tirar dos ombros da família o peso rude da desonra e da humilhação. Em O processo civilizador, Elias investiga como a vergonha enquanto emoção mestra na condução das condutas e como ela “passou para clandestinidade nas sociedades modernas” (SCHEFF, 2016, p.84).

Analisando o termo a partir de Elias, reforça Scheff (2016, p.124): “Sinais de vergonha servem não somente para nos ajudar a manter a distância correta em relação aos outros, mas também para estabelecer um direcionamento moral do nosso comportamento”. Ainda com base na noção de vergonha, a citação destacada acima faz recordar uma semelhança, retomando Norbert Elias, com os relatos investigados pelo pesquisador na passagem dos costumes de pais para filhos da conduta aristocrática de distinção frente às demais classes na Europa.

Em um dos relatos, um filho leva um tapa no rosto e é destrutado pelo pai por ter economizado dinheiro, quando na verdade deveria ter esbanjado poder para mostrar de qual patamar social ele vinha. O fato de, ao contrário, ter acumulado dinheiro, seria uma conduta típica burguesa, de quem a nobreza buscava constantemente se diferenciar. Essa luta por distanciamento da burguesia, com sua maior expressão nos setores comerciais, também foi registrada por Luis Wilson na observação da conduta da família Pereira, ao escrever:

A família Pereira era constituída em sua quase totalidade de fazendeiros. A terra conferia às famílias importância, prestígio e nobreza, resquício certamente de uma sociedade em cuja fase colonial não votaram e nem podiam votar os negociantes, os que mantinham loja aberta, trabalhadores manuais, e ainda os pardos e os mestiços. Essa atitude contra o comércio, constituída entre nós, durante certa época, em sua maior parte de estrangeiros e portugueses que aqui desembarcavam de gibão e tamancos tinha sua origem, sem dúvida, no próprio Portugal, em Roma e na Grécia (WILSON, 2018, p.89).

É possível ainda que as próprias construções genealógicas e memorialísticas da família Pereira, contenham muito – como observou Elias e diante a recorrente construção simbólica da imagem de família honrada, cheia de orgulho de si - o receio da vergonha. Elias entendeu o significado da negação da vergonha ao perceber que esta emoção caminha justamente “pelo subterrâneo, conduzindo a um comportamento que é alheio à consciência e compulsivo” (SCHEFF, 2016, p.126).

3.3 Luiz Lorena: O ethos Pereira legitimando o imaginário de Serra Talhada

Na obra *Serra Talhada – 250 anos de história e 150 anos de emancipação política* o autor, Luiz Lorena de Conrado e Sá, justifica já na apresentação do livro que a obra foi escrita por suas mãos e tardou a ser publicada, porque para falar da cidade ter-se-ia “que mencionar – o que se poderia dizer abusivamente – os nomes dos meus ancestrais, construtores, junto com Magalhães e Carvalhos, dessa nação denominada Serra Talhada” (LORENA, 2019, p.5).

O livro, prefaciado pelo respeitado escritor e historiador Frederico Pernambucano de Mello, ganha dele a legitimação de pesquisa sob a alcunha de que o seu escritor é “o Pereira de maior patente social com quem privamos hoje” (2019, p.10). A obra, nas palavras de Frederico Pernambucano, arvora-se na memória de alguém “opinioso” como “todo Pereira”, que assim o resume:

Luiz Lorena é um episódio muito elevado da consciência cívica sertaneja a que um dia os filhos do Pajeú darão o valor devido. Ele já não mais se pertence. Nem mesmo à sua família tão admiravelmente formada à sombra do patriarca. Já é uma instituição, a modo de memorial que encerrasse, entre as balizas da bravura e da solidariedade, a soma das qualidades de um homem da velha ribeira pernambucana (LORENA, 2019, p. 11).

Assim, logo de início, já se reforça no prefácio da obra valores de nobreza do seu escritor como sendo alguém vítima de uma grande “consciência cívica”, bravo e solidário. *Serra Talhada – 250 anos de história e 150 anos de emancipação política* já nasce com o estatuto de obra seminal sobre a história da cidade a qual, segundo o seu próprio autor, por meio dela “a nós é atribuída a tarefa de contemplar o passado, conviver com o presente e programar o futuro” (LORENA, 2019, p.21). Luiz Lorena assumiu a prefeitura de Serra Talhada em quatro oportunidades (1945-1946 / 1955-1958 / 1964-1969).

Em seu site, a família Pereira do Pajeú o define nestes termos: “Além de influente político, Fiscal de Renda do Estado, foi um grande estudioso da história do município. Era considerado uma verdadeira enciclopédia viva e servia como fonte de pesquisas para estudantes e pesquisadores” (FAMÍLIA PEREIRA, 2016). Lorena foi um considerado um dos “pupilos” políticos do coronel já citado no capítulo anterior, Cornélio Soares, que o indicou e conseguiu elegê-lo pela primeira vez aos 18 anos. Sobre este fato, Luiz Lorena registra em seu livro de memórias um pormenor que marca, no jogo da honra, a legitimidade da linhagem familiar como garantia de nobreza política, nestes termos:

Acompanhado pelo deputado Methódio Godoy compareci à residência do deputado Agamenon Magalhães a Rua da Amizade em Recife. Informei ao mesmo que achava prudente exonerar-me do cargo de prefeito de Serra Talhada em face da frieza que fui recebido pelo Interventor General Demerval Peixoto. Ele [Agamenon] indagou: “Você é neto de quem em Serra Talhada?”. E respondi: “De Isidoro Conrado”. [Então ouvi]: “Nasceu de boa cepa, aguenta pressão. Não se afaste do cargo, espere a exoneração. Quando o Diário Oficial publicá-la, compre uma Folha da Manhã, nosso jornal, e leia meu artigo na primeira página.” Cinco dias depois, foi publicado o ato de meu afastamento. No dia seguinte, como prometera, um artigo informou ao Brasil sobre a hostilidade recebida e como um grito de montanha arrebatou: “Ele voltará”. E eu voltei (SITE FAMÍLIA PEREIRA, 2021)

Conforme o registro acima, “cepa” faz menção à linhagem da pessoa. A família aparece novamente em reforço ao *ethos de poder* dos Pereiras, especialmente, quando se enfatiza o fato de “aguentar pressão” como sendo algo herdado pelo sangue. A conduta moral é, assim, ligada à constituição biológica da família. Na obra, Luiz Lorena também apresenta um perfil histórico e religioso do município, o qual recebe a legitimação de um padre, chamado Egídio Bisol (hoje bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira). O autor registra no seu livro o discurso do pároco para dezenas de fieis realizado na Matriz da cidade, em 8 de setembro de 1991, nestes termos:

É com muita satisfação que apresento este perfil histórico-religioso fruto das pesquisas incansáveis daquele arquivo vivente da história da nossa cidade que é o Senhor Luiz Lorena. Que todos os jovens, em primeiro lugar, conhecendo melhor suas raízes possam sentir-se animados em trabalhar para ‘construir a cidade’ com sempre maior fraternidade e justiça, sob o olhar materno de Nossa Senhora da Penha (LORENA, 2019, p.54).

Mais uma vez tem-se aqui o discurso religioso legitimando, em público, dentro do principal centro de orações da cidade, o trabalho e o nome de um Pereira. Mescla-se novamente as categorias honra, família e religião num pacote simbólico ofertado na figura de um livro considerado moralmente digno de ser lido pelas novas gerações de serra-talhadenses. Esse ato só atesta a força da violência simbólica sobre a população, posto que o anúncio vem revestido por um momento “sagrado” de fé, da boca de um padre, dentro de uma igreja e no dia de forte comoção e apelo emotivo que é o da padroeira do município.

Curiosamente, um dos causos contados por Luiz Lorena em seu livro de memórias dá conta sobre a relação conflituosa da família Pereira com outro padre, o cearense Afonso Pequeno, que assumiu a paróquia do município no início de 1904 e virou um desafeto político dos Pereiras após aliar-se aos seus principais rivais, os Carvalhos, como conta o autor no trecho abaixo:

Naquele ano [1904] rompeu-se no Crato (CE) a aliança política entre os coronéis José Belém de Figueiredo e Antônio Luis Alves Pequeno, primo do Monsenhor Afonso, com declaração de guerra entre as duas facções. O Monsenhor, vigário de Vila Bella, solicitou as lideranças locais, cangaceiros, armas e munição para ajudar o primo Antônio Luis, na deposição do coronel Belém. O coronel Antônio Pereira da Silva, chefe da família Pereira, sob o pretexto de que não devia ser esta a posição de um sacerdote, negou-se a ajudá-lo. Por outra parte, os representantes da família Carvalho [rival dos Pereiras] se apresentaram para servi-lo. (...) O Monsenhor, vitorioso, voltou a Vila Bela trazendo a ideia fixa de derrotar a família Pereira na eleição municipal do período seguinte. Foi mais uma vez foi vitorioso. (...) Em Vila Bella seus correligionários mandaram matar de emboscada um patriarca dos Pereira, o ex-prefeito Manoel Pereira da Silva Jacobina. A frustração perturbava-o de tal maneira, que renunciou ao mandato de prefeito entregando o município ao vice (...). Logo depois se transferiu para Garanhuns, onde faleceu não sem antes de haver plantado no solo fértil de Vila Bella a semente do banditismo. Daí dizer-se que com ele começou a época do obscurantismo do Sertão do Pajeú, vigente até 1930 (LORENA, 2019, p.61).

Destaque-se aqui os sentimentos de honra e vergonha atrelados às categorias de religiosidade, família e política. Nas palavras de Luiz Lorena, o padre Afonso Pequeno tornou-se desafeto dos Pereiras pela escolha política dele em favor de seus adversários, os Carvalhos. Diante disso, ao Monsenhor restou a vergonha que, especialmente por ser

padre, acabou – no julgamento moral de Luiz Lorena - sendo ele responsável por ter plantado ali a “semente do banditismo”. A pecha da vergonha ganha força quando se reafirma que o Monsenhor foi uma espécie de marco inaugural para um período de “obscurantismo” na região.

Na verdade, e contextualizando, a partir dali a família Pereira amargou pouco mais de duas décadas de alijamento político com sucessivas derrotas e perseguições dos seus rivais que até então, à frente da estrutura do Estado, usufruíam desse privilégio para retaliá-los com uso da força da polícia. Chama ainda a atenção o fato do padre ter sido citado como alguém que ficou “perturbado e frustrado” após saber do assassinato de um Pereira pelos seus correligionários, especialmente, diante o fato dos Pereiras já terem ameaçado de morte quem fosse concorrer às eleições para os anos 1907-1910 contra eles (NOGUEIRA, 2021). As palavras de Luiz Lorena, em sua obra, sinalizam o sentimento do medo por uma eventual vingança a quem ousou bater de frente com os Pereiras. Tem-se aí a vergonha, a desonra, o medo, a perturbação e a frustração como emoções atribuídas ao universo moral dos rivais da família.

Uma outra categoria que se pode observar na obra de Luiz Lorena é a noção de empreendimento moral, muito bem detalhada por Becker (2008). Os empreendedores morais criam e impõem regras de conduta a serem seguidas. Um bom exemplo disso é o registro que faz Luiz Lorena em seu livro sobre o que ele classificou como “Código de Posturas Municipais”, publicado em forma de Lei em Serra Talhada em dezembro de 1955 quando ele era prefeito da cidade. Assim, Lorena envereda pelo o que Becker tipifica como “cruzada moral” contra o avanço da quantidade de mendigos no município, nestes termos:

CÓDIGO DAS POSTURAS MUNICIPAIS – 26/12/1955. O município de Serra Talhada indica uma fórmula para solucionar o problema da mendicância urbana. DA MENDICÂNCIA – Art.70 – Somente será tolerada a mendicância até que esteja satisfatoriamente resolvido o problema da assistência social do município. PARÁGRAFO ÚNICO – Para que o Poder Público Municipal possa pôr termo a esse problema secular é indispensável que promova entendimentos com instituições de caridade e associações comerciais. Art.71 – Será considerado mendigo o indivíduo maior que realmente necessite de esmolas, visto não dispor de recurso algum e não poder trabalhar dada a precariedade de saúde ou pelo estado de velhice. Art.72 – A nenhum indivíduo será permitido esmolar sem que apresente o cartão de identidade fornecido gratuitamente pela Prefeitura. Art.73 - Para os efeitos do artigo anterior os mendigos reconhecidos como tais, serão inscritos em livro próprio da municipalidade desde que nela residam há mais de um ano. Feita a inscrição, será fornecido o cartão de que trata o artigo anterior. Art.74- Será encaminhado à autoridade policial o indivíduo que for

encontrado a mendigar sem estar inscrito na forma indicada nos artigos anteriores (LORENA, 2019, p.104-105).

Desse Código de Posturas Municipais, parece inimaginável o fato de se ter que apresentar uma “carteirinha de mendigo” contendo o selo da Prefeitura atestando a miserabilidade da pessoa para não se correr o risco de ser preso caso não tenha se cadastrado. Sobre esse contexto, define Becker (2008, p.79-80) que “as cruzadas morais são em geral dominadas por aqueles situados nos níveis superiores da estrutura social, significam que eles acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem da sua posição superior na sociedade. (...) O cruzado moral está mais preocupado com os fins do que com os meios”.

Atento à contemporaneidade do seu livro de memórias, publicado no início de 2001, Luiz Lorena condena na obra a escravidão, muito embora tenha enfatizado que no município as fazendas que mais concentravam escravos eram dos seus antepassados Pereiras. Diante disso, o seu discurso ameniza o real sentido da escravidão:

Fui menino da vida pastoril mantendo contato direto com os descendentes de escravos do tempo do meu avô. O meu pai refratário à segregação racial não admitia preconceito sob qualquer título. Os escravos de Serra Talhada viviam em regime de liberdade relativa. Aqui o trabalho não se revestia da crueldade levada a efeito na zona da cana de açúcar. Julgo de maior importância histórica tecer comentários sobre o tráfico de escravos em Vila Bela. Sabe-se que os fazendeiros deste município compravam pretos africanos para utilizarem como escravos. Esse procedimento foi norma legal em todo o país. (...) A posteridade jamais saberia que em algum tempo vendiam-se e compravam-se seres humanos como se fossem animais desprovidos de alma e de sentimento. Este registro resgatará com a posteridade o conhecimento dessa verdade ignominiosa (LORENA, 2019, p.105-106).

Destaque-se do trecho acima três pontos do discurso do autor, após Luiz Lorena admitir ser descendente do grupo de maiores escravistas da região: 1) A justificativa da escravidão em seu âmbito legal; 2) A condenação da escravidão do ponto de vista moral; 3) A relativização da escravidão do ponto de vista social, como se em Serra Talhada os escravos tivessem dos seus senhores um “aval de dignidade”. Isso lança sobre a memória dos antepassados escravistas de Luiz Lorena uma áurea de distinção até mesmo diante as formas de escravidão exercidas por eles. Este discurso não deixa de ser uma estratégia do autor amenizando a exploração escrava entre os seus, o que reverbera no ethos de poder da família.

Da mesma forma o fez Luis Wilson (2018, p.232) em seu *Vila Bela, Os Pereiras e Outras Histórias*, ao dizer que “não lembro de ouvido falar em feitor no Sertão onde

os negros, em sua grande maioria, foram apenas o vaqueiro, o amigo e o compadre do fazendeiro, do qual tomaram alguns o próprio nome da família”. Ainda, sobre as memórias compartilhadas por Luiz Lorena, tem-se o registro, mais uma vez recorrente, da conduta distinta dos antepassados da família e a busca por semelhanças com os padrões de costumes da nobreza europeia. Sobre isso, Luiz Lorena (2019, p.192-194) escreve a partir do relato da inauguração da casa do Barão do Pajeú, Andreilino Pereira, da seguinte maneira:

Construída na Praça Sérgio Magalhães, num terreno de mil metros quadrados, foi inaugurada com um grande baile no bom estilo sertanejo onde os cavalheiros exibiam os melhores ternos de casimira importada e as damas com penteados de pastinha e vestidos de roda. Na ocasião comemorava-se o recebimento do título nobiliárquico de Barão pelo coronel Andreilino Pereira. Essa solenidade poderia ser considerada como sendo o primeiro baile municipal de Vila Bela, porquanto se repetia anualmente nos dias 7 e 8 de setembro para festejar a independência do Brasil e a festa da padroeira. Tornou-se rotina essa prática, de tal forma que o senhor Manoel Policarpo Lima dizia que ‘a casa do Barão fora na verdade um território livre’ onde nos dias de festa todos circulavam livremente sem a menor preocupação com o preconceito político. Do Barão Andreilino Pereira disse o coronel Cornélio Soares: ‘Um homem de personalidade forte, dinâmico e pacífico, não guardava rancor, era político para o tempo moderno’. As festas do Barão eram encerradas com cavalhadas no melhor estilo mouro: dono do melhor haras do município, os seus lanceiros disputavam prêmios e ofereciam suas vitórias às jovens casadoiras ali presentes. (...) As festas sempre programadas para o mês de setembro eram promovidas com maior brilhantismo possível. Na casa do Barão foi construído um sótão de madeira com varandas em forma de mezanino que servia de camarote para as autoridades e convidados ilustres. (...) Na passagem do século, embora o seu pai estivesse sofrendo crises diabéticas que o vitimou, o coronel Antônio Pereira promoveu em Vila Bela, na casa do Barão uma solenidade festiva e baile à noite. A missa à noite na homilia o padre Anízio de Torres Bandeira desejou que o novo século fosse de paz e prosperidade a nossa gente. Os cavaleiros das fazendas Barra do Exu e Pitombeira fizeram apresentação da Cavalhada Moura em grande estilo. As despesas com o evento foram cobertas, como sempre, pela fazenda do coronel.

Nesta citação, o autor reforça os costumes nobres da família que fazem lembrar descrições da configuração Eliasiana (2001) da sociedade de corte. Pelo relato, os eventos organizados pelo Barão do Pajeú reuniam os mais diferentes membros da elite política da época, todos imersos rotineiramente, ano a ano, a participar do mesmo ciclo de festejos sob o ângulo da mesma pressão social de desfrutar do mesmo ciclo de prestígio.

Num contraponto com as palavras de Elias (2001, p.118), sob o espectro da Corte, essa “coerção primordial provinha da sociedade, para essas pessoas, afirmarem sua condição de aristocratas”. Condição essa que teria o objetivo prático de mostrar

distância dos costumes das classes populares. “A conservação da distância torna-se, com isso, o motor ou a marca decisiva do seu comportamento. (...) Onde quer que existam tendências de elitização em uma sociedade, mesmo que sejam poucas, evidencia-se o mesmo fenômeno” (ELIAS, 2001, p.119).

Outro exemplo identificado da coerção social refletida no distanciamento e busca por distinção da família Pereira diante outros que não fossem da mesma linhagem de sangue, identificamos o triste relato de um fato trágico ocorrido no seio da casa do Barão do Pajeú, sob o relato de Luiz Lorena, diante a lei de não misturar o “sangue Pereira” com outros que não fossem de mesmo nível e parentesco.

O Brasil herdou do velho mundo um preconceito muito desgastado nos tempos atuais. Na Europa os casamentos dos príncipes e princesas teriam necessariamente que ser contraídos entre os jovens das cortes para que o “sangue azul” não fosse contaminado pelo plasma plebeu. Na colônia, esse costume chegou aos barões do café no Sudeste. No Nordeste, mais precisamente em Pernambuco, os senhores de engenho de açúcar, depois usineiros interferiam no sentido de assegurar a continuidade da aristocracia canavieira. O sertanejo não poderia ser exceção. Aqui, a aristocracia cabocla tinha o seu cordão umbilical ligado a Casa da Torre. Mas um dia o cupido entrou pela frente da casa do Barão. A jovem Maria Verônica, de rara beleza, enamorara-se do jovem comerciante Antônio Romão de Farias, figura excelente, de fino trato, elegante no vestir mesmo depois da maturidade. O coronel Antônio Pereira [filho do Barão], pai de Maria Verônica, de imediato mandou-a de volta à fazenda para evitar sua aproximação com aquele “almofadinha”. Na vivenda da Fazenda Pitombeira, acompanhada de descendentes das velhas mucamas, Verônica sentiu-se ferida em seu amor próprio e solidão. Daí a decisão extrema: pôs uma cadeira diante da imagem de Cristo na sala de estar da residência e, engatilhando um revólver, atirou no próprio ouvido. Encontram Maria Verônica com a cabeça reclinada sob o espaldar da cadeira sangrando, na mão esquerda um papel onde escrevera: ‘Jesus Cristo, como na hora de sua crucificação, eu também rogo, senhor: Em tuas mãos entrego a minha alma (LORENA, 2019, p. 194).

Verônica, vítima do patriarcado, também foi alvo de uma estratégia que marcou por muito tempo um ciclo de matrimônios, da família Pereira do Pajeú, entre primos e entre tios e sobrinhas. “Os casamentos de elite entre primos e até mesmo parentes colaterais mais próximos ilustra como a força do parentesco consolidava e mantinha redes de poder econômico e político, bem como a coesão social do grupo familiar” (LEWIN, 1993, p.131). Essa coerção, visava salvaguardar a força da família no jogo da honra como uma existência socialmente distinta.

Reforça Elias (2001, p.119) dizendo ser “a honra um valor em si que glorifica a existência de seu detentor”. Tem-se, a partir dessa compreensão, elementos para se entender motivos da busca por autoafirmação do “orgulho Pereira de ser” como um orgulho que culmina no anseio – novamente nas palavras de Elias – da glorificação da

própria existência, como se vê nas páginas finais da obra de Luiz Lorena, escrito em posfácio, a partir destes dizeres:

Luiz Conrado é desses homens marco. Na cidade, no Estado e na região construiu de forma por si mesmo, e se tornou modelo padrão como cidadão particular, como chefe de família, como líder político e confirmando uma posição singular como intelectual. Intelectualidade feita, mantida e difundida pela grande universidade da experiência. Lorena é um homem profundamente conhecedor de sua realidade. Voltou-se para o passado e documentou-se com honestidade intelectual pesquisando com paciência, competência e senso crítico. Seu trabalho impressiona já pela qualidade e pela quantidade. (...) Inteligência e vontade somam-se a serviço da sua sensibilidade. Conhece, vive e ama o seu povo, sua região de forma que chega ao nível da produção intelectual como cientista prático, homem dinâmico e artista. Descendente de uma família ilustre, fala de outras famílias com raro equilíbrio. É à família Pereira que pertence o escritor descendente em sexta geração de uma irmã do Barão do Pajeú, coronel Andreino Pereira da Silva, e fala das outras famílias, a Carvalho, a Magalhães, Godoy, Melo, Nogueira e quantas mais contribuíram para a criação e desenvolvimento, enfim, para a construção de Serra Talhada, objeto desta obra (LORENA, 2019, p.363).

Ainda falando das páginas finais da obra, o autor glorifica o orgulho de constatar que, no ano de publicação do seu livro, disputaram a Prefeitura de Serra Talhada, duas falanges políticas da família Pereira. Como já dito em capítulos anteriores, a prática vem sendo recorrente a partir de alianças com membros de outras famílias tradicionais, há mais de 200 anos no município. Segue o trecho escrito pelo autor, nestes termos:

Ano 2000, fim de século e de milênio, Serra Talhada viveu incontestavelmente uma fase áurea e de pujança democrática, porquanto, os dois grupos políticos mais fortes se confrontaram lançando dois primos nascidos da família Pereira. De um lado, o Dr. Genivaldo Pereira Leite, com visível apoio popular liderado pelo deputado Augusto César [Carvalho] e pelo decano político autor desta obra. O situacionismo chefiado pelo deputado Inocêncio Oliveira, tendo como suporte a popularidade do prefeito Tião, seu mano, teve como candidato a prefeito o médico Carlos Evandro Pereira de Menezes, que liderou uma campanha razoavelmente saudável e de bom nível. A linguagem foi respeitosa e o resultado do pleito recebido em ambiente de absoluta tranquilidade (LORENA, 2019, p.359-360).

Esse mesmo cenário identificado por Luiz Lorena nas eleições de 2000 – o qual novamente frisando, vem sendo perpetuado repetidas vezes ao longo da história, fruto do que defendemos ser resultado simbólico de uma trajetória de poder da família Pereira desde o Brasil Colônia - se renovou nas eleições de 2020. Paradoxalmente, um dos polos da família Pereira elegeu-se sob o símbolo da renovação política em Serra Talhada por ter alçado a primeira mulher eleita na história da cidade.

3.4 Os valores de nobreza encarnados na figura de Sebastião Pereira

É recorrente nas obras de Luiz Wilson e Luiz Lorena os sentidos de nobreza sobre os antepassados Pereiras que comandaram legiões de cangaceiros no início do século XX. Dentre eles, a família enfatiza a devoção, a admiração e o sentimento de honra que tinha o então cangaceiro Lampião ao fazer parte do bando de Sebastião Pereira (vulgo Sinhô Pereira), considerado um dos mais ilustres justiceiros da família.

Sebastião, ao lado do primo Luiz Padre, se tornaram dois grandes ícones do grupo e são assim admirados como heróis até os dias hoje por terem largado tudo para defenderem a honra da família na base do rifle, da vingança e do sangue. Lampião, antes mesmo de se tornar o “Rei do Cangaço”, foi cangaceiro primeiro dos bandos da família Pereira. E herdou deles não só a experiência bélica, mas um grande punhado de jagunços. Luiz Wilson enfatiza em sua obra o teste ao qual Lampião (conhecido até então, apenas como Virgulino) foi submetido para entrar no bando de Sebastião Pereira, nestes termos:

No dia em Lampião e seus irmãos entraram para o grupo de Sebastião Pereira, ele – para experimentá-los – abarracou-se na fazenda Carnaúba do coronel Manoel Pereira Lins e mandou um recado para o capitão José Caetano, que estava em Bom Nome (distrito da cidade vizinha, São José de Belmonte) convidando-o para dar uma brigada, pois disse que estava com uns rapazes novos no grupo e precisava fazer um teste com eles. Sebastião também estava meio aborrecido com o tio porque o velho vivia a lhe dar conselhos para que ele deixasse a vida que levava. O capitão José Caetano foi recebendo a mensagem e logo mandando tocar a corneta, saindo rumo à casa do Coronel Manoel Pereira Lins com 40 homens. Na Carnaúba houve muito tiro (WILSON, 2018, p.278-279).

Deste relato, é possível identificar a lógica do desafio da honra de afronta e resposta, quando Sebastião Pereira “convida” o inimigo a guerrear. Condição prontamente aceita pelo capitão da polícia José Caetano. O autor sinaliza que não apenas Lampião era comprometido com as ordens do seu chefe Sebastião Pereira, mas que existia uma relação de honra entre os dois que se dava mediante o cumprimento da palavra empenhada. Para ilustrar, Luiz Wilson começa citando o episódio em que Lampião perdera um chapéu em combate até as ordens de assassinatos deixadas por Sebastião para o cangaceiro:

A maior desmoralização, talvez, para um cangaceiro era, depois de um tiroteio, não importa porque motivo, aparecer com a cabeça descoberta. (...) E

Lampião, naquele dia, na chegada da casa de Neco Alves, com os “macacos” metendo-lhe bala, voltou para procurar o chapéu, sendo ferido gravemente, por um balaço na virilha e outro no peito. (...) ‘Só viajamos 20 dias depois quando foi possível Lampião andar [o autor reproduz a fala de Sinhô Pereira com base em entrevista dele à imprensa]. (...) Na fazenda Preá, despediu Sebastião de Virgulino Ferreira da Silva, no dia 22 de agosto de 1922, para nunca mais vê-lo. Sabe-se que naquele dia, entre outras coisas, disse Sebastião a Virgulino: ‘Eu vou deixar por aí umas brasas acesas, você as apague.’ Uma daquelas brasas teria sido, talvez, o próspero comerciante de Belmonte, Luiz Gonzaga de Souza Ferraz. (...) O fato é que, depois que Sebastião deixou o Nordeste, chegou a casa do comerciante Lampião com 70 ‘cabras’, entraram na residência do rico comerciante quebrando as portas a machado. O comerciante havia subido para um sótão da casa de tábuas mal pregadas. Sótão do qual despregou-se uma parte, caindo ele no meio da cabroeira que, ali, o mata sem causar o menor mal a sua família. Outra recomendação que fez Sebastião Pereira a Virgulino foi a de que jamais atacasse qualquer fazenda de pessoas da família Pereira, propriedade que Lampião respeitou, de fato, enquanto viveu (WILSON, 2018, p. 283).

Nos livros, os autores enfatizam outra fala de Lampião onde diz que o homem de maior coragem que conheceu na vida foi Sebastião Pereira e que até abriria mão da liderança do seu bando caso Sebastião voltasse à ativa. De outro modo, ao passo que os autores associam à imagem de Lampião a um estágio antecessor ao surgimento do mito do ‘Rei do Cangaço’ - especialmente a partir do aprendizado bélico com a família Pereira -, parecem diminuir a figura de Lampião enquanto homem de valores nobres.

Num dos trechos do relato do ataque do cangaceiro à casa do comerciante Luiz Gonzaga de Souza Ferraz, Luiz Wilson cita que Lampião depois do assassinato roubou a aliança de casamento da vítima, fazendo-a de prendedor de lenço ao seu pescoço. Em outro trecho, o autor comenta que “Lampião era frio e não dado a gestos de bravura romanesca, desperdiçando coragem e valentia” (Ibid, p. 284). Já Luiz Lorena em sua obra se refere a Lampião como aquele que “infundiu o terror por 20 anos em 7 unidades da federação” (LORENA, 2019, p.246). E contesta:

Dizer que Lampião foi a figura mais ilustre de Serra Talhada significa uma inversão de valores ou pretender alterar a ordem natural das coisas. É um contrassenso que a história jamais aceitaria. Contudo, não há que se negar que ele foi um jovem tropeiro eficiente e honesto, foi bom vaqueiro, bom filho, bom irmão e bom amigo. (...) Se dedicou à criminalidade com extraordinária competência, onde revelou seus pendores de estrategista consumado, digno de um militar experiente. Lampião foi um bandido na expressão mais completa do seu tempo, tendo inclusive com justiça o codinome de Rei do Cangaço (LORENA, 2019, p.246).

Pontuar diferenças com Lampião nestas duas obras parece uma estratégia discursiva que busca separar eticamente os modelos de conduta da família Pereira e da

do Rei do Cangaço enquanto distinção de classe. Na escrita dos historiadores Pereiras, Lampião, de família humilde de agricultores, era um “assassino bestial pelo o que praticava” (WILSON, 2018, p.283), apesar de, como salienta Luis Wilson, “ser fiel aos seus compromissos, ser grato a todos que o ajudavam, mesmo nas coisas mais insignificantes”. Luis Wilson detalha, por exemplo, que no caso do ataque à casa do comerciante Luiz Gonzaga Ferraz foi preciso que um líder da família Pereira, Yoyô Maroto, “um homem de bem, um homem de vergonha” (Ibid, p.282), enviasse dois jagunços para garantirem que Lampião não matasse toda a família.

Luiz Wilson distingue, por exemplo, o gesto heroico de bravura do verdadeiro homem aguerrido, da postura que tinha Virgulino Ferreira. Diferente dos irmãos, nas palavras de Luis Wilson, Lampião teria encontrado no cangaço um negócio lucrativo para se viver e por isso não arriscava a vida em gestos de bravura gratuitos. “Embora destemido, corajoso e valente, não lutava Virgulino com a ferocidade dos obstinados e fantásticos guerrilheiros...” (Ibid, p.284). Neste trecho abaixo, é possível ilustrar essa estratégia discursiva em tom de certa ironia do escritor:

Certa vez quando perguntaram a Lampião porque ele não deu combate à Coluna Prestes, como se havia comprometido com os chefes de Juazeiro, respondeu o “Rei do Cangaço” e “Governador do Sertão”: ‘Ah, menino! Isso aqui é meio de vida. Se eu fosse atirar em todos os macacos que eu vejo, já teria desaparecido’ (WILSON, 2018, p.284).

Ou seja, enquanto evidencia-se o “roubo” de Lampião a joias de um rico comerciante ou mesmo o fato do cangaceiro não merecer figurar como uma personalidade ilustre de Serra Talhada, aos olhos de Luiz Wilson e Luiz Lorena, a violência atribuída ao ex-chefe de Lampião, Sebastião Pereira, se justifica pelo teor sagrado dos valores de honra da família Pereira, onde a vingança seria régua básica para se medir casos considerados injustos aos interesses deles. Luiz Wilson sacramenta em sua obra a diferença do cangaço promovido por Sebastião Pereira do cangaço promovido por Lampião, nestas palavras:

Sebastião Pereira, como o seu primo, amigo e grande companheiro Luiz Padre, não foram cangaceiros, na realidade, no sentido de malfeitores ou de salteadores de estrada e fazendas no Nordeste. Seus próprios inimigos em Vila Bela não os têm nesta conta. Não se sabe que Sebastião e Luiz Padre tenham atacado ou incendiado, a não ser propriedades de seus adversários, que faziam o mesmo com eles (WILSON, 2018, p.292).

Nessa perspectiva, a conduta de Sebastião Pereira estaria em consonância com um código de honra de resposta à altura da afronta causada pelos adversários, enquanto Lampião agiria aparentemente sem vislumbrar uma conduta moral específica ou nobre, como chegou a proceder matando inocentes, queimando e saqueando propriedades a toda sorte.

A noção de justiça da família Pereira do Pajeú foi posta à prova, especialmente quando as pretensões políticas do grupo foram minadas, com seguidas derrotas eleitorais para a família rival, a Carvalho, e diante o aparelhamento por seus inimigos dos mecanismos de poder do Estado. Aliados da estrutura estatal, os Pereiras se viram perseguidos, principalmente, porque a luta contra os Carvalhos extrapolara o âmbito político, sendo muitos deles assassinados.

Em sua obra, Luiz Lorena expõe uma entrevista que fez com Sebastião Pereira⁵², onde ele justifica sua ideia de justiça, nestes termos: “Respondi pelos meus crimes num exílio de 50 anos, se é crime praticar justiça com as próprias mãos na ausência criminosa de Justiça” (WILSON, 2018, p.291). A omissão do Estado surge, no discurso do líder guerreiro dos Pereiras, como justificativa para se praticar “justiça” à revelia das leis. Curioso não perceber as semelhanças dessa atitude de Sebastião Pereira com os códigos de honra da aristocracia evidenciada por Norbert Elias.

Como um bom aristocrata, Sebastião Pereira não só arbitrou seus próprios conflitos violentos à parte do Estado, como se voltou contra o próprio Estado declarando-o inimigo quando seus rivais em honra tomaram suas estruturas. Da mesma maneira, Sebastião Pereira definiu, ele mesmo, a sua punição pela vida distante da legalidade. Ou seja, nada de prisão. Como disse, escolheu o exílio de 50 anos longe de sua terra, posto que “uma das maiores desmoralizações de sua vida era cumprir qualquer pena carcerária ou ser preso, sendo estes um dos motivos de sua fantástica aversão ao soldado de polícia” (WILSON, 2018, p.291). Da entrevista concedida à Luiz Lorena, destaquemos o seguinte trecho, extraído de seu livro⁵³:

⁵² Em agosto de 1922, aconselhado por Padre Cícero Romão, do Juazeiro do Norte-CE, Sebastião Pereira ao lado do primo e companheiro de batalhas Luiz Padre, abandonaram o cangaço deixando todo o seu bando como herança a um de seus melhores cangaceiros, Virgulino Ferreira, que a partir de então se torna o mito Lampião. Sebastião e Luiz Padre rumaram em seguida para Goiás, em busca de paz. Passadas muitas décadas e já senil, Sebastião retorna a Serra Talhada em junho de 1971, e concede uma entrevista ao parente e pesquisador da família, Luiz Lorena Conrado, a qual iremos apresentar no 4º capítulo da tese.

⁵³ Iremos destacar e analisar novos e importantes aspectos presentes nesta entrevista no 4º capítulo.

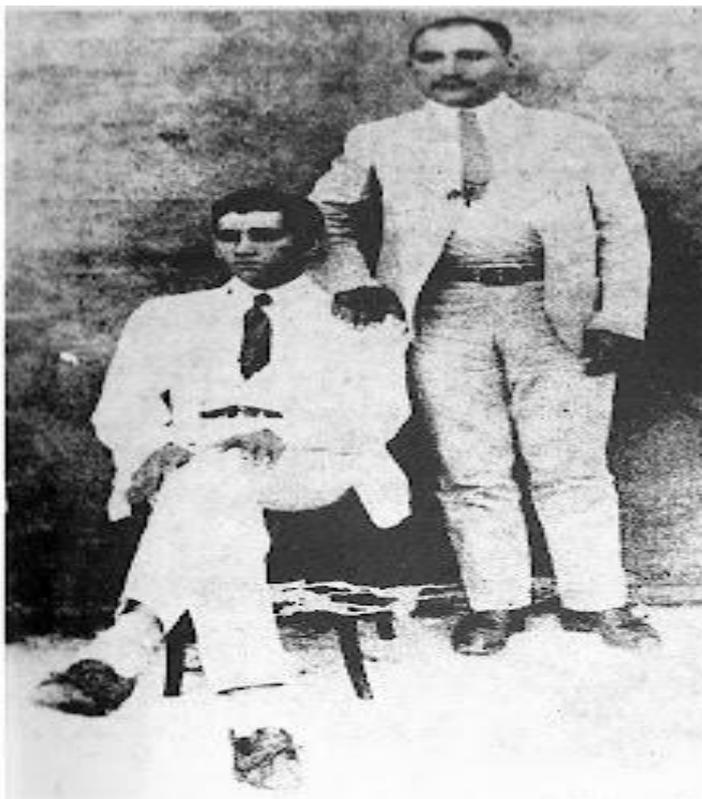
Em que circunstâncias Lampião entrou em sua vida? **[Sebastião Pereira responde]** Ele e os irmãos chegaram de Alagoas depois do assassinato do pai, dispostos a confrontar José Saturnino, seu inimigo comum. Não tinham condições financeiras nem experiência. Procuraram-me e participaram com muita bravura de alguns combates. **[Luiz Lorena pergunta]**. Dos oficiais da Polícia Militar que o combateram, qual o de maior respeito? **[Sebastião Pereira responde]** O capitão José Caetano era um bravo, intrépido e leal no mais duro da refrega. **[Luiz Lorena pergunta]**. Qual o combate mais dramático que você participou? **[Sebastião Pereira responde]**. Foi na Serra da Forquilha, numa semana em que estávamos repousando. Éramos 12 homens cercados num casebre por 120 policiais. Sem outra alternativa bradamos para que segurassem as armas porque iríamos para a luta no corpo a corpo, de corpo a punhal. **[Luiz Lorena pergunta]** É verdade que o senhor anteviu a genialidade guerreira de Lampião? **[Sebastião Pereira responde]** Dos homens que deixei em armas no Pajeú, só Virgulino podia chegar à celebridade. Os demais eram formiga sem formigueiro. Minha profecia foi cabalmente comprovada. Lampião nada aprendeu comigo, já nasceu sabendo.

A proteção dada por Sebastião Pereira a Lampião e a seus irmãos também é mostrada como um requisito nobre, de benevolência, especialmente quando Lampião é colocado no polo de vítima da impunidade do Estado. “Luis Conrado de Lorena perguntou a Sebastião Pereira: Por quê Lampião incorporou-se a você? [Resposta] Naquela época estava sendo perseguido injustamente” (WILSON, 2018, p.286-287). A estratégia discursiva de criar uma áurea de nobreza sobre o banditismo propagado por Sebastião Pereira persiste. Sebastião é mostrado como justo, benevolente, corajoso, intrépido e honesto até pelos seus próprios adversários.

Rodrigues de Carvalho escreve a propósito de Sebastião Pereira (...): Não é fácil ser generoso e honesto à margem da lei, quando de mau grado nosso, rompemos todos os compromissos que nos ligavam à sociedade, cheios de inimigos políticos e familiares, obrigados a viver constante perigo de vida, enfrentando privações de toda ordem. Sebastião Pereira foi, no entanto, e mesmo assim, e mesmo com os inimigos, o indivíduo mais honesto e generoso de que já tivemos notícia. Nunca praticou uma covardia, talvez por ter sido vítima dessa torpeza. Aliava a sua pessoa as mais nobres qualidades de sentimento. A bravura, a lealdade, a sensatez, o desprendimento, a modéstia pareciam apanágio seu. Tinha bem desenvolvidas em sua alma todas as virtudes do herói e nenhum dos vícios que caracterizam o facínora. Era paciente e ponderado, tendo levado quase toda a sua vida de bandoleiro mantendo o mais sagrado respeito à propriedade alheia. Se, por fim, chegou a praticar algum deslize, não teria sido jamais por vocação sua, mas levado pela influência nefasta do seu primo Luis Padre, que ao contrário dele, se caracterizava por uma rapacidade pavorosa! Sebastião Pereira (o Sinhô Pereira) por mais de uma vez teve a oportunidade de surpreender inimigos que sabia rancorosos e não fazia, nem permitia que se lhe fizesse a menos ofensa. Não compreendia como se pudesse atacar ou ferir de qualquer modo um homem vencido. Era impávido e justiceiro. Para ele, a honra do seu adversário era tão intangível, merecedora de tanto respeito quanto a de seu melhor amigo (WILSON, 2018, p.267)

Sebastião Pereira representa, assim, a personificação de um grande líder no imaginário da família Pereira quando o assunto é a guerra sangrenta contra os Carvalhos. Não curiosamente, Luiz Wilson em sua obra reivindica para a imagem dos Carvalhos também a origem nobre portuguesa sinalizando, dessa forma, a validade da luta entre dois clãs nobiliárquicos de mesma estatura social, legitimando um jogo da honra mediante luta entre iguais.

Foto 4. Sebastião Pereira sentado ao lado do parceiro Luiz Padre



Fonte: Site Família Pereira

“A Família dos Carvalhos da Capitania de Pernambuco tem também origem na nobilíssima casa de seu apelido que é uma das mais antigas e ilustres de nosso reino” (WILSON, 2018, p.33). Ou, em outros termos, citando Mário Melo (*apud* WILSON, 2018, p.34): “A família Carvalho é conhecida em Portugal desde o século XII. Em Pernambuco teve origem nos irmãos Bernardinho e Sebastião Carvalho, aqui chegados antes de 1630, filhos de João Álvares de Carvalho, fidalgo da Casa Real”. Em certo trecho do livro, tal qual os duelos de honra citados por Norbert Elias (2001) no contexto

da Alemanha, quando a classe dominante arbitrava as suas próprias batalhas, Luis Wilson enfatiza que o Estado, àquela altura, ficava bem longe de “briga de branco”.

Perguntar o que é ser justo, à luz da ética da família Pereira, ou indagar sobre o que é ser bom ou mau, ou ainda, se a família agiu certo ou errado do ponto de vista do contexto histórico, depende, primeiro, da análise das condicionantes em que cada um de seus “heróis” teceram relações de interdependência. Com base nos perfis e momentos vivenciados por alguns de seus principais líderes, foi possível perceber seus sistemas morais como fluidos, adaptáveis e por vezes contraditórios. A exemplo, a régua moral dos baluartes da família variou muito a cada situação e a cada época.

Isso, desde que se optou por deflagrar um movimento de extermínio de indígenas para instalação das fazendas da família no século XVII no Sertão de Pernambuco, até o momento em que se matou e depois “concedeu” a “desgraçados” - nas palavras de um líder Pereira - benevolência à vida no exemplo do massacre da Pedra do Reino, por receio do castigo divino. De outro modo, os escritos históricos traçam o perfil de Sebastião Pereira como exemplo moral a ser admirado.

Em alguns aspectos, paradoxalmente, e guardadas as devidas proporções, ele parece representado como um Mahatma Gandhi de rifle e cartucheira. São contradições e construções conflitantes que nos mostram como o universo da honra é volátil do ponto de vista da análise das práticas. Até aqui foi possível identificar a recorrência de sentimentos associados às condutas de guerra, como o ressentimento que leva à conduta vingativa e ao cultivo do valor da vingança, especialmente quando a família se vê alijada das estruturas de poder do Estado e busca responder no mesmo tom, presa ao sentimento da honra, às humilhações e assassinatos impressos pelos rivais.

Soma-se a estes afetos negativos, valores que inspiram à prática da luta, diante a recorrência da exaltação da valentia, da coragem e da bravura. De outro modo, foi possível identificar lógicas cooperativas próprias do universo familiar a partir da recorrência de valores como solidariedade, lealdade, empatia e generosidade entre os seus. São agregados a este universo valores da ética Cristã como devoção a um Deus supremo, seguida de um afeto típico deste paradigma, o medo do castigo divino e ações bondosas por interesse na auto-salvação.

O valor da justiça surge sempre atrelado aos anseios dos Pereiras e por isso mesmo justifica-se não somente guerras, mas uma série de violências, repressões e também a redação de leis que os legitimem, quando fazem parte da máquina estatal. A

título de exemplo, foi justo à luz dos olhos do prefeito de Serra Talhada, Luiz Lorena, redigir uma legislação que impusesse prisão às pessoas em situação de mendicância. No entanto, por trás disso, existiu a intenção de resolver os efeitos da nossa construção histórica injusta e desigual numa canetada.

Valores de masculinidade e os efeitos de sua dominação e violência prática e simbólica também predominam na constituição do perfil da família Pereira nos livros de memória aqui analisados. Um dos efeitos disso, é que a recorrência à ação das mulheres surge apenas dentro dos limites dos levantamentos genealógicos como boas matriarcas. Em episódios muito escassos algumas delas são citadas e sem muita riqueza de detalhes, parecendo refletir a manutenção da desigualdade de gênero existente em suas próprias práticas cotidianas.

Dentro da noção de ethos da honra como proposta por Bourdieu, há claramente a recorrência de lógicas morais que visam distinguir a família Pereira das demais famílias tradicionais da região. Há repetidas referências ao estado de nobreza da família, sua riqueza, sua posse de escravos, sua ligação com a fidalguia portuguesa, o apreço ao bom gosto de festas, banquetes e costumes diferenciados e o exemplo de sucesso financeiro e moral de seus herdeiros políticos. Isso se reflete não somente nas condutas do “cortesão” Pereira, mas no seu ethos guerreiro.

Frise-se, ainda, a recorrência de uma construção discursiva que culmina na naturalização de condições políticas em que os Pereiras estão inseridos. Em outras palavras, os escribas destes livros de memórias povoaram o imaginário de Serra Talhada com a ideia de que famílias tradicionais merecem participar das disputas simbólicas que abrangem o desenvolvimento ulterior do município por tudo que fizeram no passado em favor da cidade. E é sobre essa forma de articular o discurso que iremos debater no próximo capítulo, do ponto de vista do processo que transformou as lógicas morais dos Pereiras ao longo do tempo.

Abaixo, apresentamos um arcabouço traçado a partir das recorrências destes afetos e condutas presentes nos relatos dos livros de memória da família. Neste quadro resumimos a construção de uma economia moral do *ethos guerreiro* da família Pereira do Pajeú pautada na simbiose emoção, valor e ação. Uma dinâmica onde o ressentimento foi um dos principais gatilhos para ativação do valor da vingança do grupo, especialmente quando os Pereiras começaram a perder poder e serem humilhados

pelas forças policiais que estavam, naquele momento, encabeçando os interesses dos seus adversários.

A humilhação requer vergonha de um dos lados. Por sua vez, a vergonha e o medo da desonra pedem urgentemente a restauração da honra. Com isso, é necessário ativar os valores de coragem, valentia e bravura incendiados, essencialmente, pelo valor da lealdade às dores sofridas em grupo rumo a uma conduta que busque reparar o valor de justiça alimentado pelo ressentimento. A economia moral oferece a possibilidade de resposta rápida, sem reflexividade e ao mesmo tempo sem parecer imposição.

O código incorporado age, então, unindo os clãs sentimentalmente no reforço de suas próprias condutas e visões de mundo. Há nessa relação um afeto de compaixão grupal que move ações de solidariedade entre seus membros. E onde é preciso se ter firmeza não apenas na conjuração de armas, mas acima de tudo da palavra dada para se ter confiança com quem se luta lado a lado no campo de batalha. Os afetos da tristeza, do ódio e da raiva seja pelas incontáveis vidas perdidas a cada lado, seja pelas humilhações sofridas, agem como amálgama dos conflitos em que se recorre à Deus, essencialmente, como provedor de sorte e proteção.

Quadro 2

Economia moral no *ethos guerreiro* da família Pereira

AFETO	< ===== >	VALOR/CONDUTA
Ressentimento		Guerra / Vingança
Medo/Vergonha		Desonra / Vingança
Temor à Deus		Salvação / Devoção
Raiva		Lealdade / Vingança
Tristeza		Justiça pessoal / Coragem
Compaixão		Solidariedade grupal / Vingança
Ódio		Bravura / Firmeza da palavra
Rancor		Justiça pessoal / Vingança

IV CAPÍTULO

A TRADIÇÃO ATUALIZADA PELAS NOVAS GERAÇÕES

As lógicas de poder existentes nas inúmeras formas de interdependências sociais, como estruturas relacionais que abarcam as mais variadas perspectivas de reprodução e legitimação de níveis de dominação, conservam recorrências de processos mesmo que não lineares, mas que registram reordenamentos ao longo da história. Assim, ações de reagrupamento de comportamentos dos indivíduos, nestas ações sistematicamente estimuladas pela luta por acúmulo de capitais, nos permite pensar num movimento de reconversão de valores dentro da lógica de deslocamentos e conflitos entre os agentes dos diferentes campos que creem no jogo da honra em Serra Talhada.

Com isso, o argumento deste último capítulo dialoga com o conceito de reconversão social, na perspectiva de que as condutas e sentimentos da família Pereira passaram por processos de transformação, ao longo do tempo, após enfrentarem momentos específicos que os obrigaram a reformular as próprias lógicas morais visando a manutenção do poder de seus membros. Trabalhar a ideia de reconversões sociais nos ajuda na busca por entender a maneira como parte de uma elite no Sertão de Pernambuco demarcou o sentido do jogo da honra mediante a transformação das estratégias de reprodução de um conjunto de valores e condutas específicos.

Bourdieu (2007) refletiu sobre a noção de reconversão social a partir da ideia de estratégias de pequenos grupos pertencentes à classe dominante, na luta social por modificar seus patrimônios materiais e simbólicos buscando manter-se no jogo da competitividade dentro do grupo maior ao qual fazem parte. Tais elementos estratégicos podem se expressar, por exemplo, nos estilos de vida, nos gostos, condutas e julgamentos sociais. E tudo isso pode adquirir uma dimensão de crise, especialmente, quando o grupo em questão se encontra em processo de declínio no campo de poder, correndo o risco da desonra representada pelo desprestígio da desclassificação social.

Uma classe ou fração de classe está em declínio quando (...) deixou de ter possibilidade de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição e de posição, e quando, para reproduzir o seu capital global e manter sua posição – atual ou a de sua família de origem – no espaço social, seus membros mais jovens devem, em uma proporção importante, operar, pelo menos, uma reconversão de seu capital que é acompanhada por uma mudança de condição, marcada por um deslocamento horizontal no espaço social: ou, em outras palavras, quando a reprodução da posição de classe torna-se

impossível (desclassificação) ou se realiza apenas por uma mudança de fração de classe (reconversão) (BOURDIEU, 2007, p. 425).

Este foi o caso da família Pereira do Pajeú no início do século XX em Serra Talhada. Como já mencionamos no segundo capítulo, a família Pereira detinha o comando de grandes fazendas e extensões de terras, armas e escravos desde muito antes da emancipação política do município, em 1851. Deu-se início ao período republicano em 1889 e o cenário de domínio da Família Pereira do Pajeú permaneceu ainda mais forte, com várias gerações comandando, ano após ano, as gestões à frente da Prefeitura de Serra Talhada a partir da linhagem do primeiro prefeito do município Andreino Pereira da Silva (o Barão do Pajeú), que assumiu o governo municipal a partir de 1892.

Foto 5. Praça Barão do Pajeú é um dos principais cartões postais do Centro da cidade



Fonte: Portal Farol de Notícias.

No entanto, ao largo do poderio da família Pereira, de perfil agrário, crescia também a força de outra família rival, a Carvalho, cujo perfil era de comerciantes urbanos. Os Carvalhos começaram a colocar em xeque politicamente, economicamente e moralmente a força da família Pereira na região. Além do início de uma guerra sangrenta com os Carvalhos, outro resultado prático deste embate se deu com o declínio político dos Pereiras a partir de 1910 até aproximadamente a Revolução de 1930 com seguidas derrotas eleitorais, assassinatos e humilhações impostas pelos Carvalhos aos inimigos.

Adquirindo seguidas vitórias (através também de famílias aliadas como a Nogueira e a Alves de Barros) nos pleitos eleitorais, os Carvalhos se utilizaram da máquina estatal, com o uso específico da polícia, para ajudá-los na perseguição de Pereiras sob a justificativa da legalidade, motivando, dessa forma, a entrada dos Pereiras no cangaço. Em relevante dissertação sobre o processo de espacialização e territorialização do poder destas duas famílias em Serra Talhada a partir desta guerra, descreve Soares (2015, p.17-18):

Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de territórios, Pereiras e Carvalhos promoveram o processo de territorialização na medida em que estabeleceram uma configuração espacial a fim de atender os interesses do seu grupo familiar. Neste sentido, os Pereiras do Pajeú, vindos do Ceará, se territorializaram na parte mais ao norte do Sertão pernambucano até a parte central, onde está localizada hoje Serra Talhada. Já os Carvalhos, vindos então da Bahia, se territorializaram na parte mais ao sul do Sertão pernambucano, até a parte central, também na área que corresponde hoje, ao município de Serra Talhada. Ou seja, Serra Talhada, antiga Vila Bela, foi o eixo pelo qual lutaram e se relacionaram Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano. A família Pereira enquanto liderança historicamente rural e a família Carvalho apropriando-se do espaço urbano por meio da atividade comercial.

Ou seja, foi a partir da luta sangrenta entre essas duas famílias que a cidade de Serra Talhada foi se modificando espacialmente. Por um lado, se atribui à iniciativa da família Pereira a ocupação do coração da cidade com o convite a outras famílias abastadas para a construção dos principais casarios na região central do município, ainda na primeira metade do século XIX, para que servissem de justificativa visando a oficialização de Serra Talhada como Sede de Comarca, em 1851. A família Carvalho, por outro lado, entre o fim do século XIX e início do século XX começa a sair do campo (região massivamente comandada pelos Pereiras), rumo a investir na atividade do comércio se reterritorializando na zona urbana e ali firmando relações em favor dos seus objetivos pela manutenção do poder naquele espaço.

No final do século XIX, Pereiras e Carvalhos, já haviam, portanto, estabelecido seu território material, vastas propriedades que serviram de base para a sustentação da rede de influências, que representam o seu território imaterial, parentes e aderentes prontos para a defesa do nome, da honra, do brasão e principalmente do sangue. Este cenário se tornou propício para o surgimento de grupos armados que serviram para a defesa e conflito entre as famílias em Serra Talhada (SOARES, 2015, p.22).

A partir dessa contextualização, considera-se importante compreendermos agora como uma nova geração de Pereiras, muitas décadas depois da guerra sangrenta com os Carvalhos, ressignificou o seu *ethos de poder familiar*. Observando a dimensão moral deste conflito aos olhos do polo da força em declínio naquele momento específico, no caso a família Pereira, poderemos entender melhor a partir de quais mecanismos simbólicos se deu a estratégia de reconversão de valores da família rumo à reprodução do seu poder nas décadas seguintes, principalmente, após 1930.

A partir deste período, há um movimento de distanciamento dos Pereiras do seu tradicional espectro beligerante, configurando a passagem de um *ethos guerreiro* para um *ethos parlamentar*, com o registro de condutas marcadas pelo controle das pulsões, resultantes no abrandamento ou total apagamento de antigas questões⁵⁴, transformando com isso também o sentido do jogo da honra e pondo em xeque a aparente associação de uma condição de violência às condutas das gerações futuras.

4.1 Um processo civilizador na conduta dos Pereiras

Assim resume Luis Wilson, no seu livro de memórias *Vila Bela, os Pereiras e Outras histórias*, sobre a guerra entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada:

No princípio deste século, entre os anos 1905 e 1922, lutam os netos e bisnetos do velho coronel José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues por uma questão de vingança particular, vivendo ainda o Sertão nessa época, como que o passado estágio da evolução humana de uma sociedade de parentes, em que essa forma de vingança era normal na repressão ao delito e na própria defesa da ordem pessoal. Como que, ainda na ausência de outro poder consolidado, naquela região, cabia a solidariedade da família (...) a prevenção e a repressão dos delitos contra a vida, os interesses e a honra de seus membros. (...) A questão entre Pereiras e Carvalhos foi sem dúvida a explosão de ódio antigo, originário da morte do ‘Capitãozinho’ e dos acontecimentos [políticos] que tiveram lugar na comarca de Flores, em 1848, em seguida na Serra Negra em Floresta. Há quem diga que a aversão e inimizade entre as duas famílias foi transportada de além-mar para a ribeira do Pajeú, em Vila Bela. (...) O que é verdade é que nas últimas gerações de Carvalhos e Pereiras, desde algum tempo depois que Sebastião Pereira e Luiz Padre deixaram o Nordeste, vivendo em outra época (...) e em paz sob o mesmo céu, outrora testemunha de tanto rancor e de tantos crimes, só tem

⁵⁴ Em *Intrigas e Questões* (2002), Ana Cláudia Marques diferencia o que é a questão de família da intriga. A intriga é um momento que projeta aquela questão do passado até o presente, em direção ao futuro. Questão e intriga designam dois momentos em processos de briga de famílias, e ao mesmo tempo o conjunto destes processos. De modo muito sintético, por briga de famílias, Marques compreende conflitos protagonizados por indivíduos articulados sob bandeiras de nomes de família, aos quais podem estar ou não ligados por consanguinidade, e cujos propósitos, atualizados ou cogitáveis, são retaliatórios.

engrandecido a si próprias, a sua terra e a lendária ribeira do Pajeú (...) (WILSON, 2018, p.231-237).

Este trecho da obra de Luiz Wilson nos traz pistas sobre aspectos da construção de um discurso sobre a conduta moral da família Pereira após a guerra sangrenta contra os Carvalhos e de como as novas gerações a interpretam: 1) Ao falar de ausência, na época, de outro poder consolidado, dar-se margem à justificação da violência como ato de justiça em favor da honra da família; 2) O ressentimento por essa ausência de um poder a seu favor parece o grande normalizador de vingança dos Pereiras; 3) Agora em paz, as gerações seguintes reproduzem a próprias memórias como forma de exaltação de suas linhagens. Sobre isso, nos diz Ana Cláudia Marques (2022, p.21):

Municiados de suas histórias, os narradores e aqueles que consultam sua memória logram da narrativa uma formulação daquilo que eles são. Certamente, o contrário também é verdadeiro: as memórias também se conformam, ou antes, são conformadas pelo presente. As disputas, antológicas, ganham também um caráter ontológico. Além das referências a lugares e laços de parentesco e de casamento, a história (...) está coalhada de informações relativas a elementos simbólicos distintivos dessas intrigas e questões e a estereótipos que também demarcam uma comunidade, em sentido moral.

Em um dos relatos emblemáticos sobre os sentimentos e valores de honra cultivados durante a guerra contra os Carvalhos em Serra Talhada, Luis Wilson expõe o trecho de uma entrevista do coronel Antônio Pereira, em 1917, a um jornal de Fortaleza (CE), para onde este foi levado preso após ser pego durante uma batalha com os Carvalhos, nestas palavras:

Esta primeira humilhação que estou sofrendo não me enfraquece. Não há governo que dê jeito a minha luta contra os Carvalhos. É uma questão de sangue. Só quando Deus acabar com o último Pereira é que os Carvalhos vão deixar de ter inimigo neste mundo. O senhor quer saber de uma coisa? Lá no meu Pajeú quando nasce menino da família Pereira e começa a crescer, vai logo dizendo: ‘Tomara eu já ficar homem pra dar cabo de um Carvalho. A mesma coisa diz os meninos deles. É o que eu digo: é uma questão de sangue (WILSON, 2018, p.243)

Se faz importante frisar que nossa intenção neste tópico não busca focar nos pormenores da guerra, em seus atos de violência, não relatando evidentes passagens de duelos advindos do jogo da honra, fruto da dialética da afronta e resposta entre as famílias rivais, bem como estratégias de combate entre Pereiras e Carvalhos já tão fortuitamente relatadas por diferentes historiadores e pesquisadores da região. A

intenção, por outro lado, é de compreender, do ponto de vista dos sentidos morais, as recorrências dos discursos criados pelos Pereiras sobre o confronto e a mudança de valores dos descendentes décadas após os combates.

Neste sentido, os dois narradores destacam em suas obras – separadas uma da outra por 30 anos – a mesma entrevista com aquele que foi considerado o grande exemplo moral da família Pereira na guerra contra os Carvalhos, Sebastião Pereira (o Sinhô Pereira). A entrevista foi realizada em 1971, por Luiz Lorena, nestes termos⁵⁵:

Sebastião Pereira da Silva nasceu em Vila Bela em meio a uma áspera guerra entre as famílias Pereira (a sua) e a Carvalho. Foi chefe de cangaceiros e das suas mãos Lampião recebeu o bando. Sinhô Pereira foi embora para Goiás em 1922 e só voltou a pisar nas terras mornas do Pajeú em 1971, quando foi visitar a família em Serra Talhada. Naquela oportunidade, travou-se o seguinte diálogo: **Luiz Lorena:** Você em sua mocidade, manteve algum fascínio pelo banditismo? **Sebastião Pereira:** Não. Absolutamente não. Nasci para ser cidadão, casar, constituir família e ser feliz. Nem ao menos tinha o hábito de portar armas. **Luiz Lorena:** E por que então o seu nome figura entre os dois mais famosos bandoleiros do Nordeste? **Sebastião Pereira:** A crônica policial do meu Estado foi injusta comigo. O meu nome deveria figurar como o de uma das grandes vítimas das circunstâncias e contingências daquele tempo. **Luiz Lorena:** Você era político aqui em Serra Talhada? **Sebastião Pereira:** Não. A minha pouca idade não me permitia ser político. Mas eu pertencia, como pertença ainda hoje, a família Pereira, que em 1907 foi apeada do poder ao tempo do assassinato, por emboscada, do meu tio de 72 anos, Manuel Pereira da Silva Jacobina, chefe político e ex-prefeito do município. **Luiz Lorena:** Quem foi o responsável ou os responsáveis por este assassinato? **Sebastião Pereira:** Os nossos adversários políticos, representados pela família Carvalho. **Luiz Lorena:** Pode indicar os nomes de alguns dos responsáveis? **Sebastião Pereira:** Prefiro não mencionar nomes para evitar abrir feridas cicatrizadas há meio século. **Luiz Lorena:** E por que se envolveu nessa tragédia? **Sebastião Pereira:** A impunidade em Vila Bela teve o seu auge em minha juventude. Do assassinato do Seu Né – meu irmão – nem inquérito policial foi aberto. **Luiz Lorena:** Você reconhece o que os seus contemporâneos dizem sobre o seu espírito guerreiro? E de ser você o mais valente entre esses? **Sebastião Pereira:** Do outro lado [entre os Carvalhos] existiam homens valentes até quase a loucura, entretanto brigavam para matar. Na hora de morrer fugiam do campo de luta. Naquelas circunstâncias, matar ou morrer para mim seria a mesma coisa. Daí a diferença. **Luiz Lorena:** Desses confrontos, qual o que você teve mais proveito? **Sebastião Pereira:** Não devo fazer referências para não ferir suscetibilidades. **Luiz Lorena:** Quais os fatos que mais perturbaram você? **Sebastião Pereira:** Vários. No começo tudo o que eu fazia de errado dava certo. Com o passar do tempo, tudo o que eu fazia certo dava errado. **Luiz Lorena:** Entre estes, você pode destacar um? **Sebastião Pereira:** A morte de João Bezerra em Bom Nome. Na forma [brutal] como eu procedi acelerou minha decisão. O meu estado de espírito estava de tal forma desajustado que eu já não tinha condição de conduzir as ações do grupo que

⁵⁵ Nos dois livros, os autores ora repetem as mesmas perguntas e respostas, ora omitem de suas descrições respostas e perguntas que um dos autores decidiu expor, ora modificam a construção da pergunta. Isto é, há perguntas dessa entrevista que não foram publicadas por Luiz Lorena, em 2000, e que foram por Luis Wilson em 1974, e vice versa. Para uma melhor compreensão dos fatos, aqui nós juntamos as duas entrevistas numa só, visando evitar a perda de informações. Com isso, referenciamos os dois autores.

comandava. **Luiz Lorena:** Por que com a morte de Né Dadu vocês não deram por encerrada a questão? **Sebastião Pereira:** Por causa da covardia e brutalidade que se revestiu o crime, inclusive a ausência total da Justiça, quem nem ao menos providenciou o auto de corpo de delito. **Luiz Lorena:** Por que não solicitaram providências ao governo? **Sebastião Pereira:** Os chefes políticos de nossa família solicitaram pessoalmente ao governador Dantas Barreto providências, que nunca chegaram. Vossa excelência reforçou os contingentes de sua polícia em Vila Bela, que cúmplices com os nossos inimigos, juntaram-se a grupos de civis para praticar toda sorte de hostilidades, inclusive contra esposas e filhos de nossos parentes, que não tinham, como os homens, condições para se refugiarem na caatinga. **Luiz Lorena:** Depois de tanta refrega, por que se retirou para o Planalto Central do País? **Sebastião Pereira:** A família Pereira, minha família, vivia atormentada em face de minhas ações. Era imperativo mudar a face da história (WILSON, 2018, p.237-238; LORENA, 2019, 253-256).

Defendemos que essa entrevista legítima, nos dois livros de memória sobre a história do grupo, a construção de um novo *ethos* da família Pereira. E reflete mais uma vez a nobreza do grande líder, Sebastião Pereira, em evitar um *potlach*, nos termos de Mauss (2003), contra a família Carvalho em favor da paz de espírito de todos os demais familiares. Há nessa construção discursiva um sentido de “sacrifício” que leva à honra do líder ao colocar à prova e em risco a reputação do “grande guerreiro”, que abdica de si em favor dos demais e abandona o campo de batalha.

Nesta entrevista destaca-se a nova visão de mundo de Sebastião Pereira, com a crítica e negação do banditismo que ele mesmo ajudou a fundar, seguido da repreensão do descontrole das pulsões que se tinha à época da guerra, e o espírito de previsão ao não querer mencionar nomes “para se evitar abrir feridas cicatrizadas há meio século”. Ao passo que se deixa bem demarcado o “saber morrer” presente no *ethos guerreiro* da família, Sebastião Pereira denuncia não a ausência da mão do Estado no Sertão, mas o uso do Estado em favor do outro polo da elite política da época, os seus inimigos⁵⁶.

Com a saída de Sebastião Pereira do cangaço e o fim da guerra contra os Carvalhos, a família Pereira, que já vinha em franco declínio, perdendo cada vez mais espaço no campo político e econômico para os rivais, consegue soerguer-se no jogo da honra política após 1930, mantendo e ampliando o seu prestígio no campo de poder da cidade. Argumentamos que, ao largo da manutenção de uma clara interdependência

⁵⁶ No período de 1907 a 1930 o poder político em Serra Talhada esteve nas mãos dos Carvalhos e seus aliados. No Sertão da época, uma coisa era certa: poder político, polícia e justiça sempre andavam de mãos dadas, de maneira que quem detinha o poder poderia se utilizar da polícia e da Justiça em benefício próprio e com os Carvalhos não foi diferente, como tinha sido antes com os Pereiras. Essa informação foi incluída em anexo na obra de Luiz Wilson (2018), como parte de Notas e Correções à obra original publicada em 1974. As notas e correções são de Yone Sampaio, Joaquim Pereira da Silva, Paulo Henrique Vaz e Valdir Nogueira.

estratégica com outras famílias poderosas de Serra Talhada⁵⁷, contribuiu para a estratégia de reconversão social da família Pereira a cisão paulatina, silenciosa e processual, de um *ethos guerreiro* para um *ethos parlamentar*, ou nos termos propostos por Norbert Elias (1993), um *ethos civilizado*.

Diante o declínio econômico, do novo contexto político do país com a passagem da Monarquia para a República (muito bem assimilada pelos Carvalhos), de uma cada vez maior reivindicação da legitimidade da violência por parte do Estado (à época, nas mãos dos Carvalhos), o avanço da urbanização do município e, conseqüentemente, do perfil econômico de Serra Talhada para um centro comercial urbano (comandado pelos Carvalhos), como admite Sebastião Pereira na entrevista supracitada: “Era preciso mudar a face da história”.

Premente seria transformar, assim, a conduta de uma família extremamente beligerante, para um novo estado comportamental, agora, de alerta constante visando o autocontrole das pulsões rumo à manutenção de seu poder. Isso não foi nada fácil. Primeiro, porque Lampião – que havia assumido o bando de cangaceiros do seu chefe – recebera como últimas ordens de Sebastião Pereira “que apagasse as últimas brasas acesas” do conflito no vale do Pajeú (WILSON, 2018). Assim procedeu o Rei do Cangaço de 1922 até sua morte, em 1938.

Segundo, porque na economia da honra, o ressentimento por tantas mortes acumuladas de ambos os lados não poderia ser apagado de um dia para o outro, apenas a partir de uma perspectiva geracional. Defendemos que até que isso viesse acontecer completamente, considerar o “fim da questão” entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada exigiu um estado de vigilância em grandes proporções, que afetou, como diria mais uma vez Norbert Elias (1993), a psicogênese e sociogênese de toda a cidade.

Em outros termos, com os efeitos do fim de um longo tempo de rivalidade, vingança e batalhas sangrentas, sendo refletidos nas estruturas psicológicas dos indivíduos em diferentes camadas sociais, de modo a influenciar e modificar também as estruturas de ação e desenvolvimento social do município.

⁵⁷Especialmente com o apoio de um aliado fiel da família Pereira, o serra-talhadense Agamenon de Godoy Magalhães, que – contando com levas de votos da família Pereira - em 1918 se elege deputado estadual e anos depois assume o cargo de deputado federal em 1924, dois anos após Sebastião Pereira migrar para Goiás cessando a guerra contra os Carvalhos. A partir de 1930, Agamenon alça voos maiores como Ministro de Getúlio Vargas e Interventor Federal por Pernambuco durante o Estado Novo.

4.1.1 A grande reconversão moral: do *ethos guerreiro* ao *ethos parlamentar*

Nosso argumento se sustenta na direção de que esse movimento de internalização de uma conduta moral cada vez mais racionalizada e autocontrolada em suas pulsões na sociedade serra-talhadense foi puxado pela elite econômica, política e religiosa da época visando a implantação de novos valores burgueses em uma cidade em franco avanço comercial. Elias (1993) nos ajuda a pensar sobre isso a partir da análise do avanço de um novo modelo de conduta rumo à formação da sociedade burguesa.

Ao evidenciarmos essa cisão, Norbert Elias nos diz que se inicia uma nova fase no processo civilizador, onde se requer um grande esforço para a manutenção da existência social burguesa com a estabilidade das funções do superego, da intensidade do controle das emoções e de sua transformação exigidos pela expansão de funções profissionais e comerciais em movimento de consolidação. Assim, defende-se nesta tese que não só houve um reordenamento territorial em Serra Talhada a partir do fim da guerra entre Pereiras e Carvalhos.

Mas, e principalmente, ocorreu simultaneamente a este movimento, um forte processo de transformação na conduta moral na sociedade serra-talhadense para atender as expectativas de novas forças e pressões sociais da época, especialmente diante a complexidade de relações e interdependências regionais que a elite do município vinha construindo para além da questão das duas famílias, como registra Soares (2015, p.124):

[O fim da questão entre Pereiras e Carvalhos] Este foi um discurso que, durante a segunda metade da década de 1920, e ainda durante a década de 1930, atendia aos interesses das autoridades políticas e econômicas de Pernambuco. Não que o morticídio entre as famílias continuasse, mas as divergências e desconfianças se mantinham, de modo que as lideranças municipais continuavam a intermediar as relações entre Pereiras e Carvalhos, na tentativa de arrefecimento definitivo do ódio e da vingança.

Portanto, a família Pereira do Pajeú que vinha desde o povoamento da região com sua linhagem nos finais do século XVIII e início do século XIX, de uma cadeia quase ininterrupta de guerras, rixas e violências, se confronta com pressões sociais cada vez maiores não só pelo monopólio da violência, mas pelo espírito de providência das suas escolhas enquanto grupo, pela inibição das paixões e controle das pulsões impostas pelas novas redes de interdependências que as elites das demais famílias tradicionais da cidade começavam a ampliar. O próprio contexto da Revolução de 1930 exigia da

família Pereira essa mudança na conduta, fatalmente ameaçada pelo desprestígio político. E isso se deu, especialmente, a partir do controle político do município pelo coronel Cornélio Soares, de 1930 em diante, como apresentamos no segundo capítulo da tese.

(...) O próprio processo de territorialização dos Carvalhos no espaço urbano, bem como as suas ações que visavam a ação com as forças do Estado foram, gradativamente, minando o poder da família Pereira na cidade, colocando-a à margem das transformações urbano-capitalistas vividas no espaço vilabelense, fato que acaba lançando a família na ilegalidade do cangaço e provocando a sua decadência econômica. O fim do conflito entre Pereiras e Carvalho tem, portanto, início a partir da decadência econômica da família Pereira durante a segunda década do século XX, pontuada inclusive pela retirada de Sebastião Pereira e Luiz Padre do cenário das lutas e por uma série de ações das lideranças políticas do Nordeste que visavam o apaziguamento das questões. Figuras como Isidoro Conrado, Methódio de Godoy, Cornélio Soares e, entre outros, o padre Cícero de Juazeiro, foram responsáveis por intermediar o desarmamento dos Pereiras e Carvalhos em Vila Bela. No início da década de 1920, as principais lideranças da família Pereira e demais líderes do Sertão de Pernambuco, Paraíba e Ceará, entendiam a situação do conflito entre Pereiras e Carvalhos como elemento causador de prejuízos sociais e principalmente econômicos. (...) Era aquele período o tempo em que a disputa já não trazia prejuízos apenas para Pereiras e Carvalho, mas para a própria economia do interior (...). Em outras palavras, Vila Bela acaba ficando pequena demais para manter as duas famílias inimigas, porém grande demais economicamente para permitir que questões pessoais entre Pereiras e Carvalhos pudessem representar o fracasso de um polo comercial em desenvolvimento (SOARES, 2015, p.122).

Fica claro a partir desta citação, como as elites políticas, econômicas e religiosas não somente de Serra Talhada, mas de outros estados, se engajaram enquanto força social para pressionar rumo à implantação dos novos valores no processo civilizatório do município mediante o fim da questão entre Pereiras e Carvalhos⁵⁸. Importante destacar, diante disso, é que o nosso argumento aqui não advoga pela extinção, no amplo imaginário da cidade, dos chamados “valores guerreiros” presentes na economia da honra, como a coragem, a valentia e o senso por justiça. Na psicogênese da cidade

⁵⁸ Um dos líderes da família, Manoel Pereira Lins (Seu Né da Carnaúba) “reunindo um dia uma espécie de conselho com os familiares chamou Sebastião e Luiz Padre para expor a pressão que como representante dos Pereiras, estava sofrendo das autoridades, e da maior de todas, vinda do Padre Cícero. Sebastião se dizendo cansado, não querendo de forma alguma prejudicar o prestígio político da família e diante o pedido do Padre Cícero, respondeu que iria embora e deixaria por fim o cangaço” (NOGUEIRA, 1999, p.197) No livro *Entre Rezas e Bacamartes* (2021), Nogueira detalha ainda que a questão entre Pereiras e Carvalhos, aberta desde o período monárquico, teve um selo de paz em 28 de novembro de 1907 “quando representantes das duas tradicionais famílias se reuniram em Vila Bela e declararam formalmente o fim da disputa. O gesto foi puramente cerimonial já que as famílias não trocavam farpas há mais de um mês. Um tratado foi assinado por líderes e vários parentes dos protagonistas do conflito. (...) No entanto, dias depois houve a quebra do acordo de paz entre os dois clãs quando os Carvalhos mataram de emboscada um dos homens de Né Pereira (NOGUEIRA, 2021, p.200-201).

eles ainda vivem. Os ressentimentos, os mais variados possíveis, enquanto afetos ativadores de vingança não deixarão de existir e continuarão mobilizando emoções e condutas morais específicas em Serra Talhada.

No entanto, o que se quer dizer, é que o jogo da honra em que esses elementos valorativos se mantiveram foi paulatinamente mudando ao longo do tempo, remodelando-se, sofrendo pressões em favor de um maior aburguesamento (ELIAS, 1993, 1997, 2001) a partir das mudanças de posições dos “jogadores” no decorrer do processo histórico vivenciado pelo município. Como, de fato, ocorreu no campo de poder da cidade com a ascensão da família Carvalho em detrimento da família Pereira.

O que não quer dizer que tais valores não continuaram mobilizando condutas beligerantes em momentos específicos, ou seja, que não possam ser negociados e acionados a partir do prisma de dialéticas contemporâneas de desafios e respostas presentes no sentido do jogo⁵⁹, como ilustramos alguns de seus resultados, à luz da atualidade, nas páginas iniciais deste trabalho. A título de exemplo, com base em nosso objeto de análise, no livro de memórias *Serra Talhada: 250 anos de história, 150 anos de emancipação política* o narrador Luiz Lorena revela um fato em que acionou o *ethos guerreiro* da família diante uma situação considerada por ele injusta. Nas seguintes palavras:

(...) É incrível! Os bandidos com armas sofisticadas afrontam a sociedade e as instituições. A lei até parece papel de lixeiro. Lembraria que o motorista de minha empresa foi assaltado a mão armada. E na ocasião levaram a caminhonete D-20 (...) registrei queixa na Delegacia de Polícia, mas como não houvesse providências, tive que promover as investigações e diligências para localizar a viatura. Logo recebi um recado dos meliantes para que não me arrisca-se a enfrentá-los, porque se “eu fosse não entraria, se entrasse não sairia, e se sáísse, não traria a D-20”. Informeí a Polícia Civil sobre as ameaças recebidas e esta faltou com o apoio solicitado uma vez que não dispunha de viaturas (...). Tomei uma decisão: Fui pessoalmente com 20 homens armados e diga-se, com armas longas. Cheguei, entrei, saí e trouxe a caminhonete. Hoje a polícia me considera um indivíduo perigoso, porque acha que sou capaz de aliciar bandidos. Há nisso acentuada falta de nobreza! (LORENA, 2000, p.262)

Partimos desta citação, a qual reflete o contexto de uma Serra Talhada contemporânea, para afirmar que o processo civilizador percorrido pela família Pereira

⁵⁹ A estranha “boa convivência” que famílias tradicionais de Serra Talhada mantiveram com Lampião após a saída de Sebastião Pereira do cangaço, como tentamos demonstrar no segundo capítulo da tese, representa um exemplo das estratégias de adaptação das elites locais a um novo contexto em que o jogo da honra então inaugurava.

conseguiu por fim, com o passar das gerações, ao afeto de ressentimento com a família Carvalho, como veremos no próximo tópico. Porém, antigas lógicas morais permanecem vivas e precisam de momentos específicos como estes para serem reativadas ou mesmo rejeitadas, conforme nos alertam Pitt-Rivers e Bourdieu, ao afirmarem que essa condição de violência não é regra. É negociável conforme as condições do jogo da honra.

No caso relatado pelo autor do livro, um leque de competências e disposições existentes há pelo menos 200 anos no *habitus* da família Pereira foram então acionadas, partindo primeiro, do tradicional sentimento de nobreza e de injustiça que se reivindica no discurso da vítima. Isso mostra que, mesmo com o sentido do jogo da honra modificado com o passar dos anos, resquícios de certas lógicas permanecem, não se apagam por completo. Muito pelo contrário, mostram-se vívidas em momentos considerados cruciais, espelhando a complexidade, tenuidade e atualidade de um jogo reputacional, o qual é acionado conforme a posição do requerente da honra.

No caso do escritor Luiz Lorena, os ladrões da D-20 ameaçavam ali um ex-prefeito por quatro mandatos, respeitado por famílias tradicionais e por toda uma elite política e econômica, com um largo histórico de enfrentamentos e mediações de interesses entre famílias rivais em Serra Talhada. Na cabeça de um Pereira socializado a partir destes repertórios, a justiça então haveria de ser feita com as próprias mãos. Conforme Ana Cláudia Marques, condutas individuais como essas garantem a fama social do grupo.

(...) A suscetibilidade apresenta-se como procedente de um impulso interior, do sangue de um indivíduo. Mas ela é também efeito do sentimento de desmoralização, totalmente escorado nas relações sociais, na opinião que se imputa ao outro, na impressão que se pretende ter de si mesmo. A fama é afetada pela dinâmica da intriga e se estende a um grupo. Da mesma forma que os rumos de uma intriga não são completamente previsíveis em seus passos e que tampouco ocorre uma prescrição incontornável de quem se encarrega das vinganças e dos acordos, não são todos os membros de uma família que reproduzirão individualmente a fama a ela atribuída coletivamente, sem que isso interfira com a imagem já construída e difundida de seu grupo. Sem dúvida, esta imagem deve ser alimentada por condutas individuais. Quando isso acontece, no entanto, o fato concreto evoca uma imagem já assentada, de modo que ele corresponde a uma expectativa ou, melhor ainda, concede ao espectador um significado social, uma chave de leitura para acontecimentos e condutas, mesmo as excepcionais ou inéditas. A imagem de uma determinada coletividade produz efeitos, assim, sobre o conjunto dos membros de um determinado grupo, no sentido de impeli-los à ação, mas também no da sua justificativa (MARQUES, 2002, p. 105).

Voltando as atenções ao campo da política, além do impacto nas estruturas psíquicas dos indivíduos na busca por assegurar um novo modelo de sociabilidade no sentir e agir dos habitantes de Serra Talhada, um efeito prático da primeira grande reconversão de valores da família Pereira iniciada em 1922, resultou em 18 mandatos (para os cargos de vereador, prefeito e deputado estadual) após o contexto de 1930. Consideramos estas eleições extremamente estratégicas para a dominação política dos Pereiras a partir da redemocratização em 1985.

O próprio Luiz Lorena (escritor da obra em análise nesta tese) tornou-se um grande beneficiário deste movimento de reconversão simbólica. Luiz Lorena era neto de Isidoro Conrado, justamente um dos Pereiras mais ativos e interessados na pacificação da questão com os Carvalhos⁶⁰. Na intensa busca pelo apaziguamento das paixões e o controle das pulsões dentro da própria família, intencionalmente ou não, o avô já preparava o caminho para as gerações futuras, como a do neto, reerguerem a honra e a posição social do grupo a partir de 1930. Luiz Lorena nascera em 1926, sendo fruto deste novo processo de socialização dentro da família Pereira.

Ele foi o primeiro Pereira da “nova geração” pós 1930 a eleger-se novamente prefeito de Serra Talhada. Sua ascensão ocorreu aos 18 anos quando governou de 1945 e 1946 através da amizade de seu pai e seus tios com o coronel Cornélio Soares, que o indicou. Pouco tempo depois foi exonerado do cargo pelo governador Dermeval Peixoto, porém, sob influência do agora ministro Agamenon Magalhães voltou ao cargo deixando somente com a eleição do coronel Cornélio Soares, em 1947.

Luiz Lorena reassumiu o poder na cidade de 1955 a 1958; e posteriormente concorreu ao cargo de deputado estadual, ficando na suplência. Depois, apoiou o primo Hildo Pereira a eleger-se prefeito de Serra Talhada de 1959 a 1954. Voltando novamente a comandar a prefeitura de 1964 a 1969, durante a Ditadura. De 1969 a 1973 Luiz Lorena prestou apoio a outro primo, Nildo Pereira, para eleger mais um prefeito Pereira do período militar. Lorena apoiou ainda o retorno de Hildo Pereira ao comando da cidade de 1977 a 1983.

Além de Luiz Lorena, Hildo Pereira e Nildo Pereira, um quarto beneficiário da primeira grande reconversão simbólica iniciada em 1922, foi o senhor Argemiro

⁶⁰ Isidoro Conrado foi capitão e o 4º prefeito por Belmonte, cidade vizinha a Serra Talhada (de 1898 a 1901) e “com prudência ajudou a comandar a política dos Pereiras contra os Carvalhos. No decorrer deste confronto, conseguiu, como pacificador, juntamente com o padre Cícero do Juazeiro, convencer Sinhô Pereira e Luiz Padre a abandonarem o cenário das lutas e o banditismo” (LORENA, 2019, p.197). Isidoro Conrado é o bisavô da atual prefeita da cidade Márcia Conrado.

Pereira. Este foi eleito deputado estadual por Pernambuco durante oito mandatos, transformando-se no parlamentar mais longevo da história de Serra Talhada, ficando no poder de 1958 a 1990. Antes disso, Argemiro foi eleito vereador em Serra Talhada por três mandatos de 1947 a 1958, passando pelos partidos UDN, Arena, PDS, PFL, PRN e PDT.

O controle estabelecido pelos Carvalhos no executivo de Vila Bela, depois Serra Talhada, durante quase 40 anos, entre 1907 e 1946, era o símbolo da decadência da família Pereira, e de sua política ilegal do nomadismo como máquina de guerra. O espaço urbano, a vida política e a hegemonia econômica agora estavam sob o controle da família Carvalho. (...) Coube aos Pereiras ressignificar suas práticas e reconhecer as transformações vividas pela sociedade pajeuense, entendendo que a política não se fazia tão somente a partir das relações rurais e que a cidade e modo de vida urbano já era uma consolidação das mudanças construídas em Vila Bela, a partir da própria relação entre Pereiras e Carvalhos. No momento em que entenderam as transformações e ressignificaram suas práticas, a família Pereira volta a exercer liderança política em Serra Talhada. Voltando, inclusive ao controle do município em 1946. Nesta época, a guerra entre as famílias já representava um conjunto de eventos históricos do Sertão do Pajeú pernambucano e da própria história do Brasil (SOARES, 2015, p.120).

Acreditamos que antes que a família Pereira precisasse, como reflete Soares nesta citação, entender as transformações ao seu redor e ressignificar as suas práticas, o grupo teve primeiro que modificar sua psicogênese, assumindo uma conduta a qual Durkheim (2012) define como sendo fruto de um espírito de disciplina rumo a uma educação moral. Do ponto de vista da moralidade burguesa em ascensão em Serra Talhada, a postura beligerante das duas famílias (repleta de emboscadas, queima de fazendas e demais sortes de estratégias inóspitas de guerra para surpreender os inimigos), gerava nas teias de sociabilidades justamente o que o jogo pela implantação de uma nova moralidade não concebia, a imprevisibilidade.

(...) a moral determina, fixa, regulariza as ações dos homens. Ela pressupõe que o indivíduo tenha certa disposição para viver de maneira regular, que tenha certo gosto pela regularidade. O dever é regular. Ele aparece sempre igual, uniforme, monótono mesmo. Os deveres não consistem em atos heroicos, realizados esporadicamente, nos momentos de crises intermitentes. Os verdadeiros deveres são cotidianos e o curso natural da vida os traz de volta periodicamente. Aqueles que gostam muito da mudança e da diversidade a ponto de ter horror por toda uniformidade correm o sério risco de serem moralmente incompletos. A regularidade é o análogo moral da periodicidade orgânica (DURKHEIM, 2012, p.48).

Assim, os costumes daquela Serra Talhada tão intimamente normalizada com as explosões e imprevistos da violência, tão demarcada historicamente, começa a sofrer um movimento pedagógico de grandes proporções. A família Pereira provou do que Norbert Elias (1993, p.207) classifica como um movimento, dentro do processo civilizatório, de “difusão da pressão pela previdência e autocontrole” exigidos a partir do fortalecimento de crescentes redes de interdependências entre as elites políticas, econômicas e religiosas da época com outras elites da região e de estados vizinhos.

Isso contribuiu para forjar uma complexa teia social cada vez mais diferenciada rumo à implantação de novos costumes na sociedade sertaneja. Assim, e no mesmo sentido proposto por Durkheim (2012), essa nova configuração moral a qual a cidade começara se adequar paulatinamente, exigiu das elites da época a necessidade de uma maior sincronização das condutas visando o fortalecimento de um “ritmo” nos comportamentos.

(...) o ritmo é uma expressão do enorme número de ações interdependentes, da extensão e da densidade das cadeias compostas de ações individuais e da intensidade das lutas que mantêm em movimento toda essa rede interdependente. (...) Uma função situada na junção de tantas cadeias de ação, exige uma alocação exata de tempo, acostuma as pessoas a subordinarem suas inclinações momentâneas às necessidades superiores de interdependência, treina-as para eliminarem todas as irregularidades do comportamento e conseguirem um permanente autocontrole (ELIAS, 1993, p.207-208).

Com isso, é possível dizer que a grande derrota da família Pereira para os seus inimigos de tantas décadas, se deu não no plano das armas, mas no âmbito dos costumes e da impressão de um novo “ritmo” social, como nos diz Elias. Acreditamos que esse ritmo se deu a partir da ação estratégica e crucial de dois personagens da elite econômica e política da época: O coronel Cornélio Soares e Agamenon Magalhães. A partir da parentela e da parceria política entre eles⁶¹, a dupla conseguiu, gradativamente, modificar o jogo da honra em Serra Talhada mediante a implantação de novas formas de agir e sentir a sociabilidade no município como iremos demonstrar no próximo tópico.

⁶¹ A ligação de interdependência parental, econômica e política entre o coronel Cornélio Soares e Agamenon Magalhães foi detalhada no segundo capítulo da tese.

Quadro 3.

Processo civilizador na família Pereira do Pajeú		
A grande reconversão moral⁶²		
Contexto histórico		Contexto histórico
Monarquia	TRANSIÇÃO	1ª República/pós 1930/pós 1985
	COSTUMES	

Linha do tempo/Processo histórico

1851 → 1889 → 1922 → 1930 → 1985 → 1997

	
Contexto moralidade guerreira	Contexto moralidade burguesa
Defesa do Feudo/Fazenda (Ethos Rural) Vingança/Violência Valentia/Coragem Nomadismo Nobreza do nome/sentimento clânico Escravidão Cangaço/Banditismo Caprinocultura	Modernização/ Fixação espaço urbano Maior racionalização Maior controle das paixões e pulsões Maior espírito de previsão Individualização Trabalho livre Monopólio da violência estatal Diversificação comercial
Ethos guerreiro	Ethos parlamentar

⁶² Oferecemos um resumo do nosso argumento, a partir de Elias, identificando contextos vivenciados pelo grupo, do Império à República, o que marca a transformação de uma família que veio de um berço monárquico, guerreiro e elitista para sua adequação e atualização a um contexto burguês, parlamentar e democrático. Com o passar do tempo, uma transformação lenta, porém constante, impulsiona a mudança do *ethos guerreiro* do grupo para o *ethos parlamentar*, iniciada no ano de 1922 (com o abandono dos Pereira do cangaço) e culminando com a grande reconversão moral da família a partir de 1930. É daí por diante que há a absorção de novos costumes urbanos, burgueses e uma maior racionalização e autocontrole das pulsões e paixões diante as exigências dos novos tempos.

4.1.2 Uma nova moralidade transformando os costumes de toda a cidade

A partir destes próximos tópicos iremos dialogar com noção eliasiana de *civilidade*. Em termos sociológicos, o conceito nos ajudará a pensar não sobre o que o senso comum julga ser “civilizado” como algo próximo da cordialidade e da boa educação. De outro modo, o sentido proposto por Norbert Elias (1993, 1990) propõe a civilidade como um “refino” das pulsões de agressividade, num esforço pelo autocontrole e o disciplinamento psíquico e corporal em favor de um espírito de previsão para que uma classe se mantenha no polo de distinção como um grupo que fornece o modelo de conduta a ser adotado pela maioria. A partir desta percepção, é possível compreender “o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 1990, p.95).

Num relevante trabalho de pesquisa, o historiador Paulo César Gomes mapeou as grandes transformações urbanísticas por qual passou Serra Talhada de 1940 a 1980, resultando na dissertação de mestrado *Serra Talhada: 100 anos em 40* (2019). O foco do trabalho rememora especialmente como Serra Talhada foi afetada pela chegada de várias inovações técnicas, muitas delas pelas mãos de Agamenon Magalhães. Sobre isso, não nos deixa esquecer Norbert Elias que o aparato tecnológico representa, na verdade, um dos efeitos e não a causa de mudanças nos costumes.

A “tecnologia” não é a causa dessa mudança de comportamento. O que chamamos de “tecnologia” é apenas um dos símbolos, uma das últimas manifestações desse constante espírito de previsão imposto pela formação de cadeias de ações e de competição cada vez mais longas. As formas “civilizadas” de conduta disseminaram-se por essas outras áreas em razão, e na medida em que nelas, através de sua incorporação à rede cujo centro ainda é o Ocidente, a estrutura de suas sociedades e de relacionamentos humanos também está mudando. A tecnologia e educação são facetas do mesmo desenvolvimento total (ELIAS, 1993, p.212).

De 1930 em diante, os serra-talhadenses começam a sentir com mais intensidade mudanças nos costumes e nas relações interpessoais. As elites dominantes, agora pacificadas, e personificadas pelas famílias tradicionais de Serra Talhada, fornecem os modelos de conduta a serem incorporados para as regularidades das funções, interdependências e visões de mundo a que o município, em sua totalidade, deveria julgar como certo e errado, bom ou ruim. A experiência com o Estado também muda

diante a frequência da realização de eventos institucionais na cidade⁶³. Neste contexto, as elites econômicas e políticas elevam rapidamente suas teias de interdependências que lhes trazem cada vez mais a oportunidade da diversificação e diferenciação de atividades. As relações se tornavam cada vez mais complexas.

Com Agamenon Magalhães, Serra Talhada registrou o incremento de um próspero parque industrial para beneficiamento de algodão⁶⁴, entre outras novidades que provocaram impacto no dia a dia das pessoas, como o pouso de aviões no município, por exemplo. Nesse período, Serra Talhada teve dois grandes cinemas (Cine Art e Cine Plaza) onde a cultura de filmes americanos ditava novos gostos e visões de mundo. Chegaram ferrovia, praças, clube de festas, edificação de açudes, luz elétrica, saneamento, um hospital público regional, o chamado Grande Hotel, asfaltamento de estradas, primeiros veículos automotivos, posto de combustível, Correios, Banco do Brasil, e a constante atualização, para os habitantes do interior, dos costumes da capital, Recife, por meio da imprensa.

Agamenon, em 1938, fundara o jornal Folha da Manhã “que saía em edições diárias e tinha uma coluna permanente intitulada ‘Agamenon escreve’ reproduzida também em diversos órgãos de imprensa nos principais estados da federação” (GOMES, 2020, p.137).

⁶³ Em agosto de 1953, houve a Festa do Algodão em Serra Talhada, para exaltar a instalação de um experimental e próspero sistema fabril do chamado algodão Mocó no município. Na ocasião, a cidade recebeu a visita de autoridades e personalidades de nível nacional, como o Ministro da Agricultura, João Cleophas, o governador do Estado, Etelvino Lins, os senadores Apolônio Chaves, Assis Chateaubriand, e Plínio Pompeu, os empresários do ramo fabril Adriano e Antônio Seabra, o presidente do Tribunal de Contas de São Paulo, Romeu Ferras, e autoridades vindas do Rio de Janeiro e São Paulo. Registra-se que mil pessoas participaram do evento que contou ainda com a escolha da Rainha do Algodão, concurso de beleza reunindo mulheres de várias cidades produtoras de algodão no interior de Pernambuco. E tudo foi registrado pela TV Tupi, revista O Cruzeiro, Jornal Diário de Pernambuco e Rádio Tamandaré, veículos ligados ao conglomerado de empresas jornalísticas dos Diários Associados, pertencentes a Assis Chateaubriand (GOMES, 2020)

⁶⁴ (...) A cultura do [algodão] caroá marcou a transição da economia em Serra Talhada que deixava a sua característica de município agropecuarário (...) para uma cidade que passava a conviver com uma rotina que provinha do movimento oriundo das pequenas fábricas e que a cada dia atraía mais a mão de obra do homem do campo. O desenvolvimento econômico de Serra Talhada foi o passo inicial e fundamental para evolução da urbanização da cidade, a prosperidade das atividades comerciais diversificadas e a geração de riquezas provenientes dessas atividades que aceleraram e garantiram o crescimento da cidade e, mesmo quando o comércio ainda engatinhava em meados do século XVIII, surgiu a feira livre que se tornou uma das maiores do interior do Estado (...). Mas com os investimentos estatais feitos no sentido do estímulo à cultura algodoeira na cidade, Serra Talhada passou pela mais importante transformação social, econômica, cultural e urbanística de sua história (GOMES, 2020, p.80).

Foto 6. Na Festa do Algodão, cidade vê chegada de carros conversíveis



Fonte: Livro Serra Talhada 100 anos em 40.

Foto 7. Agamenon pousa de avião em Serra Talhada em 1941 na presença Mascarenhas de Moraes.



Fonte: Livro Serra Talhada 100 anos em 40.

Foto 8. Chegada do 1º trem a Serra Talhada em 1957.



Fonte: Livro Serra Talhada 100 anos em 40.

Se faz relevante concordar com Gomes, quando afirma que boa parte da população serra-talhadense não usufruiu por completo dessas transformações, as quais atenderam principalmente gostos da classe dominante, como um campo de aviação, postos de gasolina e asfaltamento de vias para carros, por exemplo.

Diante uma conjuntura em que a ingerência política exercia forte influência no surgimento de novos hábitos e costumes, a cidade de Serra Talhada passa a ser moldada com base na modernidade, que ora se apresentava como um elemento puramente elitista, ora se apresentava como uma solução para os problemas coletivos. No entanto, alguns registros indicam que muitas pessoas ficaram à margem desse processo de “modernidade” (GOMES, 2020, p.75).

No mesmo sentido, o coronel Cornélio Soares (que era Carvalho pela esposa e Godoy por meio do segundo casamento de seu pai)⁶⁵ assegurava em nível local não só os efeitos do aporte técnico trazido por Agamenon Magalhães e os interesses políticos do seu grande aliado, mas oferecia também à sociedade a oportunidade da distinção dos gostos influenciando, além da política e da economia, na moda da população. Em Serra Talhada, o coronel mantinha um comércio bastante conhecido, a loja *Attractiva*, que ficava no Centro da cidade e era um dos pontos de encontros da “boa sociedade serra-talhadense”⁶⁶.

⁶⁵ Apresentamos a teia genealógica de Cornélio Soares no segundo capítulo da tese.

⁶⁶ Na loja *Attractiva*, a porta sempre aberta deixava a impressão de que todos os presentes eram bem vindos, de lá saíam como se a empresa fosse a sua casa, isso porque lá também funcionava como ponto de

Era onde se vendia tecidos, calçados, chapéus de massa, entre outros produtos. Cravados na parede da loja, na área externa do estabelecimento, o coronel dava o seu ensinamento público a partir dos seguintes valores: “Agrado” e “Sinceridade”. Político e empresário, o coronel Cornélio Soares também se destacava como grande produtor de algodão e obteve sucesso no auge da produção algodoeira em Serra Talhada entre as décadas de 1930, 1940 e 1950.

Foto 9. Homens posam exibindo suas vestimentas na loja Attractiva do coronel Cornélio Soares



Fonte: Livro Serra Talhada 100 anos em 40

A escolha em dar destaque a estes dois personagens neste tópico, e também no segundo capítulo da tese, se justifica exatamente neste momento. Tanto Agamenon Magalhães como o coronel Cornélio Soares seriam grandes beneficiários de uma ampla reconversão moral da família Pereira. Com a ala bélica da família devidamente pacificada e atentos à imersão nas lógicas de valor da burguesia emergente da época, eles asseguraram não só laços de parentesco e afetividade com o grupo, mas fortaleceram suas interdependências econômicas e políticas.

encontro para o debate e encontros políticos. Em épocas de seca, os flagelados procuravam o comércio e a casa do coronel para ajuda (GOMES, 2019, p.53).

Na cultura política de Serra Talhada, os Pereiras nunca deixaram de influenciar eleições, especialmente, angariando votos na zona rural⁶⁷. Acreditamos que, a partir destas novas lógicas dos costumes, unidos pelo símbolo das “famílias-irmãs” Carvalho/Soares, Godoy e Magalhães, Agamenon e o coronel Cornélio contribuíram para implantação de uma nova moralidade na cidade que veio pôr fim à questão entre Pereiras e Carvalhos no início do século XX em Serra Talhada. E desse movimento colheram seus frutos. Um deles foi a confiança, fidelidade, admiração e lealdade de Luiz Lorena.

Tendo Lorena como um dos expoentes da nova geração pós “questão Pereira e Carvalho” e herdeiro, portanto, da grande reconversão moral iniciada em 1922, Cornélio Soares agiu como uma espécie de “professor” daquela jovem promessa política. Um inepto Lorena foi cuidadosamente socializado com a ajuda do coronel para a vida pública, assumindo o cargo de prefeito de Serra Talhada em 1945, aos 18 anos. Assim, foi ele treinado para o estímulo de competências e disposições próprias do *ethos parlamentar*⁶⁸ e para assegurar um trabalho inconsciente, que se dá no campo dos afetos, e que depois se vê incrustado no corpo, e no *habitus*, puxando um modelo de conduta por meio de uma nova geração de Pereiras rumo ao mergulho irreflexivo da reprodução de uma moralidade que se consolidava como dominante a partir de então no município.

Vale destacar que, como um movimento advindo de setores das elites familiares tradicionais com larga influência política e econômica em Serra Talhada, outros personagens como o irmão, por parte de pai, de Cornélio Soares, Methódio Godoy, participou fortemente das dinâmicas de disseminação de uma nova moralidade burguesa no município, movimento este que agiu processualmente e silenciosamente, no nível das personalidades dos indivíduos, década após década.

Acentuamos aqui a participação do coronel Cornélio Soares e de Agamenon Magalhães exatamente por conta das posições sociais que os dois ocupavam no jogo da honra naquele momento, sendo lugares de grande prestígio e poder político. Como resultado disso, “Lorena tomou como modelo de vida a figura singular do coronel político, [um coronel] sem bacamarte e sem violência” (SOARES, 2013, p.37). Mas

⁶⁷ E isso se mantém nos dias de hoje.

⁶⁸ Conversamos com algumas pessoas da cidade que chegaram a conhecer Luiz Lorena ou acompanharam o seu trabalho enquanto político. Uma das maiores recorrências nas respostas era sobre a eloquência, mesmo sem muito estudo, e o tempo absurdamente longo dos discursos dele em comícios e inaugurações.

Luiz Lorena demonstra também a mesma admiração que tinha por Cornélio Soares a Methódio Godoy. Em seu livro de memórias, dedica a eles páginas elogiosas nas seguintes palavras:

Cornélio Soares. Um coronel sem bacamarte. Liderou a política de Serra Talhada de 1930 a 1955. Ajudou a promover o desarmamento de espírito das famílias que se digladiavam em Vila Bela (...). Gostava do poder para usá-lo em função do bem comum. Eleito prefeito, governou de 1947 a 1951. A sua administração foi pródiga de realizações. Um político sempre prestigiado ao lado do seu irmão o deputado Methódio Godoy. Merece atenção especial o fato de que a liderança Godoy em Serra Talhada foi a única que não deixou processo-crime em cartório. (...) Methódio Godoy, o precursor da paz. A porta de entrada na política lhe foi aberta pela Revolução de 1930. Assumiu por nomeação o cargo de prefeito e sua primeira providência foi desmontar as armadilhas de guerra entre as famílias Pereira e Carvalho montadas desde 1907. O palco de ódio e vingança entre os dois grupos foi sumariamente destruído. Em 1937, com o advento do Estado Novo, o seu primo Agamenon Magalhães foi designado Interventor Federal de Pernambuco. O prestígio político de Methódio Godoy no Campo do Palácio das Princesas [sede do governo estadual em Recife] era de tal forma visível e incontestável que lhe chamavam interventor do Sertão. (...) Nunca o chamaram de coronel como faziam ao seu irmão paterno Cornélio Soares, embora não tivessem ambos os pendores atribuídos ao coronelismo do interior, da prática da violência e do arbítrio. Foi deputado constituinte em 1946 e teve o seu mandato estadual renovado em mais três períodos de quatro anos, perfazendo 16 anos de mandato. (...) Toda a obra material que ele erigiu poderá ser destruída pelo tempo demolidor, entretanto o embasamento da paz que ele consolidou em nosso município será eterno. Quando alguém de Serra Talhada ao topo da pirâmide deve curvar-se por um instante para contemplar o pedestal e lá embaixo, talvez empoeirado e chamuscado pela força dos vendavais verá o nome desse grande construtor do bem estar de nossa terra (LORENA, 2019, p.221-222)

Essa citação nos ajuda a compreender como o afeto por Cornélio Soares e Methódio Godoy definiu, em Luiz Lorena, um modelo de comportamento, um estilo de vida que se tinha por bem sucedido no jogo da honra política. Neste trecho, Luiz Lorena demonstra a forte afeição pelos valores da nova moralidade absorvida décadas atrás, sob uma maior racionalização das condutas a qual resultou na pacificação de Pereiras e Carvalhos, bem como elevou o prestígio, especialmente, da família Godoy a partir de 1930.

Importante observar como o narrador qualifica e valora Methódio Godoy, transferindo para ele a égide de “construtor do bem de nossa terra”. E para quem, uma vez “no alto da pirâmide social”, que, olhando para a base dessa mesma pirâmide, tenha o dever moral de se sentir grato por estar ocupado tal posição, a qual teria sido preparada por um membro da família Godoy. A lógica do sentimento da honra na

distinção de classe é aqui muito bem demarcada, especialmente, quando se atribui o valor “do bem” a um expoente da elite política e econômica do município.

Constatamos que essa é uma estratégia que tem perdurado ao longo do tempo e se legitimado, não só através dos livros de memória publicados pelos narradores da família Pereira, mas em discursos públicos durante solenidades realizadas em diferentes épocas, como veremos agora.

4.1.3 Reflexos de uma transição moral a partir dos discursos de um líder Pereira: legitimando o *ethos parlamentar*

Em seu livro de memórias Luiz Lorena publicou, na íntegra, alguns de seus principais discursos proferidos em eventos públicos, como inaugurações e refeições de grau em diferentes períodos. O que nos dá a possibilidade de compreendê-los de uma perspectiva processual a partir da percepção da regularidade dos sentidos morais de cada contexto. Nestes pronunciamentos há recorrências de *valores guerreiros* disseminados em Serra Talhada desde o século XIX, primeiras décadas do século XX e de novos valores, próprios do *ethos parlamentar* sintonizados com o contexto pós 1930 e pós Ditadura Militar.

Luiz Lorena transcreve em sua obra sete discursos que comprovam as transformações da sua visão de mundo ao longo do tempo e como o *ethos guerreiro* da família Pereira do Pajeú foi cada vez mais cedendo espaço à internalização de valores que levaram à solidificação de um *ethos parlamentar*. Por um longo tempo, com o passar das gerações, essencialmente a figura de Luiz Lorena, pela sua importância histórica como elo de transição entre uma “antiga” e “nova” cidade, este personagem tornou-se o reflexo corporificado da mudança de conduta de todo um meio social.

O primeiro discurso de Luiz Lorena é datado de 1957, o segundo de 1985, o terceiro de 1988, depois 1990; dois de 1995 e um último de 1997. Além destes, transcrevemos aqui um discurso proferido em 1987 obtido por nós junto ao museu da cidade. Em termos metodológicos, iremos destacar aqui trechos que se alinham semanticamente com a produção de sentidos morais na política, para compreendermos transições e permanências de visões de mundo ao longo do tempo, na busca por compreender como o processo civilizador na família Pereira do Pajeú operou a visão de

mundo e o comportamento de um dos mais eminentes expoentes da elite política de Serra Talhada.

A título de categorização, classificamos os discursos nos seguintes modelos heurísticos: *sentidos de progresso*; *sentidos de justiça e bem comum*; *sentidos de liberdade e dignidade*; *sentidos de coragem, vingança/pacificação*; *sentidos de devoção à ética cristã*; *sentidos de disciplina moral e sentido de dádiva/gratidão*.

Vamos às análises: Em 1957, o então prefeito Luiz Lorena discursa em público, durante evento de inauguração da estrada de ferro que chega a Serra Talhada, na presença do governador do Estado General Osvaldo Cordeiro de Farias e do senhor Cleantho Leite, representante do presidente da época, Juscelino Kubitschek. Nestes termos:

As portas da cidade estão abertas para vos receber. Estão abertas para vós, que trazeis o gigante de ferro, anunciando o advento de uma nova civilização. Acabamos de presenciar a chegada triunfal da primeira composição oficial da Rede Ferroviária do Nordeste a esta cidade. Um ato simples. Comum. É a repetição de tantas outras solenidades havidas em Pernambuco, no Brasil e pelo mundo a fora. (...) Emoção que os olhos, os semblantes e os gestos não escondem. Com efeito, este contentamento, esta alegria, trazidos aos corações dos sertanejos incultos e presos à gleba, trarão aos espíritos dos que conhecem o mundo exterior, revolta e indignação. Sabemos, toda via, que o Brasil é um país adulto. E somente agora em pleno meado do século XX, 457 anos depois de sua descoberta vem-se de inaugurar em Serra Talhada, a Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Como é sabido por todos nós, ela sempre foi indispensável, imprescindível para o desenvolvimento econômico e demográfico da região. Retardaram demais a nos trazer esta grande conquista. Todavia, é necessário que se diga, para evitar que essa gente incauta que me ouve não fique a pensa que estamos recebendo tudo aquilo do que necessitamos para sermos evoluídos, crescermos. Gente de minha terra, o trem afinal de contas chegou a Serra Talhada. O pior seria não chegar. Mas não representa de progresso e de economia o que representaria se houvesse inaugurado pelo menos 30 anos atrás, o tempo normal para execução desta grande obra (LORENA, 2019, p.333).

Neste trecho, o prefeito Luiz Lorena evoca o *sentido de progresso* como mola principal para a transformação da condição de vida dos sertanejos. O progresso aqui ganha valor enquanto noção de desenvolvimento na cidade. O prefeito, no entanto, expõe a pouca formação educacional da população classificando-os como “incultos” e “presos à gleba”, no sentido de estarem felizes aqueles que nunca poderiam pensar em ver o lugar onde vivem receber mudanças. Fazendo isso, Luiz Lorena demarca uma fronteira simbólica (LAMMONT, 1994; POLAZ, 2018; ALMEIDA, 2018), operando

uma separação cognitiva entre “nós” – enquanto classe dominante – e “eles”, a classe trabalhadora, formada essencialmente por agricultores condicionados à terra.

Se expõe, portanto, uma dialética com base nos costumes. O uso do termo “gleba” denota, por si só, uma distinção fundamental, quando no sistema feudal os chamados “servos da gleba” figuravam no mais baixo degrau da sociedade. Luiz Lorena acaba se colocando no polo oposto, na classe dos “espíritos que conhecem o exterior”, os quais como ele, enxergam a chegada do trem a cidade como algo “comum”, “um ato simples”, corriqueiro, pois se via “repetido em tantas outras solenidades havidas em Pernambuco, no Brasil e pelo mundo a fora”.

Há, aqui, a demarcação de uma fronteira simbólica entre a “sua” classe e a “deles” ao denominar também a população de “essa gente incauta que me ouve”, a qual não deveria ter motivos para tanta euforia na comemoração já que para pessoas como “ele” o empreendimento chegou com atraso de 30 anos na cidade. Em outro trecho do discurso, Luiz Lorena expõe um *sentido de justiça e bem comum* com base na condição de vida do sertanejo, nestes termos:

Permita-me Dr. Cleantho Leite, que eu mande por intermédio de vossa excelência, um recado para o nosso presidente Juscelino, o povo de Serra Talhada, a terra de Agamenon Magalhães, está eternamente agradecido quanto a essa ferrovia (...) ao tempo que peço cientificar ao estudioso, inteligente e trabalhador presidente da República de que a população rural deste município está vivendo miseravelmente. O nosso homem do campo está sem o pão de cada dia para a manutenção de sua prole. Não nos queixamos somente das secas repetidas, não, o pior de tudo é elevação do custo de vida em face dos precaríssimos meios de aquisição. Rogamos a Deus para que o nosso presidente tenha êxito na campanha de alimentação recentemente iniciada (LORENA, 2019, p.333-334).

Dá-se destaque neste trecho, a uma delimitação entre o político com interesses “egoístas” em oposição ao sentimento de altruísmo em solidarizar-se com a situação de miserabilidade do homem do campo. Luiz Lorena se mostra sensibilizado com a condição dos agricultores, os quais estariam sem condição para comprar alimentos devido o alto custo dos produtos. Assim, se utiliza da sua posição social dirigindo-se ao representante do então presidente Juscelino Kubitschek para mostrar empatia com a situação da classe trabalhadora, construindo sobre si mesmo um *ethos de humanidade* (CHARAUDEAU, 2013).

Complementando o *sentido de bem comum*, na lógica do que é ser “justo”, Lorena condena, em favor da moralização no serviço público, o aparelhamento político

do Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra a Seca) ao dizer: “O Dnocs tem sido para o Nordeste uma grande sinecura organizada. Nada tem feito para a salvação dos nordestinos (...)” (LORENA, 2019, p.234). Importante destacar um contraponto contextual entre a classe trabalhadora e a elite da época. Mesmo diante constantes inovações técnicas e comerciais, fruto da nova moralidade burguesa reinante em Serra Talhada, a qual vinha sendo disseminada desde o início do século XX, o município, em 1957, convivia ainda com um cenário de miserabilidade social, como confirma o próprio Luiz Lorena em sua fala. Ou seja, mudaram-se os costumes, mas não a condição de vida da população⁶⁹.

Em evento realizado quase 30 anos depois, em 29 de agosto de 1985, no contexto da Redemocratização pós Ditadura Militar, Luiz Lorena é chamado para discursar numa solenidade comemorativa pelos 20 anos da Celpe (Companhia Energética de Pernambuco), hoje privatizada no estado. Neste discurso, o ex-prefeito exalta novamente o *sentido do progresso* da técnica que afugenta os mitos e superstições humanas. E retoma *o valor do bem comum* condicionando o sucesso da companhia à necessidade da melhorar a oferta de serviços à população.

A ser verdade que fazer história é mudar as regras do jogo da vida, a Celpe onde fez chegar um ponto de luz mudou os conceitos sobre o fantasma do lobisomem e, no São Francisco, o lendário negro d’água (...). Transformou, sim, as regras do jogo da vida doméstica, mais acentuadamente na cozinha, onde fez chegar os mais sofisticados aparelhos utilitários. Foi possível chegar a imagem da televisão nos lugares mais afastados, para quebrar os tabus, ainda ridículos, outros retrógrados. A Celpe para gerar novas perspectivas de vida para o camponês deveria assumir a reponsabilidade de orientar o homem, conciliando sempre que possível as condições socio-econômicas do indivíduo com o melhor aproveitamento da área explorada. Vai nestas palavras, além de um apelo, uma advertência: ou a Celpe, definitivamente, avoca para si mais essa tarefa, ou ficará indefinidamente (...) convidando os indivíduos a pagarem contas atrasadas (LORENA, 2019, p.337).

⁶⁹ Boris Fausto (2007, p.105) analisando o significado da Revolução de 1930 nos fala da existência de diferentes interpretações acerca do que foi o movimento para historiadores: enquanto alguns o enxergam realmente como uma força de mudança; para outros, serviu como conservação de antigas elites, mas a partir de uma nova roupagem. “A discussão em torno do predomínio da permanência ou da mudança, da conservação ou da renovação decorre da construção de que a demolição da velha ordem se faria nos marcos de um processo de modernização conservadora, vale dizer, sem qualquer reformulação substancial da estrutura econômico-social preexistente. (...) Há, por um lado, análises que ressaltam a questão da continuidade da era pós-revolucionária em relação ao regime vigente ao longo da chamada República Velha. A partir deste tipo de visão, as mudanças ocorridas não teriam significado uma ruptura com aspectos básicos da orientação dominante na época anterior, razão pela qual o que se observaria seria a perpetuação de antigas práticas, sob novos rótulos, ou, ainda, reformas mais aparentes do que reais. Por outro lado, para alguns analistas, a década de 30 representaria um período crucial na evolução histórica do país, significando a passagem para uma sociedade de base urbano-industrial, caracterizando-se, no plano político, pela preponderância dos interesses ligados à industrialização”.

Importante frisarmos aqui a noção do ex-prefeito sobre “mudança da regra do jogo da vida”. Para Luiz Lorena, se “faz história” realmente quando há esse movimento dialético de transformação, o que foi realmente possível com a energia elétrica, na sua visão. Nada mais renitente no discurso moral da modernidade atribuir confiança à (ilusão) da técnica enquanto modeladora das relações do mundo da vida e a favor das supostas boas vontades humanas. Ainda destacamos deste discurso, o *sentido de liberdade e dignidade humana* a partir da associação entre “energia” escrava e “energia” elétrica suscitada por Luiz Lorena quando afirma, nestes termos:

Os meus vínculos como serviço público devem, com certeza, terem me conduzido até aqui. Menino da zona rural (...), das histórias de minha infância, contadas no alpendre casa grande, na fazenda do meu pai, recolhi precisamente duas que estão sobremaneira ligadas a este evento. Inúmeras vezes ouvi comentários sobre a escravidão no Brasil, ignominiosa e espúria, e sobre o talento de Delmiro Gouveia, coronel Delmiro, homem atilado e de espírito engenhoso. Lembro-me de alguns descendentes de escravos recriminavam contra as atrocidades impostas pelos senhores feudais e muitas vezes o meu, figura liberal, nascido de potestade sertaneja interferia para dizer que a escravidão fora realmente uma iniquidade em sua plenitude. No entanto, tornara-se de uma crueldade inominável na Zona da Mata (...). Alguns anos depois tomei consciência real daquelas narrações. Livros de Gilberto Freire expõem com clareza sobre o estigma da servidão negra. Só então compreendi que homens e mulheres eram aguilhoados na condição de escravos à prática de trabalhos inumanos. Era essa a ENERGIA de que dispunham os senhores de engenho para multiplicarem seus canaviais ao longo de 300 anos e manter o fausto da aristocracia canavieira de Pernambuco. Como sabemos o homem usou o próprio homem, extraindo de suas entranhas a ENERGIA que lhe deu estabilidade econômica, política e social durante três séculos (LORENA, 2019, p.336).

Chama a atenção neste trecho um “silêncio” no discurso de Luiz Lorena. No argumento de condenar a escravidão, o ex-prefeito usa como exemplo o contexto da Zona da Mata como um fator “ignominioso e espúrio”, não colocando em questão a escravidão também largamente explorada no Sertão do estado, onde a família Pereira era uma das maiores beneficiárias. No entanto, o ataque à escravidão como uma “iniquidade em sua plenitude” e de “crueldade inominável na Zona da Mata”, deixa bem demarcada a posição do orador em favor das liberdades e do respeito à dignidade e integridade humanas, fazendo jus à atualização do seu pensamento conforme o contexto em que teceu configurações.

No terceiro discurso, proferido em 26 de julho de 1988, o expoente da família Pereira do Pajeú é convocado a dar uma palestra em Aracajú (SE) para falar sobre quem foi Virgulino Ferreira, o Lampião. Ele começa devidamente socializado e incorporado pelo espírito de previsão, afirmando que é “pesquisando o passado que temos condições de programar a nossa vida, a vida do país, do estado e do município. Temos condições de programar o futuro de tudo isso (...)” (LORENA, 2019, 338).

Além do verbo “programar” ser utilizado para se antever a eventuais infortúnios, chama a atenção como Luiz Lorena valoriza e qualifica a categoria “passado” enquanto elemento que glorifica uma saída para o entendimento da formação dos problemas públicos nas três esferas do poder. Nesta perspectiva, conhecer o passado seria imprescindível, dentro da lógica da civilidade, para se antecipar a possíveis surpresas que possam vir a colocar em xeque costumes e poderes hegemônicos.

Também se dá destaque a um novo “silêncio” presente neste discurso. Como no caso da escravidão, Lorena não citou terem sido os Pereiras precursores do cangaço no Brasil e em Pernambuco. Não expõe Lampião como herdeiro do bando, das técnicas, estratégias e do legado moral deixado por Sebastião Pereira ao cangaceiro. Na palestra, o ex-prefeito detalhou apenas a história de Virgulino antes de tornar-se o célebre Rei do Cangaço, seu ofício de almocreve e o estopim que o levou a entrar para o banditismo, trecho que damos destaque por conter o seguinte sentido moral:

Com a morte de José Ferreira [pai de Lampião] rompeu-se o elo da sociedade, familiar, porque nós sabemos que a família é constituída por pai, filho e o espírito de Deus que a Igreja Católica chama de Espírito Santo. Naquela família, esta sociedade era autêntica, o respeito dos filhos aos pais era condição incontestável, não merecia dúvidas. A morte do patriarca faz desencadear desde as forças do mal até a quase loucura. Os filhos, notadamente Virgulino, decidiram abraçar a vida nômade de cangaceiro. O amor – o espírito de Deus foi banido para dá lugar ao que poderíamos chamar o reverso da moeda, o ódio. O que antes era só amor, só fraternidade, só união, passou a ser só ódio, desejo de desgraça. Muitas vezes me pergunto, neste fim de século [XX], como sertanejo que sou: Será que se me acontecesse o que aconteceu a Virgulino, eu teria de fazer a mesma coisa? Só respondendo que não, porque talvez não tivesse a coragem que ele teve. As consequências desses fatos nem seriam de se enunciar aqui e agora, porquanto o código de honra do sertanejo desconhece inteiramente da tolerância à pusilanimidade. Tenho certeza de que não sou um pusilânime, mas tenho dúvida de que teria eu a coragem de Virgulino e dos irmãos (LORENA, 2019, p.342).

A reflexão presente neste discurso traz um interessante exercício de empatia histórica de Luiz Lorena com Virgulino Ferreira e sua família. O narrador se coloca no

mesmo lugar do almocreve antes de virar o grande cangaceiro, diante a morte do patriarca da família Ferreira. Neste exercício, Luiz Lorena, da geração do *ethos parlamentar* pacificada depois da questão entre “Pereiras e Carvalhos” e devidamente socializada pelos costumes pós Revolução de 1930, põe à prova o seu “superego”, como diria Norbert Elias (1990, 1993), e responde que não teria a coragem de agir como Lampião.

Ou seja, ele não atenderia ao chamado interno do código de honra da época. Renegaria, assim, o afeto do ressentimento e não iria acionar a vingança como principal elemento da economia moral da honra naquele momento. O sentido moral exposto aqui é de total controle das pulsões em favor do espírito de previsão de um indivíduo incorporado por novos costumes que não o da época em que o fato aconteceu, ou seja, nas primeiras décadas do século XX. Luiz Lorena expõe, portanto, neste discurso em público, um novo *ethos* da família Pereira, sendo ele um dos empreendedores morais do grupo até a sua morte em fevereiro de 2009.

Apesar do *sentido de negação da vingança*, Luiz Lorena mantém-se firme a um valor praticamente intacto no *ethos* da família, que é a *devoção à ética cristã*. Se apresenta mais uma vez a recorrência do temor a Deus e o divino Espírito Santo. Com isso, o narrador advoga o homicídio do pai de Lampião à altura de um ataque ao “sagrado” que, como colocou, seria o vínculo familiar entre pais e filhos. Se deixa subentendido no discurso como questão: ao sentir esse laço sagrado maculado pela covardia da violência, realmente haveria como não pensar numa resposta no mesmo tom? Se estaria não apenas assassinando um homem, mas matando um vínculo na Terra com o amor de Deus...

Nota-se que o sentido de *negação da vingança*, não impede que o narrador evoque o *sentido de coragem* ao dizer que “o código de honra do sertanejo desconhece da tolerância e da pusilanimidade”. E que, assim, “não sou um pusilânime”, mas “tenho dúvida” quanto a ter a mesma coragem de Virgulino de experimentar o sabor e o fel da vingança. Essa simples “dúvida” evocando um sentido de pacificação em 1988, representava, na verdade, uma reação treinada inconscientemente fruto de um silencioso processo civilizador iniciado há, pelo menos, 80 anos. Nessa época, Pereiras não teriam “dúvida”, incorporados no jogo da economia da honra, em responder com sangue ao assassinato de um patriarca da família. Este posicionamento moral marca uma

superação, pelo menos do ponto de vista simbólico, da lógica da vingança no ethos da família.

A longa tradição religiosa da família Pereira foi reforçada em agosto de 1990 num forte *sentido de devoção cristã* invocado durante discurso de Luiz Lorena durante abertura da Festa Jubilar Comemorativa dos dois séculos de invocação a Maria de Nazaré em Serra Talhada. O pronunciamento foi realizado dentro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, para uma multidão, nestes termos:

‘E a misericórdia do senhor se estende de geração em geração sobre os que têm fé’. Paroquianos e devotos da mãe do Redentor, devemos racionar essas palavras saída de seus lábios há mais de XX séculos. Nascida de pais ruralistas e desposada por um carpinteiro não lhe foi penoso assimilar aquilo que para outras mães pareceria adversidade. O que lhe preocupava, sobretudo era a missão de entregar o fruto de suas entranhas para a redenção da humanidade. Pouco importava que a sociedade daquela época, incoerente como a de hoje lhe haja negado ambiente (...) digno para o nascimento do seu filho (...). E nós, que ao longe desse tempo não sabemos conciliar o nosso egoísmo, nem atentar para a inconsequência da guerra, dos genocídios, assaltos e sequestros monstruosos, latrocínio e das vinganças de qualquer tipo. As nossas mãos, no limiar do século XXI são as mesmas que acionaram as flechas para ferir de morte o Nazareno [Jesus]. Senhora da Penha, sobre os 70 mil fieis dessa paróquia, vimos rogar: ‘Estendei a nós as vossas mãos’, como alijava que pretendesse recolher as flechas da incompreensão que nos ameaça. Que os próximos 11 anos que nos separam do terceiro milênio sirvam para nossa conversão. Que o século XXI comece em estado de graça para a nossa gente e que a fraternidade promane de cada um (LORENA, 2019, p.63).

Em devoção aos preceitos do cristianismo, Luiz Lorena recorre ao *sentido moral de pacificação*, condenando a vingança, as guerras e genocídios. E mais uma vez expõe um atilado espírito de previsão sempre falando de olho no século XXI que se aproximara, fazendo desse período um marco temporal para a mudança moral da humanidade.

Cinco anos depois, em dezembro de 1995, Luiz Lorena foi convidado para discursar como paraninfo da 17ª Turma da Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (FAFOPST). No início de seu pronunciamento, o narrador fala do orgulho de ter nascido em 1926, “um ano que dividiu o período entre duas grandes guerras (...), privilégio de viver até aqui, 70 anos neste século, que tem parecido breve e, na verdade, tem sido uma era de extremos” (LORENA, 2019, p.347). A partir deste introito, o ex-prefeito demonstra o apreço pela moralidade reinante exigida pelo seu tempo:

A humanidade, que ao longo de muitos milênios teve costumes empíricos, foi conduzida a um novo tempo de tecnologia. As guerras que degradam a pessoa humana são obviamente a causa determinante do progresso tecnológico e científico. Começamos a usar máquinas nesta centúria. Com a velocidade de 20 km/hora. Já agora neste fim de século e de milênio atingimos 48 mil km possibilitando a exploração do espaço sideral e, como se não bastasse, o rádio já em desuso dá lugar a televisão que ocupa os espaços disponíveis, atingindo todos os quadrantes em observação do sistema solar, na velocidade do raio. A medicina está brincando com o milagre da vida chegando a reproduzir em série seres normais e saudáveis sob encomenda. Os transplantes de órgãos nos dão uma perceptiva tão fantástica, quanto impossível de avaliação. A hibernação dos corpos já é possível para dar chance de esperar medicamentos que sare moléstia ainda incurável. Aeronaves supersônicas serão em breve objetos de museu. Os satélites artificiais saíram da ficção para a rotina. O homem chegou à luz. A telefonia, não fosse os obstáculos dos idiomas, já teria transformado o mundo numa aldeia global, onde as pessoas mantivessem o mais estreito e informal relacionamento. Os computadores se ocupam de tarefas inimagináveis no cotidiano do comércio, da indústria e das atividades domésticas rurais. A energia solar substituirá a parafernália de máquinas na produção de eletricidade, a conquista do refrigerador e do fogão a gás será desprezada por novas opções trazidas pela informática. Estuda-se a construção de cidades no espaço e nos oceanos. Os países de velho mundo estão lançando (...) uma moeda única, deixando-nos a um passo da moeda internacional. Os esportes atingiram nova dimensão, nesse mundo de extremos. Na música, o romântico e o erudito abrem lugar para os ritmos populares, promovendo verdadeiro delírio das massas. As escolas estão sendo invadidas pela informática, é uma consequência inevitável do progresso. Quem não acompanhar esse ritmo galopante da tecnologia vai figurar no filão dos fracassados. Tudo isso foi possível neste século graças ao talento de muitos, à loucura de alguns e o espírito guerreiro de outros. Nessa era os impérios colonialistas deruíram. Como senão bastasse a revolução tecnológica e talvez por isso mesmo a política projetou-se mais dinâmica. Assistimos à escalada ideológica e filosófica do comunismo, numa ascensão de tal forma gigantesca que seria impossível de se prever a sua exaustão e queda em ritmo de implosão. O muro de Berlim, edificado por motivos políticos, para separar homens da mesma etnia, não resistindo ao vendaval da tecnologia, desintegrou-se (LORENA, 2019, p.347-348)

Evoca-se neste pronunciamento, inicialmente, mais um *sentido de pacificação*. O narrador se sente privilegiado por nascer “entre guerras” numa “era de extremos”. Ao elencar uma série de transformações técnicas próprias do século XX, Luiz Lorena repete novamente o *sentido de progresso*, mas agora com uma importante inflexão. Ele demonstra certa frustração, posto que até ali o *progresso* como vinha presenciando não estava servindo para melhorar a condição de vida das pessoas, apesar de facilitar inúmeras atividades cotidianas.

Há, de um certo modo nesta constatação de Luiz Lorena, a constatação de que o desencantamento do mundo (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) próprio da exaltação do curso do *progresso científico* não bastou. Posto que “guerras que degradam a pessoa

humana” estão sendo causadas essencialmente por conta deste mesmo *progresso*, isto é, a partir do domínio e da instrumentalização da técnica. Em outros termos, apesar de notarmos a forte regularidade na exposição de um “louvor do progresso técnico”, como nos diria Adorno e Horkheimer (1985), Luiz Lorena constata tristemente que “a tecnologia deveria ser usada para o combate à fome das populações carentes”, como ele mesmo cita, retomando o sentido *de justiça em favor do bem comum*.

Entretanto, o que mais assusta é sabermos da fome que ronda a periferia das grandes metrópoles, com agravamento nos país do terceiro mundo. E no Brasil, como justificar a fome se o milho, o feijão e o arroz estragam-se nos armazéns do governo? A tecnologia deveria ser usada para o combate à fome das populações carentes. O analfabetismo é outra chaga que deve ser extirpada entre os povos. Os recursos tecnológicos estão ao alcance da mão, é só lutar sem desfalecimento. Não se diga que a esperança é a última que morre, porquanto a esperança é a única que não morre. Deve haver conjugação de esforços para construirmos uma sociedade mais fraterna e justa (LORENA, 2019, p.348).

Em outro trecho deste pronunciamento público, o narrador reforça novamente o *sentido de coragem* para se tentar “fazer história”. Ele condiciona este feito a partir de valores e sentimentos guerreiros como a coragem e a bravura. Nestas palavras:

A história é feita por bravos e lutadores, entretanto os pusilânimes nunca ficam à margem dos acontecimentos, infiltrados, procuram muitas vezes inverter os valores e aparecem no topo da pirâmide. O fosso da história tem muito lodo, feliz de quem não precisa deixar na lama da história suas pegadas. É verdade que tudo isso tem acontecido, eu vi. (...) Caríssimos mestras e mestres, vocês viverão noutra era, e serão testemunhas, verão coisas e fatos surpreendentes, as cortinas do século XXI serão abertas para mostra horizontes carregados de surpresas desconcertantes. (...) Muita coisa poderá ser decepcionante e transformada em ruína, porém eu lhes deixo agora um preceito que será o lema: educar é mais que um encargo, educar é um dever (LORENA, 2019, p.348).

Importante notarmos que no trecho deste discurso acima subentende-se a existência de uma disputa moral na sociedade entre “fortes” e “fracos”. Luiz Lorena trata os “fracos” como os “infiltrados e pusilânimes” em busca de “inverter os valores” da sociedade. E que, nessa disputa, ele presenciou “os fracos” aparecendo no topo da pirâmide”. Se expõe aqui a percepção clara do narrador na presunção de um jogo - nos termos bourdieusianos de uma competição por capitais enquanto recursos escassos -, em que os agentes se deparam em conflito para escrever a “a história” a partir de seus interesses. E que, nesta seara de guerra simbólica, no âmbito dos valores entre

“covardes” e “corajosos”, as armas que antes dependiam de gatilhos e balas de aço, deveriam ser substituídas agora pelo imperativo da educação, a educação enquanto *dever moral*. O que marca mais uma cisão crucial no ethos da família Pereira rumo aos novos tempos, ao século XXI.

No segundo discurso de 1995, também realizado no mês de dezembro daquele ano, Luiz Lorena foi homenageado como paraninfo durante solenidade de diplomação dos professores do Colégio Municipal Cônego Torres, onde fez o seguinte pronunciamento:

A história da humanidade está pontilhada por monumentos grandiosos que orgulham sobremaneira as nações. O Egito tem seu destaque nas pirâmides, a China nas Muralhas, o Coliseu é destaque na Itália, a torre Eiffel na França, a Estátua da Liberdade nos Estados Unidos e no Brasil o Cristo Redentor e a estátua do Padre Cícero no Juazeiro do Norte. Em Serra Talhada, temos o colégio que dividiu a nossa história em dois hemisférios: antes e depois do Ginásio Cônego Torres. Sabemos que no serviço público, a instrução e a educação têm sido relegadas ao plano secundário e talvez por isso o depauperamento tornou-se evidente nesta faixa de vital importância para o desenvolvimento do Brasil. O professor Pasquale Neto, figura de primeira grandeza na TV brasileira, atribui a duas causas principais: “O despreparo dos professores para a tarefa do ensino e o desprezo do brasileiro para a leitura, contribuindo para uma tremenda limitação no vocabulário e consequentemente de conhecimento”. É lamentável que isso esteja acontecendo precisamente na fase em que as nações estão vivendo o momento da globalização. As fronteiras deixarão de constituir obstáculo às nações de pessoas. O comércio tende a ficar livre entre os povos, a moeda circundante terá fórum universal, o idioma não pode necessariamente obstaculizar o avanço sócio-econômico e tecnológico. Trata-se do determinismo histórico que no passado foi promovido com guerras. Melhor quando agora a conscientização dos estadistas aponta na paz, o caminho a ser percorrido. Quem não se cuidar vai a pique. Somos embarcações do mesmo navio que não vai dispor de lugar para incompetentes. Sou do tempo em que o estudante, ao anoitecer recolhia-se a casa dos pais para estudar sob a luz mortíça de candeieiro a querosene. Com o advento da energia da Chesf, a fundação de colégios, escolas normais e até faculdades, com o lançamento de produtos eletrônicos, computadores e a imprensa televisiva, a transformação é indubitavelmente um fator de progresso. Mas também responsável pelas alterações nos quadros social, econômico, moral e político, às vezes perturbadores da ordem social das coisas. (...) Estas considerações fazem parte do contexto geral que envolve o magistério. Entretanto não seria demais advertir-vos sobre um dilema que desgostaria seriamente o professor. Temos conhecimento sobre o número de alunos que relegam seus estudos a segundo plano cresce a cada ano. (...) A partir daí se usa um expediente cruel contra o professor que exige dos seus alunos mais atenção para os estudos (...). Advém o epíteto de perseguidor, gerando com isso a síndrome da perseguição. Os pais frustrados saem pelas ruas e em cada esquina denunciam injustamente o professor, que “prejudica” os seus filhos. Lembro-vos da necessidade de manter essas exigências no exercício do magistério, pois que “ser perseguidor” em tal situação além de nobre é divino (LORENA, 2019, p.349-350).

Pela primeira vez, o narrador nos apresenta no recorte acima, uma visão de mundo em que o *sentido de progresso* dá lugar à educação enquanto valor para o desenvolvimento do país, isto é, das grandes obras frutos de avanços técnicos e tecnológicos em todo o mundo, há em Serra Talhada algo semelhante, personificado por uma escola. *O progresso moral* mediante a educação assume o patamar de uma missão “nobre” e “divina”, por isso vale a pena ser um “professor perseguidor”. Luiz Lorena alia educação à tecnologia e vê essa junção como uma força transformadora com poder para “alterações nos quadros social, econômico, moral e político, às vezes perturbadores da ordem social das coisas”.

Ao associar a possibilidade de mudança da “ordem social das coisas” por meio da educação, justificando assim a qualificação do “professor perseguidor”, o autor sinaliza para um debate em torno do que Durkheim (2012) afirma ser do âmbito da disciplina de uma classe social. Em outros termos, a educação escolar enquanto fator de “transformação da ordem” teria a força também de “manter o ordenamento” a partir dos interesses da classe dominante enquanto reforço à perpetuação da moralidade reinante. Nestes dois pronunciamentos de 1995, Luiz Lorena demonstra plena consciência disso expondo *sentidos de disciplinamento moral*.

Há um grande número de obrigações as quais as crianças devem submeter-se. O conjunto dessas obrigações é o que chamamos de disciplina escolar. É com a prática da disciplina escolar que se torna possível inculcar na criança o espírito de disciplina. (...) Muitas vezes a disciplina escolar foi concebida de tal modo que seria impossível atribuir-lhe um papel moral tão importante. (...) Mas na verdade a natureza e função da disciplina escolar são muito diferente disso. Ela não consiste em um mero artifício destinado a fazer reinar uma paz exterior, para permitir que as aulas se desenrolem tranquilamente. Ela é a moral de uma classe, como a moral propriamente dita é o espírito do corpo social. Cada grupo social, cada espécie de sociedade, possui sua moral e não poderia deixar de possuir. Ora, a classe é uma pequena sociedade: é, pois, natural e necessária que ela possua uma moral própria, em relação com o número e natureza dos elementos que a compõem e em relação com a função de que ela é o órgão. (...) O professor que zela por essa disciplina deve dedicar-lhe os maiores cuidados. Não são apenas seu interesse e sua tranquilidade que estão em jogo. Podemos afirmar, sem exagero, que é sobre essa firmeza [*de ser ‘perseguidor’, como sugere Luiz Lorena*] que repousa a moralidade da classe. Não há dúvida de que uma classe indisciplinada é uma classe desmoralizada (DURKHEIM, 2012, p.150).

No último discurso presente no livro de memórias *Serra Talhada, 250 anos de história, 150 anos de emancipação política*, o ex-prefeito Luiz Lorena é convidado de honra do evento “Anos Dourados” para discursar aos ex-alunos do Ginásio Municipal Cônego Torres. O pronunciamento é datado de julho de 1997, quando Luiz Lorena, com

71 anos, aproveita o momento para fazer uma espécie de balanço de sua atuação política em favor de Serra Talhada, relatando ações ao lado dos seus mestres inspiradores o coronel Cornélio Soares, Methódio Godoy e Agamenon Magalhães, inclusive para a garantia da construção do Ginásio Cônego Torres. Ao final, ele faz um pedido para que a cidade lhe ofereça uma dádiva. Destaquemos este trecho:

Antes de dar início ao meu discurso gostaria de incomodar um pouco a ilustre plateia. Solicito aos presentes, portadores de título universitário, aos professores, mesmo de curso primário, mas que ostentem um diploma e que tenham frequentado aulas deste colégio, que levantem a mão. Pelo o que se observa cerca de 80% da plateia ergueram os braços. (...) A decisão de um político dividiu a história de Serra Talhada em dois hemisférios: antes e depois do colégio Cônego Torres. Em face de decisões como essa é que nunca aceitei para Cornélio [Soares] o título de coronel, posto que os coronéis do interior estiveram sempre ligados a prática do trabuco, da violência e do desmando político. Ao contrário, esse cidadão foi, em seu tempo, um homem fraternal, promotor da paz em nossa terra. (...) Vencido os primeiros obstáculos, o novo diretor [do colégio], participou comigo, Luiz Lorena, eleito prefeito (...) na luta para a conclusão das obras do ginásio. (...) Como se pode ver, sou eu o último sobrevivente da geração de políticos que participou dessa odisseia [*havia também falado dos esforços de Methódio Godoy e Agamenon Magalhães*]. Estou aqui já septuagenário, descendo para o ocaso da vida, porém, sentindo-me disponível e útil estendo súplice a mão para pedir. Rogo a todos os profissionais: médicos, odontólogos, bacharéis, engenheiros, contabilistas, professores, estudantes, comerciantes e classe política, ao prefeito aqui presente, que lutem e me ofereçam como dádiva a instalação de uma escola superior, de uma faculdade de direito, por exemplo (...). Seria profundamente gratificante para mim participar da festa de inauguração dessa faculdade (LORENA, 2019, p.346).

Analisemos, primeiro, o forte simbolismo destes seis discursos a partir da compreensão social dos eventos públicos onde eles foram pronunciados. Além de deixarem as impressões de seus nomes e mandatos nos conjuntos de símbolos da cidade (estátuas, ruas e avenidas, prédios públicos, praças, etc) com “seus nomes de famílias gravados e misturados com retratos de antepassados, todos eles cuidadosamente marcados com referências que comprovam a dedicação de cada retrato a serviço do Estado” (CANÊDO, 1994, p.86), o jogo da honra política faz com que o nome e a memória da família também se movimentem em solenidades festivas⁷⁰.

A partir delas se mede a força e a vitalidade “dos detentores de uma autoridade política, tanto pelo número de citações dos nomes da parentela que se mostra sempre presente, como pelo conjunto dos aliados e afiliados dispostos a prestigiá-los nessas comemorações” (CANÊDO, 1994, p.86). No trecho em destaque, Luiz Lorena faz

⁷⁰ Como exemplo, vimos no capítulo 2 o discurso do então prefeito Carlos Evandro Pereira de Menezes.

menção aos três principais nomes da elite política da época em que atuou como prefeito. Neles estão as insígnias dos sobrenomes tradicionais na cultura política de Serra Talhada. Canêdo (1994) nos diz que esse longo exercício simbólico se repete continuamente ao longo do tempo forjando condutas e preparando não só o corpo dos eleitores para o momento do voto, mas principalmente suas mentalidades.

As normas de conduta política, interiorizadas nos cérebros e nos corpos por meio dos rituais aparecem impensadas na maioria dos trabalhos sociológicos e históricos que tomam por objeto os mecanismos pelos quais são gerados os processos de troca característicos da “democracia representativa”. (...) são nesses rituais que a História se esconde melhor do olhar usual do historiador, pois são eles que ordenam as categorias de pensamento e de percepção que aplicamos espontaneamente ao mundo político, dando-lhe a duração, isto é, a possibilidade de se falar no passado quando se está falando de algo no futuro que se estabilizou. (...) a história inscrita nas coisas e também nos corpos acaba por criar espécies de programas (no sentido da informática), historicamente montados, e que são responsáveis pela eficácia dos estímulos desencadeados por aqueles que detém o domínio prático da política (CANÊDO, 1994, p.87).

Feita essa conexão, há nas entrelinhas do discurso o *sentido de bem comum* pelos esforços coletivos da elite política da época em garantir o Ginásio Cônego Torres para a cidade diante o risco que fosse construído em outro município. E que, com os esforços também de Luiz Lorena a obra se concretizou. Estavam, portanto, todos ali diante do “último sobrevivente da geração de políticos que participou dessa odisseia”.

Dois pontos a serem analisados: 1) A defesa que faz do *ethos parlamentar* do coronel Cornélio Soares, sedimentando mais uma vez a sua admiração pela moralidade burguesa refletida na conduta racionalizada do político, ao ponto de distingui-lo do “trabuco, da violência e do desmando” dos coronéis sertanejos; 2) tem-se um *sentido da dádiva* como gratidão reivindicada no discurso de Luiz Lorena, a qual retoma um debate exposto no primeiro capítulo da tese, a partir de Marcel Mauss.

A dádiva se apresenta dentro de um sistema de reciprocidades funcionando a partir de uma obrigação trina de doar, receber e devolver bens simbólicos e materiais. Movimento que deve se estabelecer de uma forma “voluntária”, isto é, a partir de uma “força interna” que se forja entre os membros da relação. É possível dizer, a partir do discurso de Luiz Lorena, que houve ali uma reivindicação pública da “dádiva” diante os esforços do narrador pelo bem da cidade.

Importante pensar essa narrativa numa perspectiva mais ampla. A dádiva aqui cria circuitos afetivos não diretamente com o orador, mas com a classe dominante da

qual ele faz parte. Em troca, as novas gerações ali presentes, reciprocamente, deveriam sentir-se “obrigados” a honrar não Luiz Lorena, mas uma parcela da elite econômica e política que teria contribuído para que todos ali estivessem comemorando juntos benfeitorias na cidade.⁷¹

No último discurso aqui analisado, realizado em agosto de 1987⁷², Luiz Lorena, fala para dezenas de pessoas na principal praça da cidade, a Sérgio Magalhães, evocando novamente o *sentido da dádiva* como gratidão para com as elites guerreiras do município. Ele faz essa construção semântica ao dizer que o povo é “fruto de uma história de heróis” e ao ter sido “criada e fundada pela bravura dos homens que habitavam as barrancas do [rio] Pajeú”, como Agamenon Magalhães.

Somos frutos de uma história de heróis. Serra Talhada foi criada e fundada pela bravura dos homens que habitavam as barrancas do Pajeú. Certa vez, Andrade Lima Filho, fazendo referência a um estadista que aqui nasceu, ele rememorava no tempo à história de Moisés. Para dizer que Moisés havia sido encontrado nas águas do Rio Nilo e Agamenon Magalhães, nosso conterrâneo, talvez tivesse sido encontrado nas areias escaldantes do Rio Pajeú. A história de Serra Talhada é um fascínio. Dizer ao prefeito que a nossa cidade está feliz e está de parabéns seria praticamente inútil, porque ele está sendo testemunha. Dizer a Paulo Menezes que sua iniciativa está sendo vitoriosa seria inútil, porque a voz deste orador se perderia no tempo, porque a cidade hoje o aplaude. Estamos aqui com as escolas e grupos de xaxado rememorando as coisas de ontem, para dizer que a Casa da Cultura, é um bem, como o sertanejo costuma dizer, um bem de raiz, porque ela veio para ficar, e ela será eterna como eterna é a história dos nossos homens do passado (LORENA, 1987).

Associado ao *sentido da dádiva* há também neste discurso um *sentido de coragem* quando se louva a atuação de membros da elite política da época evocando o *sentido de bem comum* que eles tiveram pelo município. O valor da coragem e do heroísmo acionam e justificam, no discurso político, o afeto da gratidão na população enquanto imperativo categórico, isto é, enquanto *dever moral* de reconhecimento por quem “fez tanto o bem” por Serra Talhada, assim digamos.

O conjunto destes sete discursos nos apresenta um importante painel moral e emocional de um dos maiores expoentes políticos da família Pereira pós geração de

⁷¹ E assim a dádiva foi paga: Muitos anos após a morte de Luiz Lorena, em 2009, surgiu em Serra Talhada a FIS (Faculdade de Integração do Sertão) com um curso de Direito. Como gostaria Luiz Lorena, o prédio leva o nome: Luiz Conrado de Lorena e Sá. Além do nome do edifício, há no hall de entrada da instituição uma obra de arte com a imagem de Luiz Lorena.

⁷² Este discurso não está no livro de memórias do autor. Conseguimos o vídeo, em formato VHS, em contato com o ex-diretor e fundador do museu da cidade, Paulo Profeta. O discurso de Luiz Lorena neste evento faz referência a inauguração do museu da cidade, chamado Casa da Cultura.

1930. Seus discursos percorrem contextos da década de 1950, 1980 e após a Redemocratização, na década de 1990, apresentando atualizações e recorrências de sentidos morais próprios das condutas e sentimentos de uma elite política que se vê no poder até os dias de hoje. De outro modo, os contextos e fatos relatados nos livros de memória aqui analisados remontam as configurações dos primórdios do município, ainda do século XVIII, nos oferecendo um rico painel histórico.

A compreensão destes discursos clareia um caminho analítico acerca dos efeitos de um processo civilizador na família Pereira, mas que reflete transformações em nível maior, no âmbito moral de todo o município de Serra Talhada. E como um membro da elite política disputou, enquanto esteve vivo, sentidos morais em favor do prestígio não apenas de sua família, mas de uma classe dominante que abrangia também indivíduos de outras famílias tradicionais.

Esse movimento foi deflagrado, no início do século XX, a partir do “treino” para expansão de uma moralidade específica, propulsora de novos hábitos no município visando a manutenção do poder de uma elite através da seara dos costumes. Os sentidos mapeados nestes discursos expõem o avanço cada vez mais forte da racionalização das condutas mediante o controle das pulsões de tal modo a gerar a “dúvida da vingança”. E através do cultivo de um espírito de previsão que garante a competitividade da elite no jogo da honra por prestígio e poder.

Sentidos que ativam o espírito de previsão como *“quem não se cuidar vai a pique”*; *“quem não acompanhar esse ritmo vai figurar no filão dos fracassados”* ou *“somos embarcações do mesmo navio que não vai dispor de lugar para incompetentes”* refletem este sentimento de competição. Elias (1993, p.212) resume esse espírito de disputa, dentro dos processos civilizadores, da seguinte maneira:

A habituação ao espírito de previsão e o controle mais rigoroso da conduta e das emoções, para os quais se inclinam as classes superiores por motivo de sua situação e funções, constituem importante instrumento de sua predominância. (...) Servem como marca de distinção e prestígio. Exatamente por este motivo, tal sociedade considera como transgressão do modelo dominante de controle das paixões e sentimentos todo e qualquer ‘afrouxamento’ de seus membros. A desaprovação acentua-se quando aumenta o poder social e o tamanho do grupo mais baixo, em ascensão, e assim torna-se mais intensa a competição pelas mesmas oportunidades entre os grupos superior e inferior. O esforço e o espírito de previsão necessários para manter a posição de classe superior manifestam-se nos contactos internos dos seus membros entre si, no grau de supervisão recíproca que praticam, na estigmatização severa e nas penalidades que impõem aos seus membros que infringem o código comum que os distingue. O medo provocado pela situação de todo o grupo, pela sua luta para preservar a

idolatrada e ameaçada posição, age diretamente como uma força para manter o código de conduta, o cultivo do superego em seus membros. Ela é convertida em ansiedade pessoal, no medo do indivíduo de degradar-se ou simplesmente perder prestígio na sociedade em que vive. E é esse medo de perda de prestígio aos olhos dos demais, instilado sob a forma de autocompulsão, seja na forma de vergonha, seja no senso de honra, que garante a reprodução habitual da conduta característica, e como sua condição um rigoroso controle de pulsões em cada pessoa.

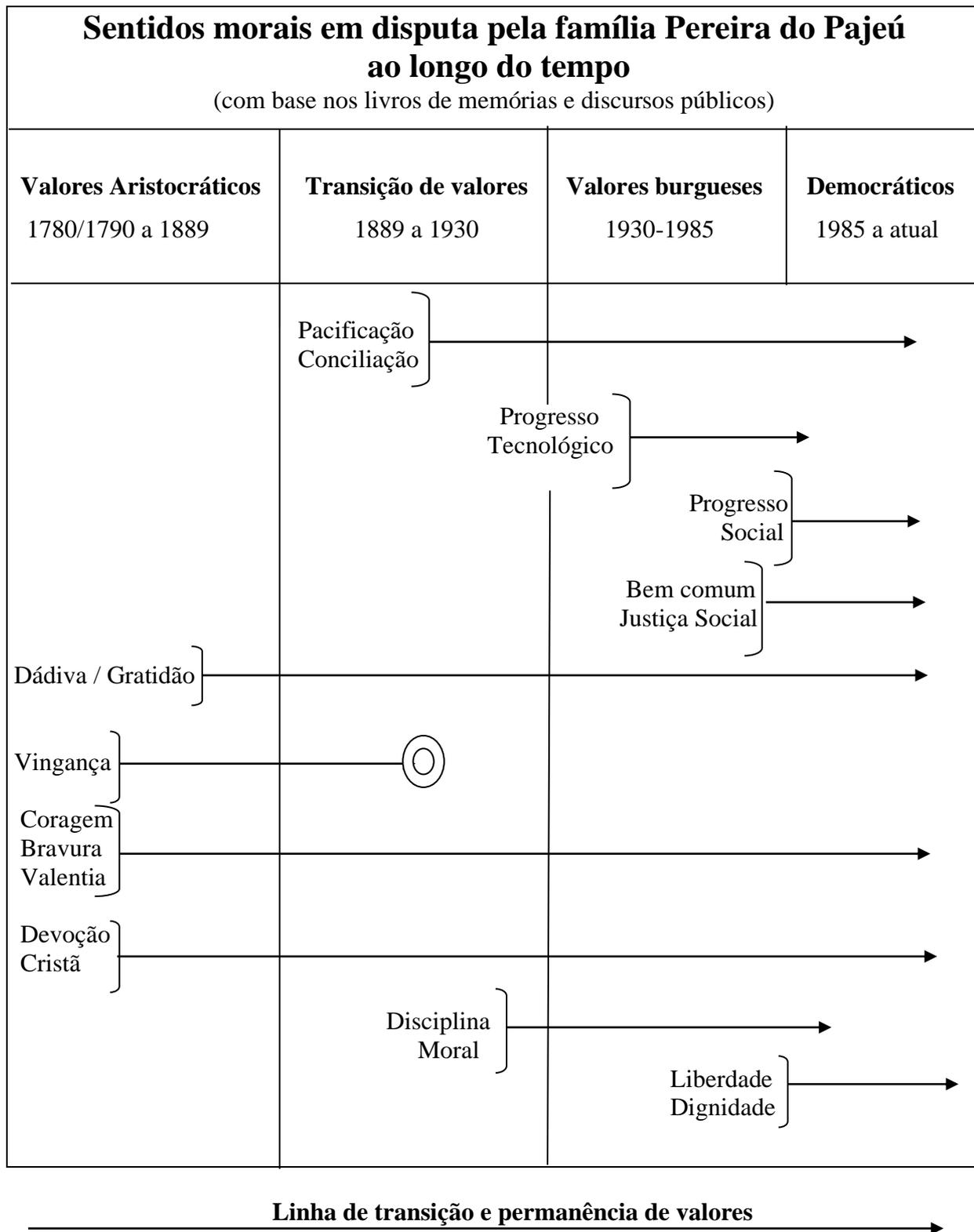
O aprimoramento de um *ethos parlamentar* entre os membros de uma família historicamente beligerante é um dos grandes frutos dessa transformação. Outro exemplo ilustrativo dessa reflexão de Norbert Elias foi quando Sebastião Pereira disse que não queria ser o causador do desprestígio da família na região e por isso abandonou o cangaço. Isto é, os líderes Pereiras e Carvalhos já vinham recebendo pressões de todos os lados para pôr fim à guerra entre os grupos. A matança continuando poderia atingir fatalmente a economia urbana de Serra Talhada, comandada pelos Carvalhos, atingindo assim toda uma rede de relações e de funções que começara a se diversificar e crescer.

Por mais que se evidencie com riqueza de detalhes as intrigas e batalhas entre as famílias rivais; as mudanças urbanísticas e tecnológicas que se vivenciou; bem como a (re) definição da espacialização do poder na cidade a partir destas questões de família; corria em Serra Talhada, silenciosamente, um forte processo de acomodação de costumes e valores como pano de fundo de tudo isso. E, dentro dele, um rio de sentimentos e sentidos morais em disputa. Isto é, uma batalha simbólica direcionada para a reprodução dos valores que legitimavam uma elite burguesa em ascensão na época⁷³.

É, portanto, com base no curso moldável desse “rio”, traçado mediante relações interdependentes impulsionadas fortemente por um novo momento econômico e político do país, que defendemos que as transformações vivenciadas pelo município de Serra Talhada no início do século XX contaram, essencialmente com a condicionante moral como divisora de águas para o fortalecimento da elite política e econômica da época.

⁷³ Em nível macro, nos lembra Boris Fausto (2006, p.447-452), que no período da República Velha houve um forte embate, dentro das classes dominantes, entre uma burguesia agrária em ascensão e uma oligarquia anti-burguesa. A luta de classes, nesse movimento, dá-se em dois planos: o primeiro, o do antagonismo fundamental entre proprietários e não-proprietários ou entre exploradores e explorados, e o segundo, o do antagonismo no seio da própria classe dominante, proprietária e exploradora. Nasceu uma burguesia agrária, quando se fundam na economia brasileira simultaneamente o trabalho assalariado e o campesinato, a classe dominante rural bloqueara o avanço da divisão social do trabalho no campo, em suma a penetração do capitalismo no campo. A grosso modo, a luta entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada poderia estar assim representada.

Quadro 4.



Na tradução do quadro acima, expomos dentro do processo civilizador vivenciado pela família Pereira do Pajeú, uma linha do tempo com a permanência de valores morais, a incorporação de novas visões de mundo e o abandono de condutas específicas fruto da transformação geracional da família. Importante frisar que esta não se propõe a ser uma métrica valorativa com bases paradigmáticas e universais, mas algo construído heurísticamente a partir da realidade dos Pereira do Pajeú, em específico, o que não deixa ser uma proposta para a análise processual da moralidade a partir da trajetória de famílias políticas.

O quadro propõe que as mudanças morais se dão a partir de seus contextos históricos, os quais dividimos em valores aristocráticos (até 1889), valores em transição (até 1930), valores burgueses (de 1930 até o final da Ditadura) e valores democráticos (pós 1985 aos dias atuais). Do ponto de vista da construção da moralidade da família Pereira do Pajeú, identificamos a sólida permanência geracional de valores ligados à ética cristã católica perenes em todas as dimensões do tempo. Destaque-se o fato de que os valores guerreiros também caminham junto dos valores cristãos ao longo da trajetória moral da família.

Temos, portanto, a forte relação entre fé, religião e beligerância como componentes da formação moral de uma elite política no interior do Nordeste. Outros valores identificados como permanentes ao longo do tempo na construção moral da família são a dádiva e devoção, enquanto elementos que fortalecem o *ethos de poder familiar* dos Pereiras na exigência simbólica por respeito à história do grupo e de como seus membros impulsionaram o desenvolvimento de Serra Talhada e região. A partir das duas primeiras décadas do século XX, há um período de transição de valores em que a família Pereira precisa se adequar moralmente.

E para isso há a exigência de um maior disciplinamento das condutas afetando primordialmente um jogo secular de vingança e mortes, muito comum nas relações da família em décadas anteriores. A saída dos Pereiras do cangaço e o fim da guerra contra a família Carvalho são os grandes sinais do término de um longo e triste histórico de matança. Do ponto de vista simbólico, significou a quebra com um dos principais sustentáculos morais do *ethos guerreiro* da família.

Com a Revolução de 1930 e a modernização tecnológica do país, a inserção dos valores urbanos burgueses são fortalecidos a partir do ideal de progresso técnico. A internalização dessas transformações culmina com a posse de Luiz Lorena a prefeito em

1945/1946 aos 18 anos. A partir dele, sendo o principal arquétipo moral da família novamente em ascensão política, são incorporados os valores democráticos de justiça social, progresso social, respeito à liberdade e dignidade humanas, aliado agora à ideia de trabalho em favor do bem comum. Esta nova economia de valores da ala política da família Pereira do Pajeú se aprimora, essencialmente, após o fim da Ditadura em 1985 propalada dessa vez por uma nova geração de personagens políticos que atualizam e reivindicam o uso dos valores guerreiros dentro da economia moral do *ethos parlamentar* em favor do que alegam ser a luta pelos interesses do povo.

Dentre as principais características deste *ethos* estão a capacidade de diálogo e argumentação, o espírito conciliador e voltado para o bem público. Do ponto de vista das afecções do *ethos parlamentar* destacamos o temor a Deus, o orgulho pela origem familiar, a paixão pela política, o amor por Serra Talhada, o medo do ostracismo político, a compaixão e empatia grupal. Acompanhados por valores como paz, nobreza, lealdade, coragem/valentia, progresso, racionalidade e justiça social. Dentre as condutas, destacam-se a civilidade, pacificação, solidariedade grupal, servidão, ordem, superioridade, emulação, honradez da palavra e demagogia. No quadro 5, logo abaixo, constatamos as recorrências das seguintes características do *ethos parlamentar* da família Pereira do Pajeú com base, essencialmente, na relação afeto/valor/conduta.

Quadro 5.

Economia moral no *ethos parlamentar* da família Pereira

AFETO < ===== > VALOR / CONDUTA

Temor à Deus	Paz / Civilidade
Orgulho do sobrenome	Nobreza / Superioridade
Empatia	Lealdade grupal / Solidariedade grupal
Paixão pela política	Coragem / Servidão
Amor por Serra Talhada	Progresso / Ordem
Medo (do ostracismo político)	Racionalidade / Emulação
Hombridade	Valentia / Honradez da palavra
Compaixão	Justiça Social / Demagogia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os frutos advindos da grande reconversão moral da família Pereira do Pajeú após 1930, com seus principais expoentes sendo alçados ao poder através de Luiz Lorena, Argemiro Pereira, Hildo Pereira e Nildo Pereira entre as décadas de 1940 e 1980, geraram as condições simbólicas e materiais para um novo período de ascensão política e de prestígio da família a partir da Redemocratização. De 1985 em diante, forjou-se um movimento semelhante como o que ocorreu em 1930. Mas a partir da adaptação ao novo contexto do país, sob o primado de uma nova Constituição e da defesa de valores democráticos.

Como beneficiários deste novo momento, assumiram o poder político na cidade os prefeitos Genivaldo Pereira (2000-2004), Carlos Evandro Pereira de Menezes (2005-2012) e Márcia Conrado de Lorena e Sá (2021-2025), sendo a primeira prefeita da história do município, pelo PT. Temos a convicção de que essa nova geração da elite política de Serra Talhada, mesmo herdeira de toda uma simbologia de poder, teve valores, emoções e condutas transformados ao longo do processo civilizador vivenciado pelo município e, em especial, pela família Pereira do Pajeú.

A atual prefeita Márcia Conrado seria um símbolo da atualização do jogo da honra no século XXI, agora “jogado” por uma mulher. Ela parece hoje encampar expectativas que os líderes Pereiras de 200 anos atrás talvez nunca tivessem o interesse de personificar, devido o berço conservador do grupo. Haveria nela, portanto, a marca de uma inflexão histórica sob a manutenção de valores seminais da família. Como assim demonstrou a própria gestora em entrevista a este pesquisador⁷⁴, nestas palavras:

A honra para mim é o principal. É o primordial. Eu venho de uma família que fala muito na palavra. Eu já vi meu pai muitas vezes se prejudicar, a pessoa e a política de Isivaldo Conrado [pai dela], mas sempre garantir ali a palavra que foi dada. E eu digo sempre, como existe em todas as profissões pessoas más e pessoas boas, na política existem pessoas muito boas e a gente precisa mostrar que a honra tem que estar em primeiro lugar. Eu vejo muito no contexto da política muita traição, mas a política e nem a sociedade aceita o traidor. E isso eu tenho dito muito, porque foi algo que eu cresci escutando: ‘Honre sua palavra, seja fiel, diga o não quando necessário e diga o sim

⁷⁴ Em duas oportunidades, este pesquisador percebeu a recorrência do termo honra nos discursos públicos da prefeita Márcia Conrado. Ela já havia citado a importância de ser “uma mulher de honra” tanto no pronunciamento de aniversário da cidade, em 6 de maio deste ano, e durante discurso no período dos festejos juninos. Com essas duas cenas na memória, tomei a iniciativa de interpelar a gestora em mais um novo evento público ocorrido em julho de 2022.

quando pode, mas nunca se esconda de ninguém, nunca faça nada de errado, mas principalmente honre a palavra'. E é isso que a gente tem buscado, é isso que a gente vai continuar trabalhando nestes princípios, acho que são princípios muito válidos que norteiam o regimento de uma família, e assim como eu mantenho na minha casa e na minha família, eu quero manter para minha cidade que eu tanto amo (CONRADO, 2022).

É possível que estejamos imersos em um novo processo de reconversão social da família Pereira no século XXI, quando as novas gerações vêm encontrando novas condições de metamorfosear seus recursos materiais e simbólicos (MENESES, 2018). Tomamos como pressuposto desta nova reconversão o fato de, historicamente, líderes políticos da família desde o século XIX, início do século XX e até 1985, pouco investirem na obtenção de capital cultural por meio da escolarização, como vimos nos livros de memória de Luiz Lorena e Luiz Wilson.

Por outro lado, uma nova geração política da família vem assumindo um outro perfil ingressando nas carreiras públicas após estudarem nas grandes capitais, formarem-se em cursos consagrados na área da saúde, e retornando para Serra Talhada atuando nos ramos da medicina e odontologia. Essas estratégias dependem dos mecanismos de reprodução e do estado dos recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos “que os diversos grupos procuram reproduzir; elas dependem ainda da avaliação que é feita das oportunidades de manutenção na posição ocupada e envolvem em elevado grau as disposições e perspectivas em relação ao futuro” (SAINT MARTIN, 1995, p.1023-1024).

Tal perspectiva nos leva a compreender que não apenas os Pereiras, mas, sob a égide de uma nova Constituição, as demais famílias políticas tradicionais de Serra Talhada também procederam com diferentes estratégias de sobrevivência para continuarem no jogo da honra reversando-se no poder. Haveria de se abraçar novos valores contemporâneos, mais antenados agora com os anseios de uma democracia.

Quanto ao contexto da primeira grande reconversão vivenciada pelos Pereiras do Pajeú em Serra Talhada, encontramos na época o momento propício para a sua transformação, a partir de 1922, com o fim da questão contra os Carvalhos, e após 1930. Concordamos com Afrânio García Júnior quando encara este período como um movimento que acomodou os interesses de antigas elites, devidamente repaginadas pelas novas condições do momento. “A recomposição das elites dirigentes, em âmbito nacional, com a entrada de frações mais ameaçadas pela decadência econômica, tornou-se associada à promoção de novos caminhos para reconversão social, estes

frequentemente vinculados a ensino secundário e superior, em forte expansão no período” (GARCÍA JR., 2007, p.82)

Este percurso histórico, partindo da Primeira República em diante, foi importante para que pudéssemos identificar, numa perspectiva processual, que tipos de sentidos morais a fração de uma elite no interior nordestino brasileiro mobilizou para ressignificar seu *ethos de poder familiar* enquanto grupo dominante num jogo por distinção política. E como isso envolveu também a interdependência de outras famílias tradicionais da cidade. Acreditamos que um dos principais efeitos desse processo civilizador vivenciado pelos Pereiras desaguou, decisivamente, no aburguesamento da família atualmente, acarretando numa lógica de individualização do grupo.

Ilustramos esse argumento a partir de duas declarações do ex-prefeito Genivaldo Pereira (2000-2004) lamentando o afastamento da família Pereira, politicamente, nos tempos hodiernos. Segue o primeiro registro da imprensa local, de fevereiro de 2015:

A nossa família sempre dominou o município sendo governo e de repente essa família hoje está dividida, a prova é que a família se esfacelou um pouco. Precisamos procurar unir aqueles que têm a preocupação em ver a família integrada, mas existem situações que ferem seu ego, e aí fica difícil. Como podemos fazer uma coligação com um grupo que sempre bateu forte, que esteve aqui, voltou pra lá e agora está com um outro pensamento? Quer voltar por quê? É poder pelo poder?”, indagou Geni, cravando: “Alguém sabe o que fez com a minha pessoa? Com o meu grupo? Perdoar é muito fácil, mas temos ainda aquele ranço do sertanejo. E ainda temos que ter vergonha (SÁ, 2015).

Essa declaração reivindica o sentimento da honra ao ex-prefeito Carlos Evandro. Geni Pereira cobra do primo a firmeza da palavra de nunca votar em “certas pessoas” de “outras famílias”, deixando implícito que haveria uma espécie de acordo tácito para a manutenção da união do grupo, o qual teria sido descumprido. Na ocasião, Carlos Evandro havia se unido aos interesses da família Godoy, apoiando Luciano Duque nas eleições de 2012, e rachando, assim, com seus aliados históricos, a família Inácio Oliveira. O sentimento da honra no ex-prefeito Geni Pereira é notadamente reforçado quando ele diz “ter aquele ranço do sertanejo” que o obriga a “ter vergonha” em fazer certas alianças políticas. O qual, como um membro da família Pereira fiel a seus princípios, deveria ser impraticável do ponto de vista moral.

Em março de 2016, o ex-prefeito escancara ainda mais essa situação, novamente em entrevista de rádio, alegando que o afastamento político da família Pereira se dá por conta de “egoísmo” e “interesses pessoais”.

Uma das coisas que mais me afeta, me aflige e me deixa angustiado é hoje nós termos a maior família de Serra Talhada, que é a família Pereira, e está toda desperdiçada politicamente e, em grande parte, por interesses pessoais. Se tivéssemos todos unidos não perderíamos perder. Pereira não perde eleição para ninguém se tiver unido, não perde eleição”, garantiu Geni, reforçando: “Mas o difícil agora é unir porque existem os interesses pessoais e que alguém, em grande parte, todo mundo quer ser o candidato e antes, quando os Pereiras eram unidos, se ouvia uma, duas ou três lideranças para se traçar um caminho. Por isso, quem mais governou Serra Talhada foi a família Pereira. Mas infelizmente as coisas não acontecem assim (SÁ, 2016).

Esses dois relatos do ex-prefeito se tornam emblemáticos na conjunção de sentimentos e valores de honra na política como o que identificamos nos livros de memória de Luiz Lorena e de Luiz Wilson. Neste trecho, Geni Pereira mostra-se fortemente ressentido com a divisão política da família. E o que mais lhe afeta é saber que a falta de união é por ausência de sentimento de grupo familiar. Para ele é um “desperdício político” vê Pereiras brigando entre si, porque agora “todo mundo da família quer ser candidato” e isso decorreria da ausência moral de um, dois ou três “patriarcas” com força para unificar um caminho de interesses pensando no futuro da família enquanto *corpo social*.

Na hipótese de ser esse um dos efeitos do processo civilizador sugerido nesta pesquisa, a individualização conseguiu minar, assim, um sentimento “clânico” que há muito sustentou a família Pereira politicamente no século XIX e durante boa parte do século XX. Ao largo desse aburguesamento e dessa consequente maior individualização, a produção de livros de memórias evocando o orgulho do sobrenome e a celebração deste orgulho em forma de festividades soam como estratégias que reativam afetos e valores em favor do fortalecimento de uma solidariedade grupal que se tinha no passado.

Daí a importância, como mostramos, das novas gerações participarem dos encontros da família. Os rituais do evento agem cognitivamente na reprodução dos costumes dos mais velhos. Estaria, assim, a família Pereira ressignificando antigas condutas na contemporaneidade. Estratégias como essas reforçam a legitimidade de um *ethos de poder familiar* e apontam para uma disputa constante por distinção, reivindicada a partir de uma amálgama moral cuidadosamente costurada com base em valores do passado e do presente.

Quanto à relação entre o *ethos guerreiro* da família e o *ethos parlamentar* constatamos que: 1) A transição entre um e outro não se dá repentinamente. Inicia

dentro de um processo civilizador ainda nas primeiras décadas do século XX com as constantes pressões que os Pereiras passam a sofrer de toda uma rede de sociabilidade que se complexifica. Quanto mais interdependentes são os interesses dessa rede, maior é a cobrança por autocontrole das pulsões da família. E maiores são as exigências por previsibilidade e cálculo nas atitudes.

2) No entanto, o *ethos guerreiro* não se esvai por completo da economia moral da família Pereira, pois é necessário como elemento que lhes confere distinção social e legitimidade por uma luta, agora, em favor do bem comum. 3) O *ethos parlamentar* destaca-se como sendo uma expressão do caráter burguês, racionalizado e elitista em seus princípios cuja eloquência, capacidade argumentativa e civilidade marcam o grau de tenacidade diante a violência e imprevisibilidade suscitada pela moralidade guerreira. O que ficou comprovado com a apresentação das ideias de Luiz Lorena.

4) Os valores democráticos presentes na economia do *ethos parlamentar* dos Pereiras expõem uma profunda contradição entre o anseio popular e a gênese moral e social de quem os reivindica.⁷⁵ 5) A passagem do *ethos guerreiro* para o *ethos parlamentar* se dá essencialmente no âmbito dos costumes, mediante um lento processo de internalização da moralidade dominante sob os efeitos psicossociais da racionalidade técnica emanada pelo projeto capitalista de modernização. Foi possível constatar, portanto, essencialmente uma disputa de classes por diferenciação e controle social.

A partir desta perspectiva, concordamos que “a hipótese da honra como o valor que permite distinguir conceitualmente a esfera política das demais esferas no mundo moderno problematiza e propõe importantes questões à compreensão da própria dinâmica das democracias representativas” (TEIXEIRA, 1998, p.23). Com uma análise histórica de lógicas morais foi possível constatar como Serra Talhada, desde os seus primórdios aos dias de hoje, vem sendo construída a partir da disputa entre visões de mundo que exemplificam bem a força e a perenidade de um jogo por distinção, o qual comprovamos sua vitalidade para a análise social.

Traduzido num *ethos de poder familiar* dos Pereiras do Pajeú, este jogo se fez mais evidente nos âmbitos político e econômico mesclando valores contemporâneos sob a espreita fantasmagórica de sentimentos de nobreza e de superioridade pelo sobrenome,

⁷⁵ Seguindo o legado deixado por Luis Wilson e Luiz Lorena, as novas gerações de Pereiras retomaram a prática de escrever livros de memórias sobre o passado da família a partir de 2015. De lá para cá, já foram publicados 4 livros a partir do olhar histórico de uma nova geração. As obras se chamam: Pajeú em Chamas: O cangaço e os Pereiras (2015); O Patriarca (2016); Pereiras do Pajeú e Feitosas dos Inhamuns (2017); A raposa do Pajeú (2018).

adaptados aos novos contextos na justificativa, agora, por uma exigência de reconhecimento social e legitimidade do seu uso em favor do bem comum.

Do ponto de vista epistêmico, respondendo a Peter Berger, a noção de honra não está morta ou obsoleta enquanto categoria de análise. Está aqui demonstrado o registro de sua atualidade com base no contexto moral de uma cidade no interior do Nordeste, provando que o discurso do arcaico para o termo torna-se inadequado levando-se em conta a análise qualitativa de uma microssociologia, a qual se propõe em seus efeitos ser macrossociológica a partir das evidências da fundação de uma moralidade dominante das elites no país.

Tudo isso foi personificado, nesta tese, no jogo de uma classe por acúmulo de prestígio social (o jogo da honra) que se traduz, nada mais nada menos, em uma disputa perene, de geração em geração, por diferenciação tendo como elemento central o fator família na busca pela exaltação do orgulho do sobrenome e com reflexos inexoravelmente práticos em pleitos eleitorais ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARAÚJO, Nelson Barbosa de. **A guerra de princesa na literatura popular: memória e produção cultural**. 385 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ARTIGAS, José Henrique. **A reciprocidade desigual: família e política na história do Brasil**. Revista de Ciências Sociais. Política e Trabalho. 27, 133–144, 2009.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: (1889-1930)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALENCAR, Chico. CARPI, Lucia. RIBEIRO, Marcus. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 1996.

BARBOT, Janine. **Conduzir uma entrevista face a face**. In: PAUGAM, Serge. A pesquisa sociológica (coord.). Petrópolis: Vozes, 2015.

BARROS, Luitgar de Oliveira. **Antropologia da Honra: Uma análise das guerras sertanejas**. V.29, n.1/2, 1998.

BARBOSA, Sérgio Sérvulo. **A psicogênese e a sociogênese nas obras de Norbert Elias e a sua relação com a educação no processo civilizatório**. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa (PR), 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art21.pdf>> Acesso em janeiro de 2019.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos de Sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**. Uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Sobre a obsolescência do conceito de honra**. Trad. de Mauro Pinheiro Koury. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 14, n. 41, pp. 7-20, ago. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **Le capital social**. Notes provisoires. ARSS, v.31, jan. 1980.

_____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2008.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Zahar, 2011.

_____. **Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre (RS), Zouk, 2007.

_____. **O sentimento de honra na sociedade Cabília**. In: PERISTIANY, John G. (Org.). Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, C.; PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 13 nº38, Outubro, 1998.

CANÊDO, Letícia B. **Caminhos da memória: Parentesco e poder**. Brasília: Revista Textos de História, UNB, 1994.

_____. **Um capital político multiplicado no trabalho genealógico**. Revista Pós Ciências Sociais: UFMA, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Revista Dados*. 1997, vol.40, n.2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em novembro de 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. **O jogo político da democracia: lutas simbólicas na “redemocratização” brasileira (1984-1985)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campina Grande: PPGCS/UFPG, 2015.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CAMPELLO, Manoel Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.

CAVALCANTI, Otavio Luiz. **Pernambuco: uma história política**. 2ª ed. Recife: Edições Bagaço, 2013.

CRIADO, Henrique Martín. **Reconversão de capitais**. In: CATANI, Afrânio [et al]. (Orgs). Vocabulário de Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.304-308.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DÓRIA, Carlos Alberto. **A tradição honrada**: a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana. Cadernos Pagu 2. 1994, pag.47-111.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Editora 70, 2008.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador** (vol.1). Uma história dos Costumes. Rio Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **O processo civilizador** (vol.2). Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Os alemães**. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FASSIN, Didier. **As economias morais revisitadas**. Trad. Mauro Pinheiro Koury. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 18, n. 53, p. 27-54, agosto de 2019.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil republicano, Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FILHO, João. **Famílias tradicionais dominam a política brasileira. E isso não tem hora para acabar**. The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/09/02/familias-tradicionais-dominam-a-politica-brasileira-e-isso-nao-tem-hora-para-acabar/>> Acesso em: 13 de abril de 2021.

FILHO, José Adilson. **Pernambuco à esquerda? A força política das famílias Arraes-Campos na esfera estadual**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.5, n.2, dez. 2019.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Campinas: Paz e Terra, 1983.
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2016.
- GO, Julian. **Bourdieu, Argélia e a Perspectiva Pós-Colonial**. Revista Contemporânea. v. 8, n. 1 p. 11-32 Jan.–Jun. 2018.
- HEY, Ana Paula. **Dominação**. In: CATANI, Afrânio [et al]. (Orgs). Vocabulário de Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.151-155.
- HOLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JASMIN, Elise Grunspan. **Lampião, senhor do Sertão**. São Paulo: Edusp, 2001.
- KALBERG, Stephen. **Max Weber: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- LAMONT, Michèle. **Money, moral and manners: the culture of the French and the American upper-middle class**. Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- LAMPEDUSA, Tomasi di. **O Leopardo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1963.
- LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva**. Revista de Sociologia Política (14). Junho, 2000.
- LEMIEUX, Cyril. **Como problematizar**. In: PAUGAM, Serge. A pesquisa sociológica (coord.). Petrópolis: Vozes, 2015.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. **Notas sobre valor e performance nas relações de parentesco no Sertão de Pernambuco**. Revista USP. São Paulo n.65, p. 177-184, março/maio 2005.
- MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 73, 2005.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Cosacnaify, 2003.
- _____. **Ensaio sobre el don**. Forma y función del intercambio en las sociedades arcaicas. Buenos Aires: Katz Editores, 2009.

MENESES, Valdênio Freitas. **Saúde e rusticidade: Reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do cariri paraibano.** 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

MILLS, Wright. **Os donos do poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº. 17, p. 240-564, jan./jun. 2007.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar.** São Paulo: LiberArs, 2017.

_____. **10 lições sobre Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, 2018.

NETO, Antônio. **Lampião à luz da lei.** Recife: Edição do autor, 2017.

_____. **Breve histórico de revoltas e revoluções em Pernambuco.** Recife: Novo Estilo Edição do Autor, 2016.

NEVES, Venício Feitosa. **Pereiras do Pajeú e Feitosas dos Inhamuns.** História e Genealogia. Cajazeiras (PB): Editora Real, 2017.

NOGUEIRA, Valdir. **Entre rezas e bacamartes.** Recife: CEPE, 2021.

_____. **São José do Belmonte.** Recife: FIDEM/CEHM, 1999.

NUNES, Edson de Oliviera. **A gramática política do Brasil.** Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Como definir família? In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil.** São Paulo: LiberArs, 2018.

_____. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** 1. ed. Curitiba: Editora Insight, 2012.

_____. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. **A genealogia como metodologia de análise das estruturas de desigualdade e estratificação social.** XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba.

_____. **Redes de Nepotismo como processo de produção e reprodução de desigualdades.** 33º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Costa [et al]. **Família, parentesco, instituições e poder no Brasil:** retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 05, No. 11 | Set/Dez/2017.

OLIVEIRA, Wagner. **Faroeste moderno: briga de família é a principal hipótese por trás de onda de homicídios em Serra Talhada.** Diário de Pernambuco, 2014. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?p=6623>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

OUTHWAITE, Willian. **Teoria Social.** Um guia para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PAUGAM, Serge. **Escolha e limites do modo de objetivação.** In: PAUGAM, Serge. A pesquisa sociológica (coord.). Petrópolis: Vozes, 2015.

PAUGAM, Serge; VELDE, Cécile. **O raciocínio comparatista.** In: PAUGAM, Serge. A pesquisa sociológica (coord.). Petrópolis: Vozes, 2015.

PITT-RIVERS, J. **Honra e posição social.** In: PERISTIANY, J. G. (org.). Honra e vergonha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1965.

_____. **A doença da honra.** In: GAUTHERON, M. A honra: dom de si ou ideal equívoco. Porto Alegre: LP&M, 1991.

PERISTIANY, J. G.; PITT-RIVERS, Julian. **Honor and Grace in Anthropology.** Nova York: Cambridge press, 1992.

PINTO, L. A da. **Lutas de família no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

POLAZ, Karen Teresa; ALMEIDA, Ana Maria. **Fronteiras Sociais e Simbólicas em um clube de elite.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), v.33, nº 98, 2018.

PUMBLER, Ken. **Sociologia.** Coleção homem, cultura e sociedade. São Paulo: Saraiva, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In: Boris Fausto (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. 4ª ed., tomo III. v.1., São Paulo: DIFEL, 1985.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal. **Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 29, n. 3. Dezembro de 2017.

ROHDEN, Fabíola. **Honra e família em algumas visões clássicas da formação nacional**. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, (48), 69–89, 1999.

_____. **Para que serve o conceito de honra ainda hoje?** Revista Campos 7(2), p.101-120, 2006.

SÁ, Giovanni Alves Duarte. **Compreendendo a construção de um ethos de poder familiar: o caso da oligarquia Pereira no interior de Pernambuco**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.5, n.2, dez. 2019.

_____. **Honra, poder e parentela política**: Reflexões sociológicas a partir de um estudo de caso no sertão pernambucano. Revista Cadernos de Campo. Araraquara (SP). n. 25, p. 209-228. Jul./Dez. 2018.

_____. **Reflexões sobre a honra como categoria de análise social**: Um olhar sobre o poder familiar no Nordeste brasileiro. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.8, n.1, dez. 2022.

SAINT MARTIN, Monique de. **Reconversões e reestruturações das elites**: o caso da aristocracia em França. *Análise Social* vol. 134, 1995, 1023-1039.

SCHEFF, Thomas. **Vergonha no self e na sociedade**: a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff. Recife: Bagaço, João Pessoa: Edições do GREM, 2016.

SEIDL, Ernesto. **Sentido do jogo**. In: Vocabulário de Bourdieu. CATANI, Afrânio [et al]. (Orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.241-243.

SILVA JUNIOR, W. A. da. **O coronelismo em Salgueiro: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945)**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, John. **Elites**. In: *Sociologia: Conceitos Chaves*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOARES, R. S. de C. **Coronel Cornélio Soares**: uma história de vida em Serra Talhada. João Pessoa: Midia Gráfica e Editora, 2013.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**: Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

WILSON, Luiz. **Vila Bela, Os Pereiras e Outras histórias**. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 2018.

_____. **Roteiros de velhos e grandes sertanejos**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1978.

VIANA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, coronéis, apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. Bertrand Brasil, 2003.

VILLELA, Jorge Mattar. **O povo em armas**. Violência e política no Sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

FONTES

DOCUMENTAIS - Arquivo em vídeo, livros de memórias e genealogias consultados.

ARQUIVO EM VÍDEO, 1987. **Discurso Luiz Lorena em praça pública**. Museu da Cidade (Evento de Inauguração da Casa da Cultura de Serra Talhada).

BEZERRA, Marcelo Soares. **O sertão do Salgueiro**. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 2018.

FEITOSA, Helvécio Neves; NEVES, Venício Feitosa. **A Raposa do Pajeú**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

FERRAZ, Marilourdes. **O canto do Acauã. Das memórias do coronel Manoel de Souza Ferraz**. Recife: Edições Bagaço, 2012.

FILHO, Geraldo Ferraz de Sá Torres. **Pernambuco no tempo do cangaço**. Volume II (1926-1933). Recife: Edições Bagaço, 2011.

GOMES, Paulo César. **Serra Talhada: Cem anos em quarenta (1940-1980):** As transformações urbanística, sociais e culturais ocorridas na cidade vistas através de fotografias, reportagens e depoimentos. Afogados da Ingazeira: Asa Branca, 2019.

_____. **Agamenon Magalhães e o clico do algodão mocó em Serra Talhada:** um estudo do povoamento e o desenvolvimento social, cultural e econômico do município.

LORENA, Luiz. **Serra Talhada – 250 anos de história e 150 anos de emancipação política**. Serra Talhada: Desafio Art e Gráfica, 2019.

NEVES, Venício Feitosa. **Pereiras do Pajeú e Feitosas dos Inhamuns**. História e genealogia. Cajazeiras: Editora e Gráfica Real, 2017.

_____. **O Patriarca**. Crispim Pereira do Araújo (Ioiô Maroto). Cajazeiras: Editora e Gráfica Real, 2016.

NETO, Berlamino de Souza. **Flores do Pajeú. História e tradições**. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 2004.

RELAÇÃO DE TODOS OS PREFEITOS DE SERRA TALHADA. Museu da cidade (Casa da Cultura). Painel de fotos.

SOARES, Roberto Sávio de Carvalho. **Coronel Cornélio Soares:** Uma história de vida em Serra Talhada. João Pessoa: Mídia Gráfica, 2013.

SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos:** Uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada-PE). 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Natal, 2015.

WILSON, Luiz. **Vila Bela, Os Pereiras e Outras histórias**. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 2018.

ORAIS

CONRADO, Márcia. **Depoimento eleições 2020**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R7jexmk5w-I>>

_____. **Depoimento entrevista a este pesquisador, 2022**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dggykLk5oK0>>

EVANDRO, Carlos. **Discurso público durante sessão solene na Câmara Municipal de Serra Talhada. Janeiro de 2013**. Câmara Municipal de Serra Talhada. Acervo: Farol de Notícias.

GODOY, Luciano Duque. **Depoimento em entrevista à imprensa, 2021**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qWepdcA2gjU&t=23152s>>

GODOY, Carlito. **Depoimento em entrevista à imprensa, 2021**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Io1U2Wy5TrE>

FEITOSA, Helvécio. **Depoimento entrevista no 3º Encontro da Família Pereira do Pajeú**. 16 novembro de 2019.

PEREIRA, Geni. **Depoimento em entrevista à imprensa**. Fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/politica-geni-diz-que-familia-pereira- sempre-dominou-st-mas-perdeu-devido-desuniao/>>

_____. **Depoimento em entrevista à imprensa**. Março de 2016. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/geni-volta-a-lamentar-desuniao-na-familia-pereira-e-dispara-unidos-nao-perdemos-pra-ninguem/>>

SEVERO, Manuel. **Depoimento durante o 3º Encontro Nacional da Família Pereira do Pajeú**. Novembro de 2019.

WANDERLEY, Sérgio. **Depoimento entrevista no 3º Encontro da Família Pereira do Pajeú**. 16 novembro 2019.

ELETRÔNICAS

AGUIAR, Cícero. **Cariri Cangaço e o III Encontro da Família Pereira das Ribeiras do Pajeú das Flores**. Disponível em: <<https://cariricangaco.blogspot.com/2019/11/cariri-cangaco-e-o-iii-encontro-da.html>>

FILHO, Luiz Ferraz. **O Ataque de Sinhô Pereira as Fazendas Piranhas e Umburanas, dos Carvalhos.** Disponível em: <<https://cariricangaco.blogspot.com/search?q=Sinh%C3%B4+Pereira>>

LEGISLATURAS DA CÂMARA DE SERRA TALHADA A PARTIR DE 1947. Disponível em: <<http://https://www.serratalhada.pe.leg.br/institucional/legislaturas/legislaturas-da-camara-de-serra-talhada-pe/view>>

SÁ, Giovanni. **Delegado associa onda de mortes em Serra Talhada a sentimento de vingança.** Farol de Notícias, 2015. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/megaoperacao-4-delegado-do-dhpp-associa-onda-de-mortes-a-sentimento-de-vingaca/>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Márcia Conrado e Carlos Evandro no 3º Encontro Nacional da Família Pereira.** <<https://faroldenoticias.com.br/carlos-evandro-e-marcia-conrado-trocam-figurinhas-durante-encontro/>>

_____. **Negligência do Governo do Estado matou Isivaldo Conrado.** Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/negligencia-do-governo-do-estado-matou-isivaldo-conrado/>>

_____. **Briga de família aumenta para 23 o número de assassinatos em Serra Talhada.** Farol de Notícias, 2015. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/crime-briga-de-familia-na-zona-rural-aumenta-para-23-o-numero-de-assassinatos-em-st/>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Por vingança, briga entre famílias pode ter provocado, pelo menos, 5 assassinatos este ano em Serra Talhada.** Farol de Notícias, 2016. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/briga-de-familia-pode-ter-provocado-pelo-menos-5-assassinatos-por-vinganca-este-ano-em-st/>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Em Serra Talhada, briga de família por herança acaba em ameaça de morte.** Farol de Notícias, 2018. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/briga-entre-familia-por-conta-de-heranca-acaba-em-ameaca-de-morte-em-serra-talhada-e-policia-e-acionada/>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Geni volta a lamentar desunião da família Pereira, em ST, e dispara: ‘unidos não perdemos pra ninguém’.** Farol de Notícias, 2016. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/geni-volta-a-lamentar-desuniao-na-familia-pereira-e-dispara-unidos-nao-perdemos-pra-ninguem/>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

_____. **Política: Geni diz que família Pereira sempre ‘dominou’ ST, mas perdeu devido desunião.** Farol de Notícias, 2016. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/politica-geni-diz-que-familia-pereira-sempre-dominou-st-mas-perdeu-devido-desuniao/?fromt=yes>>. Acesso em: 13 de maio de 2022

SILVA, Emanuelle. **Delegado diz que crimes de família ainda são atuais em Serra Talhada.** Farol de Notícias, 2017. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/delegado-faz-balanco-de-mortes-e-revela-que-crimes-de-familia-ainda-sao-atuais-em-serra-talhada/>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Polícia Civil lamenta pistolagem em Serra Talhada por briga de famílias.** Farol de Notícias, 2019. Disponível em: <<https://faroldenoticias.com.br/delegado-lamenta-que-pistolagem-ainda-esteja-imperando-em-st-devido-brigas-de-familia/>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

SITE OFICIAL. **Família Pereira do Pajeú.** Disponível em: <https://famiapereira.net.br/>

GENEALOGIA PERNAMBUCANA. Disponível em: <<https://www.araujo.eti.br/default.asp>>

RELAÇÃO DE TODOS OS PREFEITOS DE SERRA TALHADA. Disponível em: <<https://www.serratalhada.net/politica/mostrapolitica.asp?noticia=noticia15.asp>>

MAGALHÃES, Agamenon. **Biografia CPDOC** (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agamenon-sergio-de-godoi-magalhaes>>

NEVES, Tavares Napoleão. **Sinhô Pereira.** Disponível em: <<https://caricangaco.blogspot.com/search?q=Sinh%C3%B4+Pereira>>

OLIVEIRA, Inocêncio. **Biografia CPDOC** (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/inocencio-gomes-de-oliveira>>